

IDÉIAS

v. 9, n. 1

jan./jun. 2018

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Participação política e movimentos sociais no Brasil contemporâneo



UNICAMP

Apresentação do dossiê

Participação política e movimentos sociais no Brasil contemporâneo

Camila Gonçalves De Mario¹

Thiago Aparecido Trindade²

Francisco Mata Machado Tavares³

O debate acadêmico sobre as formas de participação política transcendentais ao âmbito eleitoral no Brasil experimentou uma eclética e consistente trajetória nos últimos quarenta anos. Há ensaios, interpretações, levantamentos exploratórios, análises, polêmicas e sínteses em dimensão digna de permitir abalizadas compreensões sobre elementos culturais, econômicos e político-institucionais da sociedade brasileira sob o prisma dos episódios, eventos, processos e repertórios de ação coletiva e de engajamento político cujo motor principal não se atém à dinâmica dos partidos e das eleições. Sob os riscos e incompletudes inerentes às classificações de ordem cronológica, é possível identificar-se, neste caminho, três grandes momentos.

¹ Professora assistente do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política - IUPERJ/UCAM, membro do NEPPs – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – UNESP/Franca. Pós doutoranda na Escola de Ciência Política - CCPJ – UNIRIO. E-mail: camilagdemario@gmail.com

² Professor adjunto do IPOL/UnB, membro do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê). E-mail: th.trindade83@gmail.com

³ Professor da Universidade Federal de Goiás- UFG. Email: franciscotavares@ufg.br

Primeiramente, dá-se, no alvorecer da Nova República e durante a transição entre a ditadura e o regime instituído a partir da Constituição de 1988, uma sólida e vasta interlocução acadêmica referenciada nos “novos personagens” (SADER, 2001) que ganham a esfera pública brasileira a partir dos anos 70 do Século XX. A dinâmica das organizações de movimentos sociais, dos repertórios adotados em eventos de protestos, do novo sindicalismo e de toda uma efervescente sociedade civil fora abordada sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Hoje, a ciência social brasileira conta com um acervo de estudos históricos, interpretativos, qualitativos e quantitativos que aponta para uma compreensão tão crítica como abrangente do despertar de formas de participação política e de ação coletiva em meio às quais se deu a vitória sobre o regime político autoritário e a transição para uma sociedade em que o binômio democracia / direitos fundamentais tornou-se mais próximo da realidade, ainda que insuficientemente.

Um segundo momento, prevalente nos 90 do século XX, acrescentou, sem suprimir, às abordagens do período antecedente, uma preocupação com as formas não eleitorais de participação da sociedade civil nos processos públicos decisórios. O debate sobre os “novos arranjos participativos” (como orçamentos participativos, conselhos e conferências) conduziu a uma intensa produção, pautada por pesquisas dedicadas a aspectos oscilantes desde a formulação de índices e métricas de adesão aos espaços estatais abertos à participação social (AVRITZER, 2010; AVRITZER, 2009), até formulações teóricas referenciadas em categorias como esfera pública, ação comunicativa e “confluência perversa” (DAGNINO, 2004). As pesquisas sobre a participação política não eleitoral centrada em questões como ciclos de protestos ou na política confrontacional cederam algum terreno, com efeito, para trabalhos referenciados nas formas estatais de engajamento civil na política.

Este período, portanto, corresponde ao momento no qual a agenda de pesquisa sobre participação manteve-se focada essencialmente na dimensão institucional dos processos participativos. Ao realizar um balanço dessa literatura, fica

evidente que uma parte importante dos estudiosos apostou com significativo entusiasmo nas possibilidades de democratização do Estado por meio da ampliação e da consolidação dos experimentos participativos institucionalizados. E nesse contexto, a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002 fortaleceu ainda mais essa linha interpretativa, uma vez que as oportunidades de inserção institucional para movimentos e organizações de diferentes áreas se ampliaram de maneira considerável (TEIXEIRA, 2013; ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014).

Por fim, já é possível identificar, notadamente a partir do ciclo de confronto político ocorrente em 2013, uma tendência à profusão de pesquisas concernentes à política confrontacional transgressiva. Como indicou Emília Podestá (2017) em uma bibliometria dedicada ao campo da Ciência Política, o tema dos protestos e das ações coletivas ocorrentes fora dos espaços estatais experimenta, em periódicos e eventos da área, um período de significativa expansão. É intuitivo afirmar que as “jornadas de junho” exerceram um impacto relevante no campo de estudos sobre a participação, como se os pesquisadores da área tivessem “redescoberto” a importância das ruas para o debate sobre a luta pela democracia. Indiscutivelmente, os acontecimentos daquele ano demonstraram de forma clara que alguns setores relevantes do campo progressista não haviam sido incorporados pela ampla arquitetura participativa criada a partir da Constituição de 1988. Do mesmo modo, junho de 2013 também deixou claro que a hegemonia das ruas não estava assegurada aos grupos tradicionalmente associados à esquerda do espectro político (TATAGIBA, TEIXEIRA e TRINDADE, 2015; AVRITZER, 2016; 2017), o que apontava a necessidade (e o desafio) em ampliar as pesquisas sobre a(s) nova(s) direita(s).

Ademais, o atual momento da agenda de pesquisa sobre participação é também fortemente influenciado pela destituição do PT da Presidência da República em 2016 por meio de um contestado processo de *impeachment*, que implicou em um profundo realinhamento de forças no campo político-institucional. Um dos

impactos mais evidentes desse processo é o fechamento de diversos canais participativos que haviam sido criados e/ou fortalecidos no decorrer do ciclo petista na administração federal. É bastante razoável supor que a combinação desses elementos (junho de 2013, a ruptura democrática de 2016 e o posterior fechamento de vários espaços participativos em nível federal) deverá reacender o debate sobre a dimensão confrontacional da relação Estado e sociedade/movimentos sociais. Em um momento histórico no qual a Nova República parece não resistir e a democracia brasileira experimenta um inequívoco declínio, a fertilização cruzada entre diferentes perspectivas revela-se promissora não apenas na compreensão descritiva, mas na crítica apta às formulações normativas que apontem rotas de saída do cenário presente.

É, portanto, a partir de uma longa e consolidada história que este dossiê chega à comunidade acadêmica. O desafio contemporâneo talvez resida em permitir-se um encontro, senão uma síntese, entre as três grandes fases, que seguiram uma relação de justaposição, antes de reposição entre si, quanto à produção científico-social sobre participação política não eleitoral, de modo a permitir-se um intercâmbio de dados, técnicas e análises entre as conclusões obtidas. O presente dossiê se apresenta como uma tentativa inicial de responder a este desafio. Os artigos aqui publicados expressam a pluralidade teórico-metodológica constitutiva desse campo de estudos, e que parece aprimorar-se continuamente.

No texto de abertura do dossiê, Danielle Soares Pires de Oliveira e Marcelo Kunrath Silva abordam a relação entre movimentos sociais e políticas públicas a partir do caso do movimento cicloativista na cidade de Porto Alegre (RS). Alinhado a uma tendência ainda muito recente no Brasil, o artigo de Pires e Silva propõe uma abordagem que coloca em diálogo o conceito de movimentos sociais enquanto redes heterogêneas e dinâmicas, com a teoria dos múltiplos fluxos de John Kingdon - já consolidada no campo das políticas públicas. A questão orientadora do texto - como as redes heterogêneas constitutivas dos movimentos sociais se alteram na tentativa destes atores em influenciar o processo

de construção das políticas públicas em suas diferentes etapas – procura iluminar um tema que, por longo período, foi ignorado pela literatura sobre participação e movimentos sociais no Brasil. Os achados de pesquisa trazidos por Pires e Silva trazem importantes ganhos analíticos ao debate e abrem caminho para a consolidação de pesquisas na mesma linha.

Na sequência, Kellen Cristina de Abreu e Júlia Moretto Amâncio oferecem outra importante contribuição ao debate sobre participação no Brasil ao abordarem as diferentes formas de interação socioestatal em Lavras, município de pequeno porte situado na região sul de Minas Gerais. Com efeito, os estudos sobre os processos participativos concentraram-se em grandes cidades, o que acabou produzindo uma lacuna importante no debate. Tendo em vista a profunda complexidade socioterritorial do Brasil, o estudo de Abreu e Amâncio demonstra como a análise de municípios de pequeno porte auxilia na compreensão das diferentes formas de interação entre Estado e sociedade na realidade nacional. Profundamente conectadas aos esforços analíticos recentes do campo, as autoras mobilizam a tipologia de Amâncio (2013) para demonstrar a importância de abarcarmos tanto os fenômenos institucionais (participação em conselhos gestores de políticas públicas e interação partidária ou legislativa) como não-institucionais (mobilização direta, associativismo comunitário e constituição de redes de solidariedade no nível local) para uma adequada compreensão da relação entre atores civis e estatais.

O artigo de Larissa Galdino de Magalhães Santos, por sua vez, discute um tema que certamente conquistará cada vez mais espaço no campo de estudos sobre participação: o uso da *internet* como estratégia de comunicação, mediação e articulação políticas por diferentes grupos sociais. Com base no debate teórico sobre a relação entre ativismo online e ação coletiva, articulando autores fundamentais como Sidney Tarrow e Manuel Castells, a autora discute a estrutura de oportunidade política que se abriu para os movimentos sociais a partir de ciclo de protestos de junho de 2013, detendo-se nas “novas táticas e estratégias de manifestações combinadas e inovadoras, dos enquadramentos, da visibilidade

e mudanças no repertório”. Um dos aspectos mais relevantes do debate proposto por Santos é a ambiguidade das novas tecnologias de informação e comunicação para os movimentos contestatórios: se o ambiente virtual é utilizado pelos grupos desafiantes - no caso em questão, o Movimento Passe Livre - para determinados propósitos, ele também é apropriado pelos agentes institucionais que buscam desmobilizar e/ou reprimir esses grupos, com destaque para as próprias forças policiais.

O texto seguinte, de autoria de Diego Matheus de Menezes, se propõe a realizar um balanço crítico sobre dois conceitos fundamentais para o debate sobre a interação entre movimentos sociais e Estado no Brasil: repertórios e permeabilidade do Estado. Em linhas gerais, a literatura sobre participação e movimentos, no contexto pós-1988, operou analiticamente com o pressuposto da permeabilidade estatal aos atores civis em razão da considerável ampliação das oportunidades de inserção institucional nas diferentes áreas de políticas públicas. Nesse cenário, estudiosas/os de grande relevância no campo - que pautaram em larga medida os rumos da agenda de pesquisa - optaram por dar mais ênfase à dimensão “colaborativa” em detrimento da dimensão “conflitiva” do *repertório de interação* (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014) entre Estado e sociedade civil/movimentos sociais. Naquele contexto de maior abertura política, fazia todo o sentido enfatizar os vínculos colaborativos entre essas duas esferas, mas o fato é que essa análise desconsiderou que o Estado é muito mais permeável a determinados atores (como os grandes grupos empresariais, por exemplo) do que aos movimentos sociais em geral. Em um momento no qual uma parte da literatura sobre participação tem se pautado por uma perspectiva revisionista, o artigo de Menezes oferece interessantes *insights* para o aprofundamento desse debate.

Completando o bloco de artigos que integra o dossiê, Júlia Silva de Castro analisa a mobilização política dos grupos afetados pela indústria do petróleo e do gás no Espírito Santo, enquadrando sua discussão em uma perspectiva mais ampla, cujo ponto de partida é o debate sobre a ação coletiva contestatória das atividades extrativistas na América Latina. O estudo enfatiza o

papel dos *brokers* nesse processo, aqueles ativistas que se encontram profundamente vinculados a uma densa rede de relações em determinado território, e que simultaneamente atuam “em redes transnacionais em busca de um redimensionamento da condição territorial local em uma luta política que conecta territórios distintos”. A abordagem de Castro confere uma peculiaridade digna de nota ao seu trabalho: enquanto a ampla maioria dos estudos sobre participação no Brasil se pautou pela análise da interação entre movimentos sociais e Estado, a autora trabalha em uma perspectiva que coloca em primeiro plano o confronto entre ativistas e grandes corporações privadas, trazendo o “poder econômico” para o debate teórico e preenchendo outra importante lacuna da literatura nacional nessa área.

Além desses cinco artigos, o presente dossiê ainda oferece à comunidade acadêmica um registro de grande relevância para um balanço do debate sobre participação no Brasil - bem como para uma interpretação singular do delicado momento histórico pelo qual passa nossa democracia. Trata-se de uma entrevista com Evelina Dagnino, estudiosa que se consolidou como uma das principais referências dessa agenda de pesquisa no Brasil e na América Latina, destacando-se principalmente pela sua contribuição a partir das noções de “projeto político” e “confluência perversa”. Realizada por Ana Claudia Teixeira e Thiago Aparecido Trindade, a entrevista abordou pontos importantes na trajetória intelectual da autora como também se propôs a discutir os sentidos de sua produção teórica, o que contribui para uma leitura bastante sofisticada sobre os desafios analíticos que estiveram colocados ao longo destes anos para o campo de pesquisa sobre participação no Brasil. Além dessas questões, Dagnino também oferece sua interpretação a respeito de nossa atual conjuntura política, suas perspectivas para o cenário da mobilização social e os (profundos) desafios que o futuro reserva para todas/os aquelas/es comprometidas/os com a luta por democracia e justiça social no Brasil.

A seção livre é composta por quatro artigos. O primeiro, de autoria de André Campos Rocha, traz uma reflexão sobre a relação entre o trabalho e o tempo livre no capitalismo a partir da

noção de racionalidade do esclarecimento elaborada por Theodor W. Adorno. O autor demonstra como a separação entre trabalho e tempo livre tem como função restabelecer as forças do sujeito para retomar o processo de trabalho. Por fim, analisa o potencial que para Adorno possui a arte para a realização da crítica à sociedade reificada. O artigo seguinte, de autoria de Eugenia Fraga, analisa três textos chave de Horkheimer (“Montaigne y la función del escepticismo”, “La función social de la filosofía”, y Dialéctica de la ilustración) e se propõe a mapear o conceito de compromisso, entendido como fundamental para a teoria crítica. A partir de uma perspectiva marxiana, a autora interpreta o conceito como um posicionamento que se distancia tanto do relativismo como do dogmatismo.

O texto de Alex Manetta e José Eustáquio Diniz Alves discute a validade da análise demográfica para as alterações das condições de vida e da tendência do homicídio para a população jovem masculina nas regiões metropolitanas do Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Os autores se utilizam do método de análise descritiva-comparativa das tendências das mudanças na estrutura demográfica; nas taxas de desemprego, de ocupação e de inatividade; nas taxas de homicídio e suas inter-relações, para a apresentação dos dados e elaboração de seus argumentos. O quarto artigo da seção livre, de autoria de Alcides Eduardo dos Reis Peron e Tildo Furlan, analisa o pensamento de José Leite Lopes sobre o conceito de desenvolvimento em “Ciência, Tecnologia e Sociedade” desenvolvido pelo físico, atentando para o momento em que as suas observações se aproximam das realizadas pelo PLACTS (Pensamento Latino Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade). Os autores consideram para a sua análise as principais características do PLACTS e a perspectiva de desenvolvimento subordinado e subdesenvolvimento de Celso Furtado.

Na seção Resenha, Mariana Rosell discute o livro *Os miseráveis entram em cena: Brasil, 1950-1970*, de autoria de Marina de Oliveira, que se propôs a investigar o lugar dos oprimidos no teatro brasileiro. Com narrativa objetiva e ao mesmo tempo atenta para os detalhes mais relevantes, Rosell desenvolve um texto capaz de

instigar a leitura da obra analisada e destaca sua importância para esse campo de estudos. Finalizando esta edição, a revista conta também com a tradução de Erick Araujo e Fermin Roland Schramm do artigo “A desteologização da bioética e o nascimento da ética como nova instituição específica”, de autoria de Maurizio Mori - Professor do departamento de Filosofia e Ciência da Educação da Universidade de Turim. O artigo trata a desteologização da bioética como uma das maiores transformações do imaginário social já ocorridas, análoga à ocorrida com o Romantismo. Para o autor, a interdisciplinaridade é seu maior efeito em nível institucional, e a demanda por justificativas racionais é seu efeito em nível metodológico. Enquanto em um nível mais profundo, seu efeito é sobre seu próprio objeto de reflexão: a vida humana, que passa a ser percebida de uma maneira radicalmente nova.

Por fim, agradecemos a todas as pessoas cujo trabalho foi indispensável para a realização da presente edição da *Idéias*: aos autores, aos integrantes do corpo editorial, aos pareceristas, a Igor Santiago Raimundo - produtor editorial do Setor de Publicações do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - e, finalmente, a Gildenir Carolino Santos, responsável pelo gerenciamento do Portal de Periódicos da UNICAMP.

Desejamos uma boa leitura!

Referências

ABERS, R.; SERAFIM, L. TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 325-57, 2014.

AVRITZER, L. (org.). **Experiências Nacionais de Participação Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. (org.). **A Dinâmica da Participação Local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. **Opinião Pública**, v. 23, n. 1, p. 43-59, 2017.

DAGNINO, E. Construção Democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa, **Política e Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 139-164, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983>>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

PODESTÁ, E. G. **Junho de 2013: o impacto das ruas na Ciência Política brasileira**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Goiânia, 2017.

SADER, E. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T. A.; TEIXEIRA, A. C. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.). **Direita, Volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

TEIXEIRA, A. C. C. **Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)**. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.

“Um carro a menos”: análise sobre a atuação do movimento cicloativista na disputa sobre a política de mobilidade urbana de Porto Alegre¹

Danielle Soares Pires de Oliveira²

Marcelo Kunrath Silva³

Resumo: Abordando a relação entre os movimentos sociais e as políticas públicas, o artigo analisa a atuação do movimento cicloativista na sua tentativa de incidir na política de mobilidade urbana de Porto Alegre. A questão de pesquisa que orienta a argumentação desenvolvida é: como as redes heterogêneas que conformam os movimentos sociais se estruturam e se transformam, ao longo do tempo, a partir de sua atuação (ou tentativa de atuação) nos diferentes fluxos que constituem o processo de construção das políticas públicas? A análise se baseia em entrevistas com cicloativistas e atores da burocracia estatal envolvidos com a política de mobilidade urbana, além de pesquisa documental.

Palavras-chave: cicloativismo; política de mobilidade urbana; movimentos sociais; políticas públicas.

“One less car”: analysis on the acting of the cycling movement in the dispute over the urban mobility policy of Porto Alegre

¹ Recebido em 02/02/18 e aprovado em 13/03/18.

² Bacharel em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela UFRGS. E-mail: daniellesp.oliveira@gmail.com

³ Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integrando o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Coordena o Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE) - <www.ufrgs.br/gpace>. E-mail: mksilva@ufrgs.br

Abstract: Approaching the relationship between social movements and public policies, the article analyzes the acting of the cycling movement in its attempt to influence the urban mobility policy of Porto Alegre. The question of research that guides its argumentation is: how the heterogeneous networks that conform the social movements are structured and transformed, over time, from their action (or attempt to act) in the different flows that constitute the process of the construction of public policies? The analysis is based on interviews with cycling activists and actors of the state bureaucracy involved with urban mobility policy, as well as documentary research.

Keywords: cycling movement; urban mobility policy; social movements; public policies

“Un coche menos”: análisis sobre la actuación del movimiento cicloactivista en la disputa sobre la política de movilidad urbana de Porto Alegre

Resumen: Abordando la relación entre los movimientos sociales y las políticas públicas, el artículo analiza la actuación del movimiento cicloactivista en su intento de incidir en la política de movilidad urbana de Porto Alegre. La cuestión de investigación que orienta la argumentación desarrollada es: ¿cómo las redes heterogéneas que conforman los movimientos sociales se estructuran y se transforman, a lo largo del tiempo, a partir de su actuación (o intento de actuación) en los diferentes flujos que constituyen el proceso de construcción de las políticas públicas? El análisis se basa en entrevistas con cicloactivistas y actores de la burocracia estatal involucrados con la política de movilidad urbana, además de investigación documental.

Palabras clave: cicloactivismo; política de movilidad urbana; movimientos sociales; políticas públicas.

Introdução⁴

Este artigo⁵ tem como tema a relação entre os movimentos sociais e as políticas públicas. Este tema adquiriu centralidade

⁴ Este artigo sintetiza argumentos teóricos, resultados empíricos e análises desenvolvidos em Oliveira (2017).

⁵ Versões prévias deste artigo receberam comentários críticos de Maria do Carmo Albuquerque, Carla Rech, Írio Conti, e Matheus Mazzilli Pereira, a quem agradecemos as contribuições.

na agenda do campo de estudos de movimentos sociais no Brasil nas últimas décadas, à medida em que organizações e ativistas de movimentos sociais passaram a ter uma crescente atuação (ou, ao menos, tentativas de atuação) em processos de formulação, implementação e/ou controle de políticas públicas⁶.

Para abordar este tema, o artigo mobiliza centralmente duas perspectivas teóricas, uma do campo de estudos de movimentos sociais e outra do campo de estudos de políticas públicas. De um lado, baseado em autores como Alberto Melucci (2001) e Mario Diani (1992), os movimentos sociais são interpretados como redes heterogêneas e dinâmicas, constituídas por atores que se diferenciam em diversos aspectos: formas de organização e de atuação, estratégias e objetivos, capacidades e recursos. De outro lado, baseado em autores como John Kingdon (2014), a construção das políticas públicas é interpretada como um processo complexo, que envolve diversos fluxos (problemas, soluções, política), cada qual com suas arenas, atores e procedimentos⁷.

A articulação destas duas perspectivas possibilita confrontar fragilidades inerentes aos dois campos de estudo que o tema deste artigo coloca em diálogo. No que se refere ao campo de estudos de movimentos sociais, a perspectiva dos múltiplos fluxos possibilita complexificar a análise da atuação dos movimentos sociais não apenas em termos da ruptura com a tendência de privilegiar a atuação confrontacional extrainstitucional, mas também no sentido de destacar as diferenças de condições, oportunidades e obstáculos para a inserção e atuação dos atores dos movimentos sociais em cada fluxo da construção de determinada política pública. Já no

⁶ Esta centralidade pode ser observada na produção recente de grupos de pesquisa que têm nos movimentos sociais um de seus principais objetos de pesquisa, tais como o RESOCIE da UnB (<http://ipol.unb.br/pesquisa/resocie>), o NEPAC da Unicamp (<https://www.nepac.ifch.unicamp.br/>) e o GPAC da UFRGS (<https://www.ufrgs.br/gpace>).

⁷ A mobilização da teoria dos múltiplos fluxos de Kingdon para analisar a relação entre os movimentos sociais e as políticas públicas pode ser encontrada em Barbosa (2015).

caso do campo de estudos de políticas públicas, a perspectiva dos movimentos sociais enquanto redes heterogêneas contribui para o desenvolvimento de investigações que direcionem seu foco de análise para a diversidade de ações realizadas pelos distintos atores constitutivos das redes movimentalistas na tentativa de incidir nos diferentes fluxos do processo de construção de políticas públicas. Assim, considera-se que analisar se/como os movimentos sociais atuam (ou tentam atuar) nos diferentes fluxos pode ser uma contribuição importante tanto para um melhor entendimento dos próprios movimentos quanto para uma melhor compreensão do processo de construção de políticas públicas em sociedades nas quais os movimentos sociais são atores politicamente relevantes.

Uma questão que se coloca, a partir da articulação destas duas perspectivas em um modelo de análise das relações entre os movimentos sociais e as políticas públicas, é como as redes heterogêneas que conformam os movimentos sociais se estruturam e se transformam, ao longo do tempo, a partir de sua atuação (ou tentativa de atuação) nos diferentes fluxos que constituem o processo de construção das políticas públicas?

Para responder a esta questão, analisa-se a organização do movimento cicloativista da cidade de Porto Alegre e sua atuação na tentativa de incidir na formulação da política municipal de mobilidade urbana. O termo movimento cicloativista é usado para demarcar a rede de organizações e indivíduos que desenvolve diversas formas de ação em defesa de melhores condições para o uso da bicicleta na cidade, assumindo caráter reivindicatório ou contestatório junto à sociedade e ao Estado (XAVIER, 2011).

O argumento central do artigo é que a rede cicloativista de Porto Alegre vai se transformando no processo de atuação para tentar influir na política de mobilidade urbana em prol do uso da bicicleta. Esta transformação é, em parte, uma resposta às especificidades e demandas de cada fluxo do processo de construção da política. O resultado é uma complexificação da rede cicloativista ao longo do tempo, que se expressa em diferentes formas de organização (constituição de organizações formais, paralelamente à presença e atuação de coletivos/redes informais)

e de atuação (participação institucional, qualificação e proposição, paralelamente ao desenvolvimento de ações de confronto e de manifestação pública extrainstitucionais) dos atores da rede.

As informações para o desenvolvimento da análise foram produzidas principalmente através da realização de vinte entrevistas semiestruturadas com atores cicloativistas referenciais e atores estatais, entre os meses de maio e julho de 2016, conforme caracterização do Quadro 1, apresentado em Anexo. Para a identificação e escolha dos entrevistados foi utilizada a técnica Bola de Neve, tendo como ponto de partida cicloativistas reconhecidos na cidade. Foram elaborados quatro tipos de roteiros de entrevista, de acordo com o perfil dos entrevistados: cicloativistas, arquitetos que participaram do Plano Diretor Ciclovitário Integrado de Porto Alegre, coordenadores de Grupo de Trabalho no DETRAN-RS e membros da Câmara de Vereadores. A análise dos dados foi realizada com o auxílio do software NVivo10. As entrevistas foram transcritas, analisadas e categorizadas. As informações obtidas através das entrevistas foram trianguladas e complementadas com informações obtidas através de pesquisa documental, sendo os documentos também analisados e categorizados com o auxílio do software NVivo10.

O artigo está organizado nas seguintes seções, além desta introdução. Na próxima seção é apresentada, de forma sucinta, a perspectiva teórica que orienta a análise desenvolvida no artigo. As três seções seguintes abordam a atuação do cicloativismo de Porto Alegre em cada fluxo da política pública (problemas, soluções e política). Por fim, são apresentadas as conclusões derivadas da análise desenvolvida.

As redes movimentalistas nos fluxos da política pública

Nesta seção apresentamos, de forma bastante resumida, o Modelo dos Múltiplos fluxos (*Multiple Stream Model*), proposto por John Kingdon (2014)⁸ para a análise de processos de mudança

⁸ A primeira edição da obra de Kingdon é de 1984.

nas políticas públicas. Kingdon (2014) busca compreender por que alguns problemas tornam-se centrais na agenda política, em detrimento de outros. Em outras palavras, o autor tenta responder às seguintes questões: Por que determinadas questões são (des) consideradas pelas autoridades do governo? Por que algumas alternativas recebem mais atenção do que outras? Como a agenda se compõe em determinado período? Como e por que ela muda de uma hora para outra?

Para Kingdon (2014), a formulação de políticas públicas é um processo que envolve diversos fluxos, incluindo pelo menos: o estabelecimento de uma agenda de problemas considerados prioritários; a especificação das alternativas a partir das quais as escolhas de soluções são feitas; e uma escolha final entre essas alternativas por meio de votação no Legislativo ou decisão do Executivo. Contudo, conforme o autor aponta, o sucesso alcançado em um dos fluxos não implica sucesso em todos os outros: por exemplo, um problema pode ocupar um lugar de destaque na agenda sem que se identifique ou produza uma solução em termos de uma política pública, assim como soluções tecnicamente bem avaliadas podem não conseguir aprovação nas instâncias de decisão política.

Assim, segundo o autor (2014), o processo de construção de políticas envolve fluxos relativamente independentes de problemas (*problems*), soluções ou alternativas (*policies*) e política (*politics*). Em primeiro lugar, é preciso que determinados aspectos da realidade sejam percebidos como problemáticos pelas autoridades governamentais, necessitando algum tipo de intervenção através de políticas públicas. Em segundo lugar, é preciso que existam atores que produzam propostas de soluções e alternativas aos diversos problemas que são ou podem tornar-se objeto de política pública. Em terceiro lugar, há o fluxo da política, que é composto de aspectos como a atmosfera ou clima nacional, a opinião pública, a composição partidária ou ideológica do legislativo e do executivo, a presença e atuação de grupos de interesse ou *lobbys*. Neste fluxo se definem as condições políticas para que problemas e soluções sejam reconhecidos e aprovados (ou não) pelas esferas/atores institucionais que, em última instância, detém o poder decisório.

A mudança na agenda governamental seria, então, resultado da convergência desses três fluxos: problemas, soluções e política. Esta convergência é denominada como uma “janela de oportunidade”: “uma oportunidade para que os defensores de uma determinada causa ofereçam suas soluções, ou para chamar a atenção para problemas que considerem especiais” (KINGDON, 2014, p. 165). Assim, uma janela de oportunidades ocorre quando um problema é reconhecido, há uma solução disponível e existem condições favoráveis na política. Contudo, conforme o autor destaca, essas janelas ficam abertas por um curto período de tempo. Então, a mudança na agenda dependeria da capacidade dos empreendedores de políticas em identificar e aproveitar essas oportunidades. De acordo com Kingdon (2014, p. 73), os empreendedores de políticas são pessoas dotadas de recursos e condições e com disposição para investí-los para promover ou afetar as políticas públicas.

A decomposição do processo de construção das políticas públicas em três fluxos, segundo o modelo de Kingdon, fornece instrumentos teóricos férteis para uma análise mais complexa da relação dos movimentos sociais com as políticas públicas. Tal relação, no entanto, não chegou a ser elaborada pelo autor do modelo dos múltiplos fluxos, que praticamente não se refere aos movimentos sociais.

Os movimentos sociais são abordados neste artigo a partir da definição de Diani (1992, p. 13): “redes informais de atores (organizações, grupos e indivíduos) engajadas em conflitos pelo controle de recursos materiais ou simbólicos, baseadas em identidades compartilhadas”. Ou seja, seguindo os argumentos de Melucci, os movimentos sociais são tratados como redes de atores heterogêneos, “que devem destinar muitos dos seus recursos para gerir a complexidade e a diferenciação que os constitui”(2001, p. 29).

Um dos elementos importantes de diferenciação entre os atores que conformam um determinado movimento social refere-se às formas de atuação ou, para usar conceitos centrais da literatura contemporânea de movimentos sociais, aos repertórios e às táticas que utilizam. Segundo Pereira e Silva (2017, p. 4),

o conceito de “repertórios” apresenta uma abordagem macro-histórica e estruturante. Nos leva a questionar por que utilizamos recorrentemente formas de ação tão semelhantes para protestarmos e por que elas variam historicamente. O conceito de “tática” ou, de forma mais específica, de “escolha tática” foca-se nas escolhas organizacionais e biográficas por dadas formas de ação. Ajuda-nos a indagar por que e como ativistas escolhem táticas diferentes e constroem disputas ao redor desse tema se compartilham objetivos semelhantes.

Assim segundo Charles Tilly (1995), em cada época e local, haveria um conjunto relativamente limitado destas maneiras de agir (táticas que integram repertórios) que seria utilizado para expressar/ou defender interesses coletivos. Aceitando o argumento tillyano de que sempre há um leque limitado de maneiras de agir disponíveis a atores histórica e socialmente situados, pesquisas recentes têm crescentemente questionado, no entanto, a visão de que os movimentos sociais apresentam um repertório ou táticas homogêneos e, mais do que isto, que estes tenderiam a se limitar à ação confrontacional extrainstitucional (GOLDSTONE, 2003). Ao contrário, estudos empíricos têm demonstrado que a combinação de diferentes formas de ação “confrontacional e cooperativa, institucional e extrainstitucional, visível e subterrânea” tende a ser um elemento recorrente na conformação dos movimentos sociais (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014; ABERS e VON BÜLLOW, 2011; CARLOS, DOWBOR e ALBQUERQUE; 2016; DOWBOR, 2012; LEITÃO, 2012; SILVA e OLIVEIRA, 2011).

Especificamente quando se aborda a relação dos movimentos sociais com as políticas públicas, a atenção para a diversidade de maneiras de atuação dos movimentos sociais é importante tanto para analisar como os movimentos incidem (ou buscam incidir) nas políticas, quanto para analisar como tal incidência (ou tentativas de) demanda ou produz transformações nos próprios atores do movimento e na rede que eles conformam. Um dos argumentos centrais deste artigo é que o ingresso e a atuação no

campo estatal para disputar o conteúdo de uma política pública é um processo que tem implicações importantes na forma como a rede de atores de um movimento social se organiza e atua. Argumenta-se que, na medida em que o processo de construção das políticas públicas envolve diferentes fluxos, cada qual com sua configuração específica de arenas, atores e procedimentos, os atores dos movimentos sociais tendem a diferenciar-se em termos de onde e como atuarão na promoção ou defesa de sua causa. Enquanto alguns atores das redes movimentalistas atuam na construção de problemas, outros se especializam na proposição de soluções, alguns tentam convencer a opinião pública ou pressionar os tomadores de decisão e outros ainda combinam a atuação em diferentes fluxos. Cada forma e espaço de atuação demanda recursos e capacidades distintas, exigindo por vezes mudanças mais ou menos significativas dos atores. Ao mesmo tempo, diferentes atores das redes movimentalistas apresentam características particulares (em termos ideológicos, organizativos, estratégicos, materiais etc.), que os fazem ter preferências específicas sobre como e onde atuar (que Jasper denomina de “inclinações táticas” – 2016, p. 157).

A partir deste argumento, espera-se que, ao longo do tempo, as redes movimentalistas tendam a se complexificar, com diferentes atores se constituindo ou se transformando para adaptar-se às oportunidades e condições demandadas para atuar nos distintos fluxos da política pública.

Atuação da rede cicloativista de Porto Alegre no fluxo dos problemas

Esta seção aborda a atuação de atores da rede cicloativista que buscaram, ao longo do tempo, construir a mobilidade urbana como um problema público da cidade de Porto Alegre. Neste sentido, estes atores utilizaram diferentes repertórios e táticas para tentar dar visibilidade a este tema na sociedade e chamar a atenção do Poder Público para a necessidade de enfrentar elementos do problema da mobilidade urbana (tais como a violência no trânsito, a falta de investimentos em alternativas ao transporte individual

motorizado e a ausência de programas educativos efetivos) através de políticas públicas.

Uma das ações utilizadas pelos atores cicloativistas para construir socialmente o problema da mobilidade urbana foi a “dramatização”: a realização de atividades que expressam de forma dramatizada situações problemáticas vivenciadas por aquelas que utilizam a bicicleta como meio de locomoção. Uma destas dramatizações são as *Ghost-Bikes*. Nestas manifestações, realizadas quando um ciclista é vítima fatal de um acidente de trânsito, os ciclistas fazem uma bicicletada até o local do acidente e fixam uma bicicleta branca. Outra dramatização utilizada pelos cicloativistas de Porto Alegre foi “Pedalada Pelada”. Este tipo de evento, que ocorre em diversos países, “visa chamar a atenção de autoridades e da sociedade acerca da fragilidade dos ciclistas nas ruas, dar visibilidade à presença deles nas ruas” (ZÜGE JUNIOR, 2016, p. 61). Tais dramatizações, mobilizando o sofrimento (no caso das *ghost-bikes*) ou o humor/surpresa (no caso das pedaladas peladas), buscam publicizar o problema da violência do trânsito, pedir respeito à vida, conscientizar os motoristas de suas responsabilidades e demandar do Poder Público mais investimentos em estruturas cicloviárias para que aconteçam menos mortes, acidentes e atropelamentos na cidade.

Outro tipo de ação utilizado pelos cicloativistas de Porto Alegre para dar visibilidade à sua causa foi a ocupação periódica das ruas da cidade por ciclistas que se reúnem e pedalam coletivamente. Este tipo de ação teve um primeiro momento entre os anos de 2005 a 2007, quando ciclistas de Porto Alegre realizavam as chamadas Bicicletadas. Estas ocorriam aos sábados pela manhã e o ponto de encontro era o parque mais popular da cidade – o Parque da Redenção (E3, 10, 19). Depois da Bicicletada, surge em Porto Alegre, a partir de 2008, o evento Massa Crítica (*Critical Mass*). O Massa Crítica, evento criado em São Francisco/EUA em 1992 e que ocorre atualmente em centenas de cidades do mundo, já trazia uma postura mais reivindicatória, de defesa da bicicleta como uma alternativa ao problema da mobilidade urbana na cidade. Contando com uma participação significativa de indivíduos

orientados pelo autonomismo e o anarquismo, particularmente no seu início, a estrutura do Massa Crítica se caracterizou pela ausência de hierarquia e por sua forma horizontal, não existindo representantes, líderes ou porta-vozes (SILVA, 2011).

Em 25 de fevereiro de 2011, os participantes do Massa Crítica sofreram um atropelamento coletivo causado por um motorista que avançou com seu carro sobre os participantes do evento. O atropelamento teve repercussão mundial, gerando protestos em diversas cidades do mundo. Esse fato dramático acabou se constituindo em um marco para o movimento cicloativista de Porto Alegre, uma vez que ele abriu um debate público na sociedade, na mídia local e nos espaços institucionais para o tema das bicicletas. Interpreta-se o atropelamento coletivo como um evento que Kingdon (2014, p. 74) denomina de eventos-foco (*focusing events*) ou de crise: um evento que, momentaneamente, direciona o foco de interesse da sociedade e das autoridades governamentais para determinado problema. Neste sentido, Lied (2015) considera que esse evento-crise demonstrou à sociedade, de forma dramática, a existência de problemas que precisavam ser enfrentados através da atuação do Poder Público: a falta de políticas públicas para o transporte por bicicletas, o descumprimento da Lei do Plano Diretor Cicloviário - PDCI (aprovado em 2009) e o crescimento no número de ciclistas em Porto Alegre.

O atropelamento ocorreu numa sexta-feira, tradicional dia de realização da Massa Crítica. No domingo, 27 de fevereiro de 2011, os cicloativistas realizaram uma assembleia para discutir a ação a ser feita em resposta ao ocorrido. A decisão foi pela organização de uma manifestação para dois dias depois. O resultado foi uma pedalada/caminhada que contou com a participação de cerca de duas mil pessoas⁹, número muito superior à quantidade de pessoas que tradicionalmente participava do Massa Crítica (E5, E6). Essa capacidade de mobilização demonstrou a força dos cicloativistas e lhes deu visibilidade na cidade. Um sinal de reconhecimento

⁹ <https://www.sul21.com.br/jornal/protesto-contratropelamento-em-massa-reune-2-mil-pessoas-em-porto-alegre/> Acesso em: 26 jan. 2018.

foi o recebimento de uma representação dos manifestantes pelo secretário municipal de Coordenação Política e Governança Local da Prefeitura de Porto Alegre, Cezar Busatto, quando a manifestação estava concentrada em frente ao prédio da Prefeitura.

Além de mudanças em termos de uma maior abertura para a discussão do “problema das bicicletas” na cidade, o atropelamento também gerou mudanças no próprio cicloativismo. Observa-se uma ampliação da rede de atores que se reconhecia como ativista na defesa e promoção do transporte por bicicleta. Segundo uma entrevistada, muitos ciclistas passaram a sentir necessidade de se engajar mais ao identificarem que estava em jogo uma luta pela própria sobrevivência.

As mudanças geradas pela maior visibilidade, a interlocução governamental e a ampliação dos atores da rede cicloativista produziram (ou intensificaram), no entanto, divergências e tensões na rede. Uma das diferenças existentes entre os cicloativistas, que se expressou com muita intensidade na assembleia realizada no dia 27 de fevereiro de 2011, era sobre a forma de se organizar e especialmente se relacionar com o Poder Público. Os segmentos anarquistas e autonomistas rejeitavam qualquer forma de representação e negociação com o Estado, defendendo a ação direta com a ocupação das ruas pelos ciclistas. Outros segmentos achavam importante aproveitar a oportunidade que o atropelamento proporcionava para buscar políticas e legislações que atendessem às demandas dos cicloativistas. Ou seja, enquanto uma parte dos atores da rede avaliava a necessidade de intensificar a atuação na construção do problema, ampliando as ações nas ruas, outra parte avaliava a necessidade de deslocar uma parte do esforço para construir e disputar as soluções ao problema que haviam conseguido tornar público (ao menos momentaneamente)¹⁰.

¹⁰ Este relato baseia-se em observação da Assembleia pelos autores.

Atuação da rede cicloativista de Porto Alegre no fluxo das soluções

Segundo Kingdon (2014), no fluxo das soluções ocorre o processo de especificação de alternativas, no qual são debatidas propostas de soluções para problemas reconhecidos ou potenciais. Nesta seção, busca-se analisar como os atores cicloativistas atuam nesse fluxo através da participação institucional em seminários, reuniões, grupos de trabalhos e audiências públicas ou através das associações representativas que elaboram estudos e projetos para apresentação ao Poder Público e/ou à sociedade.

A atuação no fluxo das soluções demandou que alguns atores cicloativistas mudassem a forma de se organizar e agir. De um lado, essa atuação demandou um investimento em qualificação técnica e na construção de um reconhecimento público para formular e disputar a proposição de soluções aos problemas de mobilidade urbana (e, mais especificamente, de uso da bicicleta no transporte urbano) à sociedade e ao Poder Público.

Neste sentido, destaca-se a realização do 1º Fórum Mundial da Bicicleta em Porto Alegre em fevereiro de 2012¹¹. O objetivo do fórum foi fazer uma discussão sobre o lugar da bicicleta em um projeto de cidade; ou seja, havia uma intencionalidade de qualificação do debate público através do conhecimento experiências, exemplos e soluções de outros locais do país ou do mundo em relação ao uso da bicicleta. A partir deste objetivo, foram convidados para palestras atores que são referências mundiais do cicloativismo, como Chris Carlsson, criador do *Critical Mass* de São Francisco.

Além da interlocução com atores de outros países, o fato da rede cicloativista ser composta por muitos atores com alto nível

¹¹ Cerca de 5 mil pessoas passaram pelo fórum em sua primeira edição. Depois do 2º, também realizado em Porto Alegre, ano a ano o fórum aconteceu em Curitiba, Medellín (Colômbia) Santiago (Chile), México. Disponível em: <<http://vadebike.org/2017/04/forum-mundial-da-bicicleta-2017-cidade-do-mexico/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

de escolarização contribuiu significativamente para a reunião e mobilização de uma expertise técnica de engenheiros, arquitetos, advogados, entre outros profissionais, para a produção de estudos, avaliações e propostas que fundamentassem as soluções apresentadas pelos cicloativistas.

De outro lado, a disputa das soluções demandou um direcionamento da atuação para as arenas institucionais, nas quais se debatiam e/ou decidiam as ações e projetos relacionados à mobilidade urbana. É neste sentido que se observa uma amplificação dos espaços institucionais de intervenção dos atores da rede cicloativista: Conselhos e Conferências de políticas públicas; grupos de trabalho; audiências públicas; Câmara de Vereadores.

Um dos exemplos desta atuação institucional é a participação em um grupo de trabalho criado no âmbito estadual: o Grupo de Trabalho de Segurança para Ciclistas no Detran-RS, constituído em 2015. Esse grupo reúne vários setores das áreas técnicas do órgão estatal e também representantes das organizações de representação dos ciclistas, como a Mobicidade, o LAPPUS, a ACPA e a Gramado de Bicicleta¹². O objetivo do grupo é estudar a acidentalidade e propor ações de melhoria para que o ciclista consiga se deslocar com segurança na via pública e para que mais pessoas que queiram usar esse modal se sintam seguros e acolhidos pelas cidades.

Por fim, o reconhecimento institucional também demandou um processo de formalização das organizações. Alguns atores da rede cicloativista avaliavam que a constituição de organizações formais poderia facilitar o reconhecimento junto a atores e arenas institucionais dos interesses, demandas e propostas do movimento cicloativista. Tal avaliação partia de um entendimento que o formato organizativo do Massa Crítica, um evento produzido por uma rede informal que rejeitava qualquer forma de representação e hierarquia, limitava aquele reconhecimento, excluindo a voz dos cicloativistas dos processos de discussão e/ou deliberação das políticas públicas. Assim, como informam Machado, Prolo e Santos (2016, p. 124):

¹² Informações disponíveis em: <<http://gramadodebicicleta.blogspot.com.br/>> Acesso em: 20 mar. 2017.

Foi também a partir do evento do atropelamento que, da Massa Crítica, surgiram associações que constituíram-se enquanto pessoas jurídicas representativas da causa para buscar determinados espaços de interlocução e reivindicação frente ao Poder Público: a Associação dos Ciclistas de Porto Alegre – ACPA, em Dezembro de 2011; e a Associação Pela Mobilidade Urbana Com Bicicleta – MOBICIDADE, em Junho de 2012.

Tais mudanças produziram uma complexificação da rede cicloativista de Porto Alegre, que crescentemente passou a combinar as ações extrainstitucionais de reivindicação e denúncia visando construir o problema da bicicleta na cidade, com as ações de proposição e negociação de soluções àquele problema junto a diferentes arenas e atores governamentais.

Atuação da rede cicloativista de Porto Alegre no fluxo da política

O fluxo da política (*policy stream*) está relacionado à atmosfera política nacional, à opinião pública, às configurações partidárias ou ideológicas no Legislativo e/ou no Executivo e aos grupos de interesse de vários tipos que pressionam (ou tentam pressionar) o governo com suas demandas, e as mudanças destes elementos ao longo do tempo. É nesse fluxo que ocorrem as disputas, coalizões e negociações entre os vários atores, societários e governamentais, que buscam defender e promover suas formulações de problemas e/ou soluções e inseri-los na agenda governamental como prioritários.

A dinâmica do fluxo da política, no que se refere à questão da bicicleta na política de mobilidade urbana de Porto Alegre, ilustra de maneira exemplar a relativa autonomia de cada fluxo segundo o modelo de Kingdon. Neste sentido, de um lado, observa-se uma grande “conquista” – a elaboração e aprovação do Plano Diretor Cicloviário (PDCI) em 2009 – em um momento no qual o movimento cicloativista ainda estava se estruturando e o tema da bicicleta ainda não havia ganhado maior visibilidade na cidade

(como ocorre após o atropelamento coletivo, em 2011). De outro lado, observa-se um fechamento crescente do governo municipal ao tema e, mesmo, um retrocesso em algumas políticas municipais exatamente no momento em que o movimento ampliava sua capacidade de dar visibilidade ao problema do transporte por bicicleta e se estruturava para apresentar soluções tecnicamente qualificadas ao mesmo.

O processo de elaboração e aprovação do PDCI pode ser interpretado como uma janela de oportunidade que se abre pela convergência da atuação de três conjuntos de atores: o movimento cicloativista; setores da burocracia estatal; e setores do centro político do governo municipal. Esta convergência produziu a janela de oportunidade para o alinhamento entre o reconhecimento de um problema, a identificação de soluções e a construção de condições políticas para a aprovação da proposta de política formulada. Aquela convergência e a janela de oportunidade que ela produziu é caracterizada por um entrevistado que atuou na elaboração do PDCI, enquanto membro da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SMMU), da seguinte forma:

[...] Como eu te digo, foi muito mais em função de que já existia um grupo forte de ciclistas, Massa Crítica, todo grupo que já pressionava, já tinha pressão sobre a mobilidade. E isso por característica de profissionais nesse momento que estavam comandando a Secretaria, haviam estudado fora, sabe, todo mundo estudou fora muitos anos doutorado lá, então sabíamos desse tipo de coisa e da globalização. E nesse momento, se começou a falar muito forte, no mundo, sobre as ciclovias, mobilidade sustentável, então foi algo no processo como algo que já estava quase por acontecer, né. Então foi feito antes, pegou justamente um cara que estava a fim, o secretário, o prefeito Fogaça. O prefeito Fogaça era a fim de bicicleta, mas faltava alguém que viesse com a ideia e ele aceitou e aí foi fácil, né [...] Mas deve ficar claro que esses movimentos não nasceram agora, são muito antigos e que todos esses grupos sempre reivindicaram um projeto, mas que o Poder Público,

até esse momento, não dava bola, sabia que existia, mas 'ah, tudo bem'. E se conjugou toda essa pressão dos movimentos, o conceito de mobilidade sustentável e a parte política que nesse momento era secretário-técnico e que sabia desse tipo de coisa para juntar. Se juntou a ambição política dentro da administração pública, com um secretário-técnico, mais a pressão que existia, mais o conceito de mobilidade sustentável que se juntou, toda essa tendência no mundo ajudou e deslanchar rapidamente, né, esse é o grande problemas das cidades, né, que às vezes não se junta essa coisa assim e não se dá, então quando se juntaram, se alinharam os astros, os três, saiu esse negócio, pá, à nível de plano, né, porque, muitas vezes, não se alinha esses astros, mas começam a implantar, logo não tem consequências diretas nos resultados. (E9)

O relato acima reconhece que já havia uma pressão social em defesa da causa da bicicleta, mas que a mesma só foi eficaz, naquele momento, por encontrar suporte entre setores técnicos da burocracia e setores políticos do governo, que também reconheciam o problema e estavam dispostos a construir soluções para o mesmo.

Uma das ações significativas feitas pelos cicloativistas naquele momento foi pressionar os vereadores da cidade para a aprovação do PDCI. Neste sentido, reivindicaram a realização de audiências públicas para poderem argumentar junto aos vereadores em um espaço institucional. Uma entrevistada, por exemplo, destaca que, através da pressão dos cicloativistas, foram realizadas uma audiência pública e um seminário para a discussão do projeto do PDCI, possibilitando que atores do movimento pudessem contribuir para qualificar a proposta e construir o apoio político para a aprovação da mesma (E19).

Conforme salientado anteriormente, após o atropelamento coletivo o movimento cicloativista se amplia e ganha visibilidade na cidade. Ao mesmo tempo, o movimento se complexifica, com o surgimento de novas organizações e novos repertórios de atuação. Uma destas novidades, em termos de atuação no fluxo da política,

foi o investimento de setores do movimento na atuação “por dentro do Estado” através da construção de uma candidatura à Câmara dos Vereadores. Assim, em 2012 é eleito o vereador Marcelo Sgarbossa (PT), que havia sido ciclista profissional, tinha uma participação ativa no Massa Crítica e era um membro reconhecido da rede cicloativista. O coletivo reunido em torno do vereador atua intensamente, na Câmara Municipal e na cidade, na defesa das pautas cicloativistas, além de outras mais gerais relacionadas à mobilidade urbana e aos direitos humanos. Em 2016, Marcelo Sgarbossa é reeleito vereador e outro reconhecido cicloativista, apesar de não ser eleito, consegue mobilizar segmentos importantes da rede cicloativista da cidade em apoio à sua candidatura a vereador pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

No entanto, a capacidade de eleger um vereador não significou uma capacidade de ampliar o apoio político às demandas e propostas do movimento cicloativista no âmbito do governo municipal, da Câmara de Vereadores e da opinião pública. Ao contrário, em um contexto mais geral de polarização e radicalização política vivido pelo país, especialmente a partir de 2013, a causa cicloativista passou a ser identificada com o “petismo/esquerdismo” e, assim, passou a ser rejeitada por parcelas significativas das forças políticas e da opinião pública local. Neste sentido, apesar do sucesso eleitoral, a maioria das propostas do vereador Marcelo Sgarbossa foram rejeitadas por uma Câmara Municipal majoritariamente conservadora.

Esta fragilização da causa cicloativista no fluxo da política é exemplificada claramente pela disputa em torno da efetiva aplicação do PDCL, particularmente no que se refere à utilização de recursos em ações e programas de promoção do uso da bicicleta. A lei aprovada estabelecia que 20% do valor arrecadado pelo município com multas de trânsito deveria ser aplicado na construção de ciclovias. Em janeiro de 2012, o LAPPUS ingressou com uma representação no Ministério Público para cobrar o cumprimento da lei do PDCL, pois norma sobre a aplicação dos recursos vinha sendo descumprida. O Ministério Público solicitou, no mês de abril de 2013, em caráter liminar, que a Justiça obrigasse

a prefeitura a cumprir o dispositivo legal sobre a aplicação dos recursos, mas obteve derrota em primeira instância e recorreu, após, ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS). Em agosto de 2013, o Tribunal de Justiça julgou que a lei era constitucional, obrigando os próximos orçamentos municipais preverem o percentual correto e que os valores não aplicados desde a vigência da lei deveriam ser investidos em até dois anos. Em resposta, o prefeito José Fortunati (PDT) propôs o Projeto de Lei Complementar do Executivo (PLCE) 010/13 visando à retirada do percentual previsto para a implantação do PDCI e a instituição de um Fundo Municipal de Apoio à Implantação do Sistema Cicloviário (FMASC) e seu Conselho Gestor.

A rede cicloativista se mobilizou contrariamente ao Projeto da Prefeitura. Buscando pressionar o executivo para a retirada do Projeto e o legislativo para sua não aprovação, foram utilizadas diversas táticas: Bicicletadas, manifestações com cartazes e faixas na Câmara de Vereadores, produção e distribuição de panfletos, envio de e-mails aos vereadores e publicações nas redes sociais. Alguns entrevistados apontam que, no início, os vereadores preocupavam-se mais com a pressão realizada pela rede cicloativista. Porém, depois começaram a perceber que esses atores não eram e nem viriam a ser seus eleitores, avaliando que seus votos não teriam impacto em suas próximas candidaturas (E7).

Devido à pressão dos cicloativistas, ocorreram inúmeros adiamentos de votações na Câmara Municipal de Porto Alegre. Mas, ao final, o projeto acabou sendo aprovado em uma sessão de maio de 2014. Sancionado como Lei Complementar nº 744, em outubro de 2014, foi instituído o FMASC e seu Conselho Gestor. Segundo os entrevistados, o contexto de acirramento das disputas político-partidárias no país e na cidade foi um dos fatores centrais que bloqueou o acesso dos cicloativistas, identificados com o PT/esquerda, à maioria dos vereadores, impossibilitando qualquer avanço nas negociações.

Apesar dos atores cicloativistas considerarem terem sido prejudicados pelo Projeto de Lei aprovado, um novo espaço de tomada de decisão foi criado prevendo a participação de

representantes de entidades cicloativistas e reconhecendo assim a legitimidade destas. No entanto, a maioria dos entrevistados questiona a composição do Conselho do FMASC¹³, avaliando que há um claro desequilíbrio entre as representações do movimento (duas) e as representações governamentais (sete) (E4, 9, 19). Além disto, a dinâmica de funcionamento do Conselho se mostrou bastante restritiva para uma efetiva participação dos representantes do movimento na construção da política: esperava-se que esse fosse um espaço no qual seriam construídos e debatidos os projetos coletivamente, mas a prática foi de apresentação de projetos já elaborados pelo executivo que deveriam ser apenas referendados pelo Conselho.

Por fim, outras duas táticas passaram a ser utilizados pelos atores da rede cicloativista na tentativa de incidir no fluxo da política: as chamadas “carta-compromisso” e as “cartas abertas”. As primeiras são cartas elaboradas pelas associações cicloativistas com compromissos em termos da política de mobilidade urbana, as quais são enviadas a candidatos em períodos eleitorais. Na eleição para o Governo estadual em 2014, por exemplo, a associação Mobicidade elaborou uma carta-compromisso através do GT Eleições (grupo de trabalho da entidade) e buscou a assinatura dos candidatos a governador que concorriam no segundo turno. Na última eleição municipal de 2016, também enviaram uma carta-compromisso aos candidatos a prefeito para tentar construir um comprometimento com as propostas para a política de mobilidade urbana formuladas pela entidade.

¹³ Conforme vemos no art. 7º do PLCE 010/13, o Conselho é composto por: dois integrantes da EPTC ou da Secretaria Municipal de Transportes (SMT); um integrante da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF); um integrante do cargo de Procurador da Procuradoria-Geral do Município (PGM); um integrante da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV); um integrante da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMUrb); um integrante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam); e dois integrantes de entidade da sociedade civil com atuação reconhecida na promoção do uso de bicicleta. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/atos/LC%20744>>.

Já as cartas abertas são enviadas às autoridades governamentais (com destaque para o prefeito de Porto Alegre), com cópia para os meios de comunicação, relatando situações e problemas que precisam ser resolvidos, visando uma repercussão na mídia e contribuir para o destaque e a visibilidade de suas demandas.

A análise desenvolvida nesta seção mostra que o fluxo da política, à exceção da convergência que criou as condições para formulação e aprovação do PDCI em 2009, tendeu a não ser favorável à incorporação às políticas de mobilidade urbana da problematização e das propostas de solução construídas pela rede cicloativista. Apesar dos variados repertórios de pressão e negociação utilizados pelos cicloativistas, buscando influenciar os tomadores de decisão no fluxo da política, não houve o retorno desejado por parte desses atores. Apesar da eleição de um representante do cicloativismo à Câmara Municipal no período, a posição minoritária deste frente ao predomínio de forças políticas conservadoras na arena legislativa e no executivo municipal limitou significativamente a capacidade de influência do vereador eleito.

Conclusões

A questão que orientou a argumentação desenvolvida neste artigo foi: como as redes heterogêneas que conformam os movimentos sociais se estruturam e se transformam, ao longo do tempo, a partir de sua atuação (ou tentativa de atuação) nos diferentes fluxos que constituem o processo de construção das políticas públicas?

A análise da rede cicloativista de Porto Alegre mostrou que a tentativa de incidir na política pública, que envolve atuar (em maior ou menor grau) nos três fluxos identificados por Kingdon, exige dos atores da rede uma ação diversificada. Cada fluxo apresenta suas arenas, atores e procedimentos específicos, demandando condições, recursos e formas de ação particulares dos atores das redes movimentalistas. No caso analisado, observou-se que os

atores do movimento cicloativista responderam às especificidades e demandas de cada fluxo com uma “divisão de tarefas”, tanto no que se refere ao fluxo no qual atuam, quanto aos repertórios que utilizam em cada fluxo. Tal “divisão de tarefas” é, em grande medida, definida pelas diferenças de recursos e de estratégias dos atores.

Assim, alguns atores, como os ativistas e coletivos anarquistas e autonomistas e o Massa Crítica, tenderam a concentrar sua atuação na promoção de ações diretas de ocupação das ruas por ciclistas, dando visibilidade pública às suas demandas através do enfrentamento direto de um modelo de cidade e de mobilidade urbana baseado no automóvel particular. Já outros atores, como as entidades cicloativistas, sem deixar de participar das ações públicas, tenderam a investir na formulação, proposição e negociação de soluções para o problema da mobilidade urbana e do uso da bicicleta na cidade. Tal investimento implicou na participação em espaços institucionais nos quais aquele problema era debatido. Houve, ainda, um investimento em ocupar espaços institucionais através da eleição de representantes, de forma a disputar a formulação de políticas nas arenas existentes do executivo e do legislativo.

O resultado deste processo foi uma complexificação da rede cicloativista da cidade de Porto Alegre ao longo do período estudado. A “divisão de tarefas” entre os seus atores, de um lado, possibilitou uma atuação simultânea em diversas frentes. Tal atuação, mesmo reconhecendo os limites em termos de conquista de suas demandas, conseguiu colocar o tema da bicicleta como um tema relevante da política de mobilidade urbana da cidade e legitimar os atores do movimento como atores reconhecidos da rede da política municipal de mobilidade urbana. De outro lado, a “divisão de tarefas” também tensionou o movimento cicloativista na medida em que expressava divergências sobre concepções e estratégias de atuação. Como destacava a citação de Melucci apresentada anteriormente, uma parte importante da energia e do tempo dos atores do movimento cicloativista precisa ser utilizada para lidar com as diferenciações que o constitui.

A análise desenvolvida mostra a fertilidade analítica da perspectiva teórica escolhida. Assumir a heterogeneidade constitutiva dos movimentos sociais possibilita abordá-los como redes complexas, conformadas por atores atuando simultaneamente de várias maneiras, em diversas arenas e com distintas intencionalidades e estratégias. Assumir a diversidade dos fluxos das políticas públicas possibilita abordar sua produção como processos complexos, heterogêneos em termos de suas arenas e atores, no qual contingências (como o atropelamento coletivo, no caso analisado) podem assumir centralidade em determinadas situações. Articular a heterogeneidade dos movimentos com a diversidade dos fluxos, por fim, possibilita ampliar nossa capacidade de análise, rompendo com simplificações que ainda limitam a investigação das relações entre os movimentos sociais e as políticas públicas.

Referências

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L., “Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na Era Lula”. *Dados*, v. 57, n. 2, p. 325-257, 2014.

ABERS, R.; von BÜLLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, n. 28, p. 52-84, 2011.

BARBOSA, I. S. **Das Ruas às Mentes: variações nas formas de influência do movimento de moradia na mudança da política para as favelas do poder público paulistano (1979-1989)**. Trabalho apresentado no II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, Campinas, UNICAMP, 2015.

CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. C. A. **Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: proposições analíticas e desafios metodológicos**. ST13 entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais. Caxambu, Encontro Anual da ANPOCS, 2016.

DIANI, M. The Concept of Social Movement. **The Sociological Review** 40, p. 1-25, 1992.

DOWBOR, M. W. **A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006)**. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política, São Paulo, 2012.

GOLDSTONE, J. A. **States, parties, and social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

JASPER, J. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LEITÃO, L. R. S. **Oportunidades políticas e repertórios de ação: o movimento negro e a luta de combate à discriminação racial no Brasil**. Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2012.

LIED, L. F. C. **História da política pública para a bicicleta: pedalando o Plano Diretor Cicloviário Integrado de Porto Alegre (2008-2014)**. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2015.

KINGDON, J. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. Boston: Pearson Education, 2014.

MACHADO, L. PROLO, F.; SANTOS, C. ANDRADE, V.; RODRIGUES, J.; MARINO, F.; LOBO, Z. (organizadores). **Mobilidade por bicicleta no Brasil**. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2016.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, D. S. P. **“Mais amor, menos motor”: análise sobre a atuação da rede cicloativista na construção da agenda da política de mobilidade urbana de Porto Alegre**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2017.

PEREIRA, M. M.; SILVA, C. F. **Ação Contenciosa: repertórios, táticas e performances**. In: 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Brasília, DF, 2017.

SILVA, R. S. **Formas contemporâneas de ativismo político: etnografia do movimento Massa Crítica**. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Sociais, Porto Alegre, 2011.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: transito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, n. 28, p. 86-124, 2011.

TILLY, C. **Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834**. In: TRAUGOTT, Mark (ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.

XAVIER, G. N. A. **O desenvolvimento e a inserção da bicicleta na política de mobilidade urbana brasileira**. Tese (doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Santa Catarina, 2011.

ZUGE JUNIOR, O. **Cicloativismo paulistano: uma investigação jurídico-fenomenológica**. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo, 2016.

Anexo

Quadro 1 – Caracterização dos(as) entrevistados(as).

E1	Membro da Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta - Mobidade ¹⁴ Conselheiro do FMASC (Fundo Municipal de Apoio ao Sistema Cicloviário)
E2	Arquiteto concursado da EPTC e membro da equipe do cicloviário do PDCI
E3	Membro da Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta - Mobicidade
E4	Assessor parlamentar do Gabinete do vereador Marcelo Sgarbossa ¹⁵ Membro do Laboratório de Políticas Públicas e Sociais - LAPPUS ¹⁶ e da Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta - Mobicidade Participa das reuniões do GT de Segurança para Ciclistas do Detran-RS
E5	Membro da Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta - Mobicidade

E6	Supervisor parlamentar do Gabinete do vereador Marcelo Sgarbossa Membro do Laboratório de Políticas Públicas e Sociais - LAPPUS e da Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta - Mobicidade
E7	Membro da Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta - Mobicidade
E8	Membro da Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta - Mobicidade
E9	Arquiteto, consultor, atuou como gerente de projetos do PDCI na EPTC entre 2008 e 2010
E10	Membro da Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta - Mobicidade
E11	Membro da Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta - Mobicidade Participa das reuniões do GT de Segurança para Ciclistas do Detran-RS
E12	Analista – pedagoga, atua como uma das coordenadoras do GT de Segurança para Ciclistas
E13	Membro da Associação dos Ciclistas de Porto Alegre - ACPA ¹⁷
E14	Vereador eleito em 2012 na Câmara Municipal de Porto Alegre Membro do Laboratório de Políticas Públicas e Sociais - LAPPUS e da Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta - Mobicidade
E15	Membro da Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta - Mobicidade
E16	Presidente da Associação de Ciclistas da Zona Sul - ACZS ¹⁸
E17	Arquiteto concursado da EPTC
E18	Analista – psicóloga, atua como uma das coordenadoras do GT de Segurança para Ciclistas
E19	Atual presidente da Associação dos Ciclistas de Porto Alegre - ACPA
E20	Membro da Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta - Mobicidade Participa da Massa Crítica

Fonte: autoria própria.

¹⁴ Informações disponíveis em: <http://www.mobicidade.org/?page_id=2>
Acesso em: 10 out. 2016.

¹⁵ Vereador eleito em 2012 e reeleito 2016 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que defende, dentre outras, pautas cicloativistas na Câmara de Vereadores.

¹⁶ Informações disponíveis em: <http://www.lappus.org/site/?page_id=2>
Acesso em: 20 set. 2016.

¹⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.acpa.org.br/>> Acesso em: 15 out. 2016.

¹⁸ Informações disponíveis em: <https://aczs.wordpress.com/sobre-a-aczs/>
Acesso em: 20 dez. 2016.

Participação social na microterritorialidade: interação socioestatal na realidade participativa de Lavras-MG¹

*Kellen Cristina de Abreu*²

*Júlia Moretto Amâncio*³

Resumo: A susceptibilidade da participação social nos mecanismos instituídos ou não instituídos, se dá pelas janelas de oportunidades, de amplitude oscilatória em função de variáveis como momento político e lideranças do movimento. O objetivo deste estudo é explorar a complexidade dessas relações entre sociedade civil e sociedade política no nível local e identificar interações socioestatais de acordo com a tipologia de Amâncio (2013). De metodologia teórico-empírica qualitativa e exploratória, utilizou-se de entrevista semiestruturada para coleta de dados sobre a atuação dos atores sociais nos bairros do município de Lavras-MG. Aplicou-se, na análise dos dados, a Tipologia de Ação Coletiva Microterritorial de Amâncio (2013). Os resultados evidenciaram a heterogeneidade dos repertórios de ação coletiva, considerando, por exemplo, a migração de militantes das associações para o Serviço Público Municipal ou a participação de membros dos movimentos nos Conselhos Municipais. A participação social, dada hibridez de seus atores e diversidade das realidades microterritoriais, envolve dinâmicas igualmente diversas e dignas de análise para que se tenha conhecimento e reconhecimento dessas dinâmicas.

Palavras chave: participação social; dinâmicas políticas microterritoriais; interfaces socioestatais.

¹ Recebido em 04/02/18 e aprovado em 28/06/18.

² Mestrado Profissional em Administração Pública pela Universidade Federal de Lavras. Membro do núcleo de Estudos Observatório de Políticas Públicas da mesma universidade. kellen.abreu.cris@gmail.com

³ Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Lavras. Coordenadora do núcleo de Estudos Observatório de Políticas Públicas da mesma universidade. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. jumorettoamancio@gmail.com

Social participation in microterritoriality: socio-state interaction in the participatory reality of Lavras-MG

Abstract: The susceptibility of social participation in mechanisms instituted or not instituted, is given by the windows of opportunity, of oscillatory amplitude in function of variables as political moment and leaders of the movement. The aim of this study is to explore the complexity of these relationships between civil society and political society at the local level and to identify socio-state interactions according to the typology of Amâncio (2013). From qualitative and exploratory theoretical-empirical methodology, a semi-structured interview was used to collect data on the performance of social actors in the districts of the city of Lavras-MG. In the data analysis, the Typology of Collective Microterritorial Action of Amâncio (2013) was applied. The results evidenced the heterogeneity of the repertoires of collective action, considering, for example, the migration of militants from the associations to the Municipal Public Service or the participation of members of the movements in the Municipal Councils. Social participation, given the hybridity of its actors and the diversity of microterritorial realities, involves equally diverse dynamics and worthy of analysis in order to have knowledge and recognition of these dynamics.

Keywords: social participation; microterritorial political dynamics; socio-state interfaces.

Participación social en la microterritorialidad: interacción socioestatal en la realidad participativa de Lavras-MG

Resumen: La susceptibilidad de la participación social en los mecanismos instituidos o no instituidos, se da por las ventanas de oportunidades, de amplitud oscilatoria en función de variables como momento político y liderazgos del movimiento. El objetivo de este estudio es explorar la complejidad de esas relaciones entre sociedad civil y sociedad política a nivel local e identificar interacciones socioestatales de acuerdo con la tipología de Amâncio (2013). De metodología teórico-empírica cualitativa y exploratoria, se utilizó de entrevista semiestructurada para la recolección de datos sobre la actuación de los actores sociales en los barrios del municipio de Lavras-MG. Se aplicó, en el análisis de los datos, la Tipología de Acción Colectiva Microterritorial de Amâncio (2013). Los resultados evidenciaron la heterogeneidad de los repertorios de acción colectiva, considerando, por ejemplo, la migración de militantes de las asociaciones para el Servicio Público Municipal o la participación de miembros de los movimientos en los Consejos Municipales. La participación social, dada hibridez de sus actores y diversidad de las realidades microterritoriales, involucra dinámicas igualmente diversas y dignas de análisis para que se tenga conocimiento y reconocimiento de esas dinámicas.

Palabras clave: participación social; dinámicas políticas microterritoriales; interfaces socioestatales.

1. Introdução

A participação social tangibilizada nos mecanismos institucionais de participação, como os conselhos de políticas públicas e os orçamentos participativos, não é suficiente para entender 1) os diferentes movimentos sociais, 2) nos diferentes contextos, 3) diante das diferentes dificuldades e possibilidades que dispõem para ter acesso às políticas públicas. Portanto faz-se necessário explorar a diversidade de conexões entre sociedade civil e sistema político, onde se encontram um amplo repertório de ações, próprio de cada movimento, que materializam a relação entre atores coletivos e Estado na busca pela satisfação de suas necessidades.

Neste contexto, os questionamentos que direcionaram o estudo foram: Os repertórios de ação coletiva utilizados nos bairros do município de Lavras-MG apresentam particularidades em face das janelas de oportunidade para sua atuação perante o Poder Público? Podem ser nestes repertórios identificados os tipos de Interação Socioestatal Microterritorial da tipologia de Amâncio (2013)?

O objetivo condutor do estudo foi explorar a complexidade das relações entre sociedade civil e sociedade política no nível local e identificar possíveis Interações Socioestatais Microterritoriais de acordo com a tipologia de Amâncio (2013).

Conferir resposta a esses questionamentos possibilita a compreensão da complexidade de atuação dos atores coletivos no acesso a políticas públicas, bem como suas características, dificuldades e possibilidades no exercício do controle social e a efetividade de serviços públicos. Compreendê-los é fundamental para verificar sua legitimidade, tanto em suas ações como nas reivindicações conquistadas.

Para melhor orientar o leitor sobre o texto cabe destacar que o mesmo busca, em um primeiro momento, na seção de

referencial teórico, situar a discussão a respeito das abordagens teóricas sobre a participação social. Desde as relações entre cultura e política mutáveis ao longo do tempo determinando os termos como participação social e política, democracia, cidadania e sociedade civil quanto os espaços de discussões e ações coletivos híbridos emergidos de realidades diversas apontam para aspectos importantes sobre a realidade participativa no Brasil. Para tanto este texto discute sobre a solidificação do controle social na realidade brasileira e as dinâmicas microterritoriais de participação social, tratando a sociedade civil enquanto dimensão heterogênea como construção política, decorrente das interações que ocorrem ao longo do tempo nas diversas realidades participativas.

Ao trazer a discussão sobre dinâmicas microterritoriais, o presente texto pretende voltar o foco da análise da participação social para as dinâmicas próprias de cada localidade e sua implicação no processo de políticas públicas, isto intrinsecamente relacionado à interpretação de cada ator social pelas oportunidades de interação com o Estado e o uso de meios para acessar o Estado e apresentar demandas.

Metodologicamente, este estudo qualitativo e exploratório se aproxima de seu fenômeno de análise por meio de entrevista com questionário semiestruturado com o propósito de compreender os atores coletivos e/ou individuais atuantes nos bairros do município de Lavras-MG. Foram realizadas 35 entrevistas, aplicadas no período de janeiro de 2015 a fevereiro de 2016, em 16 bairros do Município de Lavras – MG utilizando a técnica *snowball* e observação assistemática.

Na seção de resultados da pesquisa este estudo pretende situar, a partir da literatura levantada na primeira seção, o comportamento do fenômeno de análise. Tendo o território como espaço que reflete e condiciona segregações e dimensões associativas e políticas, que interferem nos modos de mobilização política e sua efetividade o estudo busca tratar das interações socioestatais microterritoriais, já que a extrainstitucionalidade da participação social suporta repertórios de ação coletiva diversos por meio de atores diversos em realidades diversas. Para tanto,

as classificações foram realizadas a partir da Tipologia De Ação Coletiva Microterritorial que apresenta cinco tipos de interações socioestatais microterritoriais (movimentalista, partidária ou legislativa, associativismo comunitário, ativismo conselhistas e interação assistencialista).

Observaram-se diferentes repertórios de ação coletiva nos movimentos associativos ou atuações individuais da realidade analisada; dinâmicas distintas, de acordo com suas potencialidades e restrições diante do poder público e sistema político local. Foram identificados exemplos de todos os cinco tipos Interação Socioestatal Microterritorial, evidenciando que no município em análise a diversidade de repertórios de ação coletiva em resposta à abertura das janelas de oportunidades é diverso e híbrido, tanto em atores, quanto em formas de participação.

2. Referencial teórico

As relações entre cultura e política se alteram no tempo e espaço por meio de discursos e práticas que estão continuamente implicados nas distintas concepções de termos como participação social e política, democracia, cidadania e sociedade civil. Para se remeter às relações entre cultura e política, cabe lembrar que até os anos 1970 reinava o Estado enquanto soberano como instrumento teórico privilegiado para analisar essas relações (DAGNINO, 2000).

A cultura, especialmente a popular, nesse contexto, era o domínio da alienação, da falsa consciência e da mistificação, isto é, o reino da ideologia. Esse conceito acabou, portanto, construindo uma armadilha para os estudos culturais. Já a política foi equiparada e identificada com outro conceito dominante: o Estado, que por sua vez, foi “concebido como uma condensação das relações de poder e como locus específico da dominação na sociedade, isto é, a única arena decisiva das relações de poder e, portanto, o único lugar alvo relevante da luta política” (DAGNINO, 2000, p.64).

A mudança do conceito coletivo de cidadania traz a concepção de que “tornar-se cidadão passa a significar a

integração individual ao mercado, como consumidor e produtor” (DAGNINO, 2005, p. 14). Mudando o pensamento do próprio indivíduo, quando a cidadania começa a se desfazer do significado de relação de direitos e deveres da sociedade civil e do Estado, se reduzindo à solidariedade. O Estado, então se isenta do seu papel garantidor de direitos passando para a sociedade civil suas funções fundamentais (DAGNINO, 2000).

Tradicionalmente excludente, o Estado Brasileiro caracterizou-se por muito à parte da sociedade civil, com relação a pouca ou nenhuma participação política. O termo “Eles que são brancos que se entendam” mostra como a alienação frente aos acontecimentos políticos tornava alheia a grande massa populacional. Isso não quer dizer que não havia participação popular, mas estas eram altamente reprimidas. Casos como Quilombos, Canudos, lutas pelo abolicionismo e tantas outras mostram o fato de que sempre houve reivindicações (CARVALHO, 1998).

Os movimentos sociais, entretanto, estiveram historicamente subordinados à repressão ou à sua adequação aos interesses do Estado. Isso acontece visivelmente entre os anos de 1930 a 1960, onde os governos ditos populistas conseguiram instrumentalizar estas organizações aos seus interesses (CARVALHO, 1998).

É neste contexto que surgem espaços favorecedores de discussões de aspecto coletivo, como clubes de mães, pastorais populares das igrejas, movimentos populares por creche, saúde, que culminam nas lutas pela participação popular, resultadas na Constituição de 1988 com abertura de espaços para a participação (CARVALHO, 1998). Fomentada pelos “movimentos sociais populares urbanos reivindicatórios de bens e serviços públicos e por terra e moradia, e pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais” (SADER, 1988, citado por GOHN, 2004, p. 3).

2.1 A solidificação do controle social

Dotados de soberania, os indivíduos de uma sociedade regida por um governo democrático, exercem sobre ele o controle

de suas ações, de várias formas e em várias instâncias. O termo controle social diz respeito à participação do cidadão na gestão pública, por meio da fiscalização, monitoramento e controle das ações da Administração Pública (BRASIL, 2012, p. 16). Também se remete à possibilidade de os cidadãos engajados em movimentos sociais, ou não, tomar decisões relativas ao processo de políticas públicas e serviços de responsabilidade do Estado.

As possibilidades do exercício do controle social, pelos movimentos sociais, foram sendo ampliadas à medida que esses atores coletivos foram ganhando espaço e importância no cenário político, isto por meio de pressão frente as instituições políticas, sobretudo nos poderes municipais. No caso brasileiro, os movimentos sociais foram atores fundamentais na criação e consolidação da arquitetura participativa em várias áreas de políticas públicas (TATAGIBA, 2011, p. 172).

Com a pressão dos diversos atores sociais pela abertura política à participação social, o cenário começa a se alterar na década de 1990, quando há a ampliação considerável da institucionalização de espaços de diálogo e participação da sociedade civil, como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e os Orçamentos Participativos. “Constituindo outros tipos de laços com os poderes executivo, legislativo e judiciário, conforme suas necessidades de serem ouvidos e atendidos em suas demandas” (AMÂNCIO 2013, p. 19).

A criação [desses espaços] derivou do movimento de contestação nas décadas de 1970 e 1980 quanto ao padrão centralizador, autoritário e excludente que vinha marcando a relação entre as agências estatais e os beneficiários das políticas sociais (SCHEVISBISKI, 2008, p. 3).

Dessa forma, os movimentos sociais e atores da sociedade civil organizada ganharam mais espaço, o que significou mais participação, mais demandas, mais controle social. Com a atuação conjunta entre sociedade e Poder Público tangibilizou-se “a

correspondência efetiva entre a qualidade da ação e as demandas de grupos sociais em situação de vulnerabilidade e, em especial, a realização das ações públicas sob controle social dos cidadãos” (BARBOSA, 2010, p. 4).

O orçamento participativo, gerado nesse processo de abertura e de requerimento por participação da sociedade na política e no processo de políticas públicas, sendo efetivamente tomadora de decisões no âmbito estatal, carrega tamanha importância no âmbito de inclusão da sociedade no processo decisório. Apesar das dificuldades em superar os critérios corporativos, fazendo surgir questionamentos quanto à participação efetiva dos atores em sua base, esses espaços contribuem significativamente para o processo de políticas públicas (AMÂNCIO, 2013; TATAGIBA, 2005; LÜCHMANN 2011).

A incorporação da sociedade no processo de políticas públicas e na formalização do controle social, proporcionou maior visibilidade às demandas sociais, visto que as limitações do sistema puramente representativo produzem distorções entre a vontade popular e a política promovida pelos eleitos (RAUSCENBACH, 2014).

Por meio desses mecanismos, o Estado passa a ofertar participação à sociedade. Neste contexto, a história privatista, de mistura promíscua entre o público e o privado, e autoritária que excluiu sistematicamente largas parcelas das conquistas sociais e democráticas, o reconhecimento da participação como direito reforça uma ruptura a este Estado excludente (CARVALHO, 1998).

Como uma nova forma de relação entre o Estado e a sociedade, os conselhos propiciam o acesso de segmentos sociais aos espaços onde se tomam as decisões políticas, permitindo desta forma o exercício do controle social (DIEGUES, 2013, p. 9).

As decisões da sociedade nesses espaços de participação adquirem legitimidade democrática e vontade normativa capaz de parametrar a ação do Estado” (SCHEVISBISKI, 2008, p. 2). Além

de se responsabilizarem a promover a inclusão dos interesses e demandas dos grupos e setores sociais cujas vozes não alcançam expressão e reconhecimento nos espaços de representação da política eleitoral (LÜCHMANN 2011).

Considerando que a participação e o controle social estão para além dos mecanismos institucionais, tem-se um grande embate, no que diz respeito à participação nos Conselhos Gestores, embora haja “a possibilidade de ganhos incrementais e procedimentais, também maior proximidade dos movimentos com os gestores e a comunidade da política” (TATAGIBA, 2011, p. 172). Ou seja, “a institucionalização desses espaços amplia e complexifica o rol de modalidades, ou repertórios, de ação política das associações e dos movimentos sociais” (LÜCHMANN, 2011, p. 142).

Considerando que a participação nos Conselhos é limitada pelo número de atores da sociedade civil, diferente de outros repertórios como promoção de campanhas, ou protestos e passeatas, esse novo papel desempenhado pelos atores sociais traz para suas agendas “uma nova responsabilidade marcada pela dimensão da representatividade perante outros atores e com o Estado na formulação de políticas públicas que afetarão públicos mais amplos” (LÜCHMANN, 2011, p. 145).

Sobretudo porque os espaços institucionais de participação, não incluem certos atores ou grupo de atores, ou seja,

[...] foco nas instituições participativas, por um lado, excluiu certos tipos de atores, porque restringiu sua abordagem a uma esfera de atuação cujo acesso é restrito àqueles mais organizados e detentores de maiores recursos políticos e até mesmo materiais e que atuam em âmbito municipal (AMÂNCIO 2013, p. 23).

A participação institucional proporcionada pelos mecanismos resultantes das lutas dos movimentos sociais até a década de 1990 representa um grande passo rumo à democracia participativa. Entretanto, esse avanço não foi capaz de absorver tamanha complexidade de atores e demandas da sociedade civil. Primeiro porque as interações entre Estado e sociedade

extrapolaram tais espaços e formas de participar, e, segundo porque, apesar de os conselhos gestores de políticas públicas refletirem atualmente “conquistas inegáveis do ponto de vista da construção de uma institucionalidade democrática”, eles estão imersos em uma arquitetura participativa “que tem esbarrado em limites que muitas vezes esvaziam ou restringem seus potenciais democratizantes” (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012, p. 69).

Ao lado de uma agenda mais voltada ao funcionamento interno dos conselhos, os estudos também mostram que os conselhos têm investido grande parte de sua energia no desempenho de funções técnicas e burocráticas, mantendo uma agenda no varejo e atuando reativamente em resposta às demandas provenientes do Executivo, enquanto decisões importantes continuam correndo por fora, nas tramas desconexas que conformam a rede de produção da política pública (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012, p. 86).

Portanto, embora se tenha hoje a maturidade de tais mecanismos participativos, tem-se também a contradição sobre sua atuação, sobremaneira quanto ao “seu papel deliberativo no interior do sistema das políticas públicas” (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012, p. 79), pois “os conselhos têm despendido uma energia significativa com questões relativas ao seu funcionamento interno”, especialmente quanto à “discussão de temas relativos a sua própria dinâmica organizacional interna” (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012, p. 85). E isto já estava sendo apontado desde o início da década de 2000 como o faz Tatagiba (2002).

2.2 Dinâmicas microterritoriais de participação social

O conceito de microterritório (AMÂNCIO, 2013) volta o foco da análise da participação social para as dinâmicas próprias de cada localidade e sua implicação no processo de políticas públicas. Desse âmbito de análise reconhecedor da individualidade dos atores coletivos ou individuais, absorve-se dinâmicas intrinsecamente

ligadas às micro-localidades e suas posições, isso se considerarmos a participação como um espectro de proximidade com o Estado, onde se encontram atores mais próximos ou mais distantes do mesmo.

O acesso de cada ator dependente das janelas de oportunidade – instâncias por meio das quais o Poder Público recebe as demandas sociais (conselhos gestores, fóruns) – cedidas pelo Poder Público e de suas possibilidades de repertório de ação coletiva – formas como os atores sociais podem apresentar suas demandas ao Poder Público (marchas, abaixo-assinados). A criatividade envolvida nas performances é tal, que cada uma se particulariza (ALONSO, 2012, p. 30). Com base em Mische (2003; 2008), Tatagiba destaca que

A análise dos repertórios de ação dos movimentos exige sensibilidade aos dilemas táticos e estratégicos impostos pelas mudanças conjunturais e/ou pela configuração estrutural dos campos em disputa, assim como para a natureza cultural dos processos pelos quais os atores definem as questões em jogo e os campos em disputa (TATAGIBA, 2011, p. 175).

As características das instituições e o desenho das organizações estatais promovem formas diversas na interação entre os atores sociais e o Estado (AMÂNCIO, 2013, p. 64), pois uma janela de oportunidade é vista de forma diversa por diferentes atores. E nesse sentido a participação social se desenrola no âmbito microterritorial por meio de interação de diversas identidades, interesses e estratégias. Os espaços participativos são percebidos distintamente e várias dinâmicas decorrentes da microterritorialidade extrapolam essas diferenças em seu modo de apresentar as demandas.

Dessa forma,

o enquadramento analítico focado nos espaços participativos, nos atores articulados em nível municipal e organizados setorialmente, tornou

invisíveis certos tipos de estratégias de interação com o poder público para o encaminhamento das demandas coletivas, que passam ao largo desses espaços, como por exemplo, as interações que se dão através de intermediários partidários ou pela relação histórica com movimentos sociais que atuam em outros níveis, ou pelas ações de protesto, mobilização local para o encaminhamento de abaixo-assinados e ofícios, ações judiciais, entre várias outras estratégias (AMÂNCIO, 2013).

A sociedade civil é uma dimensão heterogênea como construção política, decorrente das interações que ocorrem ao longo do tempo. Porém, a observação da dinâmica política microterritorial revela que os pontos de acesso ao Estado, ou aquilo que poderia ser denominado de “permeabilidade socioestatal”, se encontra além do uso esperado dos espaços participativos (AMÂNCIO, 2013).

2.3 Interações socioestatais microterritoriais

No ápice da produção acadêmica sobre os mecanismos institucionais de participação social desde os anos 90, surge uma brecha: a existência de movimentos e atores alicerçados em práticas diversas das previstas na Constituição Federal de 1988. A extrainstitucionalidade da participação social suporta repertórios de ação coletiva tão híbridos e multiformes quanto seus atores, diversos e microterritorializados.

A parte submersa do *iceberg* da participação social brasileira guarda uma sorte de repertórios extrainstitucionais, muitas vezes impensáveis pela parte superior, constituídas pelos mecanismos institucionais, movendo-se em uma “multiplicidade de estratégias de ação e de interação no contexto democrático, expressando suas reivindicações e propostas ao poder público no sentido de influenciar a agenda política” (CARLOS, 2015, p. 90).

Estas estratégias – janelas de oportunidade – pelas quais a participação social, por meio de mecanismos instituídos ou

não, está suscetível e cuja amplitude está em constante oscilação (AMÂNCIO, 2013) em função de variáveis como momento político, representantes eleitos, ou mesmo as lideranças do próprio movimento. As escolhas de repertórios de ação coletiva dependem diretamente da dimensão de abertura das janelas de oportunidades,

das oportunidades oferecidas ou das restrições impostas pelas próprias instituições, mas também pelas próprias crenças e identidades coletivas consolidadas por estes sujeitos. Estes caminhos dependem em grande medida dos intermediários e interlocutores disponíveis, que são definidos pela amplitude das redes de relações, dinâmicas e que não se limitam às fronteiras associativas, pelo contrário, são tanto mais eficazes quanto mais conseguem dialogar com as instituições. (AMÂNCIO, 2013, p. 34).

Cabe aqui uma melhor explicação sobre o conceito de repertório de ação coletiva. É, em suma, um conjunto de formas de ação (ALONSO, 2012, p. 24), que não é ilimitada, mas dentro das possibilidades que cada movimento possui (LÜCHMANN, 2011; ALONSO 2012; AMÂNCIO, 2013; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). “A modalidade escolhida, se mais contestadora e/ou mais institucional depende de cada situação e das avaliações de participantes e ativistas sociais” (MCADAM, TARROW E TILLY, 2009, p.33, citado por LÜCHMANN, 2011, p. 148 – 149) e também de uma construção histórica de atuação “num processo que envolve aprendizado, onde certas estratégias permanecem porque funcionam numa determinada conjuntura por maior ou menor período de tempo, enquanto que outras são substituídas” (AMÂNCIO 2013, p. 34). “Há variações nas oportunidades políticas que, apreendidas diferencialmente pelos atores conforme a posição que ocupam, geram uma clivagem fixando-se em repertórios *rígidos ou flexíveis*” (TILLY, 2006, p. 44-45 citado por ALONSO, 2012, p. 30).

Os repertórios estão assentados nos laços sociais, na vida diária e na cultura, logo, variam de acordo com as condições e contextos políticos e sociais. Dependendo de cada situação política, as associações escolhem seus repertórios de ação de acordo com suas demandas, com os espaços institucionais disponíveis, ou seja, as janelas de oportunidade e seus objetivos (LÜCHMANN, 2011; ALONSO 2012; AMÂNCIO, 2013).

Piquetes, marchas, demonstrações, ocupações, bloqueios, abaixo-assinados, panfletagem, reuniões públicas, cartas, declarações na imprensa, lobbies, criação de associações, figuram os mais conhecidos repertórios de ação dos movimentos sociais. As diferentes condições ou situações jogam papel decisivo nas estratégias adotadas, e que sofrem alterações à medida que essas condições, capacidades e restrições se desenvolvem (MCADAM, TARROW E TILLY, 2009, p.33, citado por LÜCHMANN, 2011, p. 148 – 149).

Um repertório pode funcionar em certo contexto ou momento e não em outro, constituindo em uma “correlação entre mudança de repertório e mudança social, econômica e política, e o uso dos repertórios conforme as oportunidades políticas” (TILLY, 1976, p. 22, citado por ALONSO, 2012, p. 23).

Além disso, os diferentes tipos de repertórios estão intimamente ligados “com legados históricos, aprendizados e recorrências” (LÜCHMANN, 2011, p. 148, ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014), e sobretudo, “vinculada a uma concepção que vê relações e complementaridades, e não apenas conflitos, entre as práticas associativas e movimentalistas e os atores e os espaços da política institucional (governos, partidos, parlamentos etc.)” (LÜCHMANN, 2011, p. 148). As “dimensões estruturais e culturais dos elementos do repertório são o que as pessoas *sabem fazer* e do que os outros *esperam* que elas façam” (TARROW, 1997, p. 66, citado por TATAGIBA, 2011, p. 174).

Os processos de organização e atuação dos atores sociais não respondem apenas aos condicionamentos político-institucionais, mas também à configuração da infraestrutura associativa da sociedade, esta seria composta pela diversidade de redes informais de sociabilidade às estruturas organizacionais formais, geralmente apreendidas pelo conceito de sociedade civil (CORTES; SILVA, 2010, p. 435).

O controle societal – operado apenas no nível da ação coletiva, por atores coletivos organizados, mas não necessariamente formalizados, que “falam em nome de alguém” (GURZA LAVALLE; ISUNZA VERA, 2010, p. 23, citados por AMÂNCIO; SERAFIM; DOWBOR, 2011, p. 296) – exercido pelas associações institucionalmente ou informalmente é amplo e envolve uma multiplicidade de ações.

Por não se concentrarem nos espaços institucionais muitos atores e dinâmicas próprios de microterritórios não se enquadram no aparato analítico da literatura sobre participação que se debruça nos mecanismos pré-determinados, uma vez que estas dinâmicas de “interação entre atores sociais e estatais, e as formas de incidência sobre as políticas públicas incluem dimensões menos formalizadas, como parte do exercício do controle social” (AMÂNCIO; SERAFIM; DOWBOR, 2011, p. 295).

Essa inclusão é importante na medida em que não existe evidência empírica de que formas menos rigorosas de controle social, realizadas por atores coletivos e individuais em âmbito local com grau de organização e coordenação menores, não contribuam para a melhoria do fornecimento de serviços públicos e das políticas públicas em geral, e para a garantia de direitos (AMÂNCIO; SERAFIM; DOWBOR, 2011, p. 295).

A literatura recente sobre participação social, evidenciando a diversidade participativa que a envolve e pela qual os atores coletivos e individuais têm acesso ao Estado, reconhece múltiplas

dinâmicas e atores inseridos desde os microterritórios até o cenário nacional

Abers, Serafim e Tatagiba (2014) trataram de um aspecto muito importante dentro dos estudos sobre participação social no Brasil - o governo Lula e o rearranjo das formas de atuação dos movimentos e atores sociais. As autoras destacam que

neste contexto de maior proximidade, movimentos sociais e atores estatais experimentaram criativamente com padrões históricos de interação Estado-sociedade e reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de formas inovadoras. Ativistas que assumiram cargos na burocracia federal frequentemente transformaram agências governamentais em espaços de militância nos quais continuaram a defender bandeiras desenvolvidas previamente no âmbito da sociedade civil (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 326)

O curioso foi que este período recriou as relações entre Estado e sociedade civil, combinando estratégias já presentes no contexto histórico brasileiro. Os movimentos sociais não só agiram como/ enquanto parte do Estado, “mas também investiram pesadamente em ações por dentro das instituições do Estado, tanto através de novas arenas participativas como assumindo estrategicamente posições na burocracia, transformando o próprio Estado em espaço de militância política” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 331). Tal cenário possibilitou a interpretação de diversos repertórios tratados e não tratados na literatura até então, bem como combinações diversas dos mesmos, como protestos e ação direta, participação institucionalizada, política de proximidade e ocupação de cargos na burocracia, tratados por Abers, Serafim e Tatagiba (2014).

As autoras ressaltam finalmente a necessidade de “entender a construção concreta de novas rotinas de conflito, negociação e participação, [e isso] requer examinar como as redes que obtiveram acesso ao Estado em momentos particulares trabalharam com práticas históricas de interação Estado-sociedade em cada área da política” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 348).

Por falar em combinação de dinâmicas a partir de diversos contextos e das interações singulares a partir de situações específicos, voltemos ao microterritório. No território, e mais precisamente no microterritório,

o espaço reflete e condiciona segregações tanto econômicas e sociais, quanto associativas e políticas, que interferem nos modos de mobilização política, através dos quais esses cidadãos pobres expressam capacidades mais ou menos limitadas de se organizar para acessar o Estado, com maior ou menor efetividade (AMÂNCIO, 2013, p. 21).

Amâncio (2013) apresenta a Tipologia De Ação Coletiva Microterritorial que trata de diferentes atores e formas de participação na busca por serviços públicos e participação política nos processos decisórios. As classificações realizadas a partir da Tipologia De Ação Coletiva Microterritorial apresentam cinco tipos de interações socioestatais microterritoriais.

O primeiro tipo de interação socioestatal microterritorial é a Movimentalista, onde a estratégia é a “interação reivindicativo-mobilizatória para interagir com o Estado e encaminhar demandas” (AMÂNCIO, 2013, p. 157).

No segundo tipo de interação, Partidária ou Legislativa, os “atores se identificam como assessores parlamentares ou militantes de base de partidos, cuja função é fazer a mediação direta entre as demandas locais e o legislativo” (AMÂNCIO, 2013, p. 158).

O terceiro tipo é o Associativismo comunitário, “representado pelas associações comunitárias ou de moradores que organizam demandas e as encaminha para o poder público” (AMÂNCIO, 2013, p. 159).

O quarto tipo é o Ativismo conselhistas onde “os conselheiros são reconhecidos pela comunidade como seus representantes, ouvem as demandas e problemas pelas ruas, levam para serem discutidas nas reuniões do conselho [...]” (AMÂNCIO, 2013, p. 159).

Por fim, o quinto tipo, a interação assistencialista, diz respeito à “ação coletiva local restrita à ajuda mútua”, em que

suas ações não têm caráter reivindicativo propriamente político e coletivo, como o principal eixo de sua inserção local, mas acabam realizando de alguma forma uma mediação entre demandas locais e poder público, ainda que num sentido assistencialista, que procura de suprir as necessidades imediatamente e individualmente, sem as transformar em demandas coletivas (AMÂNCIO, 2013, p. 160).

Essa tipologia ajuda a entender e dividir as dinâmicas microterritoriais de acordo com sua natureza e seus atores.

3. Metodologia

O presente estudo de caso, assim se caracteriza, pelo “levantamento com mais profundidade de um caso/grupo humano reunindo maior número de informações detalhadas, visando apreender uma determinada situação” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 276).

Caracterizado como exploratório este estudo visa, segundo características dessa classificação, realizar descrições da situação e descobrir relações existentes entre seus elementos componentes. “Esse tipo de pesquisa requer um planejamento bastante flexível para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação” (CERVO, 2007, p. 63-4). E assim, “descobrir novas possibilidades e dimensões da população de interesse” (NETO, 2012, p. 150).

A natureza qualitativa das análises realizadas compreende um “conjunto de técnicas interpretativas [para a descrição] de um sistema complexo de significados”, interpretando os fenômenos segundo a perspectiva de cada um sem pretensão de dedução (NETO, 2012, p. 135).

De cunho teórico empírico o estudo utilizou-se de entrevista com questionário semiestruturado para coleta de dados sobre os atores coletivos e/ou individuais atuantes nos bairros do município de Lavras-MG; cuja metodologia correspondeu à utilização da técnica *snowball* ou “bola de neve”, onde os líderes ou participantes de movimentos associativos ou figuras participativas são encontrados a partir de relatos e indicações de moradores ao adentrar-se em cada bairro. Foram realizadas 35 entrevistas, aplicadas no período de janeiro de 2015 a fevereiro de 2016, em 16 bairros do Município de Lavras – MG.

O estudo também contou com dados coletados por meio de técnica de observação participante assistemática que “implica na interação entre investigador e grupos sociais, visando coletar informações diretamente do contexto ou situação específica do grupo” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 279), sem, contudo, controle anteriormente elaborado e sem instrumental previamente definido (BARROS, 2007).

A análise desses dados foi feita a partir dos dados obtidos nas entrevistas acrescentados da observação do contexto por meio do qual interagem os atores. A categorização desses dados identificou-se como não apriorística, “emergindo totalmente do contexto das respostas dos sujeitos da pesquisa, o que exige do pesquisador um intenso ir e vir ao material analisado e teorias embasadoras” (CAMPOS, 2004, p. 614).

Em um segundo momento, para compreensão dos atores estudados aplicou-se, neste estudo, a tipologia de ação coletiva microterritorial de Amâncio (2013) subdividida em cinco Tipos de Interação Socioestatal Microterritorial: 1. Movimentalista; 2. Partidária ou legislativa; 3. Associativismo comunitário; 4. Ativismo conselhistas; 5. Assistencialista. Distribuiu-se nesta tipologia os fenômenos encontrados no campo.

4. Resultados

Antes de perpassar as informações de cada bairro é importante contextualizar que Lavras-MG, apesar de ainda

não possuir um diagnóstico completo de vulnerabilidade socioterritorial (em andamento nas pesquisas atuais das autoras), pode ser considerada uma cidade com

vulnerabilidade social moderada, com desigualdade social abaixo da média nacional e com desenvolvimento econômico acima desta média também. Entretanto, há grande desigualdade em relação a estes aspectos, bem como em relação às condições sanitárias, de acesso a serviços públicos e a direitos sociais, de indicadores de alfabetização e de empregabilidade, considerando as diferentes regiões da cidade (ABREU; AMÂNCIO, 2017, p. 56).

O último senso aponta a população de Lavras-MG em 92.200 habitantes. Sendo 102.124 na estimativa para 2017. Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 1,7% da população está na extrema pobreza. Em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 3,9%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,6%. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 24.378 postos, 36,0% a mais em relação a 2004. Entretanto, o desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 39,4% no mesmo período (SAGI, Lavras-MG, Aspectos sociodemográficos).

As despesas com saúde, educação, administração, encargos especiais e gestão ambiental foram responsáveis por 83,11% das despesas municipais. Em assistência social, por sua vez, as despesas alcançaram 2,44% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,20%. Com base nos dados do Censo 2010, verifica-se que o município possuía 1.489 jovens de 15 a 17 anos fora do ensino médio. Entre esses jovens, 69,7% são negros. Em relação ao ensino superior, 9.077 jovens de 18 a 24 anos se encontravam fora do ensino superior, sendo que 53,7% desses jovens são negros (SAGI. Lavras-MG: Vulnerabilidade Social e Juventude Negra, p. 3).

Quanto ao transporte público, o município conta com 16 linhas de ônibus, dessas, 3 são rurais. Os intervalos das linhas estão entre 20 minutos (menor intervalo) e 100 minutos (maior intervalo). A seguir estão apresentadas as informações por bairro para posterior análise na seção seguinte.

4.1 Bairro Novo Horizonte

O bairro fica afastado da cidade, do outro lado da rodovia BR 265 (Minas Gerais – São Paulo), extremo suldoeste da cidade. Quanto à distância do bairro em relação ao centro da cidade trata-se de aproximadamente 40 minutos fazendo o percurso a pé (G. MAPS–Rotas⁴). É uma distância aproximada de 3,1 quilômetros. Em termos do perfil da população residente no bairro, cabe ressaltar que é muito vulnerável em relação aos demais bairros da cidade.

No que diz respeito ao transporte público a linha 12 faz a rota Novo Horizonte-UFLA passando pelo centro da cidade. O intervalo médio da linha 12 é de 40 minutos entre 06h50min e 19h00min; das 19h00min às 22h40min o intervalo é de 80 minutos (BERNARDES, 2017, p. 81).

A associação está desativada. Há vários problemas no bairro; os mais citados foram a falta de segurança pública, pois o ambiente é tomado pelo tráfico e uso de drogas, e a precariedade da única ponte de acesso ao bairro, uma ponte extremante estreita e velha. Outros problemas mencionados foram a deficiência dos serviços de saúde, pavimentação e limpeza.

Moradores ressaltam que o bairro está carente de assistência e de projetos sociais pelo governo local, pois diversas atividades sociais e assistenciais são feitas por terceiros e pelas entidades religiosas de forma insipiente, como por exemplo, aula de capoeira, futebol e distribuição de alimentos.

⁴ G. MAPS – Rotas é um recurso do Google Maps para obter o tempo de percurso de um ponto a outro do mapa e também à distância em quilômetros entre dois pontos do mapa.

Houve, no bairro, recentemente, uma manifestação, cujo objetivo foi o de chamar a atenção do Poder Municipal e do resto da cidade para os problemas do bairro, sempre esquecido, segregado territorial e socialmente.

A principal reivindicação apresentada na manifestação foi duplicação da única ponte de acesso ao bairro, que além de estar em más condições é estreita para dois veículos passarem simultaneamente, ou mesmo pessoas e veículos.

Porque ali na ponte não dá pra passar dois carros, se a moto for passar ela tem que subir quase no acostamento da ponte, tem uns ferro arrancado e aí de tanto a chuva passar, ali já deu enchente, as mureta já está corroendo, detonada. Aí ele foi passar, garrou num buraco ali, ele caiu ali para baixo da ponte. Mas nós já tinha pedido há muito tempo, já tinha acontecido acidente ali há muito tempo, já aconteceu muita coisa ali já, não é de hoje que nós pede para arrumar ali não (Entrevistado).

A manifestação chamou a atenção da mídia local e diante disso o Poder Público se propôs a tomar providências quanto à reforma da ponte. Essa demanda foi apresentada anteriormente várias vezes por meio da ouvidoria e ao próprio prefeito, entretanto até então nada tinha sido feito.

4.2 Bairro Vale do Sol

O bairro em questão fica localizado a extremo leste da cidade, antes da área de distrito industrial. A distância em relação ao centro da cidade fica em 51 minutos fazendo o percurso a pé (G. MAPS – Rotas). A distância do bairro em relação ao ponto central da cidade é 3,4 quilômetros. A população do bairro é medianamente vulnerável considerando o restante da cidade.

No que diz respeito ao transporte público a linha 8 faz a rota Vale do Sol-Lavrinhas passando pelo centro da cidade. O intervalo médio da linha 8 é de 30 minutos entre 06h40min e 22h10min (BERNARDES, 2017, p. 80).

O bairro conta com uma associação atuante principalmente na área ambiental e sanitária por meio de parcerias com outras entidades, como a Universidade Federal De Lavras no projeto de revitalização das voçorocas. O Vice-presidente da associação é também vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Lavras.

A associação conta com militantes que têm fácil acesso ao Poder Público Municipal, por estarem ingressos nos conselhos e nas secretarias.

É diretamente com os Conselhos Municipais, ao qual alguns dos nossos participantes fazem parte e também diretamente com a Prefeitura e com as Secretarias tanto de Obra e de Desenvolvimento do Município (Entrevistado).

A associação também tem fácil acesso ao poder legislativo para apresentar demandas

com o apoio de alguns vereadores, o Júlio de Melo [...] os deputados Padre João do PT e o Reginaldo Lopes também do PT [...] gente sempre teve um acesso fácil a ele [Júlio de Melo] aqui ao Sindicato dos Metalúrgicos, que tá sempre apoiando (Entrevistado).

4.3 Bairros Jardim Glória e bairros Campestres I, II e III

O bairro Jardim Glória está localizado bastante próximo do centro da cidade, mais precisamente ao lado; e anexado a ele estão os bairros Campestres I, II e III. A distância em relação ao centro da cidade é de 19 minutos fazendo o percurso a pé; são 1,6 quilômetros de distância (G. MAPS – Rotas). É um bairro tradicional e bastante antigo em relação aos outros em análise. Não possui vulnerabilidade expressa se levado em consideração os demais bairros da cidade.

No que diz respeito ao transporte público a linha 3 faz a rota Lavrinhas-Centro passando pelo bairro Jardim Glória. O intervalo médio que a linha 3 passa pelo bairro Jardim Glória é

de 35 minutos; nos últimos horários o intervalo é de 60 minutos (BERNARDES, 2017, p. 80).

A Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória e Jardim Campestre I, II e III é muito conhecida, citada em entrevistas e conversas informais com membros das associações de outros bairros, exaltada por sua influência e organização.

A associação acessa o poder público municipal por meio de ofícios encaminhados diretamente às secretarias municipais. Quanto aos contatos que os membros da associação têm com funcionários municipais, a associação tenta agir de modo mais formal, já que isto pode representar um encurralamento da mesma.

Muitas vezes, para reclamar de serviços negligenciados à comunidade a associação acessa também à Ouvidoria Municipal. Outras figuras dentro da própria comunidade, particulares ou religiosas, não são utilizados como repertório pela associação.

Nunca foi preciso igual você perguntou aí, padre, pastor, sei lá, vereador, se a gente precisa com a câmara, a gente pega vai lá na câmara, protocola e pronto. Não precisa de um terceiro pra fazer isso não (Entrevistado).

As áreas de atuação da associação são: meio ambiente, saúde; limpeza urbana (eles mesmos organizam mutirões para limpeza e organização da pracinha, que foi construída por intermédio da associação).

4.4 Bairro Lavrinhas

O bairro Lavrinhas se localiza a extremo nordeste da cidade, depois do campus da universidade Federal de Lavras (campus extenso). A distância deste bairro em relação ao centro da cidade é de 1 hora e 2 minutos fazendo o percurso a pé (G. MAPS – Rotas). É muito vulnerável em relação aos demais bairros da cidade.

No que diz respeito ao transporte público a linha 3 faz a rota Lavrinhas-Centro. O intervalo médio da linha 3 é de 35 minutos entre 06h35min e 22h35min. Os três últimos horários da rota têm

60 minutos de intervalo entre um e outro. (BERNARDES, 2017, p. 79). A distância entre o bairro e o centro é de 4,6 quilômetros.

Neste bairro a associação não está funcionando por motivo de afastamento da presidente. Os principais problemas do bairro destacados foram a infraestrutura, pois o escoamento de água fluvial tem sérias deficiências, as chuvas fortes causam alagamento das casas.

O povo daqui está à mercê da sorte. Eu já assisti ao longo desses meus 69 anos umas 10 enchentes. A pessoa perde tudo o que tem. Nós mesmos perdemos tudo, isso tudo que você está vendo é doado (Entrevistado).

Destacou-se, entretanto, um morador que ao realizar um curso de políticas públicas se viu apto a ingressar em algum conselho municipal, tendo alcançado então a presidência do Conselho Municipal de Saúde pelo período de 2005 a 2007. E atualmente preside o Conselho Municipal de Habitação.

E tivemos grande conquista na minha gestão, nós conseguimos uma verba para fazer a unidade de pronto atendimento. E depois me reconduziram para o conselho municipal de habitação, o que eu estou até hoje, ajudando no processo do Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. Estamos até hoje ajudando a coordenar e fiscalizar (Entrevistado).

Este morador representa um ator chave no associativismo lavrense, que mobiliza uma ampla rede em seu bairro, Lavrinhas, e é citado por outras associações como ator importante.

4.5 Bairro Judith Cândido

O presente bairro se localizava a extremo norte da cidade até a data de conclusão da pesquisa. Trata-se de um conjunto habitacional do programa federal Minha Casa, Minha Vida. Quanto à distância do bairro em relação ao centro da cidade trata-

se de aproximadamente 1 hora e 8 minutos fazendo o percurso a pé (G. MAPS – Rotas). A distância em quilômetros é de 4,8 (mais da metade da extensão da cidade). É extremamente vulnerável em relação aos demais presentes nessa análise.

No que diz respeito ao transporte público a linha 1 faz a rota Distrito-Cohab, chegando até à praçinha do bairro Judith Cândido, mas apenas em alguns horários. O intervalo médio da linha 1 é de 20 minutos entre 05h05min e 23h20min. Os três últimos horários da rota o intervalo é de 50 minutos (BERNARDES, 2017, p. 79).

As demandas prioritárias da população local puderam ser identificadas por meio dos moradores no que diz respeito à ausência de equipamentos como creches, escolas, postos de saúde, áreas de lazer, além do baixo policiamento e alta demanda de transporte público devido a distância do bairro em relação ao centro da cidade. Não há equipamentos públicos e o bairro também não conta com estabelecimentos comerciais ou organizações não governamentais.

A praçinha construída no centro do conjunto habitacional foi totalmente depredada pelos moradores com propósito de evidenciar a situação que se encontravam.

Quanto à identificação de bases associativas formais e não formais e das lideranças locais, viu-se que o próprio poder público municipal, buscou a constituição de associação de bairro, de forma que os moradores, organizados, apresentassem suas demandas. A impossibilidade dessa ação se deu por falta de lideranças que assumissem a organização e condições das próprias pessoas exercerem papéis dentro dela.

Contudo, foi possível perceber um ator muito ativo no bairro Judith Cândido que busca a atenção do poder público, em princípio, para demandas particularmente suas enquanto cidadã, mas que representa ganhos para outros cidadãos, como por exemplo, a solicitação de atendimento médico e Unidade Básica de Saúde no bairro.

4.6 Tipologia de ação coletiva microterritorial

De acordo com as classificações realizadas a partir da tipologia de ação coletiva microterritorial de Amâncio (2013), identificou-se o primeiro tipo de interação socioestatal microterritorial que é a Movimentalista – onde a estratégia é a “interação reivindicativo-mobilizatória para interagir com o Estado e encaminhar demandas” (AMÂNCIO, 2013, p. 157) – no Bairro Novo Horizonte, que não possui associações, e portanto os atores se muniram de uma manifestação na entrada do bairro, com finalidade de obter visibilidade ao seu problema.

O segundo tipo de interação é a Partidária ou Legislativa em que os “atores se identificam como assessores parlamentares ou militantes de base de partidos, cuja função é fazer a mediação direta entre as demandas locais e o legislativo” (p. 158). Neste tipo de interação encontrou-se no campo estudado, a Associação de Moradores do Bairro Vale do Sol que contam com militantes migrados para o Serviço Público Municipal.

O terceiro tipo é o Associativismo comunitário, “representado pelas associações comunitárias ou de moradores que organizam demandas e as encaminha para o poder público” (p. 159). A ilustração desse tipo no presente estudo foi a Associação dos Bairros Jardim Glória e Campestres I, II e III, em que principalmente por meio de ofícios encaminha as demandas do bairro e pleiteia junto ao poder público ganhos para os bairros onde atua.

O quarto tipo é o Ativismo Conselhistas onde “os conselheiros são reconhecidos pela comunidade como seus representantes, ouvem as demandas e problemas pelas ruas, levam para serem discutidas nas reuniões do conselho [...]” (p. 159). Pôde-se ver neste tipo um ator chave no associativismo lavrense o Conselheiro Municipal de Habitação, que mobiliza uma ampla rede em seu bairro, Lavrinhas, e é citado por outras associações como ator importante.

Por fim, o quinto tipo, a Interação Assistencialista é “ação coletiva local restrita à ajuda mútua”, em que “suas ações não têm caráter reivindicativo propriamente político e coletivo, como

o principal eixo de sua inserção local, mas acabam realizando de alguma forma uma mediação entre demandas locais e poder público, ainda que num sentido assistencialista, que procura de suprir as necessidades imediatamente e individualmente, sem as transformar em demandas coletivas” (p. 160). Neste tipo coube um ator muito ativo, do bairro Judite Cândido, que busca do poder público atenção às suas demandas, em princípio, para si mesmo, contudo a exigência de médico na UBS local, por exemplo, proporciona o serviço a todos os usuários do bairro.

Quadro 1: Interação socioestatal microterritorial no município de Lavras-MG.

Tipo de interação socioestatal microterritorial	Definição	Dinâmicas e interações identificadas do município de Lavras-MG
Movimentalista	A estratégia é a “interação reivindicativo-mobilizatória para interagir com o Estado e encaminhar demandas” (p. 157).	Bairro Novo Horizonte, não possuidor de associações. Os atores se muniram de uma manifestação na entrada do bairro, com finalidade de obter visibilidade para o seu problema.
Partidária ou Legislativa	“atores se identificam como mediadores diretos entre as demandas locais e o legislativo” (p. 158).	Associação de Moradores do Bairro Vale do Sol que contam com militantes migrados para o serviço público municipal.
Associativismo Comunitário	“representado pelas associações comunitárias ou de moradores que organizam demandas e as encaminha para o poder público”(p. 159).	Associação dos bairros Jardim Glória e Campestre I, II e III que, principalmente por meio de ofícios, encaminha as demandas dos bairros e pleiteia junto ao poder

Ativismo Conselhista	“os conselheiros são reconhecidos pela comunidade como seus representantes, ouvem as demandas e problemas pelas ruas, levam para serem discutidas nas reuniões do conselho [...]” (p. 159).	Ator chave no associativismo lavrense, o conselheiro municipal de saúde, que mobiliza uma ampla rede em seu bairro, Lavrinhas, e é citado por outras associações
Assistencialista	“ator ou grupo de atores procura suprir as necessidades imediatamente e individualmente, sem as transformar em demandas coletivas, mas acabam realizando alguma forma de mediação entre demandas locais e poder público”(p. 160).	Ator muito ativo no bairro Judith Cândido, que busca a atenção do poder público, em princípio, para demandas particularmente suas enquanto cidadão, mas que representa ganhos para outros cidadãos, como por exemplo, a solicitação de atendimento médico e UBS no bairro.

Fonte: Elaboração Própria.

Os resultados evidenciaram diferentes repertórios de ação coletiva em cada movimento associativo ou ator social da periferia analisada, considerando, por exemplo, a migração de militantes das associações para o Serviço Público Municipal (como é o caso da Associação de Moradores do Bairro Vale do Sol), a estratégia de parceria entre Poder Público e associação (Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jardim Eldorado), membros de movimentos que fazem parte dos Conselhos Municipais (Bairro Lavrinhas), ou mesmo aquelas comunidades distantes do poder público, em que as janelas de oportunidades se encontram estreitas e cujos repertórios de ação coletiva traspassam a institucionalidade dos mecanismos legais de participação social (Protestos no Bairro Novo Horizonte).

5. Considerações finais

A busca pela melhoria na qualidade dos serviços públicos e o acesso aos direitos coletivos, a partir dos movimentos associativos analisados, não se restringe aos mecanismos participativos institucionalizados, mas abrange toda forma legítima de chamar a atenção do Poder Público para as necessidades da comunidade. Além disso, cada movimento associativo possui repertórios de ações coletivas próprios para acessar o Estado, de acordo com as janelas de oportunidade que também são distintas para cada ator coletivo, por exemplo, interações utilizadas por comunidades distantes do poder público, periféricas tanto territorialmente como socioeconomicamente, em que as janelas de oportunidades se encontram estreitas e cujos repertórios utilizados são aqueles que esses atores podem alcançar.

Referências

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **DADOS –Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, 2014, pp. 325 a 357.

ALONSO, A. Repertório, Segundo Charles Tilly: História De Um Conceito. *Revista sociologia&antropologia*, v.02, n. 03, p. 21–41, 2012. Disponível em: <http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wpcontent/uploads/2015/05/3ano2v3_artigo_angela-alonso.pdf>. Acesso em 18 de Nov. 2015.

ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serv. Soc. Soc. [online]**, 2012, n.109, pp.68-92.

AMÂNCIO, J. M. Dinâmicas políticas microterritoriais: organizações comunitárias e acesso às políticas públicas na periferia de São Paulo. **Tese de Doutorado**. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2013.

AMÂNCIO, J. M.; SERAFIM, L.; DOWBOR, M. Microterritorialidade e Controle Societal. **Revista Lua Nova**, São Paulo, 84: 287-314, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a10n84.pdf>>. Acesso em: 16 de Nov. 2015.

BARBOSA, J. L. Política pública, gestão municipal e participação social na construção de uma agenda de direitos à cidade. **Revista Electónica de Geografia Y Ciencias Sociales**, v. 14, n. 33, 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-51.htm>>. Acesso em: 13 de Nov. 2015.

BARROS, A. J. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BERNARDES, L. C. O. O Uso De Sistema De Informação Geográfica Para Análise Do Direito À Cidade Em Lavras-MG. **Trabalho de Conclusão do Curso de Administração Pública**. Universidade Federal de Lavras, 2018.

BRASIL. **Controladoria Geral da União**, Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas – Controle Social: Olho vivo no dinheiro público. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/controlesocial/arquivos/controlesocial2012.pdf>>. Acesso em: 20 de nov. 2015.

BRASIL. IPEA/PRODEP, 2011. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/livro_efetividade.pdf>. Acesso em: 13 de nov 2015.

CAMPOS, C. J. G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, set/out 2004.

CARLOS, E. Movimentos Sociais e Instituições Participativas: Efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 30, n. 88, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n88/0102-6909-rbcsoc-30-88-0083.pdf>>. Acesso em 10 de nov. 2015.

CARVALHO, M. C. **Participação Social no Brasil hoje**. Papers Pólis, n. 2. São Paulo: Instituto Polis, 1998.

CERVO, A. L. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CORTES, S. V.; SILVA, M. C.. Sociedade Civil, Instituições e Atores Estatais: interdependências e condicionantes da atuação de atores sociais em fóruns participativos. **Estudos Sociológicos**: Araraquara, v. 15, n. 29, p. 425-444, 2010.

DAGNINO, E. **Cultura, cidadania e democracia. A transformação dos discursos e práticas na esquerda Latino-Americana**. In: ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2000.

DAGNINO, E. Políticas culturais e o projeto neoliberal. **Revista Rio de Janeiro**: Rio de Janeiro, n. 15, jan. – abr. 2005.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Revista Saúde e Sociedade**, USP: São Paulo, v. 13, n. 2, p.20-31, maio-ago. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7113>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

GOOGLE MAPS. **[Rotas Lavras-MG]**. [2018]. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/dir/Centro,+Lavras+-+MG>>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

LÜCHMANN, L. H. H. Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 353-364, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a06n84.pdf>>. Acesso em 16 de nov. 2015.

LÜCHMANN, L. H. H. Democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. In. POSSIBILIDADES E LIMITES DA DEMOCRACIA DELIBERATIVA. A EXPERIÊNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE. **Tese (Doutorado em Ciências Sociais)** - UNICAMP, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

NETO, J. A. C. **Metodologia da pesquisa científica: da graduação à pós-graduação**. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2012. p. 303.

RAUSCENBACH, R. Processos de democracia direta: sim ou não? Os argumentos clássicos a luz da teoria e da prática. **Revista de sociologia e política**. v. 22, n. 49, p. 205-230, mar. 2014.

SAGI. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Panorama Municipal. Boletim - Município: Lavras / MG: Aspectos sociodemográficos.

SAGI. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Panorama Municipal. Boletim - Município: Lavras / MG: Vulnerabilidade Social e Juventude Negra.

SCHEVISBISKI, R. S. **Os Conselhos Gestores e a lógica da institucionalização da participação política na esfera pública brasileira**. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumosnais/RenataSchevisbiski.pdf>>. Acesso em: 19 de nov 2015.

TATAGIBA, L. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o progresso participativo. In: A EFETIVIDADE DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS NO BRASIL: PERSPECTIVAS, ABORDAGENS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO.

TATAGIBA, L. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. **RESENHA. Revista de Sociologia Política**: Curitiba, n. 25, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782005000200017>. Acesso em: 2 dez., 2014.

Janela de oportunidade mediada: das mudanças no ânimo das demonstrações de rua ao ativismo online¹

Larissa Galdino de Magalhães Santos²

Resumo: O artigo apresenta reflexões sobre as estruturas de oportunidades políticas de mediação acionadas com o Ciclo de Confrontos iniciado em Junho de 2013. Perante o conflito entre o governo e os movimentos sociais sobre a questão da mobilidade urbana na cidade de São Paulo, as manifestações contra o aumento da passagem do transporte público ganham notoriedade diante da forte repressão da Polícia Militar. Uma nova dinâmica ativista e de interação entre diversos atores é propiciada pelas formas de mediação, ativismo online, estratégias, discursos e práticas comunicativas. O argumento é que Junho de 2013 desencadeia uma janela de oportunidade mediada com o apoio das tecnologias de informação e comunicação, tanto para os movimentos sociais quanto para as instituições. A internet passou a ser palco de representação, legitimação e expansão do conflito, a partir do conteúdo virtual numa nova dinâmica de circulação, troca, colaboração e compartilhamento.

Palavras-chave: movimentos sociais; oportunidades políticas; confronto; discurso; ativismo online; mediação.

Mediated window of opportunity: from the changes in the mood of street demonstrations to online activism

Abstract: The article presents reflections on the political mediation opportunity structures triggered by the Cycle of Confronts initiated in June 2013. In the face of the conflict between the government and social movements on the issue of urban mobility

¹ Recebido em 29/01/18 e aprovado em 26/05/18.

² Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: larissagms@yahoo.com.br

in the city of São Paulo, demonstrations against increase in the passage of public transport gain notoriety in the face of the strong repression of the Military Police. A new activist and interaction dynamic between different actors is provided by the forms of mediation, online activism, strategies, discourses and communicative practices. The argument is that June 2013 unleashes a window of opportunity mediated with the support of information and communication technologies for both social movements and institutions. The Internet has become the scene of representation, legitimation and expansion of the conflict, from the virtual content in a new dynamic of circulation, exchange, collaboration and sharing.

Keywords: social movements; political opportunities; confrontation; discourse; online activism; mediation.

Ventana de oportunidad mediada: de los cambios en el ánimo de las demostraciones callejeras al activismo online

Resumen: El artículo presenta reflexiones sobre las estructuras de oportunidades políticas de mediación accionadas con el Ciclo de Enfrentamientos iniciado en junio de 2013. Ante el conflicto entre el gobierno y los movimientos sociales sobre la cuestión de la movilidad urbana en la ciudad de São Paulo, las manifestaciones contra el cambio climático, el aumento del paso del transporte público gana notoriedad ante la fuerte represión de la Policía Militar. Una nueva dinámica activista y de interacción entre diversos actores es propiciada por las formas de mediación, activismo en línea, estrategias, discursos y prácticas comunicativas. El argumento es que Junio de 2013 desencadena una ventana de oportunidad mediada con el apoyo de las tecnologías de información y comunicación, tanto para los movimientos sociales y para las instituciones. La Internet pasó a ser escenario de representación, legitimación y expansión del conflicto, a partir del contenido virtual en una nueva dinámica de circulación, intercambio, colaboración y compartir.

Palabras clave: movimientos sociales; oportunidades políticas; comparación; el habla; activismo en línea; mediación.

Introdução

O ciclo de protestos iniciado em Junho de 2013 ainda está inconcluso, saldos e reformas ainda são avaliados (TATAGIBA, 2014). Impulsionado pelo aumento das tarifas no transporte público, ganhou adeptos e notoriedade a partir dos atos de violência e repressão da Polícia Militar de São Paulo, gerando

novas dinâmicas do conflito, oportunidades políticas, limites e constrangimentos à ação coletiva.

A mobilidade urbana na cidade de São Paulo é um caso ilustre sobre atuação das organizações, abertura de espaços de participação, ativismo online e, especialmente o ciclo de protestos de 2013. Vários processos judiciais avolumavam-se, reclamando a existência de leis e espaços para tratar das questões relacionadas ao transporte municipal (BARBOSA, KERBAUY, 2016, 2017).

Somados às reivindicações de leis e espaços para tratar das questões relacionadas ao transporte municipal e pela conjuntura de protestos no nível global como o Indignados na Espanha, *Occupy*, os novos movimentos coletivos pela luta à cidade e os interesses econômicos (GOHN, 2010) refletem o esforço da análise das mudanças advindas com a internet 2.0 e redes sociais.

Em São Paulo, os protestos de Junho de 2013 reforçou a pauta pela participação política e transparência, também impulsionados pela Política Nacional de Mobilidade Urbana, e a Comissão Parlamentar de Investigação dos Transportes na Câmara Municipal de São Paulo.

As redes sociais foram utilizadas como um fator decisivo de mobilização, para produção e difusão de informações e mídias, repercutindo nas ruas e na ativação de uma nova expertise da ação coletiva (TATAGIBA, 2014).

Diante deste cenário, indica-se que as relações entre os movimentos sociais e o Estado, no contexto do ciclo de protestos, têm impulsionado a mobilização de repertórios complexos, do discurso do conflito, e novas performances da ação coletiva.

Neste artigo analisamos a estrutura de oportunidades políticas para os movimentos sociais a partir do ciclo de confrontos iniciado em 2013, a partir dos repertórios de ação do Movimento Passe Livre e as autoridades da cidade e Estado de São Paulo. Examinamos as oportunidades de mediação, através das redes sociais e do uso de tecnologias de informação e comunicação, da dinâmica contenciosa, novas táticas e estratégias de manifestações combinadas e inovadoras, dos enquadramentos, da visibilidade e mudanças no repertório.

O ciberativismo, ativismo online e ação coletiva

Os movimentos sociais emergentes na década de 60 guardam intrínseca relação com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. O metamorfismo cibernético modificou a forma de ser fazer ativismo, através da emergência de novas pautas, novos diálogos direcionados ao Estado pela sociedade civil, através de redes horizontais e não-institucionais.

O ciberativismo é o produto de desenvolvimento das formas de organização social, ação coletiva, manifestações, políticas e culturais³. É um fenômeno social inseparável do surgimento das redes telemáticas (ARAUJO, FREITAS, MONTARDO, 2012).

A compreensão das mudanças nos repertórios a partir do uso da internet, indicam que os processos de difusão de repertórios de ação coletiva (TARROW, 2009) no cenário transnacional são modificados e impulsionados pelas novas tecnologias (CARROL, HACKETT, 2006).

O enfoque sobre os movimentos sociais no contexto da internet é essencial para entender a mobilização como um processo que transforma preocupações coletivas em ações, através de mudanças sociais e mediáticas, mobilizações, frames, repertórios, redes e performances (DOWNING, 2008)

Portanto, as manifestações a partir de Junho de 2013 que se espalharam pelo país como um ciclo de confrontos, reforçam a conexão de oportunidades e constrangimentos estruturais, para desafiantes e desafiadores, que possibilitaram inovações estratégicas e táticas como uma janela de oportunidades para os atores.

Ainda que movimentos sociais já utilizassem táticas de ciberativismo, o diferencial foi o impacto e as influências do

³ A investigação sobre ciberativismo apresenta marcos para a dinâmica de lutas, tais como o Zapatismo (1994), Batalha de Seattle (1999), queda do presidente das Filipinas (2001) e as revoltas que emergiram no mundo desde as manifestações na Tunísia (2010) ou Primavera Árabe, *Occupy*, os *Anonymous*.

contexto e das relações entre os atores, ou seja, as oportunidades políticas criadas para todos os pares em conflito.

Os movimentos sociais se desenvolvem dentro de limites colocados por estruturas prevalentes de oportunidade política: as organizações formais de governo e de políticas públicas; a facilitação e a repressão das reivindicações dos grupos desafiados por parte das autoridades e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos afetam, de forma significativa, qualquer padrão de confronto do sistema político (MCADAM, TARROW, TILLY, 2009, p.26).

Logo a popularização e expansão da web proporcionou a organização de ativistas pela rede e ações de hacktivismo, de modo que o caráter interativo da web 2.0, facilitou as estratégias em outras mídias e dispositivos (ARAUJO, FREITAS, MONTARDO, 2012). As novas formas de ação coletiva refletem a própria forma de desenvolvimento disruptivo da internet, e no modo de utilização dos novos dispositivos utilizados no e para o confronto.

Por outro lado, o ciberativismo foi influenciado por um discurso metamorfoseado para distribuição do poder, acesso às informações, emancipação social, engajamento e mobilização (SILVEIRA, 2010; ANTOUN, MALLINI, 2010; LIEVROUW, 2011).

Portanto, os novos movimentos sociais, em toda sua diversidade, reagem contra a globalização e seus agentes políticos, atuando com base em processo contínuo de informacionalização por meio da mudança nos códigos culturais no cerne das novas instituições sociais. Nesse sentido, não obstante surgirem das profundezas de formas sociais historicamente esgotadas, afetam de modo decisivo a sociedade atualmente em formação, seguindo um padrão bastante complexo (CASTELLS, 1999, p.135).

As redes sociais enquanto “esfera pública interconectada”, tornou-se palco para disseminar e debater questões relevantes ao interesse público e que, portanto, requerem o reconhecimento coletivo para uma ação coordenada no mundo *online* e *offline* (BENKLER, 2006).

Como apontam Antoun e Malini (2010), Malini (2012), a rede é um “entre lugar”, um campo de disputas sociais, em que são negociadas a atuação, a mobilização e as formas de engajamento como mecanismos operacionalizáveis em rede. Trata-se de

(...) uma estratégia para formar coalizões temporais de pessoas que utilizando ferramentas dessa rede, geram a massa crítica suficiente de informação e debate, para que este debate transcenda à blogosfera e saia à rua, ou modifique, de forma perceptível, o comportamento de um número amplo de pessoas (UGARTE, 2008, p. 111).

O ativismo e a mídia reuniram novas rotas híbridas de ação, como a contracultura, a computação alternativa e hackeamento, a subversão da lógica da *mass media*, e a mobilização mediada que combina as interações online e offline para produção de informações e saberes através do conhecimento compartilhado (LIEVROUW, 2011).

Assim, o ativismo online é um promotor para transformação do poder (CARROLL; HACKETT, 2006), como “instrumento de participação, mobilização e criação de identidade” (BRINGEL, MUÑOZ, 2010, p. 30). O ativismo online é uma característica essencial do ciclo de protestos.

Ao longo da dinâmica do ciclo de protesto, tanto Estado como os movimentos sociais, lançaram mão dos dispositivos online produzindo novos discursos, performances e viabilizando o surgimento de outros atores.

Na ausência dos atores políticos tradicionais, com seus recursos e expertise na ativação da ação coletiva, o papel de mobilização e recrutamento nos protestos contra o aumento da tarifa foram desempenhados

principalmente pelas redes sociais. O ciclo de protestos de Junho não foi construído nas redes sociais. Mas, sem dúvida a mobilização nas redes foi um fator decisivo para a conformação de suas características. As redes sociais foram um espaço essencial para a produção e difusão de informação alternativa às veiculadas pela mídia tradicional, principalmente a partir dos vídeos feitos pelo celular. Os debates realizados nas redes repercutiam o clima da rua; a mobilização gerada na rede construía o desejo de ir para a rua (TATAGIBA, 2014, p.15).

Se a organização da ação coletiva contemporânea está relacionada à comunicação alternativa e as mídias digitais (BENNETT, SEGERBERG, 2012), avançamos para novas estruturas e oportunidades políticas, lógicas e dinâmicas das manifestações e dos repertórios de ação coletiva.

Estruturas e oportunidades políticas: potenciais e limites

O contexto político-institucional exerce papel decisivo na emergência da ação coletiva. Existe uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos a partir da qual os atores decidem ou não se engajar no confronto. Estruturas de oportunidades políticas favoráveis viabilizam o surgimento do movimento social, somadas a estrutura de mobilização (MAcADAM, TARROW, TILLY, 2010). Assim,

A política do confronto é produzida quando as oportunidades políticas se ampliam, quando demonstram potencial para alianças e quando revelam a vulnerabilidade dos oponentes. O confronto se cristaliza em movimento social quando ele toca em redes sociais e estruturas conectivas embutidas e produz quadros interpretativos de ação coletiva e identidades de apoio capazes de sustentar o confronto com oponentes poderosos (TARROW, 2009, p.43).

As condições operadas nas estruturas de oportunidades e restrições políticas, são dimensões consistentes de encorajamento e desencorajamento à ação coletiva, que estabelecem as condições ou limites nos quais o confronto tende ou não a se manifestar. Mudanças na estrutura de oportunidades e restrições políticas produzem alterações no nível da agência coletiva.

São as estruturas de oportunidades que delimitam a possibilidade de escolha dos agentes entre os melhores cursos de ação para política de confronto. Quando há mudanças nas estruturas, seja nas dimensões formais e informais, se abrem ou se criam canais para expressão de reivindicações para aqueles grupos sociais que estão fora da esfera política (TARROW, 1998, p.20).

Entretanto, as oportunidades não são aproveitadas somente pelos mobilizados, mas também por seus oponentes, ao especularem e informarem suas ações, resultando na criação do espaço político para o movimento e para o contra movimento, produzindo incentivos e provocando a reação dos oponentes (TARROW, 2009).

Especificamente no episódio desencadeador do ciclo de protestos em Junho de 2013, o Movimento Passe Livre e Polícia Militar (considerando a relação do governo municipal e estadual), foram modificando as estratégias e ação, logo a dinâmica do conflito. Foram incorporadas outras estratégias de ação ao longo ciclo, aproveitando as oportunidades políticas, como a mediação através do uso das redes sociais (que é foco analítico aqui proposto), coalizões e formas de protesto e repressão.

A interação e confronto disseminados através do ciclo de protestos produziu uma determinada vantagem aos desafiantes no uso das redes sociais e tecnologias, e exigiu que o Estado organizasse estratégias de reação (TARROW, 2009, p.182).

A vantagem temporária da novidade, seja pela organização nas redes sociais; seja pela veiculação, através do jornalismo participativo das estratégias de violência e repressão da polícia; e da visibilidade, denotam novos quadros interpretativos, conflitos pelo discurso, em que o Estado teve que combinar novas estratégias para lidar com as manifestações sobre o transporte público.

O ciberativismo em redes sociais e sequência de eventos combinados no início do ciclo de protestos são parte da estrutura de oportunidades que facilitaram um novo curso da ação coletiva, mas também um novo repertório de confronto.

Dentre as atividades e ferramentas utilizadas no ciclo destacam-se: dinamização de ações virtuais advindas do legado da cultura hacker; visibilidade e circulação de informação descentralizada; deliberação para um novo consenso social ou ciberturba (UGARTE, 2008); ferramentas que potencializam a interação instantânea; desenvolvimento de dispositivos móveis e ampliação das redes de conexão sem fio; articulação transnacional de redes de ativistas mobilizáveis; dispersão da noção de tempo e espaços e agilidades nas interações coordenadas; mídia alternativa e a produção de informação cooperativa, de forma livre e pública (ANTOUN, MALLINI, 2010); redes sociais virtuais para organização e articulação de coletivos personalizados; ubiquidade (LEMONS, JOSGRILBERG, 2009).

A estrutura de oportunidades políticas incorporou táticas virtuais e lógicas mediadas de ação coletiva para o confronto. Essa estratégia opera como estruturas de oportunidades políticas de mediação, atuando internamente por meio de formas de ativismo online e externamente como mídia alternativa.

O ciclo de confrontos retroalimenta as oportunidades políticas e reelaboram novos cursos de ação.

(...) são produtos de uma difusão mais ampla de oportunidades políticas que transformam o potencial para a mobilização em ação. Nesses cadinhos de conflito e inovação, os desafiantes e seus opositores não apenas tiram vantagem de oportunidades disponíveis, eles as criam para outros ao produzir novas formas de ação, elaborando novos “quadros interpretativos principais” e fazendo coalizões que forçam o Estado a reagir à desordem em volta dela (TARROW, 2009, p.251).

A mudança na estrutura de oportunidades políticas gerou espaço e inovações para mobilização coletiva, e espaços para atuação de todos os atores. Portanto, o ciberativismo facilita também o desenvolvimento de uma janela de oportunidade política.

Argumentamos que a internet como uma “habilidade temporária” que toca desprevenidamente seus oponentes, interfere nas estruturas de mobilização, e passa a exigir do oponente um desempenho diferente e correspondente à inovação.

Durante os primeiros anos do ciclo de confrontos (2013-2015) o Movimento Passe Livre utilizou a internet como inovação para mobilização, criando uma forma de ação diferenciada. Contudo, se em 2013 as autoridades foram surpreendidas pelos movimentos sociais, em 2015, durante outro pico de manifestações, as autoridades, especialmente a Polícia Militar de São Paulo, passaram a agir também nas redes e através de tecnologias.

As autoridades produziram novas formas de ação, estabeleceram novas coalizões com outros movimentos envolvidos com a causa da mobilidade urbana. E através da janela de oportunidades acessada pelo Movimento Passe Livre, as instituições também passaram a utilizar as redes sociais para elaboração de um quadro interpretativo, baseado no conflito de discursos, como uma oportunidade política de mediação

Portanto, o ciberativismo acessado no ciclo iniciado em 2013 viabilizou uma janela de oportunidade política e a oportunidade política de mediação. Ou seja, novas formas de conflitos baseadas nas ações através das redes sociais.

É preciso estar em movimento: sobre oportunidades convencionais e janela virtual

As oportunidades políticas fazem referência a sinais contínuos, embora não permanentes, que são percebidos pelos atores. Na medida em que o ciclo de oportunidades se estreita, movimentos e autoridades se modificam.

Os confrontos políticos ocorridos a partir das manifestações de Junho de 2013, e as táticas de repressão às manifestações adotadas pelo Estado, tornaram-se o estopim para a introdução de outros grupos e pautas nas manifestações. Também, utilizando das capacidades, já citadas, ofertadas pelas tecnologias às mobilizações, ampliou-se a visibilidade do “par de atores” em conflito, oferecendo informações alternativas à *mass media* e expondo a dinâmica do confronto.

A transformação na estrutura de oportunidades perante as ameaças políticas e a propensão do uso da violência política pelo Estado favoreceram a onda de mobilizações inovadoras, uma vez que

(...) as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva (inovador), criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto (TARROW, 2009, p.38).

A janela de oportunidades possibilitou o surgimento da ação coletiva com repertório renovado. Isto porque as novas tecnologias de informação e comunicação, em especial a internet é incorporada como mecanismo do repertório de ação, dando substância a janela de oportunidade política de mediação.

O Movimento Passe Livre e outros setores mobilizados já incorporavam o uso das redes sociais como técnica para o repertório de ação no início do ciclo, o que lhe promove o caráter de inovação. Ademais, em 2013, as autoridades responderam com repressão efetiva, exacerbando a polarização reacionária, para depois ceder às reivindicações dos manifestantes (TARROW, 2009, p.190-191).

Contudo em 2015, diante de manifestações baseadas em repertórios de ação já reconhecidos, as autoridades utilizam a janela de oportunidade política para a desmobilização através da oportunidade política de mediação.

A conjuntura político e social desde 2013 incitou novas formas de protestos, principalmente pela midialização da violência e repreensão exacerbada do Estado mostrada pelos movimentos nas redes sociais, o que culminou na adesão de outros grupos aos movimentos. Num sentido amplo, o uso e incorporação das novas tecnologias como táticas e lógicas de ativismos, são entendidos como janelas de oportunidades políticas de mediação.

Enfatizamos que o recente ciclo de protestos e novos repertórios de ação dos movimentos no país não começaram na internet, mas o ciberativismo favoreceu a elaboração de novas táticas e lógicas de ativismos. Concomitantemente, abriu-se uma janela de oportunidades políticas, especialmente de mediação, uma vez que o universo comunicacional e tecnológico foi palco para visibilidade, conflito e discurso.

Entretanto, não foram somente os movimentos sociais que operaram através de oportunidades políticas de mediação, as autoridades reelaboraram seu curso de ação em resposta ao novo repertório dos movimentos sociais a partir de 2013.

A oportunidade política de mediação está relacionada à dimensão dos incentivos e constrangimentos de mediação, ativismos e discursos em rede, das práticas e estratégias comunicativas (CAMMAERTS, 2013). Argumentamos que Junho de 2013, e o conflito sobre as questões de mobilidade urbana em São Paulo propicia, principalmente, estruturas que comportam a oportunidade política de mediação online.

Junho de 2013 e a oportunidade política de mediação: mídia, discurso e rede

A mediação nos interessa por que “é um conceito eficiente para abranger uma grande variedade de maneiras nas quais a mídia e os meios de comunicação são relevantes para os protestos e movimentos” (CAMMAERTS, 2013, p.13).

A mediação permite abordar a mídia, e os conteúdos produzidos – informações, narrativas e discursos - em conjunto com as novas tecnologias, “como estratégias de comunicação e

práticas midiáticas de cidadãos e ativistas” (CAMMAERTS, 2013, p.14), logo tem relação com a estrutura de oportunidade política de mediação.

De acordo com Gohn (2010) as formas de organização e das ações são reconfiguradas pela apropriação de ferramentas de comunicação diversificadas, já que favorece a articulação e as estratégias de visibilidade dos movimentos sociais. As oportunidades potenciais, diante das limitações estruturais retratam a proposta de novas formas de organização da sociedade, enquanto inovações para mudança social (GOHN, 2004).

A oportunidade de mediação política é composta por outras três estruturas: estrutura de oportunidade mídia, estrutura de oportunidade discursiva e a oportunidade em rede. Numa aproximação com os movimentos sociais, as oportunidades de mídia referem-se à ampliação do coletivo alternativo, das ferramentas e da lógica de rede. A estrutura de discursos é corroborada pela circulação e pelo espelhamento do conteúdo elaborado para o meio e a partir do meio virtual. Da oportunidade de rede, das formas de circulação, fluxo, troca, compartilhamento, colaboração e descentralização (CAMMAERTS, 2013).

A estrutura de oportunidade de mídia serve ao desempenho e representação, com a finalidade da mobilização, da legitimação, da validação das demandas, expansão do conflito para além do compartilhamento de opiniões (GAMSON, WOLFSFELD, 1993). Estrutura de oportunidade de discurso está relacionado à luta simbólica, interna e externa do conflito, na medida em que as ações são produtoras de novas ideias e agentes de contestação de formas e ideais retrógradas, logo contribuem para formação de identidades coletivas (MELUCCI, 1996). Já a estrutura de oportunidade em rede, como instrumental e constituinte, contribui para as estratégias de planejamento (BENFORD, SNOW, 2000), bem como nas formas de organização e mobilização autônomas.

Inevitavelmente, a relação entre essas três estruturas de oportunidades inter-relacionadas é circular – cada uma delas tem impacto nas outras de diferentes formas (CAMMAERTS, 2013, p.17).

Seguidamente, apresentamos algumas táticas, recursos, estratégias e ações que foram introduzidas com a estrutura de oportunidade políticas de mediação de Junho de 2013. Mídia, discursos e rede são componentes estruturais importantes nas novas performances e ações coletivas.

Estrutura de oportunidade de mídia e o ciclo de protestos⁴

A estrutura de oportunidade de mídia refere-se à representação sobre as manifestações, cuja lógica tradicional tende a receber menos atenção da mídia, a não ser que exista algo de espetacular nisso. A atenção da mídia pode ser conquistada pela lógica dos números através de manifestações de massa, pela lógica do dano, através da destruição de propriedade (tática *black bloc*), pela lógica do testemunho, e pela exibição pública (DELLA PORTA, DIANI, 2006).

Sobre os números, quando das manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre, nas primeiras semanas de janeiro de 2015, os organizadores relatam aglomerações de até 30 mil pessoas, enquanto, segundo a Polícia Militar não passam de 5 mil mobilizados.

Com o benefício das tecnologias, usando imagens, músicas, transmissões simultâneas, produções artísticas, os movimentos sociais desafiam discursos hegemônicos. A intenção facilitar a reflexão e reinterpretar sobre as demandas públicas e relevância em defende-las. É um processo de legitimação interna, de uma

⁴ Foram feitas pesquisas em diversas fontes documentais, sites, revistas e jornais sobre a atuação dos movimentos sociais no biênio (2013-2015) tomando como base os movimentos relacionados às Manifestações de Junho de 2013, Copa do Mundo de 2014 da Fifa, Eleições Presidenciais de 2014. Foi realizada a análise documental de 27 documentos entre 01/01/2015 e 31/01/2015. O intuito foi compreender perceber de que forma a estrutura de oportunidades de mediação permite a apreensão sobre diferentes atores de mídia, diferentes formas de organização, estratégias e lógicas de comunicação, pelos atores na dinâmica do confronto.

mídia coletiva e alternativa, com blogueiros de rua, e outras formas que diversificam das formas da mídia tradicional.

O Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), por exemplo, coletivo que utiliza tecnologias para apoiar ações coletivas, ganhou notoriedade por transmitir pela internet os protestos de Junho de 2013 utilizando celulares, *laptops* e outros dispositivos. Destaca-se como um coletivo alternativo que opera em várias lógicas e estruturas de oportunidade de mediação. Nomeiam-se enquanto mídia radical dedicada à mídia livrismo, estabelecido na luta anticapitalista.

Estrutura de oportunidade de discurso

Como mídia alternativa, os movimentos investem em recursos para ser a mídia o principal veículo capaz de formar ou influenciar a opinião pública e do público. Assim investem na produção de contra narrativas, novos enquadramentos, artefatos de protestos, constroem identidades coletivas, promovem novas identidades, ridicularizam as elites, através das lutas simbólicas.

A natureza material e permanente desses artefatos de protesto permite que símbolos e discursos sejam inseridos neles para serem culturalmente transmitidos no longo prazo, alimentando o embate e contribuindo para a construção da memória coletiva de protesto. Com isso, eles efetivamente se tornam “comunidades epistêmicas” (Lipschutz, 2005), transferindo o conhecimento e potencialmente influenciando outros movimentos através do que é chamado “transbordamento de movimento” (Meyer e Whittir, 1994) (CAMMAERTS, 2013, p. 24).

Após as manifestações de Junho de 2013, a tática *black bloc* de desobediência civil através da violência patrimonial foi identificada como o próprio Movimento Passe Livre, a estrutura de oportunidade de discurso age interna e externamente, para lograr a identidade de um movimento com lógicas para o diálogo

e outra tática confrontacional e muitas vezes relacionado à criminalização.

Sobre as tecnologias, surgiram as multidões inteligentes, formadas por agrupamentos de pessoas capazes de agir de forma coordenada mesmo sem se conhecerem previamente, mas mobilizadas pela sinergia da interconexão pela computação móvel, redes sem fio e telefonia. É a identificação pela solidariedade.

Para Lasén e Albéniz (2008) os recentes movimentos possuem caráter lúdico e performático, com ênfase na sociabilidade, com base numa comunicação computacional, mas também emocional, tecnologicamente mediadas, e compartilhadas, expondo a narração das ações na rede.

Muito se tem dito sobre a presença de milhares de jovens nas ruas deste Brasil. Trata-se de uma nova geração, com outras referências, códigos, sociabilidades, identidades e desejos que a maioria ou a velha guarda não consegue captar – talvez algo desde o início e em essência já desmanchado no ar. Na rua, lutas, ideologias, discursos, ações, sentidos, performances, teatralizações e desobediência civil em direções diversas, opostas e semelhantes, que acabam por se aglutinar em torno de uma única noção identificada: protesto (BALLESTRIN, 2013).⁵

Estrutura de oportunidades em rede

As oportunidades em rede vão de encontro a ideia de estrutura descentralizada e ponto a ponto disseminada na rede, internet. As tecnologias facilitam as ações coletivas através do recrutamento, mobilização, coordenação da ação militante, e as características de associação e interação da rede de mundial de computadores.

⁵ Os protestos no Brasil e o desafio às Ciências Sociais. Luciana Ballestrin – Coordenadora do Curso de Relações Internacionais da UFPel. Revista Carta Maior.

As práticas de comunicação dos ativistas não são, entretanto, meramente limitadas pelo uso da mídia e comunicação como armas discursivas, nem tampouco pode o uso das TICs por ativistas ser reduzido a meros facilitadores de protesto no mundo *offline*. As TICs também tornaram-se instrumentos de ação direta por conta própria, com táticas de hacktivismo ou até mesmo como os movimentos de *Software Livre* e Código Aberto demonstram (Jordan e Taylor, 2004; Söderberg, 2007). O coletivo de *hackers Anonymous* é um exemplo muito recente disso (CAMMAERTS, 2013, p.28).

As redes legitimam as ruas, e as ruas por sua vez legitimam a rede. Os movimentos sociais são um poder em movimento, e a relação rede, tecnologias e ações coletivas são cada vez mais híbridas. Ainda que a rua seja o elemento chave, o palco, o discurso, a narrativa, a notícia, a performance, o inesperado é construído com as contribuições da rede, é aí que o ativista online constrói suas ideias e afeta as pessoas. A rede é um espaço de autonomia para os movimentos sociais em rede:

(...) interação do espaço de fluxos na internet e as redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados (...) e assim (...) o espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2013, p. 160-161).

As comunidades virtuais e mobilizáveis dispersas, que formam uma multidão, começam a se estruturar e a experimentar suas formas singulares de luta e organização na rede. A multidão só existe na luta e existe, significativamente, porque luta.

Dahlberg (2011) indica a interpretação de *contrapúblico*, como modelo para pensar a democracia e as novas tecnologias, com base em duas suposições: as formações sociais envolvem relações de contestação discursiva e prática; justamente o antagonismo favorece a formação de *contradiscursos* que contestam o hegemônico e o dominante.

A mídia digital pode incluir discursos minoritários e excluídos, conectando diferentes vozes e contradiscursos, restringendo e limitando a esfera pública. São, portanto, cidadãos ativos, não mais através dos canais tradicionais, nem necessariamente dos representantes – oportunidade política de mediação – mas utilizando as tecnologias como expressão alternativa e providenciando visibilidades, ou ainda, agendando novas discussões públicas (PÄIVÄRINTA, SÆBØ, 2006).

Incluem-se novas formas de ativismo online, utilizando sites próprios, redes sociais, e outras mídias alternativas, destacando-se ações de desobediência civil eletrônica, e até mesmo o ativismo presencial, facilitado e coordenado através do apoio da comunicação digital (DAHLBERG, 2011, p. 862).

A estrutura de oportunidades em rede amplia as chances para os ativistas comunicarem para além daqueles que se identificam, ampliam, pois, a solidariedade social, distribuindo discursos alternativos contribuindo para construção de identidades coletivas, mas também facilitando as ações, construindo outras redes e conexões, por meio da arquitetura da própria rede.

Considerações finais

Oportunidades políticas exigem novas formas e estratégias de ação coletiva, ou seja, repertórios de ação. Os repertórios emergem a partir da dinâmica conflitiva, como os protestos de Junho de 2013, e não pertencem especificamente a um movimento, cuja eficácia deriva da novidade temporária.

A ideia de oportunidade política mediada enquanto dinâmica de conflito, está baseada na interação, na medida em que os movimentos constituem estas estruturas de oportunidades, para suas causas, para outros, e até mesmo para seus oponentes. Logo o Movimento Passe Livre, com o ciclo de protestos iniciado em 2013, possibilitou a constituição de oportunidades políticas de mediação, principalmente via internet, incorporando táticas e estratégias ao seu repertório de ação, mas estas mesmas estruturas incitaram possibilidades para as autoridades, responderem e incorporarem novas formas de ação diante as manifestações recentes em 2015.

Na tentativa de enfraquecer o movimento, o governo mudou sua tática e estratégia de ação em 2015. A prefeitura de São Paulo, reuniu-se com outros representantes dos movimentos sociais com o objetivo de enfraquecer as manifestações do Movimento Passe Livre, e fomentando a articulação de passeatas para os movimentos paralelos. Houve a abertura do sistema político formal para a criação de alianças para desestabilizar as coalizões.

Por outro lado, movimentos sociais tradicionais estavam insatisfeitos com o protagonismo do Movimento Passe Livre. O governo explorou o descontentamento, promovendo a formação de um diálogo permanente com outros movimentos estudantis, que passaram a repudiar as ações daquele movimento. Esse conjunto de movimentos e aliados criou uma pauta própria e paralela ao Movimento em 2015.

As táticas de repreensão do Estado desde as manifestações de 2013 para 2015, também mudaram. A Polícia “evitou” agressões à imprensa, e procurou promover a visibilidade de seu próprio discurso, como oportunidade política mediada criando páginas personalizadas nas redes sociais. Logo, se em 2013, a polícia foi incitada pela guerra nas mídias, tradicionais e virtuais, em 2015, a corporação evidenciou sua perspectiva sobre os fatos e mobilizações como verdade.

Deste modo, a internet, que contribui para notoriedade e articulação das manifestações contrárias à tarifa do transporte público, exibindo a “batalha” entre a Polícia Militar de São Paulo e os estudantes, em Junho de 2013, tornou-se objeto de disputa e domínio durante as manifestações de 2015.

Após ter sua imagem relacionada à violência e repressão nos atos de 2013, a Polícia Militar decidiu utilizar a internet para divulgar a sua versão dos fatos e mobilizar a opinião pública.

O conflito discursivo mais presente nas, e sobre as, manifestações de 2015 evidenciam a oportunidade para conquista de visibilidade e espaço para defesa dos movimentos sociais, são, pois, oportunidades políticas de mediação. Mas as táticas e estratégias empregadas no conflito discursivo nas manifestações em 2013, e que foram um diferencial através das redes sociais,

já não são desconhecidas para as autoridades. Como resposta às manifestações de 2013, considerando o ciclo de protestos em aberto, a Polícia Militar de São Paulo e a prefeitura, utilizaram tipos de oportunidades políticas a seu favor.

Assim, vale lembrar que a intervenção política em âmbitos sociais e institucionais perpassa a visibilidade e o discurso, ou seja, a oportunidade política de mediação.

O discurso público não é um dado, mas é um produto resultante de um complexo jogo de interações no qual intervêm, certamente, os objetivos e os interesses dos grupos de poder e dos aparatos políticos, e para o qual contribuem com um papel não subalterno seja as competências profissionais e as dinâmicas organizativas dos adeptos aos trabalhos, seja as escolhas dos consumidores da comunicação (MELUCCI, 2001, p.144).

Referências

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fabio. Ontologia da Liberdade na Rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos. In: XIX COMPÓS - 19 Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2010, Rio de Janeiro. XIX COMPÓS, PUC-RIO 2010, **Anais do XIX Encontro Anual da COMPÓS**. Rio de Janeiro: COMPÓS e PUC-RIO, 2010. v. 1. p. 1-14.

ARAÚJO, W., F.; FREITAS, E., C.; MONTARDO, S., P. Ciberativismo como cultura de mobilização imanente à internet. In: PUHL, Paula Regina; SARAIVA, Juracy Assmann. (Org.). **Processos culturais e suas manifestações**. 1 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2012, v. 1, p. 163-190.

BARBOSA, G. H.; KERBAUY, M.T.M. Inclusividade e mobilidade urbana na cidade global: a institucionalização da participação em São Paulo. In: III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 2017, Vitória. **Anais III Encontro PDPP**, 2017. v. 3. p. 407-430.

_____. Movimentos sociais e institucionalização da participação: os Protestos de Junho de 2013 e a criação do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito de São Paulo. In: **40º Encontro Anual da Anpocs**, 2016.

BENFORD, R.; SNOW, D. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, 26: 611-39. 2000.

BENKLER, Y. **The wealth of the networks**: how social production transforms markets and freedom. Londres: Yale University Press, 2006.

BENNETT, L., W.; BREUNIG, C.; GIVENS, T. Communication and Political Mobilization: Digital Media Use and Protest Organization among Anti-Iraq War Demonstrators in the U.S'. **Political Communication**, 25(3): 269-89. 2008.

BRINGEL, B.; MUÑOZ, E., Et. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos**, 2010, p. 28-36.

CAMMAERTS, B. Lógicas de protesto e a estrutura de oportunidade de mediação. **Matrizes**, São Paulo, ano 7, n.2, p. 13-36, 2013.

CARROLL, W., K.; HACKETT; R., A. Democratic media activism through the lens of social movement theory. **Media, Culture & Society**. 2006, p. 83-104.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHLBERG, L. Re-constructing digital democracy: An outline of four positions. **New Media & Society**, V. 13, N. 6, p. 855-872, 2011.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. 2006. **Social Movements: an introduction**. Oxford: Blackwell.

DOWNING, J. Social Movement Theories and Alternative Media: an Evaluation and Critique. **Communication, Culture & Critique**, 2008, p. 40-50.

GAMSON, W.; WOLFSFELD, G. Movements and Media as Interacting Systems. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 526: 114–27. 1993.

GOHN, M., G., M. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Ed.Vozes, 2010.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LASÉN, A.; ALBÉNIZ, I., M. Movimientos, “mobidas” y móviles, um análisis de las masas mediatizadas. In: SÁDABA, Igor; GORDO, Ángel (Orgs). **Cultura digital y movimientos sociales**. Madrid: Catarata, 2008.

LEMONS, A.; JOSGRILBERG, F. **Comunicação e Mobilidade**. Aspectos Socioculturais das Tecnologias Móveis no Brasil. Salvador, Edufba, 2009.

LÉVY, P. **As tecnologias da Inteligência: O futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo, editora 34, 1993.

MALINI, F. Monitoramento, vazamentos e anonimato nas revoluções democráticas das redes sociais da internet. **Revista Fronteiras** (Online), v. 14(2), p. 68-76, 2012.

LIEVROUW. L., A. Alternative and activist new media. **Polity Press**, 2011.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, n° 76, pp. 11-48, 2009.

MELUCCI, A. **Challenging Codes: Collective Action in the Information Age**. New York: Cambridge University Press, 1996.

SILVEIRA, S. A. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. **Revista USP**, São Paulo, v. v.1, p. 28-39, 2010.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____. **Power in Movement**. Social movements and contentious politics. Cambridge: Cambridge Univ. Press. 1998.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Revista Política & Sociedade**. UFSC, 2015.

UGARTE, D. **O poder das redes**. Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

O campo recente de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil: um balanço crítico a partir dos conceitos de permeabilidade estatal e repertórios¹

Diego Matheus de Menezes²

Resumo: Este artigo consiste em um balanço crítico sobre as contribuições, avanços e limitações de dois conceitos chaves presentes nas análises sobre movimentos sociais no Brasil: a permeabilidade da esfera estatal e o conceito de repertórios. A partir da análise crítica da literatura sobre o referido campo de estudos, argumenta-se a pertinência e urgência de analisar como repertórios formados por práticas tão diversificadas se transformam e desafiam as barreiras impostas pelas assimetrias na permeabilidade.

Palavras-chave: Movimentos sociais; permeabilidade; repertórios.

The recent field of studies on social movements in Brazil: a critical balance based on the concepts of state permeability and repertoires

Abstract: This article consists of a critical review of the contributions, advances and limitations of two key concepts present in the analysis of social movements in Brazil:

¹ Este artigo se refere a discussões teóricas preliminares referentes a uma tese de doutorado em curso financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Recebido em 02/02/18 e aprovado em 01/07/18.

² Doutorando em Ciências Sociais no PPGCS/UFBA. Desenvolve pesquisa sobre participação política, democracia, movimentos sociais e políticas públicas. E-mail: ego.matheus@gmail.com

the permeability of the state sphere and the concept of repertoires. From the critical analysis of the literature on this field of study, it is argued the relevance and urgency of analyzing how repertoires formed by such diverse practices transform and challenge the barriers imposed by asymmetries in permeability.

Keywords: Social movements; permeability; repertoires.

El campo reciente de estudios sobre los movimientos sociales en Brasil: un balance crítico a partir de los conceptos de permeabilidad estatal y repertorios

Resumen: Este artículo consiste en un balance crítico sobre las contribuciones, avances y limitaciones de dos conceptos claves presentes en los análisis sobre movimientos sociales en Brasil: la permeabilidad de la esfera estatal y el concepto de repertorios. A partir del análisis crítico de la literatura sobre el referido campo de estudios, se argumenta la pertinencia y urgencia de analizar cómo repertorios formados por prácticas tan diversificadas se transforman y desafían las barreras impuestas por las asimetrías en la permeabilidad.

Palabras clave: Movimientos sociales; permeabilidad; repertorios.

Introdução

Nas últimas décadas, um vigoroso campo de estudos sobre os movimentos sociais se consolidou nas ciências sociais estimulando uma investigação detalhada sobre o objeto em questão. Decerto, a novidade do surgimento desse fenômeno e a velocidade da ampliação de sua atuação contribuíram para a referida ebulição de estudos. Não obstante, em diálogo crítico com as contribuições americanas e europeias, no Brasil consolida-se, a partir dos anos 2000, um profícuo enfoque analítico sobre a temática. Desse modo, o diálogo entre estudos diversos possibilitou a conformação de abordagens comuns, com contribuições bem delineadas. Algumas perspectivas, escolhas metodológicas e conceitos têm sido compartilhados, de forma que é possível afirmar a existência de um arcabouço mais ou menos comum sobre movimentos sociais na sociologia política e ciência política brasileira.

Em suma, esse artigo pretende se debruçar e traçar algumas reflexões críticas sobre dois conceitos amplamente utilizados por esse campo analítico: o conceito de permeabilidade estatal e conceito de repertórios. Na primeira seção, abordaremos a ideia da permeabilidade estatal, presente sobretudo na concepção de que o Estado é permeável à atuação dos movimentos sociais. Desse modo, traçaremos as principais contribuições relacionadas ao manejo desse conceito pela literatura que versa sobre a interação dos movimentos sociais com o Estado. Por fim, será discutido sobre algumas lacunas e problemáticas relacionados com um enfoque na permeabilidade que não leve em consideração as assimetrias na inserção de atores tão diversos na esfera estatal.

Na segunda seção, será discutido o uso do conceito de repertórios bem como as adaptações e contribuições relacionadas com seu emprego. Além disso, pontuaremos sobre algumas possíveis limitações recorrentes em sua utilização.

1. Permeabilidade estatal e a interação entre movimentos sociais e Estado

A interação entre movimentos sociais e o Estado como perspectiva de análise têm se consolidado como importante campo de pesquisa das ciências sociais, sobretudo da ciência política brasileira. Os estudos em questão se baseiam na ideia de que as conexões entre os movimentos sociais e o Estado não só são um objeto passível de serem observadas, como são essenciais para compreender a atuação dos movimentos sociais no Brasil (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI 2006; TATAGIBA, 2011; CARLOS, 2011; ABERS e VON BULLOW 2011; ABERS, SERAFIM e TATAGIBA 2014; DOWBOR, 2012). Assim, esta agenda de pesquisa surge no Brasil a partir do diálogo e da crítica a um diversificado corpo de estudos que se debruçou em investigar os movimentos sociais na Europa e nos Estados Unidos a partir das relações conflituosas com o Estado (MELUCCI, 1985; TARROW 2009; DIANI 1992; DELLA PORTA e DIANI, 2006; McADAM 2006). Além disso, marca o rompimento com um primeiro ciclo de análises sobre movimentos sociais no Brasil. Segundo Thiago Trindade (2017),

até a década de 90 preponderava no campo estudos de caráter prescritivo onde a relação entre movimentos sociais e Estado era definida a partir do confronto. A atuação em espaços institucionais era investigada sob a ótica da institucionalização e burocratização, não havendo espaço para análises mais aprofundadas sobre a interação desses atores.

Entretanto, os estudos recentes que buscam analisar a interação entre os movimentos sociais e o Estado têm indicado que a tradição da relação socioestatal no Brasil torna necessária a ampliação da análise no intuito de incluir também as relações não conflituosas, como por exemplo, as interações que ocorrem nos espaços institucionais. (CARLOS, 2011; ABERS e VON BULLOW 2011). A principal argumentação para esse raciocínio é que principalmente a partir da redemocratização do Brasil, os movimentos sociais despontaram como importantes atores políticos, atuando em diversas frentes, inclusive participando de espaços institucionalizados de diálogo (AVRITZER, 2012). Euzenéia Carlos, ilustra bem a crítica ao ciclo de estudos anterior:

No entanto, o pressuposto desses teóricos de correlação entre complexificação organizacional e desmobilização do movimento, desconsidera os incentivos gerados à participação pelo desenho inovativo das instituições participativas. E, por outro lado, a compreensão dos efeitos do engajamento institucional sobre os movimentos, restrita ao seu núcleo organizacional, desprivilegia outras dimensões da ação coletiva – como a relacional e a cultural – imprescindíveis à compreensão dos PACs [padrões de ação coletiva] em contextos de interação com a institucionalidade política. (CARLOS, 2011, pg.316-317).

A superação da dicotomia cooptação / cooperação possibilitou um giro analítico nas abordagens sobre a relação dos movimentos sociais e Estado na perspectiva em que possibilitava investigar com maior acuidade a interação entre atores políticos dentro e fora das fronteiras do Estado, destrinchando as dinâmicas das novas instituições participativas consolidadas a partir da

redemocratização. A inserção da sociedade civil e dos movimentos sociais em ambientes institucionais passa a ser relevante para uma abordagem relacional que pensa a política a partir da mútua influência entre atores diversos. Desse modo, a perspectiva prescritiva perdeu espaço para um enfoque relacional na medida em que a própria realidade empírica apontava para as limitações das abordagens do primeiro ciclo de estudos sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. Esse fenômeno possibilitou um relevante amadurecimento dessa agenda de pesquisa, propiciando um desenvolvimento profícuo de métodos, estratégias e técnicas que munissem os pesquisadores de instrumentos para investigar a dinâmica da interação entre movimentos sociais e Estado. Como bem pontua Lavalle:

Essa mudança tem desdobramentos analíticos relevantes em pelo menos três planos: as análises sociológicas da ação social, tradicionalmente focadas em atores e/ou sujeitos coletivos, agora esquadrinham as dinâmicas de espaços e ambientes institucionais (orçamento participativo, conselhos), assim como seus efeitos sobre os atores e interesses da sociedade civil neles representados; a tradicional dicotomia da filosofia política “sociedade civil/Estado”, via de regra interpretada nas análises sociais em chave de antagonismo, recebe hoje tratamento em termos de sinergia, complementaridade e conflituosidade animadas pela lógica política do governo da ocasião, e não pelas características estruturais do Estado; por fim, o caráter enfaticamente normativo da literatura dos anos 1990, engajada no esclarecimento da missão transformadora da sociedade civil, cede passo a indagações mais preocupadas com a compreensão empírica de processos em curso, notadamente os alcances, entraves e limitações das novas formas de interação entre a sociedade civil e o Estado. (LAVALLE, 2003, pg. 109).

A discussão sobre os efeitos da interação é vasta e diversificada na literatura sobre movimentos sociais. Meyer e Tarrow (1998) indicam que a aproximação dos movimentos sociais ao Estado pode ter como resultado a cooptação, a perda de autonomia e o enfraquecimento dos movimentos. Segundo Giugni e Passy (1998), entretanto, a aproximação dos movimentos com as instâncias do Estado não tem necessariamente como resultado a burocratização e descaracterização dos movimentos. Os autores desenvolveram o conceito de cooperação conflitual, apontando para a possibilidade de que mesmo nas relações baseadas na cooperação nos espaços institucionais o conflito está presente, possibilitando, inclusive, certa autonomia do movimento. Nessa perspectiva cooperação e conflito não são antagônicas, sendo combinadas nos diversos espaços de atuação.

Tatagiba (2011), pontua que uma série de fatores pesam nas escolhas das estratégias, como a estrutura das organizações, as dinâmicas conjunturais e a posição relacional dos atores. O contexto político se apresenta como um fator importante criando ou diminuindo a eficácia de determinadas estratégias. Tendo isso em vista, o diálogo com o conceito de estrutura de oportunidades políticas de Tarrow apresenta-se profícuo. Segundo o autor, estrutura de oportunidades políticas são “dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais – da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político” (TARROW, 2009, pg. 38). Nessa perspectiva, as organizações dos movimentos sociais atuam em um contexto onde certas estratégias são estimuladas e outras desestimuladas. Os movimentos e suas organizações, por sua vez, tentam construir, a partir das oportunidades, uma conjuntura favorável. Estamos falando, portanto de um processo dinâmico.

Por outro lado, Gerardo Munck (1997) ao discutir a ideia de estratégia política, aponta para os possíveis riscos na escolha das estratégias. O autor apresenta que “o desafio crucial do problema da estratégia política pode ser enunciado diretamente em termos da influência recíproca entre as dimensões da identidade e da estratégia” (MUNCK, 1997). Ou seja, um movimento social ao

tentar articular e conquistar suas pautas não têm alternativa ao não ser adotar a ação estratégica, criando uma tensão entre identidade e estratégia que “possibilita ou prejudica o pleno desenvolvimento do movimento, dependendo da maneira como é tratado”. (MUNCK, 1997).

Dentre as principais ações e estratégias relacionadas com a cooperação entre movimentos sociais e Estado, destacam-se a atuação em instituições participativas e o ativismo institucional. Este último possibilita um intenso trânsito de militantes em esferas estatais, conectando os movimentos sociais com partidos políticos e ambientes institucionais. De acordo com Silva e Oliveira:

O trânsito institucional se caracteriza pelo deslocamento contínuo de militantes sociais-partidários por diferentes espaços de atuação (organizações sociais, partidos, fóruns institucionais e posições governamentais), o qual é, em grande medida, possibilitado pela interpenetração partido-movimento. (...) Essa ênfase na centralidade do trânsito institucional como mecanismo de permeabilidade entre movimentos sociais e Estado, conformando um quadro de expressiva intersecção Estado-Movimentos, parece ser um argumento analiticamente fértil para romper com abordagens simplistas que ignoram as complexas relações estabelecidas entre organizações sociais, partidos e Estado, as quais se produzem no Brasil, em grande parte, através do deslocamento e compartilhamento de seus integrantes (SILVA e OLIVEIRA, 2011, pg. 98 – pg. 99).

De certo modo, o elemento-chave da abordagem apresentada está na ideia de um Estado permeável à sociedade civil, ou seja, um Estado como espaço heterogêneo, composto por um conjunto de instituições e de relações sociais, onde diversos atores disputam e articulam projetos políticos que perpassam tanto o Estado quanto a sociedade civil (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006).

Contudo, apontar que existe algo de permeável no Estado, se configura somente como uma abordagem parcial.

Se cruzarmos os resultados obtidos sobre a permeabilidade estatal entre estudos sobre movimentos sociais e estudos sobre redes empresariais (MARQUES,1999; 1998) nos deparamos com relevantes disparidades relacionadas à capacidade desses atores em se inserirem em redes não periféricas do tecido estatal. Conforme Marques, a relação entre redes empresariais e Estado ocorre com intensidade, se configurando como elemento relevante para compreender o processo de formulação de políticas públicas. O autor desenvolve um conceito de permeabilidade em diálogo com a noção de um Estado composto por um tecido relacional perpassado por conexões entre o setor público e privado. Nas palavras do autor:

Sugeri, em contrapartida, o conceito de tecido relacional do Estado e de sua permeabilidade. [...] O tecido relacional expressa os padrões de conexão entre atores estatais e não estatais em redes baseadas em relações formais e informais de diversos tipos. Essas redes estruturam o Estado internamente e o conectam com o ambiente político mais amplo que o cerca. A permeabilidade, por sua vez, diz respeito especificamente às conexões entre o setor privado e o Estado no interior daquele tecido. [...] A partir dessa dimensão é possível compreender como o Estado pode ser ao mesmo tempo mais central na produção de políticas, menos insulado e mais interpenetrado por agentes privados, do que considerado pela literatura internacional. (MARQUES, 2017, pg.11 – pg. 12)

A partir dessa abordagem, Marques tem apresentado um conjunto de estudos que investigam as conexões entre empresas privadas e poder público apontando para a existência de complexas redes que influenciam nas escolhas públicas a partir, dentre outras variáveis, do poder posicional, ou seja, do poder relacionado à posição que os atores ocupam na rede (MARQUES, 1998; 1999; 2003; 2016). Um maior número de conexões na rede ou fácil acesso a atores centrais, por exemplo, tem se demonstrado relevante para

atores privados no acesso a licitações e para influenciarem políticas públicas.

Além disso, Marques tem aprofundado a discussão sobre a capacidade dos capitais impactarem nas escolhas públicas. Em pesquisas recentes aponta os capitais urbanos como um “ator potencialmente muito importante para as políticas urbanas” (MARQUES, 2016, pg. 16), com a capacidade de manejar recursos de poder e se conectar estrategicamente com diversos atores no intuito de influenciar na produção de políticas relacionadas aos seus interesses (MARQUES, 2016).

Decerto, na dinâmica da interação entre capitais e Estado, práticas não acessíveis aos movimentos sociais são manejadas. A capacidade de executar e gerir obras públicas, por exemplo, pode possibilitar uma potencial inserção diferente na malha estatal do que a comumente ocorrida a partir dos repertórios acessados pelos movimentos sociais. Nesse sentido, é importante ressaltar que a produção de políticas públicas não ocorre somente a partir da interação entre os movimentos sociais e o Estado, pois, como já abordado, outros atores também se articulam constantemente. Ao minimizar que outros atores com interesses diversos ao de movimentos sociais e com maior capacidade de influenciar na dinâmica relacional, também compõe o tecido estatal, uma parte da literatura ignora que estamos tratando de um processo perpassado por conflitos. Argumento, portanto, que essa abordagem é incompleta enquanto não tratar das assimetrias da permeabilidade no interior do Estado.

Sobre as desigualdades de poder no acesso à esfera política, Luís Felipe Miguel discorre sobre as limitações da incorporação de grupos marginais. As assimetrias no manejo de recursos diversos não são contornadas apenas com a inserção dos atores na esfera política, na medida em que a desigualdade no acesso ao poder cria barreiras para a efetividade da ação política. Nesse sentido:

A incorporação à esfera política de grupos antes impedidos de chegar a ela é importante e necessária, mas não significa, em nenhuma medida, a superação

do problema da desigualdade de poder. As desigualdades marcam a presença desses grupos e agem de forma permanente no sentido de orientar e limitar sua ação. Eles possuem menor controle dos recursos materiais, a começar pelo tempo livre, que são a base da ação política. São menos hábeis na produção do discurso adequado, até porque em geral são menos treinados para o debate, muitas vezes ocupando posições profissionais subalternas em que não participam da tomada das decisões. E têm maior dificuldade em fazer com que seus interesses transitem como interesses universais, pois mudanças na ordem social geram beneficiados e prejudicados, ao passo que a manutenção do status quo pode se apresentar como neutra. (MIGUEL, 2014, pg. 159).

Em consonância a essa discussão, Thiago Trindade e Caio Bugiato tem questionado que apesar das pesquisas demonstrarem que os movimentos sociais não podem ser considerados necessariamente “outsiders” na relação com o Estado, isso não os torna automaticamente “insiders” (TRINDADE e BUGIATO, 2017). Resgatando o conceito seletividade das instituições políticas de Claus Offe, no qual o sistema classista de seletividade das instituições políticas garantiria a exclusão de interesses antagônicos aos da burguesia, os autores argumentam que estar dentro do Estado não significa ter poder estatal (TRINDADE e BUGIATO, 2017, pg. 17)

Conforme Poulantzas (2000), apesar das classes dominadas terem acesso ao Estado elas se mantêm como classes dominadas, ou seja, com capacidade limitada para definir os rumos institucionais. Não obstante, o autor pondera que não ocupar espaços institucionais pode ter efeitos nocivos no sentido em que pode possibilitar o livre avanço para o estatismo. O autor exemplifica bem o dilema entre a necessidade de inserção em redes estatais e seus possíveis efeitos negativos:

É sabido igualmente que as massas populares devem, paralelamente a sua eventual presença no espaço

físico dos aparelhos de Estado, manter e desenvolver permanentemente focos e redes a distância desses aparelhos: movimentos de democracia diretamente na base e redes de autogestão. Mas estes não se situam, por mais que visem aos objetivos políticos, nem fora do Estado nem, de qualquer maneira, fora do poder, conforme as ilusões simplistas de uma pureza antiinstitucional. E ainda: colocar-se a qualquer preço fora do Estado quando se pensa em situar-se por isso fora do poder (o que é então impossível) pode ser muitas vezes exatamente o melhor meio de deixar o campo livre para o estatismo, em suma, recuar nesse terreno estratégico diante do adversário. (POULANZAS, 2000, pg.156).

Combinando essa perspectiva com a analogia do “tecido estatal” traçada por Eduardo Marques, seria pertinente pensar o Estado como um tecido formado por diversas camadas. Nesse sentido, alguns atores teriam acesso às camadas periféricas enquanto outros acesso facilitado em camadas mais centrais. Propomos, portanto que pensar a ideia de uma “permeabilidade assimétrica” poderia contribuir para compreender como os mecanismos relacionados à desigualdade social e política operam no interior do Estado e sobretudo, verificar seus efeitos nos movimentos sociais.

Algumas pesquisas que temos realizado têm revelado resultados interessantes que se relacionam com a discussão proposta. Em estudo sobre a participação dos movimentos sociais no processo de formulação da Política Estadual de Resíduos Sólidos a partir da atuação do Conselho Estadual das Cidades da Bahia (ConCidades/Ba) temos indicado que o conselho funcionou como “janela de oportunidade para a inserção de pautas no processo de formulação de políticas públicas, sobretudo, a partir da dinâmica incremental ocorrida na adaptação de políticas nacionais em políticas estaduais ou municipais” (MENEZES, 2018). Essa dinâmica incremental, ou seja, a mudança política a partir de pequenos passos a partir da comparação sucessiva de pontos

de políticas anteriores, executadas pela burocracia (LINDBLUM, 2009), propiciado pela adaptação da política federal para o contexto local, viabilizou uma inserção estratégica de pautas dos movimentos sociais, dotando-a de certa permeabilidade.

Nessa mesma perspectiva, temos desenvolvido um estudo em curso sobre a trajetória da interação do movimento de moradia com o Estado na Bahia que tem obtido resultados preliminares semelhantes ao da investigação citada. Os dados sugerem que o movimento de moradia, a partir de décadas pressão e diálogo, tem atuado em uma dinâmica incremental, conseguindo conquistas a partir das brechas possibilitadas por uma certa permeabilidade estatal.

Contudo, quando cruzamos esses dados com as pesquisas sobre a atuação dos capitais urbanos em políticas públicas de habitação, sobretudo no que se refere ao Minha Casa Minha Vida (MARQUES e RODRIGUES, 2013), temos nos deparado com uma capacidade muito além da incremental, onde grandes mudanças ocorrem em um ritmo muito mais acelerado. Essa assimetria no impacto em políticas públicas tem nos indicado, em caráter preliminar, que a análise da considerável variação no ritmo de influência nas escolhas públicas é um caminho pertinente para compreender as estratégias e possibilidades dos diversos atores. Nesse sentido, reforçamos que investigar a “permeabilidade assimétrica” do Estado aparece como um desafio central para compreender como atores que mobilizam recursos tão diversificados e acessam os espaços institucionais de forma desigual, se relacionam com o Estado e entre si.

2. O conceito de repertórios no campo de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil

A segunda problemática se refere à utilização recorrente do conceito de repertórios. Esse conceito foi estabelecido por Tilly e é definido como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY, 2005, pg

41-pg 42). São construções culturais aprendidas a partir da luta política entre opositores e autoridades, onde as pessoas, limitadas pelas opções disponíveis de interação, tentam novas táticas vantajosas, na margem de práticas bem estabelecidas (TARROW, 1994). Aprimorado ao longo das décadas a partir de um intenso diálogo dentro do campo de estudos sobre movimentos sociais, foi reajustado por Charles Tilly na década de 90, em resposta a críticas de abordagens culturalistas (ALONSO, 2012). Inicialmente, cunhado como “repertórios de ação coletiva”, se referia às práticas e forma de luta dos movimentos sociais. Contudo, ao reformulá-lo como “repertório de confronto”, o autor desloca o conceito para a estrutura de confronto. Segundo Alonso:

Tilly responderia em sequência de três artigos, nos quais o que era “repertório de ação coletiva” ressurgiu como “repertório de confronto”. Esta adjetivação responde à crítica de que o conceito trataria de dinâmicas culturais, sem se fazer acompanhar de uma teoria da cultura. A especificação “de confronto” estreita o terreno, Tilly, assim, finca pé na sociologia política e dribla controvérsias da sociologia da cultura. (...) A ambiguidade anterior, entre repertório de ator e de época, se esclarece: um repertório não é peculiar a dado grupo, mas a certa estrutura de conflito. É sempre compartilhado. (ALONSO, 2012, pg. 24 – pg. 25)

Nesse sentido, Tilly (2005) argumenta que a ação em uma luta política ocorre a partir de rotinas aprendidas ao longo do tempo em um contexto de interação. Os atores utilizam determinada rotina (protestos, ocupações, greves, etc) porque sabem como praticá-las, estimulando reações das autoridades que buscam neutralizá-las. Da mesma forma, os insurgentes buscam reagir às respostas das autoridades, aprimorando ou criando novas rotinas. Assim, em uma dinâmica relacional, o repertório é lentamente renovado em um processo contínuo.

Segundo o autor, movimentos sociais distinguem-se de outras formas de ação coletiva pela combinação dos repertórios com

demonstrações de valores, unidades, números e comprometimento (VUNC). Assim, adequam distintas expressões de identidade com as práticas de confronto aprendidas em uma estrutura de conflito.

No que diz respeito aos repertórios, versões de associações de finalidade específica, reuniões públicas, marchas e outras formas de ação política existiram isoladamente muito antes de sua combinação no interior de movimentos sociais. (...) Demonstrações de VUNC ocorreram por longo tempo em martírios religiosos, sacrifícios cívicos, e resistência à conquista, mas somente a sua regularização e integração com o repertório padrão distinguiu as demonstrações dos movimentos de suas predecessoras. Nenhum elemento singular, mas a combinação do repertório com as demonstrações de VUNC no interior das campanhas, criou a característica distintiva do movimento social. (TILLY, 2010, pg. 138)

Ao longo da última década, o conceito de repertório tem sido amplamente empregado nas análises sobre movimentos sociais no Brasil. Sobretudo na sociologia política e na ciência política, um acentuado esforço no mapeamento de rotinas tem possibilitado uma maior compreensão sobre a ação de diversos atores políticos. Assim, inúmeras práticas de luta como protestos, greves, ocupações, entre outros, têm sido estudadas, assegurando a construção de um vasto número de dados.

Avritzer, por exemplo, ao analisar a atuação dos movimentos sociais e da sociedade civil no Brasil afirma que na redemocratização inúmeros movimentos sociais se aproximaram do Estado no intuito de ampliar sua incidência em políticas públicas (AVRITZER, 2012). Serafim (2013), por sua vez, ao analisar a trajetória da relação do Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNUR) afirma que a luta pela reforma urbana se deu também a partir de um forte lobby no legislativo por representantes do FNUR e da atuação institucional de inúmeros membros desse movimento que ocupavam espaços na estrutura estatal.

Essas investigações têm estudado a diversidade de estratégias do movimento e seus repertórios de interação com o Estado (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014) como a participação em espaços institucionais, ocupações de prédios e terrenos públicos, mutirões autogestionários, etc (TATAGIBA, PATERNIANI e TRINDADE, 2012). Os resultados desses estudos têm indicado para um contexto onde as estratégias de ação são construídas a partir do jogo relacional entre os movimentos sociais e as instâncias estatais (TATAGIBA, 2011). As escolhas das organizações do movimento, como por exemplo, de participar de conselhos gestores, geram ganhos e desafios (TATAGIBA e BLIKSTAD, 2011), onde a relação entre movimento e instituições políticas está permeada por uma tensão entre autonomia e eficácia política (TATAGIBA, 2009).

Ao analisar a especificidade da interação dos movimentos sociais com o Estado no Brasil, Abers, Serafim e Tatagiba, a partir do conceito de Tilly de repertórios, desenvolveram o conceito de repertórios de interação, onde além do enfoque no confronto, as práticas de interação por dentro do Estado são investigadas. Assim, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) apresentam quatro tipos recorrentes de rotinas para a interação: participação institucional, protesto, política da proximidade e ocupação de cargos.

O repertório da participação institucional, por sua vez, possibilita o diálogo com outro campo teórico: o das instituições participativas. De uma maneira geral, diversos estudos abordam o tema das instituições participativas no Brasil, bem como seus impactos na democracia brasileira (ALMEIDA e TATAGIBA, 2012; AVRITZER, 2008, TATAGIBA 2011). A institucionalização da participação a partir da construção de diversos arranjos que possibilitam articular a estrutura governamental com a sociedade civil, inseriu atores sociais em instâncias de controle de políticas públicas, aproximando-os nas instâncias institucionais dos atores estatais. Segundo Luchmann:

(...) associações e movimentos sociais estão ampliando os seus repertórios de atuação e assumindo papéis de representação nos espaços institucionais que

foram criados em função das reivindicações e mobilizações sociais. Preenchendo um quadro mais amplo de espaços participativos e representativos, a representação conselhistas constitui-se como mais um tipo de representação alternativa ao modelo eleitoral. (...) Além da atuação em Conselhos, cuja agenda já é suficiente para consumir boa quantidade de tempo e energia participativa, há um conjunto muito mais vasto de atividades – institucionais e não institucionais – a cumprir, como audiências públicas, conferências, fóruns, assembleias, encontros, manifestações, conformando um complexo participativo que superpõe, fragmenta, e sobrecarrega a atuação dos sujeitos sociais. (LUCHMANN, 2011, pg.169 – pg.170).

Na última década, no Brasil, houve um crescimento no enfoque da análise de rotinas ditas “cooperativas”. A rotina da participação institucional, sobretudo, foi extensamente estudada, contribuindo para uma maior compreensão dos processos referentes à atuação dos movimentos sociais em instituições participativas. Além disso, a nova conjuntura política e as manifestações de Junho de 2013 estimularam uma retomada nos estudos sobre rotinas disruptivas, como as ocupações, protestos, etc. Contudo, ainda é escasso na literatura o esforço de compreender como as diversas rotinas interagem entre si. Ou seja, por exemplo: quais seriam os impactos da participação dos movimentos sociais em instituições participativas na dinâmica dos protestos organizados por estes? Ou como se daria as conexões entre política de proximidade e ocupação de cargos?

Apesar do escasso aprofundamento sobre o diálogo entre as diversas práticas de interação, na própria literatura, evidenciam-se alguns indícios que reforçam a concepção de que as rotinas se influenciam mutuamente. Como exemplo, alguns resultados de uma pesquisa de Tatagiba e Teixeira sobre o movimento de moradia de São Paulo:

O contexto dos anos de 1990 foi particularmente duro para a ação do movimento, limitando em muito o avanço das suas pautas. O vazio deixado pelo BNH não foi preenchido e não houve da parte do governo federal estratégia consistente para enfrentamento do déficit habitacional na faixa de 0 a 3 salários mínimos. A ausência de política articulada e coerente entre os níveis da federação levou a UMM [União dos Movimentos de Moradia] a atuar nas brechas, buscando garantir recursos para os programas autogestionários, a partir da combinação entre pressão e negociação principalmente no plano estadual, nos governos Fleury e Covas e, depois no plano municipal, com a eleição de Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, em 2001. (TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016, pg. 95)

Nessa mesma perspectiva, vislumbra-se no texto de Abers, Serafim e Tatagiba que as novas estratégias cooperativas têm sido combinadas e conformadas com as antigas e disruptivas. Apesar das conexões entre as diversas rotinas não ser o enfoque da análise das autoras, quando discorrem sobre a política urbana, por exemplo, apresentam um contexto onde diversas práticas convivem e combinam para conformar as possibilidades de atuação do movimento. Segundo as autoras, o lobby parlamentar e a participação institucional foram combinadas com protestos, ocupações e marchas a partir da interação entre movimentos sociais e atores estatais. (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014).

Em pesquisas recentes, temos feito algumas descobertas que corroboram com o abordado pelas autoras citadas. Ao estudar a atuação dos movimentos sociais no Conselho Estadual das Cidades da Bahia (ConCidades/BA) encontramos resultados que apontam para a mútua interação entre política de proximidade e a participação institucional em conselhos gestores. A constante interação entre as duas rotinas possibilitou a obtenção de informações estratégicas por parte dos conselheiros representantes dos movimentos sociais, equilibrando a disparidade inicial de informações em relação aos representantes do poder público. Além disso, a atuação no conselho gestor resultou na criação de

laços com atores de outras esferas estatais, facilitando a política de proximidade em outros espaços do tecido estatal. Como bem aponta o seguinte trecho:

Sobre a política de proximidade algumas considerações tornam-se importantes em relação ao caso estudado. A partir das entrevistas com os gestores e com lideranças do movimento, essa rotina aparecia mais como um mecanismo para as organizações obterem informações estratégicas do que como um instrumento utilizado para conquistar pleitos. O conselho e as mesas de negociação eram os principais espaços de negociação, enquanto a política de proximidade possibilitava que os movimentos obtivessem informações antes da divulgação oficial. Esse é um ponto importante, pois demonstra que as rotinas se inter-relacionam. Com a criação do ConCidades/BA um dos problemas iniciais era a disparidade entre os conselheiros representantes dos movimentos sociais e os representantes do Estado em relação a facilidade em obter informações. Nesse sentido, a política de proximidade possibilitou um maior equilíbrio, tendo em vista que lideranças, utilizando o trânsito nas diversas organizações estatais (SEDUR, CAIXA, CONDER, etc...) obtiveram informações que não seriam possíveis nos espaços formais. Em contrapartida, o próprio conselho, ao se consolidar, começou a ser um espaço importante para o fortalecimento da capacidade dos movimentos em relação a política de proximidade. As organizações do movimento de moradia, ao utilizar o conselho como espaço para articular o acesso do movimento a lideranças estatais, possibilitaram que novas relações entre lideranças e atores estatais fossem construídas. (MENEZES, 2015, pg. 98)

As conexões entre as rotinas que conformam o repertório também têm se demonstrado relevantes no estudo ainda em curso sobre a interação do movimento de moradia com o Estado na Bahia na última década. Ainda em caráter preliminar, temos investigado

as conexões entre os protestos do movimento de moradia e a atuação em conselhos gestores. As entrevistas e análises das atas têm indicado que ao longo da última década, inúmeros protestos têm ocorrido como demonstração de força quando pautas relevantes irão ser discutidas no conselho. A utilização das duas rotinas tem acontecido a partir de sua inter-relação, ampliando a capacidade de negociação do movimento no conselho e alterando a dinâmica dos protestos realizados.

Argumentamos, portanto, que o repertório não é a soma das rotinas. Ou seja, a interação e conexão entre diferentes rotinas constrói um repertório único que não pode ser confundido com a mera agregação das mesmas. Isso ocorre, pois, não somente as práticas de luta são aprendidas ao longo do tempo e limitadas pela estrutura de conflito, como as próprias possibilidades de conexões e combinações entre elas ocorre nessa dinâmica relacional, processual e conflitiva. Nesse sentido, tornam-se necessário estudos mais aprofundados que possibilitem discutir como práticas cooperativas e disruptivas se conectam e se transformam ao longo de um determinado período. A diversidade de práticas, de certa maneira, é vital para o movimento social sobreviver em um contexto de assimetrias e intensa desigualdade. A própria heterogeneidade e capacidade de inovação de um movimento pode ser recurso essencial para rápida adaptação em conjunturas dinâmicas e em contextos quase sempre desfavoráveis.

Conclusão

Como discorrido, a análise sobre os repertórios relacionados com a interação entre movimentos sociais e Estado, bem como a concepção de uma permeabilidade estatal são pertinentes para compreender as contribuições, especificidades e dilemas de um corpo determinante nos estudos recentes sobre movimentos sociais no Brasil. Decerto, o enfoque na dinâmica relacional onde diversos atores se influenciam em um “continuum”, a partir de um intenso trânsito dentro e fora das fronteiras institucionais, possibilitou novas perspectivas para o campo, construindo um aporte comum

e compartilhado que aprofunda as noções sobre a atuação dos movimentos sociais.

Entretanto, a insuficiência de pesquisas sobre os efeitos das assimetrias na inserção dos movimentos sociais nas esferas estatais e da influência mútua entre as diversas rotinas interativas, apresenta-se como obstáculo a ser superado para análises que levem em conta a grande diversidade de conexões entre as práticas dos mais variados atores políticos.

Ressalto, todavia, que tanto o conceito da permeabilidade quanto o dos repertórios são essenciais para a compreensão da dinâmica entre movimentos sociais e Estado. O intuito desse artigo foi apontar algumas possíveis abordagens onde a utilização desses conceitos possa contribuir para uma análise mais adequada. Como desafio, analisar como repertórios formado por práticas tão diversificadas se transformam e desafiam as barreiras impostas pelas assimetrias na permeabilidade desponta como um campo pertinente para o desenvolvimento do campo.

Referências

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 52-84, 2011.

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados [online]**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serviço Social e Sociedade**, n. 109, p. 68-92. 2012.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

AVRITZER, L. Sociedade Civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 383-398, 2012.

AVRITZER, L; Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.

CARLOS, E. 2011. Movimentos sociais: revisitando participação e institucionalização. **Lua Nova**, v. 48. n. 84, p. 353-364, 2011.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E. OLVERA, A.; PANFICHI, A (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 13-91.

DOWBOR, M. **A arte da institucionalização: estratégias de mobilização dos sanitaristas (1974-2006)**. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social movements: an introduction**. Oxford: Blackwell. 2006.

DIANI, M. The concept of social movement. **The Sociological Review**, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.

GIUGNI, M.; PASSY, F. Contentious politics in complex societies: new social movements between conflict and cooperation. In: GIUGNI, M.; McADAM, D.; TILLY, C. (orgs.). **From contention to democracy**. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998. p. 81-107.

LAVALLE, A. Sem pena nem glória: o debate da sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**, v. 66, n. 66, p. 91-110, 2003.

LINDBLOM, C. Mudling through 1: a ciência da decisão incremental. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, F. (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2009, p. 161-180.

LUCHMANN, L. Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Lua Nova**, n. 84, p. 141-174, 2011.

MARQUES, E.; RODRIGUES, L. O Programa Minha Casa Minha Vida na metrópole paulistana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 2, p. 159-177, 2013.

MARQUES, E. **Redes sociais e permeabilidade do Estado: instituições e atores políticos na produção da infra-estrutura urbana no Rio de Janeiro**. Tese (doutorado), Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1998.

MARQUES, E. Redes sociais e instituições na construção do Estado e sua permeabilidade. **RBCS** v. 14, n. 41, p. 45-67, 1999.

MARQUES, E. **Redes sociais, Instituições e Atores Políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Ed. Annablume. 2003.

MARQUES, E. De volta aos capitais para melhor entender as políticas urbanas. **Novos Estudos**, v. 35, n. 105. pg.15-33. 2016.

MARQUES, E. Em busca de um objeto esquecido: A política e as políticas do urbano no Brasil. **RBCS** v. 32, n. 95, p. 1-18, 2017.

McADAM, D. Conceptual origins, current problems, future directions. In: McADAM, D; McCARTHY, J.; ZALD, N. (orgs.). **Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structure, and Cultural Framings**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 23-40.

MELUCCI, A. The symbolic challenge of contemporary movements. **Social Research**, vol. 52, n. 4, p. 789-816, 1985.

MENEZES, D. **Capacidade deliberativa e articulação política dos conselhos gestores: um estudo sobre o Conselho Estadual das cidades da Bahia**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

MENEZES, D. Conselhos Gestores e Políticas Públicas: o Conselho Estadual das Cidades da Bahia e a elaboração da Política Estadual de Resíduos Sólidos. In: VICTÓRIA, E.; UZEDA, D. (orgs.). **Democracia na América Latina**. No prelo.

MEYER, D.; TARROW, S. A Movement Society: Contentious Politics for a New Century. In: MEYER, D.; TARROW, S. (orgs.) **The social movement society: contentions politics for a new century**. Lanham, MA: Rowman & Littlefield, 1998, p. 1-28.

MIGUEL, L. F. Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal: uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu. **Novos Estudos**, v. 33, n. 98, p. 145-161, 2014.

MUNCK, G. Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo dos movimentos sociais. **Dados**, v. 40, n. 1, p. 105-125, 1997.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder e o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SERAFIM, L. **Participação no Governo Lula: as pautas da reforma urbana no Ministério das Cidades (2003-2010)**. Tese (doutorado), UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

SILVA, M.; OLIVEIRA, G. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 86-124, 2011.

TATAGIBA, L. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. In: PIRES, R. (org). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011.

TATAGIBA, L. Relação entre movimentos sociais e instituições políticas na cidade de São Paulo: o caso do movimento de moradia. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores**. São Paulo: Editora 34, 2011.

TATABIGA, L. BLIKSTAD, K. Como se fosse uma eleição para vereador: dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo. **Lua Nova**, n. 84, p. 175-217, 2011.

TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S.; TRINDADE, T. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 399-426, 2012.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. **Revista Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 85-102, 2016.

TARROW, S. **Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

TILLY, C. **Popular Contention in Great Britain 1758-1834**. Colorado: Paradigm Publisher, 2005.

TILLY, C. Movimentos Sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 133-160, 2010.

TRINDADE, T. **Protesto e democracia: ocupações urbanas e luta pelo direito à cidade**. Jundiaí: Paco, 2017.

TRINDADE, T. BUGIATO, C. **Contribuições teóricas do neomarxismo para o debate sobre a interação entre movimentos sociais e o Estado**. In: Anais do III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, UFES, Vitória, 2017.

Visibilizar, sensibilizar, engajar: atuação de *Brokers* nos processos de resistência ao pré-sal no estado do Espírito Santo¹

*Julia Silva de Castro*²

Resumo: Partindo das atuais discussões acerca das mobilizações em torno dos impactos de atividades extrativistas na América Latina, busca-se compreender o processo de contestação dos afetados pela indústria do petróleo e gás no estado do Espírito Santo, tendo em vista as intermediações entre o local e o global. Diferentes valorações e práticas estão envolvidas no processo de mobilização e, nesse sentido, o intercâmbio de afetados, enquanto a materialização de uma performance constituída através de um ator “glocal”, ou *broker*, irá forjar uma vivência capaz de vincular demandas locais com enquadramentos que possuam projeção global.

Palavras-chave: Neoeextrativismo; conflitos ambientais; América Latina; redes de ativismo ambiental; Brokerage.

Visualize, sensitize, engage: brokers' performance in pre-salt resistance processes at Espírito Santo estate, Brazil

Abstract: Starting from the prevailing discussions about the mobilizations regarding the impacts from extractivist activities in Latin America, this paper intendeds to grasp the process of contestation of those affected by the oil and gas industry at Espírito Santo estate, in view of the intermediation between local and global. Many different

¹ Este trabalho é uma versão do paper originalmente apresentado no GT 11 “Entre ruas e gabinetes” durante o 41º Encontro Anual da ANPOCS. Recebido em 31/12/17 e aprovado em 31/05/18.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (PGCS/UFES), bolsista FAPES e Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais – Organon/UFES. E-mail: julia.scastro92@gmail.com

valuations and practices are involved in the process of mobilization and, in this sense, the exchange of affected, while the materialization of a performance constituted through a “glocal” actor, or broker, will forge an experience capable of linking local demands with frameworks that have global projection.

Keywords: Neoextravism; environmental conflicts; Latin America; environmental activism networks; Brokerage.

Visibilizar, sensibilizar, involucrar: actuación de brokers en los procesos de resistencia al pre-sal en el estado del Espírito Santo, Brasil

Resumen: A partir de las actuales discusiones sobre las movilizaciones acerca de los impactos de actividades extractivas en América Latina, se busca comprender el proceso de contestación de los afectados por la industria del petróleo y gas en el estado de Espírito Santo, teniendo en cuenta las intermediaciones entre el local y global. Diferentes valoraciones y prácticas están involucradas en el proceso de movilización y, en ese sentido, el intercambio de afectados, mientras que la materialización de una performance constituida a través de un actor “glocal”, o broker, va a forjar una vivencia capaz de vincular demandas locales con encuadramientos que tengan proyección global.

Palabras clave: Neoextractivismo; conflictos ambientales; América Latina; redes de activismo ambiental; Brokerage.

Introdução

Em coerência com a lógica contemporânea de expansão e reprodução do capital baseado em uma economia extrativa, o Espírito Santo passou a ocupar, nos últimos anos, certo destaque nos incentivos à instalação de megaempreendimentos³. Considera-

³ O documento *ES 2025: Plano de Desenvolvimento* estabelece uma relação favorável entre a ideia de crescimento econômico e as atividades decorrentes da indústria de *commodities*, tendo em vista o amplo fomento aos projetos centrados nas indústrias de base (ferro, aço, minérios, celulose, pré-sal) e de infraestrutura (construção e ampliação de ferrovias e portos). O plano foi elaborado durante o governo de Paulo Hartung no ano de 2006, através da Secretaria de Economia e Planejamento, em parceria com a ONG Espírito Santo em Ação e patrocínio da Petrobras.

se que, principalmente a partir do ano de 2007, no momento em que a Petrobras comunica a descoberta do pré-sal, houve uma intensificação na abertura de novos nichos de investimentos no estado, ao mesmo tempo em que retroalimenta a expansão de cadeias extrativas e complexos industriais já instalados no seu primeiro *boom* desenvolvimentista, no final da década de 1960.

O *modus operandi* dos grandes projetos enquadra-se em uma lógica pautada pelos interesses da arena internacional e que reafirma uma “vocação” histórica da América Latina enquanto fornecedora de matéria-prima. Milanez e Santos (2013) denominam de neoextrativismo esse quadro político-econômico, trazendo de Gudynas (2009, 2012a) a definição do termo como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. De acordo com Svampa (2012), ingressamos em um novo padrão de acumulação de capital baseado na exportação de bens primários em grande escala – o Consenso de *Commodities*. A autora ainda afirma que as novas normas legais firmadas pelo Estado metarregulador garantiram a institucionalização dos direitos das grandes corporações, assim como a aceitação de normas criadas nos espaços transnacionais homogeneizaram o mapa socioprodutivo no setor de mineração, pesca, petróleo e gás, dentre outros.

Todo este processo implica na subordinação de territórios já ocupados por populações que participam de modos de vida, ou modos de atender às suas necessidades materiais de subsistência e de constituição simbólica, com pouca inserção no mercado capitalista. São comunidades pesqueiras, quilombolas, camponesas, indígenas e pequenos distritos urbanos, todos transformados em “zonas de sacrifício”, ou seja, espaços destinados à degradação em nome do progresso do país (ACSELRAD, 2010; LERNER, 2010). Assim, os impactos ambientais e sociais resultam em um tensionamento constante e crescente que acaba por acarretar uma série de conflitos entre atores antagônicos.

Reunidos em torno do *framing* de afetados⁴, muitos atores que estão na base dos conflitos vêm se mobilizando em um amplo leque de coletivos (rurais ou urbanos) e modalidades de resistência em defesa do meio ambiente, dos recursos naturais, da biodiversidade, além da preservação de modos de vida e usos dos territórios tradicionais. O enquadramento de “afetados”, de acordo com Losekann, ocorre pela:

[...] identificação de antagonistas comuns – empresas, corporações, governos, Estados – e por explicações que convergem para a correlação entre capitalismo, globalização e desenvolvimento baseado no extrativismo – ou seja, mais um mecanismo cognitivo em operação (LOSEKANN, 2016, p. 142).

Compreende-se que as dinâmicas territoriais, verificadas a partir do processo de visibilização de uma luta local, apresentam elementos fundamentais para a realização de uma análise aprofundada sobre este tipo de ação coletiva constituída através de um sujeito “glocal” (ou *broker*) que, ao mesmo tempo em que está muito enraizado no território, atua em redes transnacionais em busca de um redimensionamento da condição territorial local em uma luta política que conecta territórios distintos.

Assim, o presente artigo apresenta uma investigação sistemática das dinâmicas e processos de mobilização que ocorrem em lutas que contestam especificamente a exploração de petróleo e gás na América Latina. Analiticamente, examina-se a dimensão espacial das lutas nas transposições de escalas de ação coletiva e o papel do *broker* nestas transposições. Para tanto, temos como base

⁴ Losekann (2016, p. 141) defende que “afetado” não constitui uma identidade, e que seria mais adequado “entender essa designação como um “enquadramento” e um mecanismo cognitivo que ocorre pela compatibilização de diversas identidades coletivas convergentes (ambiental, indígena, quilombola, agroecologia, gênero, pescadores etc.), em uma dada condição, e a partir de mecanismos relacionais e interativos que articulam atores diversos”.

a literatura do *Contentious Politics*, *brokerage* e ativismo em redes transnacionais. Nossas conclusões são de que as lutas em questão colocam um elemento não considerado na agenda do *Contentious Politics*, qual seja, apresentam confrontos que são de natureza ontológica, onde mundos distintos estão em disputa.

Os caminhos teórico-metodológicos

A análise apresentada é preliminar de uma pesquisa que busca compreender não estritamente os aspectos locais, mas as intermediações entre o local e o global, tendo em vista os fluxos reivindicativos de afetados por empreendimentos da indústria do petróleo e gás na América Latina. Kirsch (2014) ao analisar processos reivindicativos semelhantes, precisamente aqueles contra o empreendimento *Ok Tedi mine* da mineradora BHP Billiton, em Papua Nova Guiné, caracterizou como “políticas do espaço” as redes de atores que criaram contestação no local da mina e que foram alçadas para arenas internacionais, gerando um processo transnacional de confronto. Isto posto, buscamos compreender de que maneira se constituem as políticas do espaço entre as comunidades locais no Espírito Santo e outras arenas não locais.

Metodologicamente, procedemos de uma abordagem qualitativa, operacionalizada por observações de campo, pesquisa documental e entrevistas em profundidade semiestruturadas. A explicação fundamenta-se a partir de análise empírica do processo de construção da Campanha “**Nem um poço a mais**”, que envolveu uma atenção etnográfica ao acompanhar suas performances de confronto (*toxic tours*, intercâmbios de afetados, seminários, oficinas, missões, eventos de formação e reuniões). A campanha articula-se em torno do *framing* de “afetados” e gera uma rede latino-americana empenhada em realizar diagnósticos comuns e na expansão de uma nova gramática coletiva.

As entrevistas foram realizadas com atores que participam ativamente da Campanha e são representantes da FASE/ES⁵, uma organização não governamental que tem papel essencial no fomento às mobilizações antipetroleiras no ES, desenvolvendo ações de formação, produção de conhecimento e de incidência em políticas públicas que dão visibilidade às questões voltadas à promoção da justiça ambiental, defesa dos bens comuns e dos direitos territoriais. A ONG é uma das articuladoras da Campanha “Nem um poço a mais”, com ativistas antipetroleiros e representantes de grupos e das comunidades impactadas. Além disso, articula redes de incidência e visibilidade política, estando inserida na Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e na *Oilwatch*⁶.

Salientamos que um dos aspectos centrais no que diz respeito às escolhas metodológicas, mas que também se relaciona com uma linha teórica em voga entre intelectuais latino-americanos, consiste em um compromisso com as histórias e modos de vida ocultados e/ou inferiorizados por uma lógica eurocentrada. Como propõe Bringel, não se trata de negar as teorias provenientes do norte, “mas uma articulação do potencial crítico destas com teorizações e experiências do Sul-Global” (BRINGEL, 2011, p. 188). Para tanto, os estudos decoloniais se fazem aliados neste trabalho.

O ponto de partida destes estudos é justamente a constatação de que toda enunciação tem um lugar de origem. Conforme Mignolo (2005) assinala, a ideia de um “hemisfério ocidental” na América

⁵ A FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) é uma ONG fundada em 1961, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Sua atuação se dá a nível local, nacional e internacional com vistas a integrar redes, fóruns e plataformas, sempre visando derrotar políticas de caráter neoliberal. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/>.

⁶ Autodenomina-se rede e desenvolve estratégias globais para os afetados, atuando com a troca de informações sobre as atividades petroleiras em cada país, as práticas operacionais das companhias, além de gerar visibilidade para os movimentos de resistência e campanhas internacionais contra essas companhias. Disponível em: <http://www.oilwatch.org/quienes-somos>.

do Sul e do Norte contribui para a consolidação de uma estrutura de poder eurocêntrico, por meio do imaginário da civilização ocidental no sistema-mundo moderno colonial. O capitalismo, assim como a modernidade, “aparece como um fenômeno europeu e não planetário, do qual todo mundo é partícipe, mas com distintas posições de poder. Isto é, a colonialidade do poder é o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza” (MIGNOLO, 2005, p. 36).

O autor apresenta, então, o conceito de *delinking*, que pode ser útil para compreender o papel do *broker* ao conectar os diferentes espaços local e global, implicando também no contato entre o “tradicional” e o “moderno”:

Um “delinking” que leva a uma mudança epistêmica decolonial e traz para o primeiro plano outras epistemologias, outros princípios de conhecimento e entendimentos e, conseqüentemente, outra economia, outras políticas, outras éticas. [...] Além disso, “delinking” pressupõe um movimento para uma política geo-corporal do saber que, por um lado, denuncia a pretensa universalidade de uma etnicidade particular (política do corpo), localizada em uma parte específica do planeta (geopolítica), que é a Europa, onde o capitalismo se acumulou como consequência do colonialismo. “Delinking” então deve ser entendida como uma mudança epistêmica decolonial que conduz a outra universalidade, isto é, à pluralidade como um projeto universal (MIGNOLO, 2007, p. 453, tradução nossa).

Nesse sentido, as mobilizações que contestam o extrativismo de petróleo e gás na América Latina provocam uma interação entre valores e práticas relacionados a mundos distintos em disputa. Os reflexos deste confronto de mundos produzem características que marcam a ação contestatória dos atores e de suas estratégias. Combinam-se performances antissistêmicas, desobedientes e ilegais – realizadas em nome da legitimidade das formas de ação ancestrais – com outras que são típicas do mundo moderno

ocidental. Este aspecto é observável, principalmente, nas dinâmicas que combinam estratégias jurídicas e a crítica à juridificação. Ou seja, as escolhas táticas performatizam embates ontológicos entre os mundos em disputa.

Por fim, a abordagem está fundamentada na literatura de matriz norte-americana dos movimentos sociais, especificamente no *Contentious Politics*, que surge visando uma desvinculação do estruturalismo e em busca de interpretações mais relacionais não somente para os movimentos sociais, mas para diversas formas de contestação política e social (BRINGEL, 2011). A publicação da obra *Dynamics of Contention* (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001) representa um importante marco no sentido de que o trio de autores reformulam seus próprios conceitos (repertórios, oportunidades e ameaças, enquadramentos e estruturas de mobilização) e apresentam avanços importantes, embora não tenham passado ilesos de receber duras críticas. O êxito está, sobretudo, na centralidade dada aos “mecanismos causais” enquanto unidades analíticas determinantes. Dentre eles, focaremos em um específico, o *brokerage* (intermediação), seguindo a definição proposta por Marisa von Bülow, como “iniciativas que conectam atores (indivíduos, organizações ou setores) que estão separados por distância geográfica, falta de confiança ou falta de recursos, ou simplesmente por não estarem cientes da existência uns dos outros” (VON BÜLOW, 2010, p. 108, tradução nossa).

Ademais, embora os aspectos macro econômicos e políticos sejam fundamentais para compreender o processo de mobilização dos afetados, um olhar diretamente para os territórios é fundamental. Mas, ao mesmo tempo, o sentido de “afetado” está para além do território, permitindo o “surgimento de uma visão da contestação enquanto algo maior do que o conflito específico entre uma comunidade e uma empresa. Trata-se de um mundo inteiro (um modo de viver) que está ameaçado” (LOSEKANN, 2016, p. 136). Isto posto, para compreender a atuação do *broker* (intermediário) que, no contexto apresentado, conecta vivências nos territórios afetados com os espaços externos da militância e, por conseguinte, é capaz de produzir vínculos e trocas entre

os diferentes mundos em confrontação, a seguinte elaboração desenvolvida pela autora caracterizando os afetados em três posições distintas se faz aliada desta análise:

A primeira seria a dos **afetados em si**, que são os pescadores, as populações em geral e os camponeses, que não necessariamente se percebem enquanto afetados, mas sim pelo olhar de outro. [...] Podemos identificar a segunda posição como **afetados mobilizados**, em que encontramos os próprios sujeitos dos territórios impactados, mas que já são conscientes e mobilizados em torno dessa situação. [...] A terceira categoria seria a dos **mobilizadores dos afetados**, caracterizado por aqueles atores que não estão sofrendo as consequências diretas dos empreendimentos, mas que percebem a situação do afetado no outro e mobilizam-se por e com ele [...] (LOSEKANN, 2016, p. 136).

Compreende-se que o *broker*, enquanto mobilizador dos afetados, tem uma grande capacidade de construir significados de resolução de necessidades, de direitos, num sentido emancipatório, em suma, de alternativas societárias. Tais atores são também cruciais para as transposições escalares entre o território local e o global onde se projetam os discursos macro políticos. Isso ocorre através de um jogo que se dá entre os afetos daqueles que vivem no território e sofrem os impactos, de emoções paralisantes para emoções que motivam a ação. Não estar submetido ao sofrimento do território e suas situações de opressão, tal como os afetados em si, propicia aos atores mobilizadores um certo jogo de ambivalência em que se conhece o sofrimento, mas também se transita fora dele. É este transitar entre mundos, vivências e suas distintas afetações que caracteriza e confere importância singular ao *broker* nos conflitos ambientais.

A intermediação enquanto ator e enquanto performance forjada

Desde os anos 1960 e 1970, o litoral do Espírito Santo é *locus* de instalação de complexos portuários e industriais associados à transformação e exportação de minério de ferro e de pasta de papel. A região, contudo, passa a sofrer desde os anos 1990, e de forma mais acentuada nos anos 2000, com o avanço de grandes projetos logísticos e portuários e/ou novos terminais dedicados à exploração e apoio à cadeia de petróleo e gás, muito em função da descoberta do pré-sal e dos preços do “ouro negro” que subiram 482% entre dezembro de 2000 e janeiro de 2013 no mercado internacional (ZANOTELLI, 2015). Ao final de 2009, já havia 11 campos de produção marítimos e os terrestres somavam 254 poços (GONÇALVES, 2011).

Ocorre que essa indústria, por se assentar em uma complexa infraestrutura (plataformas, navios, estaleiros, estradas, gasodutos e oleodutos, unidades de processamento e ajuste, etc.), é marcada por processos de espoliação de territórios e bens de uso comum. Neste contexto, em abril de 2012, no município de Linhares, realizou-se a primeira iniciativa para a construção de uma frente antipetroleira no ES, reunindo “integrantes de movimentos sociais, organizações de pescadores, quilombolas, trabalhadores terceirizados, moradores das áreas de risco, ONGs, entidades ambientalistas, pesquisadores universitários, professores, estudantes, ciclistas e artistas”⁷. O “I Encontro dos Afetados por Petróleo e Gás no Espírito Santo” objetivava construir uma mobilização que iniciasse um debate coletivo em busca de um outro sentido de progresso, levando em conta a narrativa dos próprios afetados. Como resultado, foi formulado o “Fórum dos Afetados por Petróleo e Gás do ES” por grupos que percebem que a chamada crise ecológica atinge de maneira diferenciada os diversos setores da sociedade, baseados em uma perspectiva de justiça ambiental.

⁷ Fonte: Carta de Linhares (2012). Disponível em: <https://areaslivresdepetroleo.wordpress.com/areas-livres-de-petroleo/pagina-6/>.

Outro marco importante foi o “V Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental”, realizado em agosto de 2013, no município da Serra, região metropolitana do ES. O tema escolhido foi “Articulando resistências frente às injustiças ambientais do atual modelo energético”, pois entendia-se que a temática possui um caráter articulador e já mobilizava distintos sujeitos que compunham a rede. O encontro contou, mais uma vez, com uma diversidade de atores (afetados de todo o país, organizações, movimentos sociais, ativistas, pesquisadores, artistas, etc.) e representantes das organizações *Oilwatch* e *Acción Ecológica*, do Equador, que inspiraram o que aparece na carta política do encontro como uma “radicalização” da luta por Justiça Ambiental:

Mas este encontro nos trouxe muitas inspirações, radicalizando a luta por Justiça Ambiental como a proposta, apoiada pelo povo equatoriano, de deixar o petróleo no subsolo em Yasuní na selva amazônica. Processo onde a Petrobras foi denunciada por violar direitos das comunidades e degradar os territórios, sendo assim, pressionada pela sociedade para se retirar do Equador. Rechaçamos a decisão do presidente Rafael Correa de retroceder essa conquista popular e liberar a exploração petrolífera nos blocos 31 e ITT no Parque Nacional de Yasuní.⁸

A partir da troca de experiências com os membros das redes latino-americanas, começam a surgir bandeiras “Nem um poço a mais” ou “Deixar o petróleo no subsolo” nas mobilizações locais, onde se propõe que as populações possam ter o direito de dizer não à exploração nas áreas pesqueiras, comunidades litorâneas, quilombolas, indígenas, camponesas, áreas de assentamento de reforma agrária ou de grande biodiversidade.

⁸ Carta política do V Encontro Nacional da RBJA, 2013. Disponível em: <https://redejusticaambiental.wordpress.com/2013/09/13/declaracao-do-v-encontro-nacional-da-rede-brasileira-de-justica-ambiental/>

No contexto apresentado, a FASE/ES destaca-se como um importante ator “mobilizador dos afetados” (LOSEKANN, 2016), desempenhando o mecanismo de intermediação ao conectar os territórios no ES com circuitos da sociedade civil global, e também com outros territórios afetados no mundo, principalmente através da realização de intercâmbios.

Importante frisar que a ONG já havia participado ativamente de um forte conjunto de mobilizações em defesa das terras indígenas, quilombolas e camponesas no ES frente à empresa Aracruz Celulose e seus extensivos plantios de eucalipto. Visando ao apoio e visibilização da resistência das comunidades, constituiu-se na época a “Rede Alerta Contra o Deserto Verde”, que convergiu diversas frentes de luta e encontrou nos debates sobre mudanças climáticas a possibilidade de alçar as demandas locais para espaços transnacionais, atuando conjuntamente com diversas redes, organizações e movimentos – destacando-se a WRM⁹ e a RECOMA¹⁰. Muitas das articulações realizadas a partir da “Rede Alerta” permaneceram no atual cenário e foram fundamentais para que se conformasse a mobilização antipetroleira no estado. Tanto a *Oilwatch* quanto a *Acción Ecológica* se conectam com a FASE/ES a partir dos espaços transnacionais de interação e das discussões climáticas, vínculos que permanece no atual contexto.

O debate sobre os conflitos e impactos em torno da expansão da indústria do pré-sal no ES passa a integrar a agenda de ações da ONG da seguinte forma:

⁹ A World Rainforest Movement é uma organização que, desde 1986, reúne ativistas de diferentes partes do mundo em resposta à contínua destruição de florestas no Sul Global e ao consumo excessivo de produtos de madeira tropical no Norte Global.

¹⁰ A Rede Latino-Americana Contra as Monoculturas de Árvores é uma rede descentralizada de organizações, criada no ano de 2003 durante o Fórum Social Mundial, com o objetivo básico de coordenar atividades a nível regional contra a expansão das plantações industriais de árvores. Ao mesmo tempo, busca apoiar alternativas social e ambientalmente sensatas, partindo de iniciativas comunitárias.

Mas a partir de 2006/2007, com o evento do pré-sal e como o ES é o segundo maior produtor de petróleo, mais do que isso, o pré-sal, boa parte dele também se concentra no ES, e vendo a avalanche petroleira que estava chegando, e ainda está chegando, começamos a pensar: bem, não vale a pena ficar concentrado só no eucalipto e na celulose. [...] Então isso também nos libera como FASE para não precisar concentrar 100% das nossas ações na luta quilombola e na luta contra a monocultura, percebendo a chegada do petróleo no estado. E aí, bem, começa um novo universo. Outros territórios, no sul do estado, na região metropolitana, na região norte também, e os próprios territórios aqui no norte, uma série de projetos petroleiros de extração de petróleo, de dutos, de instalações de gás, de portos, ferrovias, toda essa infraestrutura de chegada do petróleo já desenhada pela Petrobras, pelo governo e pelas também multinacionais do petróleo. [...] Então temos uma oportunidade histórica de atuar contra a chegada petroleira num momento em que o mundo debate sobre a substituição do petróleo e o fim dos combustíveis fósseis por causa da crise climática (Entrevista com coordenador da FASE/ES, maio de 2016).

Assim, a ONG passa a desempenhar a importante função de mobilizadora, atuando a partir da percepção social do outro, portanto, na perspectiva dos afetados em si. Além disso, promove uma série de performances de confronto: intercâmbios de afetados; *toxic tours* (ou “giros territoriais”); missões ou visitas periódicas para acompanhar a situação dos afetados em si; assessoria jurídica; participação em audiências públicas; panfletagens; produção de cartilhas, artigos, cartas e outros documentos denunciativos e informativos; reuniões com representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Estas atividades conectam os ativistas em um processo de interação, produzindo mudanças permanentes e reelaborações das realidades locais.

Destaca-se que os intercâmbios de afetados são cruciais ao proporcionar um espaço de trocas entre os grupos que estão imersos em diferentes situações de “afetações”, como aponta o trecho abaixo:

Então começamos esse processo de identificação dos conflitos, [...] criar canais de intercâmbios, de troca de experiências entre os espaços que estão sendo afetados. Então, por exemplo, um porto tá chegando em Marataízes, ou lá no sul do estado, em Presidente Kennedy... Bem, já temos uma experiência de um porto petroleiro em Barra do Riacho, o povo de Barra do Riacho tem o que dizer sobre a sua experiência com o povo lá de Presidente Kennedy, onde o porto tá pra chegar. Então a troca desses intercâmbios e a conexão de experiências, e também o desejo das pessoas de se encontrarem e criarem canais coletivos de resistência, estratégias conjuntas, isso é o que tem sido um novo norte do nosso trabalho (Entrevista com coordenador da FASE/ES, maio de 2016).

Assim, os intercâmbios geram um processo de circulação de informações sobre operações das companhias petroleiras em cada localidade, suas práticas operacionais e os diferentes movimentos de resistência e campanhas internacionais contra companhias específicas. Firma-se também um compromisso com a busca do avanço da consciência ambiental a nível transnacional, preocupada em estabelecer vínculos entre a destruição da biodiversidade, com as mudanças climáticas e violações de direitos humanos. Portanto, o objetivo consiste em formar uma rede de organizações que atuem a nível local para que seja capaz de intervir em torno de um mesmo enquadramento a nível transnacional para a proteção da vida e dos meios de sobrevivência das populações, vinculando os impactos ambientais com os impactos sociais da atividade.

Por fim, podemos refletir que as “redes” são construídas nos dois sentidos: tanto pelo projeto desenvolvimentista através dos empreendimentos interligados que se instalam nos territórios

e causam impactos às distintas territorialidades (terra e mar), quanto pela resistência e pressão confrontadora desempenhada pelos afetados e seus parceiros de luta. Isto evidencia a importância desse formato organizacional no contexto descrito ao proporcionar um espaço de interação entre sujeitos, organizações, campanhas, coletivos, movimentos sociais, etc., conectando os afetados em si com atores já engajados e mobilizados em torno de um mesmo enquadramento. Através desse entrelaçamento será constituída a mobilização propriamente dita.

Tendo em vista os elementos expostos, a experiência latino-americana apresenta grandes possibilidades de uma desconstrução em direção a um *decolonial thinking* (MIGNOLO, 2007), que envolve um deslocamento de lógicas, colocando em primeiro plano assuntos negados pelo imperialismo, e inicia-se quando os sujeitos subalternizados passam a tomar consciência dos efeitos da colonialidade do ser, do corpo e do conhecimento. Um *delinking* envolve outras epistemologias, outros princípios de conhecimento e compreensão do mundo e, conseqüentemente, outras economias, outras políticas, outras éticas.

A intermediação entre mundos em confronto e ampliação dos atores

O mecanismo de intermediação também constitui uma interação entre mundos distintos. A resistência ao petróleo evoca uma ontologia ancestral e pós-civilizacional que é constitutiva deste confronto político. Isso evidencia-se na Campanha e seus vários eventos.

Em junho de 2015 ocorreu o lançamento da já consolidada Campanha “Nem um poço a mais”, no município de Vila Velha, região metropolitana do ES, com o objetivo de frear a expansão petroleira sobre os territórios. A campanha constitui-se para gerar um processo de visibilização dos impactos que têm significado a expansão e aprofundamento do modelo dependente do petróleo e seus derivados, que gera uma série de conseqüências, muitas vezes irreversíveis, significando o sofrimento e degradação para

uma população que historicamente tem sido penalizada. Esse configura-se como um dos elementos nucleares do conflito entre as ontologias de mundos que estão em jogo neste processo.

Ao fim do encontro é produzida uma carta política na qual uma pluralidade de organizações, coletivos, associações, conselhos, grupos organizados de afetados etc., declaram que “é hora de repensar e agir sobre a expansão petroleira e da teia de empreendimentos predadores que a alimenta”, tomando a decisão de tornar pública a campanha. A carta é concluída da seguinte forma:

Estamos lançando esta campanha a partir das nossas realidades, vidas e quereres. É dos nossos territórios, onde vivenciamos toda a violência da cadeia produtiva petroleira, que se construirá a nossa luta. Afirmamos que a terra e o mar, para além dos que neles trabalham, é de quem neles vivem. Viemos a público afirmar que nossa dor e nossa luta têm dignidade. Não seremos criminalizados e hostilizados por nossa decisão. Com a sabedoria dos que preservaram desde sempre os territórios, nos declaramos aptos a zelar por eles e pelos bens naturais neles contidos. Exigimos ser considerados em nossa soberania e direito de autodeterminar nossos futuros (Carta do encontro de lançamento da Campanha “Nem um poço a mais”, junho de 2015).

No mencionado encontro, participa e assina a carta política o coletivo equatoriano *Yasunidos*, que se autodeclara: “Somos jovens, mas também somos estudantes, artistas, trabalhadores, mães, pais, filhos, filhas e ativistas. Somos apartidários, mas não somos apolíticos. Somos ecologistas, animalistas, feministas, pró-direitos e confluímos na diversidade”¹¹. O coletivo passa a se articular em resposta ao anúncio do então presidente equatoriano Rafael Correa de pôr fim ao projeto Yasuní-ITT, executando uma ampla

¹¹ Fonte: <http://sitio.yasunidos.org/en/yasunidos/nuestros-principios.html>.

campanha internacional possibilitada por intercâmbios através da *Oilwatch* e *Acción Ecológica*. É desta forma que um de seus ativistas participa do lançamento da Campanha “Nem um poço a mais”, trazendo a experiência adquirida nesse processo e compartilhando as diversas estratégias.

Desde o seu início, o Coletivo reivindica-se como um grupo com profunda demanda política de rechaço ao modelo extrativista como única forma de se produzir riquezas. Declaram ainda: “buscamos substituir o antropocentrismo e o patriarcado por relações horizontais baseadas no respeito pela natureza, aos animais e entre nós mesmos”. Logo, implica que devemos considerar uma dimensão utópica que envolva o fortalecimento de valores básicos da democracia: liberdade, igualdade e solidariedade, incorporando conceitos da vida em comunidade e direitos da natureza. Cria-se, assim, uma interação que busca a abertura de espaço para novas formas de valoração ambiental e a valorização de saberes ancestrais.

Neste sentido, o Equador chama atenção ao trazer inovações legais do ponto de vista ambiental em sua nova Constituição, como a definição do Estado plurinacional, o reconhecimento dos Direitos da Natureza (*Pachamama*) e a promoção do estado de Bem Viver (*sumak kawsay*). O artigo 71º da Constituição de 2008 incorpora uma definição da Natureza, ou *Pachamama*, ancorada nas cosmovisões de povos indígenas, sendo o “espaço onde se reproduz e se realiza a vida”. Gudynas aponta que “não restringindo o conceito ocidental de ambiente, gera-se a potencialidade de romper com o programa da modernidade, na qual está a base da crise ambiental” (GUDYNAS, 2009, p. 37).

No entanto, De La Cadena (2010) ressalta que essa reconfiguração política geralmente é interpretada como o resultado de um “giro à esquerda” dos governos latino-americanos, mas o importante a se analisar é a presença dos movimentos sociais regionais de indígenas como um elemento constitutivo dessas transformações. O fato de atores políticos “não-humanos” aparecerem nos protestos sociais pode ser a evidência de um momento de ruptura política e uma indigeneidade emergente, que a autora desenvolve:

Quero dizer, uma insurgência de forças e práticas indígenas com a capacidade de romper significativamente as formações políticas prevalentes e reorganizar os antagonismos hegemônicos, em primeiro lugar, tornando ilegítima (e, portanto, desnaturalizando) a exclusão de práticas indígenas das instituições do Estado-nação (DE LA CADENA, 2010, p. 336, tradução nossa).

A autora pode proporcionar uma análise da prática política e de conflitos que superam a separação entre sociedade e natureza, sendo que o reconhecimento das diferentes concepções socioculturais do uso da natureza por parte de sujeitos que sustentam os modos de vida tradicionais é condição indispensável de justiça ambiental nos conflitos que envolvem estas populações. Cabe comentar que, em muitos momentos, o agenciamento da natureza mostra-se decisivo nos processos de mobilização da ação coletiva. Assim, esta disputa de mundos sugere a incorporação da própria natureza como “afetada em si”, que produz agenciamentos importantes.

Reescalando a mobilização: a conexão ES – Equador por áreas livres de petróleo

Muitos avanços já foram realizados pelos estudiosos do *Contentious Politics* em busca de compreender os processos de construção das coalizões transnacionais. Kirsch (2014) defende que, no caso dos riscos e danos socioambientais, a situação de conflitos é exacerbada pela política econômica neoliberal que os normaliza e naturaliza como consequências inevitáveis da modernidade, e não como fruto de uma relação contingente entre Estado, corporações e os usos do meio ambiente. O autor ainda expõe que muitas das campanhas operam através de redes transnacionais de ativismo que fornecem recursos internacionais a uma nova categoria de atores, resultam em uma forma de mobilização caracterizada como “políticas de escala” e são reconhecidas como movimentos contra-globalização devido ao uso inovador da arquitetura da globalização ao desafiar as corporações.

Observa-se que há um intenso fluxo reivindicativo de ativistas que circulam pelos diversos territórios nos quais as lutas excederam a escala local. As interações que ocorrem são imprescindíveis para que a mobilização em termos de luta propriamente dita ocorra, ao gerar um processo de reelaboração em que se vincula as queixas locais às pautas mais gerais (riscos climáticos ou crises ambientais, econômicas, civilizatórias) e se mapeia conjuntamente os canais de denúncia e estratégias de atuação possíveis baseadas em experiências de ganhos ou perdas dos grupos ali conectados, proporcionando, assim, formas de se alcançar conquistas efetivas para as diversas lutas locais.

Afirma-se, portanto, que os atores envolvidos na Campanha “Nem um poço a mais” atuam em perspectiva escalar e, neste sentido, são inspirados pelo processo em curso de mobilização no Equador em torno da preservação do Parque Nacional de Yasuní, território com grande biodiversidade e onde estão localizadas comunidades indígenas em isolamento voluntário. Através dos intercâmbios, atores da FASE/ES e das organizações envolvidas na defesa de Yasuní (*Oilwatch*, *Acción Ecológica* e *Yasunidos*) passaram a compartilhar experiências de enfrentamento da causa antipetroleira.

O projeto Yasuní-ITT foi apresentado pelo governo equatoriano em 2007, durante Assembleia Geral da ONU, e consistiu na promessa de suspender a atividade petrolífera na região, recebendo, por isso, recursos dos países industrializados como compensação pela não emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), preservação da biodiversidade e proteção aos direitos de povos indígenas. Milanez e Santos (2016, p. 50) apontam que as ONGs tiveram um papel relevante na formulação e divulgação internacional da iniciativa, sendo que a *Acción Ecológica* foi uma das responsáveis pela concepção e formalização “e sua posição dentro da *Oilwatch* contribuiu para facilitar a difusão internacional da proposta”.

Nessa ampla onda de mobilizações, buscava-se não apenas impedir a exploração na região, mas levar adiante a sugestão de um mundo alternativo pela via da não exploração como forma

legítima de preservar aquilo que é patrimônio de todos, implicando em uma mudança nos padrões de produção e consumo. Desta forma, as reivindicações pós-extrativistas passam a ocupar uma importante posição de confronto político na atual conjuntura da América Latina.

Considerações finais

Este artigo propôs-se a discutir questões iniciais e relevantes de uma pesquisa que visa compreender os fluxos reivindicativos de afetados por empreendimentos vinculados à indústria do petróleo e gás. Demonstrou-se que diferentes valorações e práticas estão envolvidas no processo de mobilização, ocasionando um “choque de mundos”, e como seus reflexos produzem características que marcam a ação contestatória dos atores e suas estratégias. Nesse sentido, os intercâmbios de afetados, sendo a materialização de uma performance constituída através de um ator “glocal”, ou *broker*, irão forjar uma vivência que vincula demandas locais com enquadramentos de projeção global. Através da atuação deste ator que circula por diferentes escalas, o que também está sendo intermediado são diferentes mundos, ou seja, pontos de vista diversos. O conflito apresentado, portanto, envolve elementos que são ontologicamente diferentes e conflitantes e o que o *brokerage* faz, além de promover a ação coletiva, é colocar em tensão e relação esses diferentes pontos de vista.

A Campanha “Nem um poço a mais” surge com a proposta de iniciar um debate com dimensões utópicas por áreas livres de petróleo, defendendo que as populações possam ter o direito de dizer não à exploração em seus territórios. Em suma, há um confronto civilizacional no qual questionam-se as noções de desenvolvimento e crescimento econômico pautadas por visões ocidentais e valoriza-se o conhecimento ancestral das populações tradicionais e indígenas.

Referências

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68), 2010.
- BRINGEL, B. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. *Estudos de Sociologia (Recife)*, v. 16, p. 185-215, 2011.
- DE LA CADENA, M. Indigenous cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond 'politics'. *Cultural Anthropology*, 25 (2): 334-370. 2010.
- GONÇALVES, F. P. Atividade energética e riscos no litoral de Linhares: problemas e perspectivas para a gestão do território (2011). Dissertação (Mestrado em Geografia – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo), Vitória, 2011.
- GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. *Nueva Sociedad*, v.237, p.128-146. 2012a.
- GUDYNAS, E. La ecología política del giro biocéntrico en la nueva Constitución de Ecuador. *Revista de Estudios Sociales* No 32. p. 34-46. 2009.
- KIRSCH, S. Mining Capitalism. The Relationship between Corporations and Their Critics. University of California Press. 2014.
- LERNER, S. Sacrifice zones: the front lines of toxic chemical exposure in the United States. Cambridge: The MIT Press, 2010.
- LOSEKANN, C. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 121-164, 2016.
- MCADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. Dynamics of Contention. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

MIGNOLO, W. D. (2007) 'DELINKING', *Cultural Studies*, 21:2, 449 - 514.

MILANEZ, B; SANTOS, R. S. P. Neoeextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 10, n. 19, 2013.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. A Iniciativa Yasuní-ITT: uma análise a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos. *Revista de Sociologia e Política (Online)*, v. 24, p. 39-65, 2016.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *Revista del Observatorio Social de la América Latina*, Buenos Aires, ano XVIII, n. 32, p. 15-38, 2012.

VON BÜLOW, M. *Building Transnational Networks: civil society and the politics of trade in the Americas*. New York: Cambridge University Press, 2010.

ZANOTELLI, C. L. Cadeia do petróleo e impacto na Região Metropolitana de Vitória. In: *Caderno de debates 3: Cidades, indústrias e os impactos do desenvolvimento brasileiro*. Organização: Joana Barros, Evanildo Barbosa e Livia Duarte. Rio de Janeiro: Fase, 2015, p. 59-74.

Capitalismo e racionalidade instrumental: reflexões acerca do tempo livre em Theodor Adorno¹

André Campos Rocha²

Resumo: O artigo analisa a relação entre trabalho e tempo livre no capitalismo segundo as reflexões sociológicas de Theodor W. Adorno. Defende-se que o tema é indissociável do diagnóstico contido na Dialética do Esclarecimento acerca da predominância, no desenvolvimento social do Ocidente, de uma razão de tipo instrumental. Neste contexto, com sua separação da esfera do trabalho, as atividades de tempo livre, paródias da liberdade, serviriam ao objetivo funcional de recuperar as forças dos sujeitos para reintroduzi-los no processo de trabalho. Ao final, mostra-se porque a arte para Adorno contém um potencial de crítica à sociedade reificada.

Palavras-chave: tempo livre; Theodor W. Adorno; reificação; teoria crítica.

Capitalism and instrumental rationality: reflections on free time in Theodor Adorno

Abstract: The article analyzes the relation between work and free time in capitalism according to the sociological reflections of Theodor W. Adorno. It is argued that the theme is inseparable from the diagnosis contained in the Dialectic of Enlightenment about the predominance in the social development of the West of an instrumental reason. In this context, with their separation from the sphere of work, free-time activities, parodies of freedom, would serve a functional goal of restoring the laborial forces of the subjects in order to reintroduce them into the work process. In the end, it is shown why art for Adorno contains a critical potential within the reified society.

Keywords: free time; Theodor W. Adorno; reification; critical theory.

¹ Recebido em 23/01/18 e aprovado em 04/05/18.

² Bacharel em Ciências Sociais pela UFMG, mestrando em Sociologia pela USP. E-mail: videco230@hotmail.com

Capitalismo y racionalidad instrumental: reflexiones acerca del tiempo libre en Theodor Adorno

Resumen: El artículo analiza la relación entre trabajo y tiempo libre en el capitalismo según las reflexiones sociológicas de Theodor W. Adorno. Se defiende que el tema es indisoluble del diagnóstico contenido en la Dialéctica del Esclarecimiento acerca de la predominancia, en el desarrollo social de Occidente, de una razón de tipo instrumental. En este contexto, con su separación de la esfera del trabajo, las actividades de tiempo libre, parodias de la libertad, servirían al objetivo funcional de recuperar las fuerzas de los sujetos para reintroducirlos en el proceso de trabajo. Al final, se muestra porque el arte para Adorno contiene un potencial de crítica a la sociedad reificada.

Palabras clave: tiempo libre; Theodor W. Adorno; reificación; teoría crítica.

1. Dialética do Esclarecimento: racionalidade instrumental e história

Em seu livro, *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer tecem o diagnóstico de que a racionalidade do esclarecimento - tal como realizada ao longo da história - contém uma ambiguidade fundamental. Associada à corrente de pensamento iluminista do século XVIII, seu objetivo primordial era ressaltar a vocação racional do homem, sua liberdade inata e sua habilidade de desvendar os mistérios do mundo ao seu redor. Pautado por um ideal progressista, o pensamento esclarecido se colocou, desde o princípio, como um oponente ao pensamento mítico, fruto de uma visão do mundo que atribuía à natureza - e às coisas em geral - propriedades místicas e supramundanas. Diante de tal irracionalidade, baseada em um medo ancestral do homem em relação à onipotência das forças naturais, a razão esclarecida se estabelecería como um princípio superior e autônomo, necessário ao homem para dominar aquelas forças e se transformar em senhor do mundo e de seu próprio destino (WILSON, 2007).

Segundo os autores, em seu intento de se separar do mito, o esclarecimento, por força de uma contradição dialética, é vítima de um processo que o enreda novamente nele. A tese central do livro

aponta justamente para esse infortúnio: “o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter à mitologia” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.15). Assim, por um lado, o pensamento mítico já contém traços do esclarecimento em seu intento de conhecer os poderes naturais:

Mas os mitos que caem vítimas do esclarecimento já eram o produto do próprio esclarecimento [...] O mito queria relatar, denominar, dizer a origem, mas também expor, fixar, explicar. Com o registro e a coleção dos mitos, esta tendência reforçou-se (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 20).

Por outro lado, o esclarecimento converte-se em mito. O pensamento científico positivista, que surgiu como consequência da tentativa esclarecida de dominar a natureza, deve expulsar dela aquelas múltiplas forças demoníacas de um universo habitado por espíritos e convertê-la a um princípio único e indivisível, objetivo; isto é, a natureza mesma. Esta, no entanto, transforma-se em mera objetividade, ocasionando a dissolução das diferenças específicas dos objetos mundanos, extirpadas para que a razão triunfante cumpra eficientemente sua pretensão de domínio. Todos os fenômenos naturais são reduzidos a uma unidade fundamental para que sejam controlados e manipulados; é o que acontece, por exemplo, ao cientista no laboratório, para quem todos os ratos são iguais, pois portadores das mesmas propriedades físico-químicas, do mesmo modo que para o engenheiro é indiferente se o mesmo sal mineral provém de uma montanha brasileira ou chinesa.

A racionalidade do esclarecimento, ao reduzir a natureza a uma objetividade inerte, adquire, ela mesma, este caráter de objetividade. Trata-se de sua transformação no que passou a ser nomeado pelos autores da primeira geração da Teoria Crítica de “racionalidade instrumental”, de tipo estratégico, isto é, um tipo de pensamento calculador que procura a todo instante maximizar os ganhos e minimizar as perdas, em uma incessante busca de adaptação dos melhores “meios” para se alcançar determinados

“fins”. Assim, não só a natureza é reduzida a uma série de eventos calculáveis, enquanto a subjetividade, por seu turno, converte-se em uma máquina de cálculo, dominada por uma técnica que supostamente realizaria o ideal de liberdade do homem. Por vezes, Adorno e Horkheimer a designam pelo termo *ratio*, o mesmo que Weber (1987) emprega para explicitar as bases do chamado “espírito do capitalismo”, afirmando que no capitalismo ocidental a razão se associa cada vez mais às ideias de “cálculo”, “contabilidade” e “cômputo”.

Segundo os autores “o esclarecimento exprime o movimento real da sociedade burguesa como um todo sob o aspecto da encarnação de sua Ideia em pessoas e instituições...” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.13). Isto implica que, nesta sociedade, as ações humanas adquirem certa previsibilidade e as instituições sociais, marcadas pela racionalidade instrumental, ganham vida própria, funcionam sob uma lógica que, de certa forma, se descola da atividade reflexiva dos sujeitos que as perpetuam. Além disso, encarnada nas pessoas, a razão instrumental se converte no modo pelo qual os sujeitos irão efetivamente se socializar na sociedade capitalista, em uma lógica adaptativa em relação à configuração das relações sociais tais como elas se apresentam. Quem não agir estrategicamente em uma sociedade individualista e competitiva - na qual a apropriação de recursos materiais e simbólicos é conquistada ao preço da eliminação dos concorrentes - está fadado ao constante risco de fracassar e perecer.

Ora, de acordo com Adorno e Horkheimer (1985), a razão instrumental, enquanto mecanismo de autopreservação do sujeito, é também autodestrutiva, uma vez que ela entrega mais do que recebe. Restringida a um meio de garantir a sobrevivência, torna-se irracional, uma vez que a vida reduzida a mera necessidade carece de completude e, no íntimo, todos nós ansiamos por uma existência plena de sentido, por uma vida que efetivamente “valha a pena” de ser vivida. Assim, os homens pagam um preço muito alto ao longo do chamado processo civilizatório (FREUD, 1978). O “Eu” moderno, idêntico a si mesmo, é constituído através da abjuração de seus impulsos imediatos em prol da garantia de sua

existência, de modo que “a história da civilização é a história da introversão do sacrifício – a história da renúncia”. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.85)

A tese sustentada pelos autores acerca da progressiva racionalização da sociedade tem como pano de fundo um entretecimento cada vez mais complexo das relações sociais, onde cada indivíduo adquire uma função específica dentro da estrutura social. É só agora, sugerem Adorno e Horkheimer, que o “conceito de sociedade”, referente a uma “espécie de contextura formada entre todos os homens [...] a cada um dos quais se atribui, em princípio, uma tarefa funcional,” “atingiu seu pleno desenvolvimento, na fase de socialização total da humanidade.” (ADORNO; HORKHEIMER 1973, p. 26) No contexto de uma divisão racional do trabalho, este é diligentemente separado de seu contrário, o prazer, e pesa como um fardo sobre a vida dos homens. A mescla de trabalho rotinizado e uma subjetividade tomada pela razão de autoconservação esboça o infortúnio do homem na sociedade moderna: “A absoluta solidão, o retorno forçado ao próprio eu, cujo ser se reduz a elaboração de um material no ritmo monótono do trabalho, delineam como um espectro horrível a existência do homem no mundo moderno.” (ADORNO; HORKHEIMER 1985, p.186) O trabalho, como bem observou Marx (1978), transforma-se em mercadoria; ou seja, como produtor de valor, constitui-se em um simples meio através do qual o trabalhador garante sua subsistência, consumando um processo de exteriorização, mortificação e negação da própria vida.

Enquanto instrumento, e não como um fim em si mesmo, determina *a priori* o *status* vivente dos submetidos. Ora, se a caracterização do trabalho enquanto mercadoria é pertinente para Adorno, a assunção de que a ordem social baseada neste princípio tende à desintegração - uma recôndita esperança de Marx - foi desmentida historicamente: o que ocorreu foi a expansão irrestrita do sistema capitalista e de sua lógica social pautada em relações de troca abstratas, cujas tendências antagônicas foram dirimidas pela atividade consciente e planejada do Estado (RUGITSKY, 2008; POLLOCK, 1978). Segundo Pollock (1978), nas décadas de 30 e 40 do século XX o capitalismo estaria passando por transformações

estruturais que colocavam o automatismo das leis de mercado em xeque impedindo, ao mesmo tempo, o colapso do sistema³. Com efeito, a interferência do Estado nas questões econômicas, dirimindo as tendências disruptivas do sistema, abriria a possibilidade de certa planificação econômica no seio mesmo do capitalismo. Este diagnóstico histórico, apontando para o surgimento de uma espécie de “capitalismo de Estado” (em suas variantes democráticas e totalitárias), será condensado por Adorno e Horkheimer, em um sentido mais filosófico e sociológico, no conceito de “mundo administrado”, isto é, um mundo social hermético e fechado em si mesmo, sem possibilidade de fuga, restando aos sujeitos reproduzirem suas vidas sob o princípio intransparente do trabalho mercantilizado. Neste ínterim, o trabalho se transforma em um princípio negativo enquanto tal, quase que uma ontologia negativa da sociedade baseada na troca. Segundo Adorno:

Só enquanto o processo, que se implanta com a transformação da força de trabalho em mercadoria, se impõe a todos os homens sem exceção, reifica e torna ao mesmo tempo comensurável *a priori* cada um dos seus movimentos num jogo de relações de troca, é possível que a vida se reproduza sob as relações de produção dominantes. A sua total organização exige a união dos mortos. A vontade de viver vê-se remetida para a negação da vontade de viver: a auto-conservação anula a vida na subjetividade (ADORNO, 2001, p. 223)

³ Segundo Pollock, o capitalismo de Estado se baseia, sobretudo, em quatro princípios. Em primeiro lugar, a economia é sujeita a um plano geral, que dá as diretrizes da produção, do consumo, da poupança e do investimento. Em segundo, os preços tem a possibilidade de serem administrados. Em terceiro, a motivação do lucro de indivíduos e grupos persiste, mas agora estritamente subordinada ao plano geral. Finalmente, todas as esferas de atividade do Estado (expandindo-se para a esfera social) são submetidas aos princípios da administração científica, elaborando-se sistematicamente, desde cima, todos os processos. Daí, apaziguadas as incertezas quanto aos fins dados aos recursos disponíveis, os problemas e os conflitos da sociedade se deslocam para a esfera política. (POLLOCK, 1978)

2. O tempo livre no mundo administrado

Estes dois temas, a dependência cada vez maior dos indivíduos dos laços sociais e a monotonia do processo de trabalho na era industrial, também estão presentes, de uma forma ou de outra, nas reflexões teóricas dos outros dois pais fundadores da sociologia, Weber e Durkheim, acerca da especificidade do capitalismo em relação a épocas anteriores da história humana. No entanto, em nítido contraste com a atitude resignada - ou mesmo apologética do *status quo* - discernível em suas formulações teóricas, o marxismo se constituiu, desde seus momentos iniciais, como uma crítica da sociedade capitalista, almejando uma reflexão teórica que vislumbresse as possibilidades efetivas da superação da alienação no âmbito do trabalho. Neste sentido, em sua conferência *Capitalismo tardio ou sociedade industrial?* de fins da década de 60, Adorno (1986) antecipa sua posição pessimista quanto à possibilidade de superação de uma ordem social heteronômica, afirmando que o conceito de capitalismo permanece válido e que, no seio de relações de produção coaguladas e coisificadas, a esfera econômica continua a exercer sua dominação sobre os homens. Mesmo que naquele estágio histórico do capitalismo o aumento da produtividade tenha possibilitado a diminuição da jornada de trabalho, a liberdade continuaria sendo ilusória. Assim, sob tais circunstâncias, se se quisesse responder à questão do que ocorre com o tempo livre:

[...] tornar-se-ia imperiosa a suspeita de que [ele] tende em direção contrário à seu próprio conceito, tornando-se paródia deste. Nele prolonga-se a não liberdade, tão desconhecida da maioria das pessoas não livres como a sua não-liberdade em si mesma (ADORNO, 1995, p. 71).

Como sugere Musse (2016), a conferência-ensaio de Adorno sobre o tempo livre se configura como uma “atualização e como um comentário das considerações de Marx acerca da situação do

trabalho no capitalismo tardio” (p. 107), consistindo, ao mesmo tempo, em um diagnóstico histórico da realidade social produzida por uma sociedade dominada pela razão instrumental.

A questão do tempo livre não pode ser formulada “em generalidade abstrata”, ou seja, deve ser investigada levando-se em conta os traços característicos do regime de trabalho no sistema capitalista. A tese de Adorno segundo a qual a sociedade é um sistema ecoa no fato de que até nos momentos em que os sujeitos pensam estar libertos do trabalho estão, na verdade, acorrentados a ele:

A questão do tempo livre [...] não pode ser formulada em generalidade abstrata. A expressão [...] aponta a uma diferença específica que o distingue do tempo não livre, aquele que é preenchido pelo trabalho, e, poderíamos acrescentar, determinado desde fora. *O tempo livre é acorrentado ao seu oposto. Esta oposição, a relação em que ela se apresenta, imprime-lhe traços essenciais.* (ADORNO, 1995, p.70) [grifo meu]

Como vimos, em uma época de integração social sem precedentes, onde cada pessoa assume uma função específica dentro do todo segundo o cumprimento de um papel social, mesmo aquele rincão da vida onde os seres humanos creem agir por vontade própria está marcado por aquilo que eles desejam se ver livres fora do horário de trabalho. De fato, uma das características distintivas da sociedade burguesa é uma divisão rígida entre o tempo dedicado ao trabalho e aquele destinado às atividades de lazer e diversão. Sob este ordenamento racional, próprio ao modo de vida das sociedades industriais modernas, a experiência deve ser organizada com zelo puritano; qualquer rebeldia do espírito, qualquer insistência no prazer, é suspeita aos olhos do espírito dominante. Segundo Adorno, esta separação se cristalizou de tal modo no consciente e no inconsciente dos homens que ela tem consequências nefastas para ambos os momentos. Em seus comentários críticos a respeito da obra de Oswald Spengler, *A decadência do Ocidente*, Adorno diz que Spengler:

vê com [...] exatidão o estado de consciência que se apodera das massas fora do processo de produção propriamente dito, ao qual elas estão atreladas: os fenômenos costumeiramente designados como pertencendo ao tempo livre. 'A tensão intelectual, conhece apenas uma forma de descanso, aquela que é específica da metrópole: o relaxamento, a distração...'
(ADORNO, 1998, p.46)

Ora, a citação acima indica uma oposição clara entre tensão intelectual e relaxamento, significando que: por um lado, no trabalho, atividade que deve ser levada a sério, os indivíduos despendem suas energias físicas e intelectuais na consecução de uma atividade produtiva; e, por outro, nos períodos de descanso, que não devem lembrar em nada o trabalho, a atividade dos sujeitos toma a forma de um alívio, de um esquecimento das tensões produzidas pela vida acachapante do cotidiano, e, não por acaso, elas são dotadas de algo supérfluo e fútil, cumprindo o imperativo funcional de preparar os sujeitos para serem reinseridos, com energias renovadas, no processo de trabalho. Porque eminentemente crítica, afeita à ressignificação das práticas do próprio sujeito, a reflexão seria como que um possível disruptor da situação de adaptação e, por isso mesmo, se a segurança emocional inerente a uma situação conformista quiser perdurar, ela não pode ir muito longe:

Nenhuma satisfação pode ser inerente ao trabalho que, aliás, perde a sua modéstia funcional na totalidade dos fins, nenhuma faísca da reflexão pode irromper durante o tempo livre, porque poderia saltar para o mundo do trabalho e pô-lo em chamas (ADORNO, 2001, p. 122).

Segundo Adorno, através da imposição das pressões sociais do capitalismo a maioria das pessoas se sujeitaria a um esquema temporal específico, refletindo uma disposição psicológica neurótica, que pode ser interpretada, nos termos da "psicologia

profunda”, pelo conceito de sintoma bifásico. Trata-se de um dispositivo psicológico internalizado pelos sujeitos em sua lide com as exigências contraditórias impostas pela realidade objetiva, de tal modo que o conflito inerente entre os impulsos instintuais e as pressões sociais é apaziguado pela transformação destas relações eminentemente excludentes em relações de precedência. Na experiência concreta dos sujeitos, isto se traduz em um mecanismo de recompensa, no qual: “o prazer transforma-se na recompensa pelo trabalho e o trabalho expiação do prazer”. Nesta reiteração cotidiana da relação dialógica de expiação e anulação, institucionaliza-se uma tendência obsessiva denominada “comportamento bifásico”:

[...] o paciente comporta-se ora como se fosse criança travessa, ora como disciplinador severo e primitivo. Por motivos obsessivos, certo paciente não conseguia escovar os dentes e, passado algum tempo, batia em si mesmo, ralhava consigo mesmo. Outro trazia sempre uma agenda em que anotava o que tinha feito para indicar louvor ou censura. (FENICHEL *apud* ADORNO, 2008, p. 97)

O caráter ideológico da coluna de astrologia do *Los Angeles Times* é que ela traveste estas tendências patológicas, fruto de padrões sociologicamente condicionados, em dados naturais e invariáveis, como se fossem verdades últimas da vida humana. Sob a influência desta hipótese, Adorno sugere que a diversão e o entretenimento adquirem um caráter compulsivo, isto é, são constantemente recomendados pelos veículos de publicidade, como no caso das dicas presentes na coluna que aconselham um aproveitamento eficaz do tempo: na parte da manhã, “dedique-se ao trabalho”, à tarde, “sinta-se livre para divertir-se” (ADORNO, 2008). Isto conflui para o aparecimento de um tipo de ideologia especificamente moderna, a saber, a ideologia do hobby, que cristaliza a idéia de reificação das práticas de lazer indicando, ao mesmo tempo, seu caráter mercantil:

Na naturalidade da pergunta sobre qual 'hobby' se tem está subentendido que se deve ter um, porventura, também já escolhido de acordo com a oferta do negócio do 'tempo livre'. Liberdade organizada é coercitiva: Ai de ti se não tens um 'hobby'! [...] Tal coação de nenhum modo é exterior, ela se liga às necessidades das pessoas sob um sistema funcional. [...] (ADORNO, 1995: p.74)

Assim, a coisificação do trabalho se reflete na coisificação das atividades de tempo livre, as quais, em uma sociedade dominada pelo capital, são frequentemente subsumidas pelo jugo das forças econômicas. Neste contexto, situa-se a já conhecida tese de Adorno acerca do conluio das tendências culturais contemporâneas com a sociedade subjugada pela razão instrumental. Os produtos da indústria cultural (meticulosamente produzidos e distribuídos por grandes organizações econômicas sob a regra geral das relações de troca) nada mais fazem do que articular a necessidade subjetiva das pessoas por lazer com as da indústria em geral, inculcando-lhes, mediante cálculo de efeitos, certa disposição compulsória ao consumo. E, precisamente por sua futilidade, seus produtos apenas denunciam uma rendição acrítica ao *status quo*:

A própria necessidade de liberdade é funcionalizada e reproduzida pelo comércio. Por isso, a integração do 'tempo livre' é alcançada sem maiores dificuldades; as pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem, porque a regra de tal ausência de liberdade foi abstraída delas. (ADORNO, 1995, p.74)

3. Inversão meios e fins: o fetiche do trabalho

Proponho, aqui, que voltemos a um dos tópicos centrais da *Dialética do Esclarecimento* para compreendermos porque a sociedade capitalista é uma sociedade bloqueada, cujos membros perderam a capacidade de se emanciparem. Como vimos, no desenvolvimento social do Ocidente há uma espécie de fetichização da razão instrumental. Diluindo-se seu sentido

objetivo, ligado às mais altas aspirações humanas desde a filosofia grega, a razão se identifica progressivamente com a ideia de cálculo, tornando-se um mecanismo de adaptação aos processos sociais e, concomitantemente, perdendo a aptidão de entrever os fins últimos da atividade humana em sociedade (HORKHEIMER, 2015).

Nesta sociedade, o valor das coisas costuma ser julgado estritamente por critérios de utilidade. O “útil” relaciona-se à razão instrumental, de autoconservação, orientada pela busca dos mais eficientes meios disponíveis para assegurar a sobrevivência humana. O “inútil”, por outro lado, resplandece além da esfera da mera necessidade, e inclui os elementos da vida cultural cuja única justificativa é que eles justificam tudo o mais, pertencendo a uma esfera da vida na qual o uso não possui nenhuma força normativa ou lógica. Liga-se a uma razão substantiva, cuja significação é a própria realização da ideia de liberdade, de algo que é por si só, em nítido contraste com a natureza da razão instrumental voltada para o aperfeiçoamento dos meios sob a égide de uma força de domínio. Ora, aquelas duas formas de razão seriam complementares, já que o *telos* do esclarecimento seria a consumação da razão em algo substantivo, preparando os alicerces de uma vida social na qual abundariam atividades culturais não produtivas e alheias aos interesses materiais do homem. Em uma sociedade verdadeiramente racional a razão serviria à liberdade do homem (MORGAN, 1988).

Adorno sempre pensou a questão da emancipação em termos da abolição da lei do trabalho e do desfrute desinteressado das dádivas da natureza. Conforme aponta Jay (1984), a teoria do valor-trabalho nunca foi central para ele, o qual, em nítido contraste com Lukács, rejeitou a ideia de que a emancipação é função “de uma prática coletiva não alienada baseada no poder de criação de valor do trabalho”. Refletindo uma ética burguesa “o trabalho não pode ser hipostasiado de forma alguma, nem sob a forma do labor manual, nem sob a forma da produção intelectual. Uma tal hipóstase dá prosseguimento apenas à ilusão da predominância do princípio produtivo” (ADORNO, 2009, p. 271). Além disso, apesar

de sua recusa em evocar a imagem da utopia, encontramos, entre as poucas sugestões a este respeito, passagens em *Minima Moralia* em que Adorno fornece um retrato de um mundo emancipado no qual as coisas perderiam seu véu de utilidade e a autêntica felicidade seria possível sob a abolição da lei do trabalho:

A casa, à criança que regressa das férias, parece-lhe nova, fresca, festiva. Mas nada nela mudou, desde que a deixara. O simples fato de esquecer as obrigações, que cada móvel, cada janela, cada lâmpada lhe recorda, restitui a estes sua paz sabática... Não de outro modo surgirá o mundo [...] à perpétua luz de sua festividade, e para quem regressa a casa as obrigações são tão fáceis como o jogo nas férias. (ADORNO, 2001, p. 102)

Rien faire comme une bête [Não fazer nada como um animal] flutuar na água e olhar pacatamente para o céu, “nada mais ser, sem outra determinação ou plenitude”, poderia substituir o processo, o fazer, o cumprir, tornando assim efetiva a promessa da lógica dialética de desembocar na sua origem. (ADORNO, 2001, p. 149)

Como vimos, se essa era a aspiração inicial do esclarecimento, a sociedade burguesa criada à sua imagem resplandece sob o infortúnio de que aquela relação foi invertida, ou seja, sob as condições sociais atuais a racionalidade instrumental se tornou um fim em si, ao passo que a racionalidade gratuita do inútil converteu-se em meio, desempenhando uma função prática no mundo. Em sua investigação sobre a correlação entre as concepções religiosas protestantes e o surgimento do “espírito do capitalismo”, Weber expõe como em um mundo desencantado um tipo de *ethos* profissional, moldando uma conduta racional e metódica de vida, se apodera da consciência dos homens. Livre de suas conotações religiosas, esta ética vem a se tornar um imperativo de adaptação sob as pressões sociais e econômicas da ordem social capitalista, sendo que todo caráter eudaimonista e hedonista da vida – o gozo,

o ócio, a contemplação – ou mesmo a simples perda de tempo são condenados como uma espécie de esquecimento do dever, consumando-se uma inversão de uma relação natural do homem consigo mesmo e com o mundo externo a ele. (WEBER, 1987, p.33)

Isto conflui para o diagnóstico de que em tal sociedade o trabalho e a produção material são fetichizados, tornam-se fins em si mesmos, efetivando uma divisão racional do trabalho cujo resultado é a separação rígida do fazer e do pensar, do trabalho físico e do trabalho intelectual. O lazer e o entretenimento, capturados pelo campo de força da racionalidade econômica, convertem-se em necessidades funcionais, meios de alívio e regeneração das forças laborais; ou seja, em meros apêndices do trabalho. Deste modo, Adorno pode dizer que, nas condições atuais, o tempo livre nunca cumpre o que promete. A teoria de Schopenhauer segundo a qual o tédio, produto inexorável do nunca satisfeito apetite da cega vontade, seria uma espécie de condição original da espécie humana não deveria assim ser hipostasiada. O tédio é apenas o reflexo de uma vida coagida por uma rigorosa divisão do trabalho. Se as pessoas fossem livres, se pudessem determinar suas vidas de maneira autônoma, ele simplesmente não se instalaria e o domingo nos é penoso porque o vislumbre de emancipação se mescla com sua imediata negação:

A nostalgie du *dimanche* não é a nostalgia da semana laboral, mas deste estado de emancipação; o domingo deixa insatisfeito, não porque nele se festeje, mas porque a sua promessa não se apresenta ao mesmo tempo como imediatamente cumprida; como o inglês, todo domingo é demasiado pouco. Aquele para quem o tempo penosamente se alonga, espera em vão, frustrado de que o domingo persista, que amanhã seja outra vez como ontem (ADORNO, 2001, p.166).

4. A arte enquanto crítica à sociedade administrada

Segundo Jay (1984), se as melancólicas reflexões de Adorno em sua análise do mundo administrado levam ao reconhecimento

da impossibilidade de uma possível resistência ao sistema enquanto totalidade - cuja expressão histórica se encontra no malogro do proletariado em fazer a revolução - há em suas reflexões, contudo, um apelo à resistência teórica e artística no nível micrológico. Voltando-se à chamada superestrutura da sociedade, a qual ocupou grande parte de suas reflexões, é que, sugere Jay, encontraríamos um potencial crítico à sociedade capitalista pautada pelas relações abstratas de troca.

Com efeito, o marxismo ortodoxo da II Internacional, colocando ênfase na infraestrutura material - o conjunto das forças produtivas e das relações de produção - preteriu os elementos superestruturais da sociedade, considerados meros epifenômenos da base material e, por isso, indignos de atenção. Levando-se em conta a revalorização do "cultural" pela tradição do "Marxismo Ocidental"⁴, caberia mostrar, brevemente, a importância da estética filosófica para a Teoria Crítica enquanto uma teoria da razão (BERNSTEIN, 2008).

No âmbito da reflexão filosófica prevaleceu, desde Platão, a ideia de uma dualidade entre razão e sentidos. Para Kant - e para Habermas em certa medida - a razão formal e científica constituiria o espaço próprio da liberdade, da normatividade, onde a vontade humana não poderia se subordinar aos cegos imperativos da causalidade natural. Inversamente, Nietzsche concebe esta razão formal e abstrata sob o signo da decadência, propugnando, contra sua frieza, uma vida orientada aos aspectos autocriadores e autoexpressivos próprios à dimensão estética da existência. Ao cabo, estas duas posições são espelhos uma da outra, pois acatam, mesmo que em polos opostos, a dicotomia razão/sentidos.

A primeira geração da Teoria Crítica nega que a razão e os sentidos pertençam a domínios completamente apartados e incomensuráveis da experiência. Ela afirma que o sensível é o outro reprimido e repudiado da razão, não no sentido de uma alternativa radical, mas como uma parte repudiada e, portanto, separada da razão. Assim, razão sem sensação é deformada e

⁴ ver MERLEAU-PONTY 2006

deformadora, e as questões estéticas pertencem intrinsecamente ao domínio da razão.

Vimos que no processo de racionalização do Ocidente as regras sociais se tornam cada vez mais abstratas e as ações sociais previsíveis e objetificadas. No capitalismo, o modelo prototípico desse processo é a subordinação crescente dos valores de uso aos valores de troca; a predominância do trabalho abstrato, consubstanciado na forma *valor*, sobre as relações humanas concretas (MARX, 1983). Neste contexto, uma razão dominadora da natureza, esquematizadora dos processos da vida, restringe as potencialidades da experiência humana a formas acabadas, objetificadas e racionais, relegando o contextual, o contingente e o sensível ao domínio inócuo da estética. A reapropriação deste domínio corresponderia então ao estudo da razão integral em sua forma alienada: “protesto da razão socialmente determinada contra sua forma instrumental ressequida.” (BERNSTEIN, 2008, p. 183)

Tomando como ponto de partida as reflexões acima, podemos explorar mais detidamente o caráter crítico da arte para Adorno. Primeiramente, cabe dizer que, para ele, a arte, enquanto expressão da independência do estético em relação a outras esferas da vida, carece de uma definição conceitual precisa porque ela é produto de um movimento histórico, dialético, definindo-se justamente em relação ao que ela “não é”. Ou seja, embora se origine do mundo empírico, dele se afasta no momento em que se constitui como algo autônomo:

A arte só é interpretável pela lei de seu movimento, não por invariantes. Determina-se na relação. O caráter específico que nela existe deve deduzir-se, quanto ao seu conteúdo, do seu Outro; apenas isto bastaria para qualquer exigência de uma estética materialista dialética (ADORNO, 2002, p. 3, tradução nossa)

Assim, a arte é social e não o é: ela está em uma relação de tensão com a sociedade da qual, no entanto, ela faz parte. Daí, diz

Adorno, a autonomia da arte tem um caráter duplo (PETRY, 2014). Por um lado, negativamente, ela é autônoma no sentido de que se desvincula de suas funções sociais reguladoras associadas à política, à religião e à moral. Por outro, positivamente, ela passa a ser orientada por leis internas de desenvolvimento, por normas íntimas à sua atividade, circunscrevendo um campo de liberdade próprio em sua recusa em participar do mundo empírico do qual se originou. É justamente neste momento de afirmação positiva que reside sua importância crítica, já que em um contexto funcional marcado pela fungibilidade de todo e qualquer objeto em sua adequação para cumprir funções sociais preestabelecidas, a arte opõe-se a esta fungibilidade por se constituir como objeto único e insubstituível. Deste modo, enquanto específica forma de práxis pautada pelo desinteresse e pela gratuidade, a arte se constitui como um protesto contra o *status quo*, ao nos redirecionar a tarefas aparentemente sem nenhum propósito, fazendo recordar que a felicidade reside além da práxis instrumental e da necessidade de reprodução material – de acordo com o mote kantiano, “finalidade sem fim”:

Cristalizando-se em si mesma como algo único para si mesmo, ao invés de obedecer às normas sociais existentes e qualificar-se como socialmente útil, ela critica a sociedade meramente por existir [...] A não sociabilidade da arte é a negação determinada de uma sociedade determinada (ADORNO, 2002, p. 225-226, tradução nossa)

Assim, Adorno rejeita apelos artísticos que se pretendem abertamente políticos, pois a intenção de cumprir alguma função social trai o expediente crítico da arte em relação à sociedade. Ele entende que, pese os esforços que isto acarreta, a arte deve manter sua autonomia, isto é, não deve pretender dar nada, como se ela fosse uma espécie de investimento passível de oferecer algo a quem a aprecie. Isto não só a remeteria ao contexto empírico das necessidades práticas, como também se basearia na falsa pressuposição de que o significado linguístico pretendido pelas

obras de arte é imediatamente disponível e transmissível aos receptores. Em *Commitment* (1962), um ensaio crítico à literatura politicamente comprometida defendida por Sartre, Adorno diz:

Aqueles que cantam louvores aos ‘laços de ligação’ [da linguagem] provavelmente irão achar mais profundo ‘*Entre quatro paredes*’ de Sartre que ouvir pacientemente a um texto no qual a linguagem balança a gaiola do significado e através de sua distância dele se rebela, desde o início, contra um pressuposto positivo de sentido (ADORNO, 1962, p. 2, tradução nossa)

A arte opõe-se ao real não pela explícita declaração de opiniões políticas, mas por meio de sua mera existência como arte. Isto, obviamente, tem a consequência de que sua autonomia – sua resistência a qualquer forma de cooptação – é comprada ao preço de seu progressivo enclausuramento em formas herméticas e fechadas, de difícil apreensão à nível social, com o efeito paradoxal de que, apesar de suas intenções críticas, ela adquire um caráter inofensivo:

Se a arte cede a sua autonomia, ela se entrega às maquinações do *status quo*; não obstante, se a arte se mantém estritamente para si mesma, ela é submetida à integração como um domínio inofensivo entre outros (ADORNO, 2002: p. 237, tradução nossa)

Se esta é uma aporia para a qual Adorno aparentemente não vê saída, ela toca em um ponto caro a sua concepção de que a arte deve estar além da compreensão conceitual, ou, em suas palavras, “na situação atual, haveria que apreender a sua ininteligibilidade”. Neste sentido, justifica-se sua simpatia ao desafio que algumas correntes do modernismo artístico colocam às noções artísticas tradicionais, seja na música atonal de Schönberg (1874-1951), na poesia de Baudelaire (1821-1867) ou nas peças teatrais aparentemente sem sentido de Samuel Beckett (1906-1989).

Este isolamento das obras de arte do contexto societário faz vislumbrar uma superação das antinomias que conformam a

experiência dos sujeitos na sociedade administrada. Como vimos, Adorno argumenta que uma das mais importantes condições de possibilidade da indústria cultural é uma demarcação rígida entre “consumo irrefletido” e “reflexão atenta”, entre um espaço destinado às atividades sérias e centradas e outro ao relaxamento e à distração. O que a arte autônoma faz é precisamente questionar aquelas oposições, pois plasma um tipo de experiência onde prazer e pensamento, seriedade e futilidade, razão e sensibilidade se misturam. Na medida em que arte escapa das leis sérias que prevalecem na realidade (que nos dizem a todo instante que o mundo é duro e difícil) e não pode de nenhum modo ser subsumida a elas, remete ao desfrute e ao prazer e, neste sentido, é desinteressada. Por outro lado, como sugere uma fuga do mundo tal como ele se apresenta, ela contém a sugestão de que é possível outro tipo de realidade existir e, assim, forçando o pensamento a explorar novas possibilidades do real, ela é séria e comprometida (WILSON, 2007). Pertence, portanto, ao domínio da verdade, denunciando a falsidade subjacente às formas de entretenimento da indústria cultural, as quais, na medida em que são bens de consumo destinados tão somente a matar o tempo, desaparecendo do curso do mundo logo depois de usadas, assemelham-se a qualquer outra mercadoria, não deixando atrás de si nada de significativo.

Referências

ADORNO, T. W. **Commitment**. [S.l][s.n] 1962. Disponível em: <<https://ada.evergreen.edu/~arunc/texts/frankfurt/commitment/commitment.pdf>> Último acesso em: 28 de ago. 2017, 22:08.

ADORNO, T. W. **Capitalismo tardio ou sociedade industrial?** In: COHN, G. (org.) *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Ática, 1986.

ADORNO, T. W. **Tempo Livre**. In: *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ADORNO, T. W. **Spengler após o declínio**. In: *Prismas*. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

ADORNO, T. W. **Minima Moralia**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2001.

ADORNO, T. W. **Aesthetic Theory**. New York: Continuum, 2002.

ADORNO, T. W. **As estrelas descem a Terra: a coluna de astrologia do Los Angeles Times**. São Paulo: Unesp, 2008.

ADORNO, T. W. **Dialética Negativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Temas básicos de sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.

BERNSTEIN, J. M. **O discurso morto das pedras: a Teoria Estética de Adorno**. In: RUSH, Fred (org.) *Teoria Crítica*. Aparecida, SP: Idéias& Letras, 2008.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

HORKHEIMER, M. **O eclipse da razão**. São Paulo: Unesp, 2015.

JAY, M. **Marxism and totality**. L.A: UCLA Press, 1984.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MERLEAU-PONTY, M. **As aventuras da dialética**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MORGAN, W. J. **Adorno on Sport: The case of fractured dialectics**. *Theory and Society*, Vol 17, N 6, 1988.

MUSSE, R. **Administração do tempo livre**. São Paulo: Revista Lua Nova, 99, 2016.

PETRY, F.B. **A relação dialética entre arte e sociedade em Theodor W. Adorno**. *Revista Veritas*, v.59, 2014.

POLLOCK, F. **State capitalism: Its possibilities and Limitations.** In: The essencial Frankfurt School Reader. New York: New Urizon Books, 1978.

RUGITSKY, F. **Friedrich Pollock – Limites e possibilidades.** In: Curso livre de Teoria Crítica/ Marcos Nobre (org.) – Campinas, SP: Papirum 2008.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1987.

WILSON, R. **Theodor Adorno.** New York: Routledge critical thinkers, 2007.

El compromiso en la teoría crítica. Un análisis de tres textos de Horkheimer¹

Eugenia Fraga²

Resumen: En el presente trabajo analizaremos tres textos clave de la obra de Horkheimer (“Montaigne y la función del escepticismo”, “La función social de la filosofía”, y *Dialéctica de la ilustración*), intentando rastrear en ellos el concepto de compromiso entendido como elemento fundamental de la teoría crítica para las ciencias sociales. Al hacerlo, hallaremos ecos de la perspectiva de Marx, e interpretaremos al compromiso como un posicionamiento que se distancia tanto del relativismo como del dogmatismo.

Palabras clave: Max Horkheimer; teoría crítica; compromiso

Commitment in critical theory. An analysis of three key texts from Horkheimer

Abstract: In this paper we will analyze three key texts from Horkheimer’s work (“Montaigne and the function of skepticism”, “The social function of philosophy”, and *The dialectic of enlightenment*), trying to seek in them the concept of commitment, understood as fundamental element of a critical theory for the social sciences. In doing this, we will find echoes of Marx’s perspective, and we will interpret commitment as a position that takes distance both from relativism and from dogmatism.

Keywords: Max Horkheimer; critical theory; commitment

¹ Recebido em 20/02/17 e aprovado em 24/05/18.

² Docente en materia Sociología Sistemática de la carrera de Sociología de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, Argentina. E-mail: euge.fraga@hotmail.com

O compromisso na teoria crítica. Um análise de três textos-chave de Horkheimer

Resumo: No presente trabalho, analisaremos três textos-chave da obra de Horkheimer (“Montaigne e a função do ceticismo”, “A função social da filosofia” e a *Dialética da ilustração*), tentando traçar-lhes o conceito de compromisso entendido como elemento fundamental da teoria crítica para as ciências sociais. Ao fazê-lo, encontraremos ecos da perspectiva de Marx, e interpretaremos o compromisso como uma posição que se distanciará do relativismo e do dogmatismo.

Palavras-chave: Max Horkheimer; teoria crítica; compromisso

Introducción

La obra de un autor fundamental del pensamiento comprometido como Max Horkheimer, miembro y líder de la llamada Escuela de Frankfurt, es amplia y profusa (WIGGERSHAUS, 2010; FRAGA, 2015). Comienza en los años veinte y se extiende hasta inicios de los años setenta del pasado siglo. Por ello, para poder realizar un estudio minucioso de sus muchos textos, que pueda rescatar de ellos la riqueza y la sutileza del análisis, es necesario dividir el trabajo en partes y analizar cada texto en profundidad. Entonces, del total de la obra del autor, aquí examinaremos tres textos, ubicados entre fines de la década del treinta y fines de la década del cuarenta -es decir, en la etapa “intermedia” de la obra horkheimeriana- pues ellos resultan los escritos “claves” para entender su mirada respecto del problema del “compromiso”. En efecto, en el artículo “Montaigne y la función del escepticismo”, el artículo “La función social de la filosofía”, y el famoso y coautorado libro *Dialéctica de la ilustración*, el concepto de “compromiso” se vuelve central. A continuación, entonces, nos abocaremos a estudiarlos en detalle, enmarcando la problemática específica en torno al compromiso, en la propuesta singular de Horkheimer de una “teoría crítica”.

I. Montaigne y la función del escepticismo (1938)

Comencemos por el primer texto de este período clave del pensamiento horkheimeriano. En “Montaigne y la función del escepticismo”, publicado en 1938 en la *Revista para la investigación social*, órgano impreso de la Escuela de Frankfurt, nuestro autor comienza realzando la importancia del pensamiento escéptico moderno, especialmente en la forma de uno de sus más paradigmáticos representantes, Michel de Montaigne (2005)³. El escepticismo de Montaigne se caracteriza por criticar toda opinión absoluta, sea en el campo del saber o en el de la moral, mostrando que nadie puede “erigirse en juez” de modo de determinar cuál de las causas en disputa tiene la razón de su parte, y mostrando asimismo que a toda causa que en un momento se tiene por “absolutamente cierta” le ha antecedido otra diferente y le seguirá aún otra, de modo tal que la razón parece más bien ser una cuestión de modas. Las convicciones, señala Montaigne, son producto simplemente de la costumbre, la tradición, la educación, etc., y este señalamiento obviamente es apreciado por la teoría crítica. Pero Horkheimer avanza y muestra que una posición que supone este tipo de escepticismo acaba diluyendo también -y paradójicamente- el potencial tanto de la razón como de la convicción o compromiso, y lo que es más, del pensamiento teórico. Porque para Montaigne no son dignos de confianza ni los sentidos ni los conceptos, por lo que “hipotecarse” a cualquier teoría es pura “ignorancia”. En su opinión, la única sabiduría es no aferrarse a nada, puesto que nada es seguro. Y esto, como muestra Horkheimer, es problemático. En su forma únicamente descriptiva, puesto que se opone a cualquier prescripción, el escepticismo acaba adaptándose a lo real, dejando al mundo intacto, sin intervenir en él, sin tomar partido, sin “jugarse” por nada. De este modo, él se opone, en un mismo movimiento, a la teoría, a la política, a la moral, puesto que rechaza todo “constructivismo” en su respeto tácito a lo dado, a lo hegemónico (HORKHEIMER, 1995, p. 143-146).

³ El artículo fue luego compilado en español en el libro *Historia, metafísica y escepticismo* (1995).

El escepticismo, forma extrema del relativismo, al perder su función de crítica concreta, ético-política, deviene mero “objeto artístico”, o “pensar ocioso”, es decir, deviene adorno de la mente o juego de palabras, puro “entretenimiento” de quien evidentemente no tiene necesidad material ni simbólica de modificar nada en el mundo. Así, afirma Horkheimer, “la distinción entre verdad y mera diversión se difumina a nivel social”. Es que el “espíritu” originariamente crítico de la burguesía moderna, luego de su triunfo sobre la aristocracia feudal, se apaga: pasa de comprometerse en lo público a reducirse a mero asunto privado; pasa de ser progresista a ser reacción contemplativa. Y así también es como la crítica pasa de ser una función ético-política del pensar, a convertirse en una rama especial del orden productivo: la de la cultura del ocio, del entretenimiento, del consumo pasivo e individual (p. 171-172). Por ello nuestro autor señala el estrecho vínculo entre la “evasión escéptica”, la “tolerancia liberal”, y el “menosprecio por el hombre”. Sólo a partir de un relativismo extremo se logran esquivar las preocupaciones del hombre, hombre al que se acepta mientras se atenga a lo suyo, mientras no moleste ni altere la paz ajena. El valor principal que el escéptico niega es el de la “solidaridad” humana (p. 177)⁴. El escéptico, entonces, se guía por el principio del “dejar-hacer”, a menos que el hacer práctico del otro sea algún tipo de “actividad subversiva”, o que su hacer teórico sea la “crítica de la totalidad”, pues cualquiera de estas dos opciones conducirían al develamiento de sus propias condiciones de posibilidad. El escepticismo ataca a las “ideas ilusorias”, o ideologías, pero sin atacar su “base estructural”. Esto, para Horkheimer, es una “mala crítica, por no decir ninguna”. Una crítica profunda, acabada, debe penetrar hasta las bases mismas de esas ideas ilusorias, pues de otro modo las deja indemnes en la práctica. Para lo cual es necesario que la crítica se realice desde el punto de vista de una determinada teoría de la sociedad en su conjunto: el mero “análisis de ideologías”, sin una teoría más amplia que lo enmarque, no

⁴ Como muestra Barahona Arriaza (1996, p. 180), la solidaridad, basada a su vez en el valor de la “compasión”, es el fundamento de la postura ética horkheimeriana.

modifica nada. Es que el objeto de la crítica no es la ideología sino el todo social -que incluye, obviamente, a las ideologías, pero no se reduce a ellas y además permite iluminar sus bases estructurales- (p. 179-181).

El problema principal del escepticismo es que es crítico con todos menos consigo mismo: no alcanza a ver que su postura también puede devenir moda, también puede fundarse en un interés, también es altamente subjetiva. En este sentido, por su falta de autocrítica, el escepticismo también se hipostatiza y deviene “ídolo” (p. 183)⁵. Además, esta postura “desgaja” al pensamiento respecto de la práctica, dejando sin efecto concreto a su actividad intelectual, y conformándose con la “realidad perversa” (p. 187-188). Y aquí nuestro autor agrega una capa más de significado a su definición de teoría crítica. Si en los albores de la época moderna se daba un enfrentamiento entre la reforma y el escepticismo protestantes, como conflicto entre el “fanatismo”, por un lado, y el “humanismo”, por otro, estos elementos hoy se han desligado de esas “formas de vida” -específicamente religiosas y filosóficas- de modo tal que permiten ser integrados en una forma nueva⁶. La teoría crítica, entonces, pretende ser una “superación y conservación” de dicho antagonismo, una combinación de fanatismo y escepticismo que a la vez trasciende ambos momentos -al modo dialéctico hegeliano- y que conforma una tercera cosa, a la que el autor pone el nombre de “humanismo activo”. Es humanista porque valora en alto grado al hombre, a sus necesidades, su sufrimiento, su bienestar. Es activo porque se compromete, critica, interviene públicamente y busca construir algo diferente a lo dado.

⁵ Es interesante notar que, como muestra Jay (1974, p. 97), Horkheimer valoró en Friedrich Nietzsche (1998) su idea fundamental de que “toda gran verdad quiere ser criticada, no idolatrada”. Sin embargo, observamos nosotros, el propio Nietzsche parece haber caído presa de idolatría hacia su propio escepticismo, por lo cual suele tildarse a su filosofía de nihilista, es decir, de relativista o escepticista extrema.

⁶ A esto llama Aguilera (2001, p. 15) la triple “constelación” horkheimeriana que articula filosofía, ciencia social y religión.

El humanismo activo de la teoría crítica “toma partido”, “no se lava las manos” (p. 195)⁷.

Por ello no se trata sólo de rechazar sino también de construir. A este doble proceso lo había llamado G. W. F. Hegel (1989) “idea”, concibiéndola como figura que se “activa” a partir de lo “negativo” en cada uno de sus momentos. Pero a diferencia de la dialéctica idealista hegeliana, la dialéctica materialista horkheimeriana “no está concluida”, puesto que no acepta como dada la unidad entre historia y filosofía, la “armonía” entre ser y pensar, sino que dicha unidad es, a lo sumo, una pretensión, dado el carácter contradictorio y antagónico de la sociedad real. Por ello, el momento escéptico de la crítica debe dar paso a su momento activo, o también, el momento lógico de la crítica debe dar lugar a su momento histórico. Porque de otro modo el puro escepticismo deviene una nueva forma de la convicción, de la creencia, de la certeza, pero inconciente, no-criticada. Pero en la lucha activa e histórica de la crítica hay tan poca “certeza teórica” como “certeza práctica”: hay tan poca garantía del éxito de dicha lucha como de estar comprometido con el valor correcto; y sin embargo, la teoría se compromete, pero conciente de su incertidumbre. Esta incertidumbre tiene que ver, por supuesto, con lo que podríamos llamar la apertura azarosa, contingente y a todas luces incognoscible a *priori* del despliegue histórico, que exige no sólo “agudeza de entendimiento” sino muchas veces, también, “poner la vida en juego” (HORKHEIMER, 1995, p. 197-199). A diferencia del escepticismo, la teoría crítica no convierte en “absolutismo antiteórico” su constatación de la “transitoriedad del conocimiento”, puesto que ella, combinada con la de la “maldad existente”, da forma a un “tenaz interés en un futuro mejor” (p. 201).

⁷ Esta es una prueba patente -a la que también suscribe del Valle (2010, p. 56)- del hecho de que el elemento teológico en Horkheimer no es un giro conservador de su vejez, sino que ya estaba presente desde sus escritos de juventud, y aunque la tendencia ciertamente se profundiza hacia el final de su vida, ella constituye claramente un elemento progresista, conectado a la idea de reforma e incluso a veces a la de revolución.

II. La función social de la filosofía (1940)

En un artículo posterior titulado “La función social de la filosofía”, escrito en 1940 para la misma *Revista para la investigación social*, Horkheimer establece una distinción entre la filosofía y el resto de las “actividades intelectuales”, dado que, en su opinión, en estas últimas, aun cuando existan “controversias”, se admite alguna “orientación general” común, de modo tal que los “representantes” de cada ciencia acuerdan respecto de su objeto y de su método, mientras que, en la filosofía, las escuelas rivales se refutan de tal manera que “niegan como radicalmente falsas” a toda teoría y a la totalidad de las mismas que no sea la suya propia (HORKHEIMER, 1974, p. 274)⁸. Esta postura del autor, que por cierto no vuelve a encontrarse en otros escritos, es altamente polémica. En primera instancia, podríamos señalar que lo mismo que el autor señala para la filosofía ocurre en todas las ciencias sociales y humanas. De hecho, la controversia radical es en realidad un rasgo inherente a cualquier actividad intelectual, incluso a las ciencias naturales (KUHN, 1971). Por ello es que nuestra hipótesis desde la cual leer este artículo de Horkheimer es la de que lo que él afirma acerca de la filosofía es también adecuado a las ciencias humanas y sociales en general y a la sociología en particular. Por ello, de aquí en más, cada vez que el autor diga filosofía, nosotros diremos filosofía y ciencias sociales: de este modo, por ejemplo, el título mismo del artículo debería ser, a nuestro entender, “la función social de la filosofía y las ciencias sociales”⁹. Aclarado esto, podemos comenzar.

⁸ El artículo fue luego compilado, ya en su original versión en alemán, pero también en español, en el libro *Teoría crítica* (1974).

⁹ Para justificar esta hipótesis, nos basamos en el hecho de que el propio Horkheimer, en textos de la misma época, como “Materialismo y metafísica”, de 1933 (Horkheimer, 1999), afirmaba que la distinción entre filosofía y ciencias sociales no era una distinción de principio, sino apenas un producto de cierta inevitable división del trabajo intelectual.

Horkheimer afirma que la filosofía -y las ciencias sociales- presentan un “carácter refractario”, derivado de sus “principios inmanentes”, respecto de la realidad. Y es que, en tanto se caracterizan por ser reflexiones sobre el mundo humano, no pueden permitirse tomar a ninguno de sus elementos como “datos”. Por ello, los filósofos y científicos sociales consecuentes, serán aquellos para quienes “ni los conceptos científicos ni la forma de la vida social, ni el modo de pensar dominante ni las costumbres prevalecientes deben ser adoptados como hábito y practicados sin crítica” (HORKHEIMER, 1974, p. 276). En el fondo, es siempre respecto a esto que se plantean las discusiones en filosofía y en ciencias sociales, porque ellas carecen de un “campo de actividad fijamente delimitado dentro del ordenamiento existente”. Aunque existen muchas clasificaciones y subdivisiones respecto a las porciones de realidad de las que cada una de ellas debería ocuparse, justamente, ellas son constantemente disputadas, de allí que sea poco clara su conexión directa -y con ello, su utilidad instrumental- con dicha realidad. Frente a esta incertidumbre y falta de claridad, no le queda a la filosofía ni a las ciencias sociales otra opción más que “confiar en su propia actividad teórica”¹⁰. Y esto en contra de aquellos sujetos que, en palabras del autor, se esfuerzan por “vender” la filosofía o las ciencias sociales, es decir, por demostrar su utilidad en la resolución de los problemas prácticos de la vida cotidiana. Pero si esto fuera cierto -y para el autor no lo es-, la filosofía y las ciencias sociales no serían más que “servidoras” del orden social establecido, en lugar de ser sus “críticas”, que es la función que Horkheimer les asigna. Sucumbir a la idea de que la filosofía y las ciencias sociales “sirven” para algo, en un sentido instrumental, equivale a sucumbir a la idea de que en el fondo no existe tal cosa como la filosofía o la ciencia social como entidades con valor propio, con un papel propio. Equivale a

¹⁰ Como muestra Alarcón Olguín (2002, p. 5), según Horkheimer la teoría crítica, en tanto “hipótesis en proceso de cambio” permanente, es susceptible de un “devenir dialéctico que puede reducir incertidumbres, pero dejando siempre puntos oscuros”.

sucumbir, en palabras del autor, a la idea de que “el pensamiento sistemático, en los momentos decisivos de la vida, debe retirarse a un segundo plano”; en una palabra, implica caer en el escepticismo y el nihilismo, y por ende en la falta de compromiso (p. 279-280).

La función de la filosofía y de la ciencia social es entonces la crítica de lo establecido, pero esto no implica la “actitud superficial” de objetar compulsivamente ideas o hechos aislados, lo cual haría del filósofo o del cientista social un “cómico personaje”. Tampoco implica la suma de esta objeción compulsiva y de la “recomendación de remedios” para los males objetados -hemos visto que esto implicaría reducir a la filosofía y las ciencias sociales a su utilidad instrumental-. La meta de la crítica según la entiende Horkheimer es “impedir que los hombres se abandonen a aquellas ideas y formas de conducta que la sociedad en su organización actual les dicta”, sin reflexión previa, sin haber puesto dicha idea o forma de conducta en perspectiva, sin haber analizado sus condicionamientos y sus consecuencias, y sin haber estudiado las alternativas (p. 282). Para el autor, incluso las teorías más abstractas, incluso las más metafísicas y trascendentales, se “basan” en problemas y categorías histórico-sociales sin las cuales no se pueden comprender. Por ello “un análisis exhaustivo del contenido de filosofemas puramente teóricos resulta una de las más interesantes tareas de una investigación moderna” filosófico-científica. Esta tarea, sin embargo, no debe confundirse con la de una “sociología del conocimiento”, que simplemente relaciona cada teoría o ideología con un grupo, sin ubicar a este último en la totalidad social y sin localizar sus mutuas interrelaciones¹¹. Pero sí es central para el pensamiento crítico, puesto que la filosofía y las ciencias sociales son “el intento metódico y perseverante de introducir la razón en el mundo”, mostrando sus contradicciones.

¹¹ Como señala Castro-Gómez (2008, p. 117), la noción de “totalidad” de la teoría crítica es muy similar a la noción poscolonial de “sistema-mundo”: ambas pretenden abarcar a su objeto social como una unidad, a la vez que estudiar las interconexiones entre sus distintas partes, con especial atención a sus contradicciones y “consecuencias perversas”.

Esto último es lo que hace que su posición sea “precaria y cuestionable”. La filosofía y la ciencia social, afirma Horkheimer en una fórmula que luego se hará famosa con Pierre Bourdieu (1990), “es incómoda, obstinada y, además, carece de utilidad inmediata; es, pues, una verdadera fuente de contrariedades” (HORKHEIMER, 1974, p. 285).

Horkheimer no descarta la posibilidad de que algún día sobrevengan épocas “en las que sea posible arreglárselas sin teorías”; pero esas épocas ciertamente no han sucedido aún, por lo que eludir la instancia teórica del trabajo filosófico y científico sólo puede conducir a un “empequeñecimiento” del hombre -un achicamiento de sus potencialidades-, que entonces queda “inerte frente a la violencia” del mundo (p. 286). Es cierto, concede el autor, que a veces la teoría puede “perdersse en un idealismo hueco” -no atento a sus condicionamientos materiales-, o bien “caer en una retórica fatigante y vacía” -como hemos visto para el caso del escepticismo o del relativismo extremo-, pero estas no constituyen las “formas verdaderas” de la teoría. Y de hecho, afirma con ironía, si de “superficialidad” se trata, ella es mucho más frecuente en la “llamada investigación empírica” -cuando ella se mantiene en el nivel descriptivo y no profundiza en la explicación de condicionamientos o en el señalamiento de prescripciones a partir de compromisos-. Y emerge aquí la cuestión de la utopía: la utopía como metodología exclusiva no es la forma adecuada de resolver los problemas prácticos sociales, puesto que las contradicciones reales no pueden eliminarse mediante su eliminación en el plano del pensamiento. En este sentido, la utopía debe ser complementada con el análisis filosófico-científico de, por un lado, las relaciones sociales existentes, y, por otro, de las “tendencias” albergadas en su seno como posibilidades de desarrollos futuros alternativos. Si se permite el neologismo, se trata de “cientificar” la utopía, de construirla en base a conocimientos sólidos y comprobados y no sólo a partir de deseos¹². Evidentemente, de todos modos, esta

¹² A esto mismo lo denomina Gambarotta (2014, p. 87) “utopía-posible”, lugar en el que se entrecruzan un elemento cognoscitivo y uno valorativo.

mirada comparte con la mirada utópica clásica la “confianza en las posibilidades de la humanidad”, “su optimismo respecto a las conquistas potenciales del hombre” (*ídem*).

La crítica, por ello, contiene el elemento negativo del rechazo, de la condena o de la “maledicencia” contra ciertos existentes, pero tiene también este elemento positivo. Esto no quiere decir que, del pensamiento del pasado, sólo puedan rescatarse aquellas obras o pensadores críticos, puesto que no debe igualarse teoría a política. Las teorías tienen múltiples y complejos aspectos, tal que pueden retomarse de ellas ciertos elementos y conjugarlos con otros tornándolos más críticos de lo que eran originariamente. -O al revés, obras o pensadores originariamente críticos pueden luego ser utilizados en un sentido reaccionario-. Como afirma brillantemente nuestro autor, “sólo en épocas excepcionales la filosofía misma se vuelve política”, lo mismo que la ciencia. Esta idea nos parece un adelanto claro de lo que luego un autor como Jeffrey Alexander (1983) señalará como las distintas dimensiones de la realidad tal como es abordada por la ciencia, dimensiones que, aunque conformando un “*continuum*”, resultan relativamente autónomas las unas respecto de las otras: así, por ejemplo, las posturas ideológicas respecto de los supuestos teóricos en sentido estricto, de un cierto cuerpo de pensamiento. Volviendo a Horkheimer, y para terminar, podemos citar sus propias palabras por su elocuencia respecto a lo que considera la función de la filosofía -y las ciencias sociales-, o más específicamente, la misión de la crítica: “nuestra misión actual es [...] asegurar que en el futuro no vuelva a perderse la capacidad para la teoría y para la acción que nace de ésta”. Como puede verse, la acción emerge de la teoría, pero no se confunde con ella, que debe mantenerse como entidad con valor propio (HORKHEIMER, 1974, p. 287-289).

III. Dialéctica de la ilustración (1944/1947)

Ahora sí, podemos abocarnos al análisis de nuestro último texto seleccionado. En 1944 sale a la luz en mimeógrafo -y luego en 1947 en edición de imprenta- la obra que Horkheimer coescribe

con su colega Theodor Adorno, *Dialéctica de la ilustración*. En el “Prólogo” los autores señalan que, a contrapelo de la tendencia hegemónica en ciencia, que es la de una “creciente decadencia de la cultura teórica”, ellos buscan contribuir con este libro a la crítica de doctrinas. Esto, con el objetivo de evitar lo que siempre sucede al pensamiento cuando se vuelve “triumfante”: abandona su elemento crítico y se convierte en “instrumento al servicio de lo existente”, transformando así lo que tenía de positivo -y que paradójicamente es su elemento negador- en algo negativo -que paradójicamente suele ser leído como productivo-¹³. La “metamorfosis” de la crítica en afirmación de lo instituido tiene consecuencias específicas en el plano teórico del mundo social: su verdad -histórica, moral- se “volatiliza” en el momento mismo en que sus “portavoces oficiales” “liquidán” al conjunto de ideas que les permitió “conquistar un puesto bajo el sol”. La teoría, cuando deja de ser crítica, se “prostituye”, metáfora que entendemos en el sentido de que una doctrina se vende al mejor postor, sometándose a sus deseos como a las órdenes de un cliente, en una sociedad -capitalista, consumista- en la que “el cliente siempre tiene la razón”. Por ello pueden sostener los autores que “la censura de la imaginación teórica abre camino a la locura política”, porque si la teoría es imaginativa cuando trasciende lo real, y esa trascendencia es política, entonces la evitación de dicha trascendencia imaginativa implica subsumirse a la política real, que pierde su razón de ser política (HORKHEIMER Y ADORNO, 2001, p. 51-53). De un modo similar, en el “Prólogo a la reedición alemana” de 1969, aclaran que ya no “mantienen inalterable” todo lo que habían sostenido

¹³ Como muestra Sisto (2002, p. 284), el nombre que adopta en este libro aquella dialéctica que no detiene su impulso crítico es el de “negación determinada”, que los autores toman de Hegel (1985) pero modificándola. Así, para ellos, la negación determinada es la crítica de toda situación existente, en tanto ella pretende ser absoluta. Y como sostiene Abril (2009, p. 7-8), la negación determinada es aquella que, aunque busca poner en evidencia la falsedad de todo juicio absolutista, sin embargo no necesariamente abandona lo que cuestiona, pues ella no es relativista.

en esas páginas veinte años antes, porque “eso no sería compatible con una teoría que atribuye a la verdad un momento temporal”. Sin embargo, aclaran que deciden republicarlo en su contenido original puesto que veinte años después los mueve el mismo objetivo y el mismo método: el pensar crítico, que “no se detiene” ante la prosecución de la historia -aunque la tiene en cuenta-. Este pensar crítico “exige” tomar partido, precisamente, a favor de aquellos elementos progresivos, sobre todo cuando ellos más “impotentes” parecen frente a los acontecimientos del mundo. Es que la teoría crítica, aunque es crítica de la teoría, “no quiere renunciar” a ella (p. 49-50).

Ya en lo que hace al contenido del libro propiamente dicho, Horkheimer y Adorno muestran, en línea con los estudios anteriores del primero, cómo el “proceso sin fin de la ilustración”, característico de la modernidad, lleva a que toda concepción teórica caiga inevitablemente bajo la “crítica demoleadora de ser sólo una creencia”, y en el extremo, mera “mitología”¹⁴. Como ya hemos visto, esto es el producto de la crítica cuando ella no se ve orientada por una convicción moral conciente, por un compromiso, sino que se despliega como mero formalismo escéptico y, en el fondo, nihilista. Mediante este escepticismo ilustrado, todo “lo distinto es igualado”, puesto que se atacan con igual falta de escrúpulos las ideas progresistas y las reaccionarias, lo cual lleva a la postura nihilista de que, como todo da lo mismo, nada ha de hacerse (p. 66-67). En nuestra opinión, es posible equiparar esta postura escéptica radical con lo que ya Karl Marx (1978) había tildado de “crítica crítica”, es decir, como el mismo nombre lo dice, de crítica desmedida en tanto no se aferra a nada, en tanto cae en mera formalidad, y, paradójicamente, cayendo por ello en una nueva

¹⁴ Como afirma Macedo Osorio (2013, p. 74), la ilustración no es tanto una época histórica concreta como una específica relación humana con el mundo. Y la lógica de la ilustración, al considerar todo objeto como idéntico a sí mismo, y sólo a sí mismo, rechaza la idea, subyacente a toda teoría, de que “una cosa puede ser lo que no es todavía”, idea rechazada como “residuo mitológico” (Kolakowski, 1985, p. 361).

forma de lo dogmático, de lo sagrado¹⁵. Frente a la crítica crítica, Marx por supuesto defiende a la crítica a secas, como en la crítica de la economía política. Volviendo a Horkheimer y Adorno, ellos sostienen que, desde posturas como las de quienes Marx llamaba “la sagrada familia”, lo que “existe de hecho”, así, “es justificado”, y como además se quita legitimidad a la instancia teórica del conocimiento, éste “se limita a la repetición” de lo existente, con lo que “el pensamiento se reduce a mera tautología” (HORKHEIMER Y ADORNO, 2001, p. 80).

Frente a este vaciamiento de la teoría por parte de la crítica escéptica, quienes aún defienden la combinación de conocimiento y moral -incluso de una moral de izquierdas- caen en una postura positivista, por excesivamente empirista, como muestran algunos ejemplos clave de aquel entonces como las propuestas del llamado Círculo de Viena, que los autores encuentran sobre todo en la figura de Rudolf Carnap (NEURATH, CARNAP Y HAHN, 2002)¹⁶. Y en consonancia con esa teoría positivista, la praxis también “queda a merced del mecanismo sin trabas de la historia universal” (HORKHEIMER Y ADORNO, 2001, p. 84, n. s/n). La teoría se reduce así a un instrumento altamente sofisticado, pero como explican nuestros autores, sólo un instrumento “universalmente disponible”, es decir, accesible “para todos”, puede llegar a ser crítico del “dominio a cuyo servicio creció”. Sólo así la racionalidad

¹⁵ Así, sostienen los autores, a pesar de la afirmación de la ilustración de haber dado por tierra por con la “*mitopoiesis*” de la era premoderna a partir del fortalecimiento de la racionalidad, ella misma acabó constituyendo un nuevo mito: el de su existencia como pura racionalidad e incluso el de su propio progreso (JAY, 1974, p. 420).

¹⁶ Como muestran Araujo y Medina (2014), tanto la Escuela de Frankfurt como el Círculo de Viena construyen teorías que no reniegan de su orientación política. Pero como marca Sotelo (2010, p. 273), aunque la Escuela de Frankfurt y el Círculo de Viena comparten una crítica a la metafísica, ella no es del mismo tenor en cada caso: mientras que los positivistas lógicos rechazan de plano cualquier asunto metafísico en tanto carece de referentes empíricos, los frankfurtianos buscan trascender los datos positivos de la realidad a la vez que poner de relieve la función social de las ideas metafísicas.

emerge como algo distinto al dominio (p. 90). Del mismo modo, una praxis que busque “subvertir” el dominio dado en un momento histórico determinado depende de la “intransigencia de la teoría”, de su no ceder, de su no venderse -para volver a utilizar la metáfora del Prólogo- frente a la “inconciencia con la que la sociedad permite reificarse al pensamiento”. Es decir, el vaciamiento de la teoría reifica el pensamiento, lo vuelve inmóvil y ahistórico de un modo inconciente, naturalizado, y sólo puede quebrarse esa cosificación extrema de la capacidad humana universal que es la razón a partir de volver a unir la teoría con la crítica, concientizando esa necesidad. Sólo una teoría de “espíritu” intransigente, no prostituido, puede intervenir en la historia, “reorientándola” de manera conciente en función de un compromiso (p. 94).

Más adelante, los autores añaden que “todo pensamiento que no tienda al sistema carece de dirección o es autoritario”, es decir, que sólo las teorías que se preocupan abiertamente por su estructura y coherencia interna, así como por su profundidad conceptual y filosófica, pueden rebatir la tendencia al dominio, producto de la cosificación, que todo instrumento producido por el hombre parece tener, a pesar suyo, así como esa otra tendencia, opuesta a la primera, al escepticismo que se aloja en todo pensar ilustrado (p. 130). Dado el proceso de “formalización” creciente de la razón, producto del avance de la modernidad, la teoría misma se va convirtiendo cada vez más en algo “incomprensible”, a la vez sofisticado y carente de sentido, puesto que cuanto más se especializa más se transforma en mera conjunción de “signos operacionales” vacíos. Es frente a este proceso histórico que se sitúa el llamado de los autores a la elaboración de teorías sistemáticas y críticas, en el sentido recién subrayado (p. 140). Porque de otro modo, en el marco histórico descrito, en el que la “industria cultural” es la nueva forma adoptada hegemónicamente por el plano simbólico de la vida del hombre, “desaparece tanto la crítica como el respeto”, y el pensar se torna mera ejecución de juicios irreflexivos, dictados por las modas sucedidas tras las pantallas del mundo. El juicio crítico se vuelve juicio “mecánico”, y el juicio respetuoso del hombre se torna apenas un “culto efímero” basado en la celebridad o la exclusión azarosa (p. 205; 244).

En esta obra conjunta, los autores no sólo escriben en prosa académica; también redactan una serie de notas dispersas que abordan los mismos tópicos pero en otro género discursivo, y que aparecen hacia el final del libro. En esa sección, llamada "Apuntes y esbozos", Horkheimer y Adorno realizan una serie de sugerencias importantes para nuestras preocupaciones. En la nota titulada "Transformación de la idea en dominio", por ejemplo, realizan una distinción entre "sistemas teóricos" aceptados y "marginados"; no casualmente, muestran, los sistemas teóricos que acaban marginados por la historia resultan siempre, al analizarlos, menos "rígidos y centralizados" que los aceptados: en ellos siempre se halla "un cierto toque de anarquía", pues en ellos la "idea" -como momento constructivo, distinto de lo dado, y por ello transformadora- "cuenta más" que la "administración" -es decir, que la reproducción ordenada de lo estatuido- (p. 255)¹⁷. En "Para Voltaire", añaden que "el objeto de la teoría no es lo bueno, sino lo malo"; evidentemente, están pensando en una teoría de tipo crítico, con su elemento negativo sobre el que ya hemos hablado. Para que la teoría pueda ser el vehículo de la libertad, de lo positivo, su "tema", su objeto de estudio, debe ser la "opresión", lo negativo (p. 261). Del mismo modo, en "Para una crítica de la filosofía de la historia", muestran que el pensamiento mismo es siempre un elemento negativo, puesto que su "correlato" es la historia, entendida como objeto "construible" desde una teoría, y puesto que la historia es "horror". En este marco, la "esperanza de un estado mejor", concebida como algo distinto a la "pura ilusión", no puede fundarse en la mera "aseveración" de su garantía, estabilidad y definitividad -es decir, en su aserción dogmática- sino por el contrario en la "falta de respeto" por todo lo "sólidamente fundamentado" en medio del "sufrimiento universal". En otras

¹⁷ Respecto del dilema entre la reproducción de lo dado o la producción de algo diferente, Gambarotta (2014, p. 74-76) habla de la generación de una "discontinuidad" en lo continuo, de una "abertura" en un "cosmos" cerrado, de modo tal de resquebrajar lo "posible-pensable" a partir de lo "imposible-impensable".

palabras, sólo cuestionando lo dado, que es, a todas luces, terrible, puede comenzar a ser más que una utopía la idea comprometida de una historia progresista (p. 268). En la nota “El pensamiento”, Horkheimer y Adorno prosiguen en la crítica de quienes conciben a toda teoría como una receta para la acción, como un dogma, ya sea éste positivo o negativo, o sea, podríamos decir, imperativo o prohibitivo. Quienes así piensan, “toman toda afirmación en el sentido de una profesión de fe definitiva, o de una orden o de un tabú”, es decir, “quieren someterse a la idea como a un dios, o bien la atacan como a un ídolo”¹⁸. En este sentido, los dogmáticos “no tienen libertad” frente a la teoría, elemento indispensable si se pretende que esa teoría se efectivice en la historia, para lo cual es necesario tratarla con cierta soltura (p. 290). Lo que queda claro aquí, entonces, es que compromiso tampoco es igual a dogmatismo.

Conclusiones

Luego del análisis detallado de este que hemos denominado período intermedio de la obra de Max Horkheimer, y de los tres textos que en él están contenidos, podemos trazar unas ideas a modo de conclusión parcial.

En primer lugar, es notable que la noción de compromiso de Horkheimer se sitúa en una cadena de herencias intelectuales cuyo origen podemos localizar en Marx. Así, la idea de una teoría crítica comprometida -es decir, ni escéptica, ni relativista, ni nihilista, pero tampoco dogmática-, presenta resonancias del cuestionamiento marxiano a la crítica-crítica sacralizante, y de su defensa, por el

¹⁸ En este sentido, es claro que, como muestra del Valle (2010, p. 61), Horkheimer es laico a pesar de sus referencias teológicas: él no afirma -aunque tampoco niega- la existencia de alguna entidad trascendente, pues tanto la certeza de su existencia como de su no existencia implicaría una postura dogmática. Nuestro autor cabe ser clasificado, por esto, como un agnóstico. O como afirma Alarcón Olguín (2002, p. 1), su obra pasa de una “crítica agnóstica” a una “crítica mística”, pero no confesional. Acerca de la relación entre la teoría crítica horkheimeriana y la teología, FRAGA, 2017.

contrario, de la crítica filosófico-científica a secas. Asimismo -y aunque queda para un estudio posterior el desarrollar a fondo esta idea-, encontramos en la postura horkheimeriana de una teoría crítica opositora, un antecedente del planteo bourdiano en torno a una ciencia social incómoda y molesta con respecto a lo estatuido.

En segundo lugar, quisiéramos hacer notar cómo la noción de compromiso delineada por Horkheimer supone un entrecruzamiento -aunque no una igualdad absoluta- entre teoría y práctica, entre pensamiento y acción, entre academia y política, y, aún más relevante, entre ciencia y moral, entre conocimiento y convicción, o para decirlo con el vocabulario típico de la sociología, entre juicios de hecho y juicios de valor. Nuestra disciplina no es menos sino más legítima al comprometerse, porque su legitimidad se la da la historia.

En efecto, podríamos sistematizar las conceptualizaciones del autor en torno a la problemática del compromiso, según ella es desplegada en los tres textos clave analizados, diciendo que, para Horkheimer, el compromiso presenta once dimensiones. En primer lugar, el compromiso implica una "toma de posición" o "toma de partido". En segundo lugar, el compromiso se ubica en el punto de cruce entre la "razón" y la "fe", entre la "argumentación" y la "convicción", entre "escepticismo" y "fanatismo", o entre la "duda" y la "certeza". En tercer lugar, el compromiso implica enmarcarse explícitamente en un "espacio teórico" determinado, el cual sin embargo no es "aplicado dogmáticamente", sino de manera "reflexiva" y "mediada". En cuarto lugar, el compromiso supone la participación "activa" en la "cosa pública". En quinto lugar, el compromiso presupone la posibilidad y la deseabilidad de la "crítica", especialmente desde una perspectiva "humanista". En sexto lugar, el compromiso asume la falta de "garantías" acerca del triunfo de sus ideas, y acepta la posibilidad del éxito tanto como del fracaso, a pesar de los cuales permanece comprometido. En séptimo lugar, el compromiso no es nunca "utilitario" o "instrumental", sino que su función apunta más allá de esos valores dominantes, hacia las "cuestiones decisivas" de la vida humana.

En octavo lugar, el compromiso, referido a la tarea específicamente intelectual o académica, implica trascender tanto el plano meramente “descriptivo” de hechos como el plano “explicativo” de procesos, hacia el plano “prescriptivo” de transformaciones. En noveno lugar, el compromiso no es “formal”, sino “contenidista”, pues se colma de valores concretos a defender y por los cuales luchar. En décimo lugar, el compromiso es “intransigente”, no se “prostituye” ni se “vende”, sino que se mantiene firme. Y en undécimo lugar, el compromiso se mueve por “utopías”, pero no se reduce a ellas, puesto que no sólo imagina sino que además analiza filosófica y científicamente las realidades concretas con sus tendencias reales.

A modo de síntesis, y siguiendo el guiño metafórico utilizado por el propio Horkheimer, podríamos afirmar que, si la teoría crítica es aquella que “no se lava las manos”, entonces, del mismo modo, comprometerse significa “meter las manos en la masa”, o bien, “poner manos a la obra”. Y en una suerte de análisis etimológico -sólo válido para el vocablo en español-, podríamos afirmar que “com-prometerse” significa “prometerse-con” algo, que en el caso de nuestro autor suele llevar por nombre “justicia social”.

Referências

ABRIL, F. Para una relectura de la crítica a la razón de Theodor W. Adorno y Max Horkheimer. **Tópicos**, n. 17, p. 1-20, 2009.

AGUILERA, A. Pesimismo en la teoría, optimismo en la praxis. En: HORKHEIMER, M. **Autoridad y familia y otros escritos**. Barcelona: Paidós, 2001.

ALARCÓN OLGUÍN, V. Max Horkheimer: los reductos de la crítica. **Casa del Tiempo**, p. 1-7, 2002.

ALEXANDER, J. C. **Theoretical logic in sociology I. Positivism, presuppositions, and current controversies**. Londres: Routledge, 1983.

ARAUJO, C. I. y MEDINA, C. G. Acerca de la polémica Neurath-Horkheimer: ciencia y política. **Diánoia**, v. 59, n. 72, p. 113-129, 2014.

FRAGA, E. Dialógica, polémica, retórica, tópica y deíctica. Las dimensiones argumentativas de la crítica. **Revista Horizontes Filosóficos**, n. 5, p. 39-60, 2015.

FRAGA, E. Elementos teológicos en la teoría crítica de Max Horkheimer. Un análisis de textos claves. **Revista Itinerantes**, n. 7, p. 191-212, 2017.

BARAHONA ARRIAZA, E. Razón, verdad y crítica: momentos epistemológicos en la Dialéctica de la ilustración de M. Horkheimer y T. Adorno. **Anales del Seminario de Metafísica**, n. 30, p. 167-184, 1996.

BOURDIEU, P. **Sociología y cultura**. México: Grijalbo, 1990.

CASTRO-GÓMEZ, S. Teoría tradicional y teoría crítica de la cultura. **Impulsos**, n. 29, p. 113-124, 2008.

DEL VALLE, N. Justicia, teología y teoría crítica en la obra tardía de Max Horkheimer. Reflexiones sobre política radical. **Alpha**, n. 31, p. 55-67, 2010.

GAMBAROTTA, E. **Hacia una teoría crítica reflexiva. Max Horkheimer, Theodor W. Adorno y Pierre Bourdieu**. Buenos Aires: Prometeo, 2014.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenología del espíritu**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1985.

HEGEL, G. W. F. **Introducción a la historia de la filosofía**. Madrid: Aguilar, 1989.

HORKHEIMER, M. **Teoría crítica**. Buenos Aires, Amorrortu, 1974.

HORKHEIMER, M. **Historia, metafísica y escepticismo**. Barcelona: Altaya, 1995.

HORKHEIMER, M. **Materialismo, metafísica y moral**. Madrid: Tecnos, 1999.

HORKHEIMER, M. y Adorno, T. **Dialéctica de la ilustración. Fragmentos filosóficos.** Madrid: Trotta, 2001.

JAY, M. **La imaginación dialéctica. Una historia de la Escuela de Frankfurt.** Madrid: Taurus, 1974.

KOLAKOWSKI, L. La escuela de Frankfurt y la 'teoría crítica'. En: **Las principales corrientes del marxismo III. La crisis.** Madrid: Alianza, 1985.

KUHN, T. **La estructura de las revoluciones científicas.** México: Fondo de Cultura Económica, 1971.

MACEDO OSORIO, G. Teoría crítica en Max Horkheimer y Theodor Adorno. En: **El carácter de dominio de la razón instrumental en la ciencia. A partir de Max Weber y Max Horkheimer.** México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2013.

MARX, K. **La sagrada familia.** Barcelona: Crítica, 1978.

MONTAIGNE, M. **Ensayos I.** Madrid: Gredos, 2005.

NEURATH, O., CARNAP, R. y HAHN, H. La concepción científica del mundo: el Círculo de Viena. **Redes**, n. 18, p. 103-149, 2002.

NIETZSCHE, F. La visión dionisiaca del mundo. En: **El nacimiento de la tragedia.** Madrid: Alianza, 1984.

NIETZSCHE, F. **El ocaso de los ídolos, o cómo se filosofa a martillazos.** Barcelona: Tusquets, 1998.

SISTO, H. M. La clave del iluminismo para Horkheimer y Adorno. **Revista de Filosofía y Teoría Política**, n. 34, p. 283-293, 2002.

SOTELO, L. Horkheimer y el primer proyecto de 'investigación social' de la Escuela de Frankfurt. **Estudios**, p. 269-277, 2010.

WIGGERSHAUS, R. **La Escuela de Fráncfort.** México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

A validade da explicação demográfica para a tendência recente do homicídio de homens jovens em quatro regiões metropolitanas brasileiras (2002-2012)¹

Alex Manetta²

José Eustáquio Diniz Alves³

Resumo: Este artigo revisa a validade da explicação demográfica para as alterações das condições de vida e da tendência do homicídio para a população jovem masculina, aplicada às regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo (2002-2012). Utiliza-se como método uma análise descritiva-comparativa das tendências das mudanças na estrutura demográfica; nas taxas de desemprego, de ocupação e de inatividade; nas taxas de homicídio e suas inter-relações. Conclui-se que esta explicação não se aplica ao conjunto de RM avaliadas e que o peso relativo de cada variável tende a ser diferente segundo contextos particulares.

Palavras-chave: estrutura etária, homicídio, condições de ocupação, juventude, Brasil.

The validity of the demographic explanation for the recent homicide trend of young men in four Brazilian metropolitan regions (2002-2012).

Abstract: This article reviews the validity of the demographic explanation for the changes in living conditions and the trend of homicide among the male youth population, applied to the metropolitan areas of Recife, Rio de Janeiro and São

¹ Recebido em 15/01/18 e aprovado em 30/05/18.

² Professor-pesquisador afiliado ao Instituto de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Autônoma do Estado de Hidalgo (UAEH) (Pachuca de Soto, Hidalgo, México). E-mail: alexmanetta@hotmail.com

³ Professor titular e pesquisador afiliado à Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: jed_alves@yahoo.com.br

Paulo (2002-2012). As method is used a descriptive-comparative analysis of trends in changes in demographic structure; unemployment, occupancy and inactivity rates; in homicide rates and their interrelationships. We conclude that this explanation does not apply to the set of RM evaluated and that the relative weight of each variable tends to be different according to particular contexts.

Keywords: age structure, homicide, conditions of occupation, youth, Brazil.

La validez de la explicación demográfica para la tendencia reciente del homicidio de hombres jóvenes en cuatro regiones metropolitanas brasileñas (2002-2012).

Resumen: Este artículo revisa la validez de la explicación demográfica para las alteraciones de las condiciones de vida y de la tendencia del homicidio de la población joven masculina, aplicada a las regiones metropolitanas de Recife, Salvador, Río de Janeiro y São Paulo (2002-2012). Se utiliza un análisis descriptivo-comparativo de los cambios en la estructura demográfica; tasas de desempleo, de ocupación y de inactividad laboral; en las tasas de homicidio y sus interrelaciones. Se concluye que la explicación no se aplica al conjunto de RM evaluadas y que el peso relativo de cada variable tiende a ser diferente según contextos particulares.

Palabras clave: estructura de edad, homicidio, condiciones de ocupación, juventud, Brasil.

Introdução⁴

O Brasil se desenvolveu em um sistema no qual o uso da violência é um recurso frequentemente adotado como forma imediata de resolução de conflitos, representando um fator constitutivo da própria sociedade brasileira (VELHO, 2000). As primeiras grandes vítimas desse processo foram os indígenas, população que declinou de um número em torno de dois e meio milhões no ano de 1500 para cerca de oitocentos mil no ano de 1819 (LIVI-BACCI, 2002).

⁴ Os autores agradecem ao corpo editorial e aos pareceristas anônimos da Revista Idéias os comentários e as solicitações de mudanças, que muito contribuíram para a qualidade final do texto publicado.

A violência foi marcante na evolução da sociedade brasileira também através do tráfico de africanos e da escravidão. O Brasil foi o país que mais recebeu escravos provenientes da África, sendo que em meados do século XIX cerca de dois terços da população brasileira era de origem africana (MERRICK; GRAHAM, 1979). Além de todos os tipos de violência a que os africanos e seus descendentes foram submetidos, a escravidão deixou uma herança de exclusão, de preconceito e de desigualdades, dificultando enormemente a construção de uma sociedade justa e pacífica (SOUZA; LIMA, 2006; ADORNO, 2002).

Na tentativa de elucidar tão diferentes expressões da violência, anteriormente descritas por autores como Domenach (1981), Michaud (1986) e Arendt (1985), Galtung (1990) define violência direta como a perpetração de atos de agressão física dos quais decorrem traumatismos, lesões ou a morte. Refere-se aos atos violentos diretamente exercidos entre pessoas e grupos de pessoas, sendo o homicídio sua expressão extrema. Violência estrutural tem seus significados relacionados à vigência de uma ordem social cujo funcionamento implica oportunidades desiguais para seus membros. Violência cultural faz menção a um sistema de ideias e de crenças que pode ser utilizado para legitimar a perpetração das outras duas categorias. A concepção que move essa distinção categórica e sua articulação através de um triângulo vicioso é bem simples: violência gera violência.

Apesar do fato de que as manifestações da violência, em suas mais variadas formas, sejam constantemente referidas na história da sociedade brasileira (MATTA, 1982), existem evidências de que o panorama recente, desde meados da década de 1980, apresenta novidades, ou seja, características peculiares evidenciadas pelo agravamento da violência direta entre homens jovens.

De fato, no Brasil, o crescimento recente das taxas de homicídio afetou particularmente o segmento masculino jovem, tanto nas capitais e regiões metropolitanas quanto no interior do país (WAISELFISZ, 2014), em um contexto no qual predominam os crimes cometidos em locais públicos, entre pessoas que não eram íntimas e nem mesmo conhecidas (ZALUAR, 2007).

Em termos demográficos os homicídios não só reduzem a esperança de vida e influem na inflexão precoce da razão de sexo da população brasileira (MANETTA; ALVES, 2015), como interferem também na dinâmica familiar, figurando como um grave problema social e de saúde pública (MINAYO, 2005).

A magnitude desse problema, sua disseminação pelo território e seu estabelecimento como um problema crônico, são fatos que justificam o presente estudo, pois, somente através de um entendimento mais complexo e abrangente dessa realidade é que será possível ampliar as possibilidades de formulação estratégica e de gerenciamento de ações voltadas à mitigação desse fenômeno, que há décadas assola a sociedade brasileira.

Problematização

A persistência das desigualdades sociais (BERCOVICH; DELLASOPPA; ARRIAGA, 1998), da pobreza e do desemprego (OLIVEIRA; PINTO, 2001; HIRATA, 2001), têm sido aspectos avaliados como fatores básicos desencadeadores de elevados índices de criminalidade, constituindo campos altamente propícios ao desenvolvimento da violência juvenil homicida no Brasil. Os resultados de estudos como os de Aidar (2003) e de Ferreira, Vasconcelos e Penna (2008), evidenciam maiores taxas de homicídio juvenil masculino em conjunturas onde a violência estrutural atinge os mais extensos segmentos da população.

Outra linha explicativa, que se entrecruza com a primeira, introduz a análise demográfica como fator relevante, com referência ao processo de transição demográfica, especificamente no que diz respeito às sucessivas alterações na estrutura etária da população. Como efeito de variações nas componentes⁵ básicas da dinâmica da população, especialmente nas tendências da fecundidade, a pirâmide etária brasileira tem passado por estreitamentos e

⁵ As componentes da dinâmica demográfica, estritamente definidas, são: fecundidade, mortalidade e migração (SWANSON; SIEGEL, 1976).

alargamentos bruscos, como resultados do aumento e da posterior diminuição do número de nascimentos em anos subsequentes.

Bercovich e Madeira (1990) denominaram descontinuidades a essas variações no tamanho de coortes sucessivas e onda jovem ao incremento brusco do percentual de jovens na população total. A questão central dessa proposição se encontra na análise das mudanças nas condições de inserção no mercado de trabalho resultantes da pressão de um crescente contingente juvenil (BERCOVICH; MASSÉ, 2004), assim como em suas consequências com relação às possíveis implicações do aumento da competitividade entre jovens no contexto dos conflitos e das tensões sociais, particularmente no que diz respeito à disseminação da criminalidade e do homicídio (BERCOVICH, 2004).

Easterlin (1980) já considerava que o sucesso particular dos membros de uma coorte depende, dentre outros fatores, da quantidade de seus membros. Ou seja, se o volume de jovens em uma sociedade é crescente e a oferta de empregos para essa população se mantém ou diminui, o resultado esperado seria uma tendência à elevação da competição, com reflexos nas taxas de desemprego e no desenvolvimento de situações de mais ampla deterioração social.

Dentro dessa perspectiva, as dificuldades impostas aos jovens em encontrar ocupação laboral adequada foram aspectos considerados relevantes na explicação da elevação das taxas de homicídio no Brasil e no estado de São Paulo durante os anos 1990 (BERCOVICH; MADEIRA, 1990; BERCOVICH; MASSÉ, 2004; BERCOVICH, 2004), quando foram registrados incrementos significativos no percentual da população jovem em um contexto de recessão econômica.

Apesar da consistência empírica da explicação demográfica, persistem controvérsias sobre as causas imediatas do incremento das taxas de homicídio juvenil masculino no Brasil, já que mesmo passado o período caracterizado pela onda jovem essas taxas permanecem elevadas e em uma tendência de crescimento em nível nacional (WAISELFSZ, 2014).

Feitas essas considerações, explicita-se o objetivo geral desse artigo: revisar a validade recente (2002-2012) da formulação que relaciona o fenômeno da onda-jovem a um processo de agravamento nas condições de vida da população juvenil masculina, o que inclui más condições de inserção laboral e a elevação do risco de vitimização por homicídio.

Como objetivo específico propõe-se observar se existem inter-relações entre três distintos fenômenos: as alterações na composição etária da população; a evolução das taxas de emprego, de desemprego e de inatividade e a tendência das taxas de homicídio entre homens jovens, nas RM de Recife, de Salvador, do Rio de Janeiro e de São Paulo (2002-2012).

Materiais e métodos

A avaliação das alterações na estrutura demográfica (volume absoluto e percentual relativo de homens jovens) foi baseada nas Projeções da População (IBGE, 2013), cuja revisão incorporou parâmetros calculados a partir dos resultados do Censo Demográfico 2010 e informações atualizadas sobre os regimes de fecundidade e de mortalidade no Brasil, disponibilizando informação adequada ao período de referência desse estudo, sendo útil também no cálculo dos indicadores sociais e demográficos apresentados, por sexo e por grupos quinquenais de idade.

O cálculo das taxas de ocupação, de desemprego e de inatividade foi realizado com base nos microdados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME nova - IBGE). Do total da população com idades entre 15-19 e 20-24 anos, calculou-se a proporção de pessoas ocupadas (tinham trabalho no período de referência), desempregadas (não ocupados que buscaram trabalho) ou inativas (não ocupados que não buscaram trabalho), de maneira que as três categorias juntas somam 100 (%) para cada grupo etário. Já o cálculo das taxas de homicídio (homicídios para cada 100 mil pessoas) foi realizado com base nos registros oficiais de óbitos do SIM/MS, em acordo com a décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), sendo considerados os óbitos registrados nas categorias de X85 a Y09 e Y35-Y36 (2002-2012).

Através das informações disponibilizadas, foram gerados indicadores que permitiram a realização de uma análise descritivo-comparativa, considerando as tendências da dinâmica demográfica, das condições de inserção no mercado de trabalho e das taxas de homicídio em quatro regiões metropolitanas brasileiras (2002-2012).

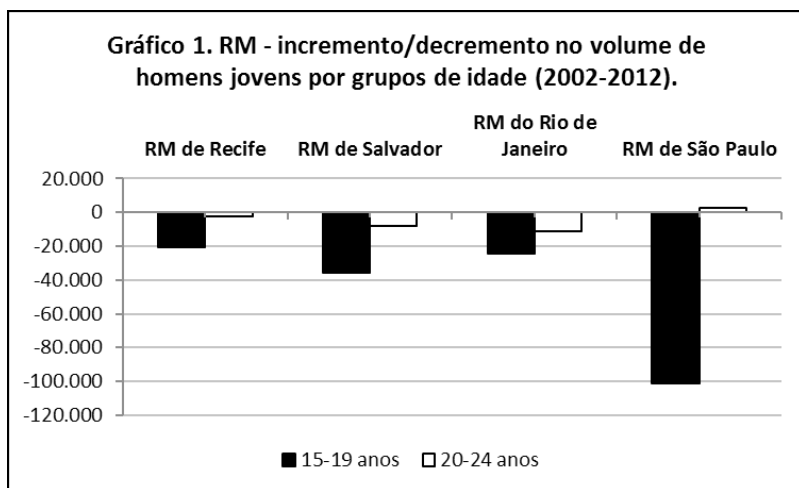
Os resultados apresentados fazem referência a jovens do sexo masculino, em uma análise que diferencia dois grupos etários distintos (15-19 e 20-24 anos), dadas as diferenças esperadas em termos de ocupação e inatividade laboral. O conjunto de dados obtido foi objeto das descrições e das análises contidas no Item 1 (Resultados), no Item 2 (Discussão) e no Item 3 (Conclusões), mantendo como referência a análise crítica da validade atual da explicação demográfica para a elevação do homicídio juvenil masculino no contexto de quatro RM brasileiras.

A decisão de trabalhar com as quatro RM selecionadas deve-se pelo fato de ser o homicídio juvenil masculino um fenômeno reconhecidamente urbano, que se expressa em sua maior intensidade em zonas metropolitanas. Além disso, as RM objeto desse estudo representam diferentes tendências em termos da evolução das taxas de homicídio e das condições de ocupação laboral, desemprego e inatividade, ainda que em todas elas houve o registro de um decréscimo absoluto e proporcional da população juvenil masculina, de maneira que esta análise proporciona dados interessantes para uma discussão sobre a relação entre as variáveis de interesse. Outro ponto que deve ser mencionado é que a PME nova (IBGE), é uma fonte que disponibiliza dados adequados para estudos sobre as condições de inserção laboral por sexo e grupos de idade em dez RM brasileiras, cuja cobertura inclui as quatro RM selecionadas e o período de interesse nesse estudo.

1 - Resultados

1.1 - Dinâmica da população juvenil masculina (2002-2012)

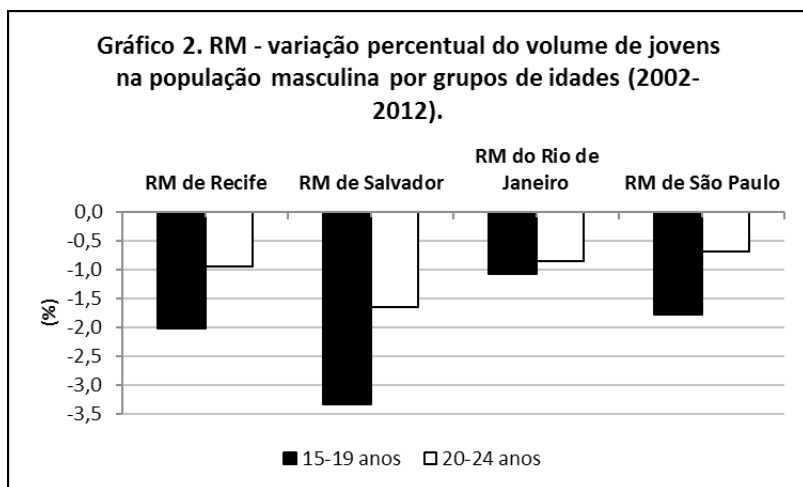
As alterações na composição da população juvenil masculina foram acompanhadas por um decréscimo geral em seu volume, mais intenso para o grupo de 15-19 anos do que para o grupo dos 20-24 anos, nas RM de Recife, de Salvador e do Rio de Janeiro. Na RM de São Paulo, embora o grupo dos 20-24 anos tenha registrado um leve incremento, seu volume foi amplamente superado pelo decréscimo do grupo dos 15-19 anos, de modo que a população jovem total (15-24 anos) se reduziu no período (2002-2012) (Gráfico 1).



Fonte: elaboração própria com base nas Projeções da População (2013) - IBGE.

As alterações na estrutura etária da população levaram também a uma redução no percentual dos grupos juvenis, com relação à população total masculina, mais intensa para o grupo dos 15-19 do que para o grupo dos 20-24 anos, nas quatro RM observadas (Gráfico 2).

Os diferenciais da redução proporcional do volume de jovens na população total masculina (2002-2012) são evidentes em todas as quatro RM observadas. Nota-se, entretanto, que a RM de Salvador registrou as maiores variações para ambos grupos observados (15-19 e 20-24 anos). Na sequência das maiores variações relativas aparecem as RM de Recife, de São Paulo (particularmente em relação ao grupo dos 15-19 anos) e do Rio de Janeiro (Gráfico 2).



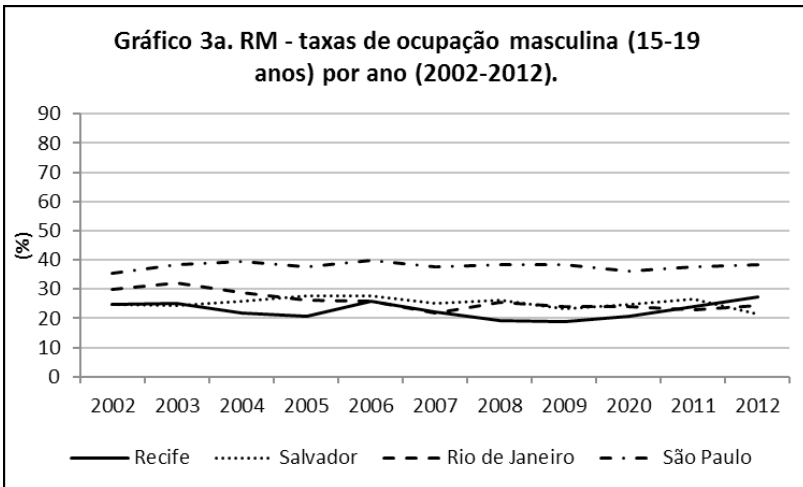
Fonte: elaboração própria com base nas Projeções da População (2013) - IBGE.

Teoricamente, e em acordo com o ponto de vista puramente demográfico, o decréscimo absoluto e proporcional de homens jovens (2002-2012) tenderia a representar uma redução da pressão na demanda por inserção laboral para os dois grupos avaliados (15-19 e 20-24 anos), representando uma oportunidade para a melhoria nos indicadores de ocupação, caracterizando-se como um fator positivo na geração de condições mais amenas de competição e de sobrevivência da população juvenil masculina nas RM avaliadas.

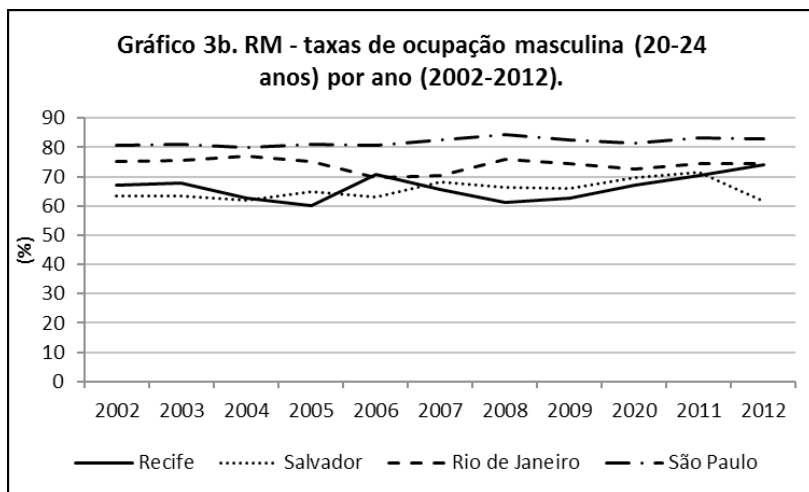
1.2 - Ocupação, desemprego e inatividade (2002-2012)

A análise das taxas de ocupação nas RM de interesse (2002-2012) salienta em primeiro plano um diferencial por grupo etário (15-19 e 20-24 anos). Essa diferença era já esperada, considerando que o grupo com idades entre 15-19 anos é composto em sua maioria por jovens em idade escolar, motivo pelo qual tende a pressionar menos o mercado de trabalho, com relação ao grupo com idades entre 20-24 anos (Gráficos 3a e 3b).

Em termos de ocupação, são evidentes também as diferenças por RM. A RM de São Paulo se destaca pelas mais elevadas taxas, tanto para o grupo dos 15-19 quanto para o grupo dos 20-24 anos. Em segundo lugar aparece a RM do Rio de Janeiro, de forma mais evidente para o grupo dos 20-24 anos. Em terceiro lugar, se alternando durante o período, aparecem as RM de Recife e de Salvador, para os dois grupos analisados (2002-2012) (Gráficos 3a e 3b).



Fonte: elaboração própria com base nos dados da PME (2002-2012), Censo Demográfico (2010) e Projeções da População (2013) - IBGE.



Fonte: elaboração própria com base nos dados da PME (2002-2012), Censo Demográfico (2010) e Projeções da População (2013) - IBGE.

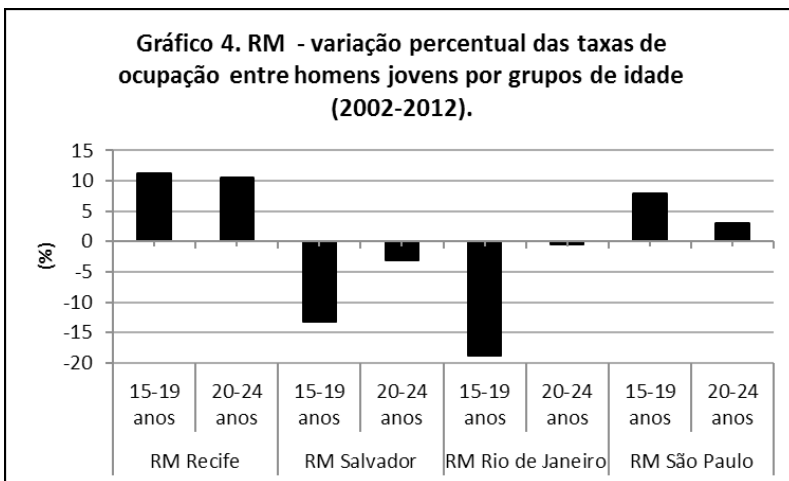
As taxas de ocupação revelam uma relativa estabilidade na RM de São Paulo. Nas RM de Recife, de Salvador e do Rio de Janeiro, as taxas apresentaram maior oscilação, tornando difícil a observação de alguma tendência no período (2002-2012) (Gráficos 3a e 3b).

No entanto, uma análise da variação percentual da ocupação entre o início (2002) e o final (2012) do período, demonstra que na RM de Recife, as taxas de ocupação aumentaram mais de 10%, para os dois grupos avaliados, resultado que condiz relativamente bem com a tese da onda jovem, já que nessa RM o percentual de população jovem diminuiu para os dois grupos avaliados (2002-2012) (Gráfico 4).

Na RM de Salvador, onde a variação da população juvenil masculina foi relativamente maior, as taxas de ocupação diminuíram entre o início (2002) e o final (2012) do período, por volta de 13% e 3%, para os grupos dos 15-19 e dos 20-24 anos, respectivamente. A redução das taxas de ocupação na RM de Salvador foi maior justamente para o grupo que apresentou maior

redução em sua representação proporcional (15-19 anos), em um efeito oposto daquele esperando em um contexto de esgotamento da onda jovem (2002-2012) (Gráfico 4).

Na RM do Rio de Janeiro as taxas de ocupação também diminuíram, variando quase 19% para o grupo dos 15-19 e por volta de 0,5% para o grupo dos 20-24 anos, reconhecendo-se também um efeito oposto ao esperado em contextos de diminuição percentual e absoluto dos grupos jovens (2002-2012) (Gráfico 4).



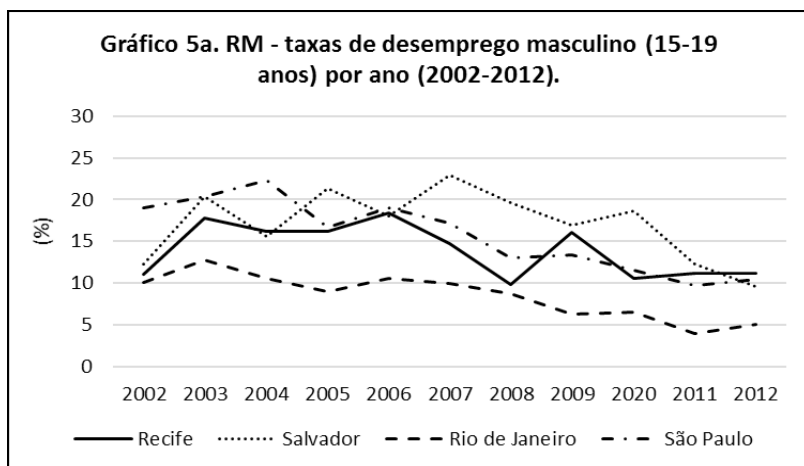
Fonte: elaboração própria com base na PME (2002-2012) e Projeções da População (2013) - IBGE.

Na RM de São Paulo as taxas de ocupação aumentaram no período, sendo que variaram quase 8% para o grupo dos 15-19 e por volta de 3% para o grupo dos 20-24 anos, em uma evolução que em termos gerais se alinha à proposição da onda jovem (Gráfico 4).

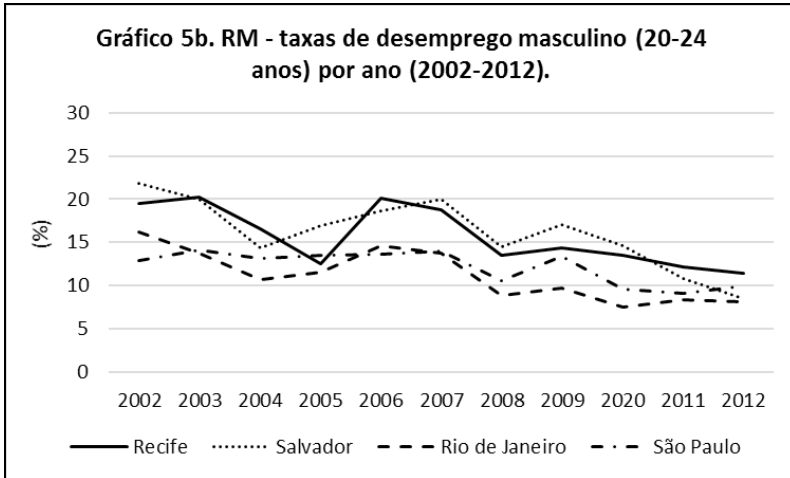
Pensando nas relações entre dinâmica demográfica e ocupação, em um primeiro momento, parece evidente que a redução proporcional dos grupos juvenis masculinas pode ter se convertido na melhoria das condições de ocupação laboral nas RM de São Paulo e de Recife, onde as taxas de ocupação aumentaram, mas não nas RM de Salvador e do Rio de Janeiro, onde as taxas de ocupação diminuíram.

Com relação às taxas de desemprego entre homens jovens é fato que oscilaram bastante, o que pode representar resultados derivados do método de amostra, tornando difícil a apreensão de tendências no período. Entretanto, na RM de Recife as taxas de desemprego foram mais elevadas para o grupo dos 20-24 do que para o grupo dos 15-19 anos durante a maior parte do período, com exceção dos anos 2005 e 2009. Com relação à RM de Salvador, as taxas de desemprego foram mais elevadas para o grupo dos 15-19 do que para o dos 20-24 anos, com exceção dos anos de 2002 e 2006 (2002-2012) (Gráficos 5a e 5b).

Na RM do Rio de Janeiro as taxas de desemprego mantiveram-se mais elevadas para o grupo dos 20-24 do que para o grupo dos 15-19 anos, durante todo o período, com exceção dos anos de 2004 e 2008, quando as taxas dos dois grupos praticamente convergiram. Na RM de São Paulo as taxas de desemprego foram mais elevadas para o grupo dos 15-19 anos durante quase todo o período, com exceção do ano de 2009, quando as taxas dos dois grupos convergiram (2002-2012) (Gráficos 5a e 5b).

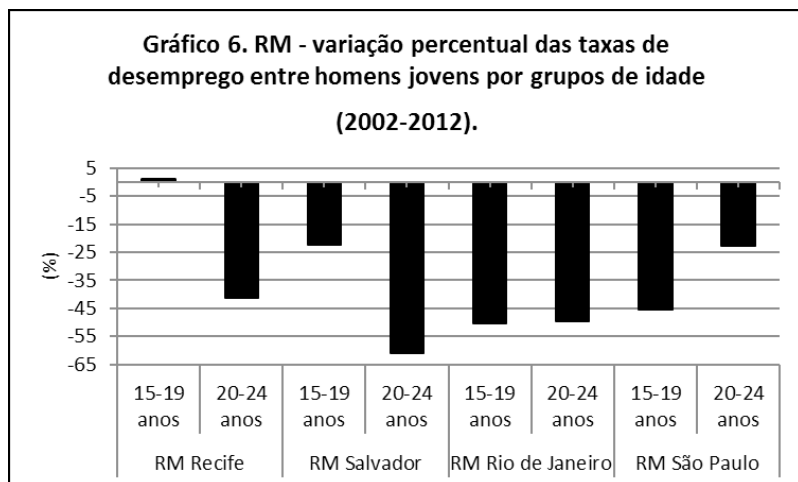


Fonte: elaboração própria com base na PME (2002-2012) e Projeções da População (2013) - IBGE.



Fonte: elaboração própria com base na PME (2002-2012) e Projeções da População (2013) - IBGE.

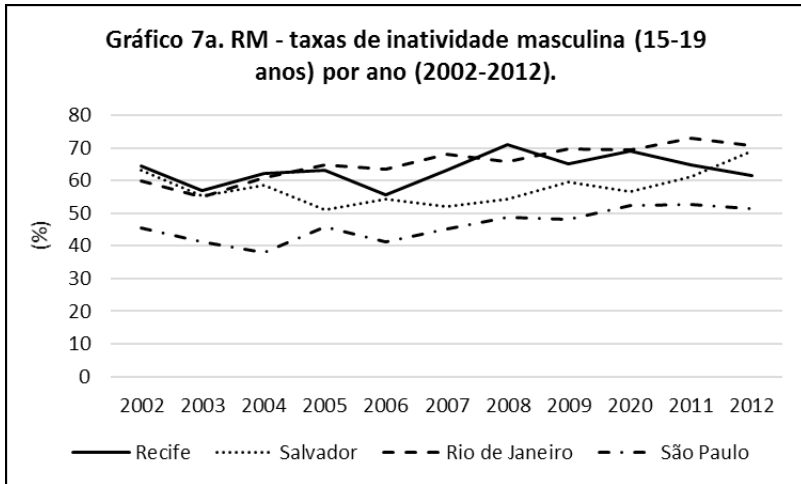
A variação percentual das taxas de desemprego entre o início e o final do período (2002-2012) revela variação negativa para os dois grupos (15-19 e 20-24 anos) nas RM de Salvador, do Rio de Janeiro e de São Paulo, sendo que na RM de Recife a variação foi negativa para o grupo dos 20-24 e positiva para o grupo dos 15-19 anos (Gráfico 6).



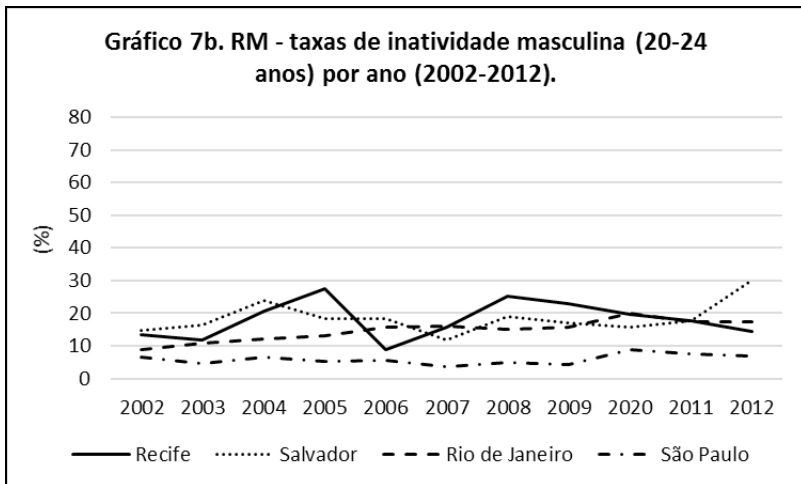
Fonte: elaboração própria com base na PME (2002-2012) e Projeções da População (2013) - IBGE.

O decréscimo nas taxas de desemprego seria um resultado esperado em contextos de aumento nas taxas de ocupação. No entanto, a diminuição do desemprego só foi acompanhada pelo aumento da ocupação nas RM de Recife e de São Paulo. Nas RM de Salvador e do Rio de Janeiro, a diminuição do desemprego foi acompanhada pela elevação da inatividade, conforme se pode observar na sequência da descrição dos dados.

De maneira geral, e conforme o esperado, as taxas de inatividade foram mais elevadas para o grupo dos 15-19 do que para o grupo dos 20-24 anos, nas quatro RM avaliadas, já que fazem referência a um segmento no qual a maior parte de seus membros está em idade escolar. Com relação ao diferencial por RM, a inatividade foi mais elevada nas RM do Rio de Janeiro, de Recife e de Salvador do que na RM de São Paulo, para ambos grupos avaliados (2002-2012) (Gráficos 7a e 7b).



Fonte: elaboração própria com base na PME (2002-2012) e Projeções da População (2013) - IBGE.

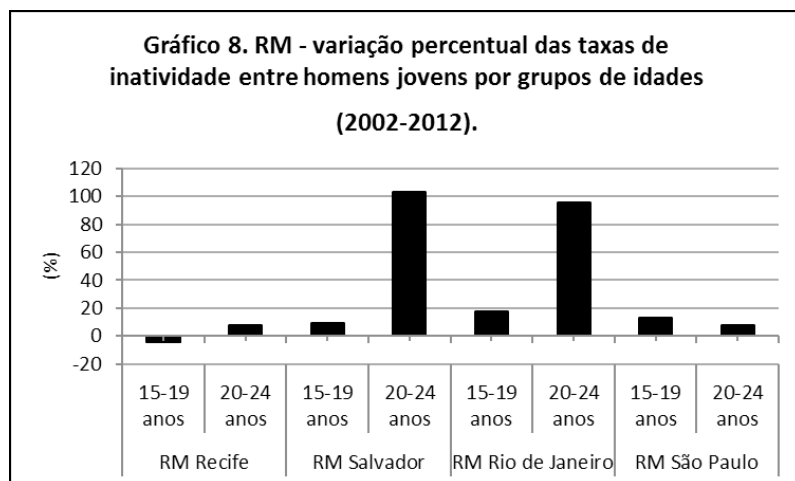


Fonte: elaboração própria com base na PME (2002-2012) e Projeções da População (2013) - IBGE.

A variação percentual da inatividade entre homens jovens foi positiva para os dois grupos avaliados nas RM de Salvador, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Na RM de Recife a variação foi positiva para o grupo dos 20-24 e negativa para o grupo dos 15-19 anos. Esse indicador destaca ainda o elevado aumento percentual das taxas de inatividade entre homens do grupo dos 20-24 anos nas RM de Salvador e do Rio de Janeiro (2002-2012) (Gráfico 8).

Salienta-se que na RM de São Paulo se observaram indicações de que a redução proporcional de jovens na população masculina foi acompanhada pela redução da pressão no mercado de trabalho para os grupos juvenis. É interessante notar que o aumento na ocupação e a diminuição no desemprego foram mais intensos justamente para o grupo dos 15-19 anos, o que mais decresceu no período, tanto em termos absolutos e quanto em termos relativos (Gráfico 8).

De fato, na RM de São Paulo foi registrado um aumento gradual nas taxas de ocupação e diminuição nas taxas de desemprego, com um aumento moderado nas taxas de inatividade (2002-2012). Esse parece ser um resultado conjunto da diminuição da pressão dos grupos jovens no mercado de trabalho e talvez de uma tendência de aumento da matrícula no ensino formal, tanto no ensino médio quanto no ensino superior, provavelmente em uma conjuntura estável de oportunidades de inserção social, no entanto, esse tipo de avaliação não constitui objeto desse trabalho.



Fonte: elaboração própria com base na PME (2002-2012) e Projeções da População (2013) - IBGE.

Na RM de Recife o comportamento das condições laborais correspondeu parcialmente ao esperado em um contexto de diminuição percentual da população juvenil masculina, já que as taxas de ocupação melhoram para os dois grupos avaliados (15-19 e 20-24 anos) e as taxas de desemprego diminuíram somente para o grupo dos 20-24 anos. Entretanto, o aumento das taxas de desemprego para o grupo dos 15-19 anos não ocorreu em função da diminuição da ocupação, mas sim em função de uma diminuição da inatividade, fato que pode estar ligado a uma estrutura social com menos oportunidades de inserção laboral e educacional e que poderia levar muitos jovens com idades entre 15-19 anos à busca por emprego, ao invés da busca por melhor qualificação.

Na RM de Salvador, onde a diminuição proporcional dos grupos juvenis foi mais intensa, as taxas de ocupação e de desemprego caíram ao mesmo tempo em que as taxas de inatividade aumentaram. Essa situação foi mais evidente no caso do grupo dos 15-19 anos, justamente aquele que mais decresceu no período. Talvez essa diminuição nas taxas de ocupação e de desemprego,

com aumento da inatividade, possa estar relacionada à vigência de programas públicos voltados à diminuição do trabalho infanto-juvenil e ao aumento nas taxas de matrícula escolar, constituindo-se como indicadores de melhoria no bem-estar social. No entanto, se a elevação dessas taxas está relacionada ao aumento na proporção de jovens que não estudam, não trabalham e tampouco buscam emprego, essa é uma conjuntura bastante preocupante.

Na RM do Rio de Janeiro se observa uma situação semelhante à observada na RM de Salvador, onde caíram as taxas de ocupação e de desemprego e se elevaram as taxas de inatividade, para os dois grupos observados. Porém, diferentemente do observado na RM de Salvador, essa situação se intensificou mais para o grupo dos 20-24 anos.

Do ponto de vista possibilitado pela explicação demográfica, somente na RM de São Paulo é que a diminuição da pressão dos grupos juvenis foi acompanhada pela melhoria dos indicadores de ocupação e de desemprego para os dois grupos avaliados, onde deveria ser esperado como resultado uma diminuição das taxas de homicídio entre homens jovens. Na RM de Recife essa relação pode ser observada especificamente para o grupo dos 20-24 anos. Já nas RM de Salvador e do Rio de Janeiro, onde o volume e o percentual de homens jovens declinaram de maneira mais significativa, as condições laborais não apresentaram indicações claras de melhoria, de maneira que o suposto demográfico não se aplica como regra para o conjunto de RM observadas.

1.3 - Homicídio juvenil masculino (2002-2012)

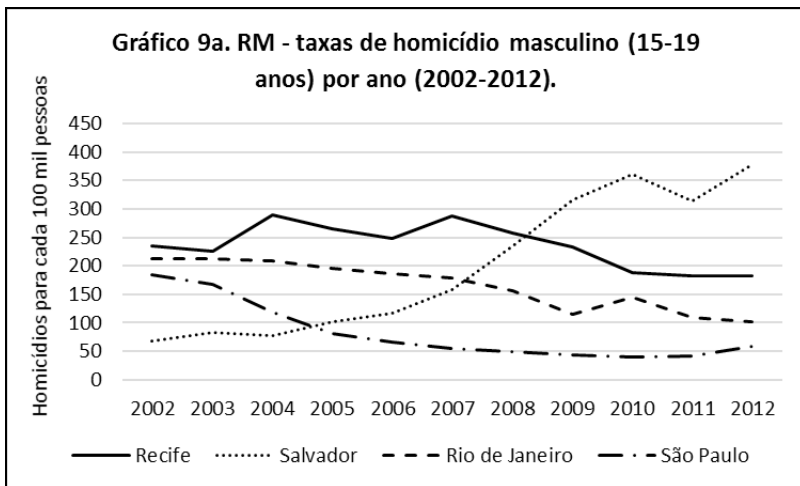
Nas RM de interesse, de forma geral, as taxas de homicídio juvenil masculino mantiveram-se mais elevadas para o grupo dos 20-24 anos, com exceção da RM de Salvador no final do período (2002-2012), quando a taxa do grupo dos 15-19 foi mais elevada (Gráficos 9a e 9b).

Os diferenciais nas tendências de evolução das taxas de homicídio juvenil masculino foram bastante relevantes no período (2002-2012) entre as RM avaliadas. Na RM de Recife, onde foram

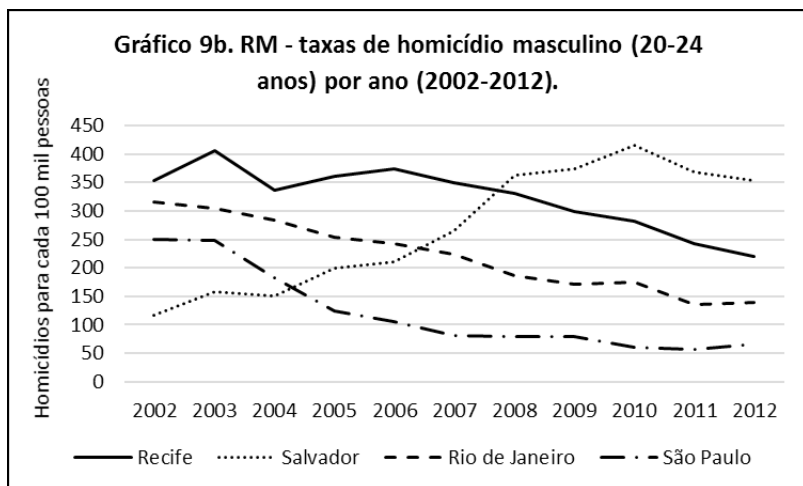
registradas as maiores taxas no início do período (2002-2007), observam-se significativas reduções, chegando ao final do período com taxas menores do que aquelas observadas na RM de Salvador (2008-2012) (Gráficos 9a e 9b).

Na RM de Salvador, onde foram registradas as menores taxas no início do período (2002 e 2003), foi observada uma intensa elevação, chegando ao final do período com as mais elevadas taxas de homicídio juvenil masculino dentre as RM avaliadas (2008-2012) (Gráfico 9).

Na RM do Rio de Janeiro foi registrada uma tendência decrescente das taxas de homicídio juvenil masculino, mantendo-se mais elevadas somente com relação aquelas observadas na RM de São Paulo, onde houve também declínio (Gráficos 9a e 9b).

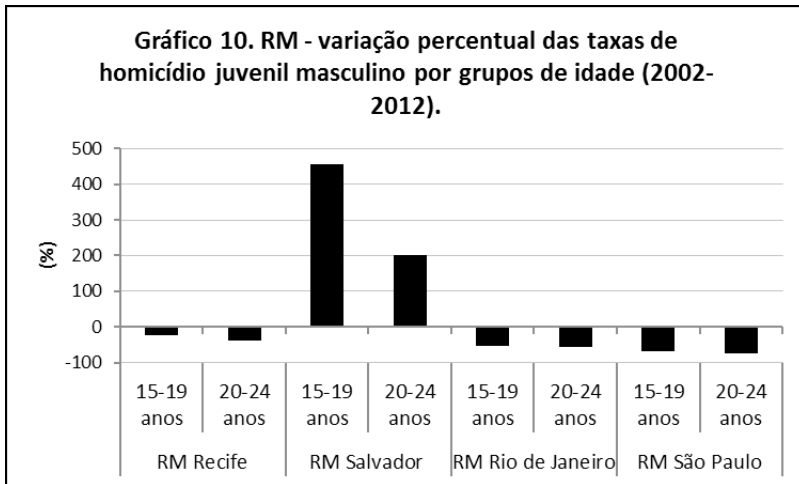


Fonte: elaboração própria com base nos dados do SIM/DATASUS/MS e Projeções da População (2013) - IBGE.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do SIM/DATASUS/MS e Projeções da População (2013) - IBGE.

Na RM de São Paulo foram registrados os maiores decréscimos nas taxas de homicídio juvenil masculino dentre as RM observadas, para os dois grupos avaliados. Na sequência os maiores decréscimos foram registrados para as RM do Rio de Janeiro e de Recife. Na RM de Salvador, entretanto, houve um acréscimo evidente, mais intenso para o grupo dos 15-19 do que para o grupo dos 20-24 anos (2002-2012) (Gráfico 10).



Fonte: elaboração própria com base nos dados do SIM/DATASUS/MS e Projeções da População (2013) - IBGE.

Nas RM de Recife, do Rio de Janeiro e de São Paulo, as taxas de homicídio juvenil masculino declinaram, em acordo com as tendências esperadas com relação ao decréscimo percentual de jovens na população masculina. No entanto, somente nas RM de São Paulo e de Recife a dinâmica de declínio absoluto e proporcional da população jovem foi acompanhada por melhorias nos indicadores de ocupação (2002-2012).

Na RM do Rio de Janeiro o decréscimo da população juvenil não foi acompanhado por melhorias nos indicadores de ocupação, ao contrário. Ademais, o desemprego diminuiu à custa de um aumento significativo da inatividade, em uma situação parecida com aquela observada na RM de Salvador. A diferença principal dos dados observados nessas duas RM é que as taxas de homicídio juvenil masculino diminuíram na RM do Rio de Janeiro e aumentaram na RM de Salvador. Essa diferença pode ser o resultado de distintas capacidades de absorção da população juvenil em sistemas públicos e particulares de ensino formal, além de outras oportunidades de inserção social, quando muito mais

jovens economicamente inativos poderiam estar estudando na RM do Rio de Janeiro do que na RM de Salvador.

2 – Discussão

Os resultados obtidos revelam que a dinâmica demográfica recente (2002-2012), caracterizada pela diminuição absoluta e proporcional da população jovem masculina, não tem sido necessariamente acompanhada por melhorias nas condições de ocupação laboral nas RM avaliadas. Da mesma forma, as taxas de homicídio juvenil masculino não apresentaram um decréscimo generalizado, como seria de se esperar segundo a perspectiva da onda jovem (ver Item 1).

A grande exceção é representada pela RM de Salvador, onde a diminuição absoluta e proporcional da população jovem masculina foi acompanhada tanto por uma diminuição das taxas de ocupação quanto por um aumento nas taxas de inatividade e por um intenso aumento nas taxas de homicídio. Salientam-se tendências diferenciais das dinâmicas social e demográfica entre as quatro RM avaliadas, fato que sugere a heterogeneidade desses processos e fenômenos segundo diferentes contextos (2002-2012).

Uma avaliação mais ampla do tema proposto revela que outros fatores, além da dinâmica demográfica e da evolução das condições de ocupação laboral, devem ser considerados nos processos de elevação/declínio das taxas de homicídio entre homens jovens em RM brasileiras, com destaque para processos como: a elevação das taxas de matrícula escolar e a tendência de diminuição do trabalho infanto-juvenil, as alterações no número de vagas de trabalho disponibilizadas, as campanhas de desarmamento e as políticas de segurança pública e de repressão ao crime.

Considerando exclusivamente as políticas de repressão ao crime, Sachsida e Mendonça (2014) avaliaram que a mesma estratégia tende a representar efeitos distintos sobre as taxas de homicídio em contextos particulares, fato que levou ao seguinte questionamento: o que funciona em São Paulo pode funcionar também na Bahia?

Da mesma maneira, outros fatores podem variar significativamente seu peso nas condições de ocupação laboral e nas tendências de elevação/decréscimo da violência juvenil homicida, segundo contextos sociais e demográficos diferenciados, de modo que se torna conveniente ponderar as influências de cada variável em situações específicas.

Muniz (2002), por exemplo, destaca a variabilidade representada pela evolução do mercado de trabalho em cada uma das RM brasileiras, independentemente da pressão demográfica exercida, de modo que as condições de ocupação laboral, para uma população qualquer, podem variar a partir da ocorrência de períodos de recessão ou de bonança econômica.

É necessário advertir que, embora reafirmada a significância dos indicadores socioeconômicos com relação à ocorrência de elevadas taxas de homicídio, essa é uma associação que não pode ser compreendida de forma unívoca ou linear (MINAYO, 2005), já que a despeito dos avanços⁶ sociais recentemente observados no Brasil (IBGE, 2013), as taxas de homicídio continuam se elevando em nível nacional.

3 - CONCLUSÕES

Conclui-se que a explicação demográfica para a elevação das taxas de homicídio juvenil masculino não se aplica ao conjunto de RM avaliadas, ainda que se mostre relevante nos casos particulares das RM de São Paulo e de Recife. Os resultados revelam que a dinâmica caracterizada pela diminuição absoluta e proporcional da população jovem não tem sido necessariamente acompanhada por melhorias nas condições de ocupação, desemprego e inatividade, nem tampouco por uma diminuição das taxas de homicídio, como era de se esperar segundo a perspectiva da onda jovem.

A partir desses resultados reconhece-se que a retração do volume da população juvenil masculina só será convertida em

⁶ Referência a avanços como a elevação da renda média *per capita* e da escolaridade, a redução do desemprego, da pobreza e da desigualdade.

melhores indicadores de ocupação e em uma menor pressão no contexto da competição entre indivíduos e, conseqüentemente, em menores taxas de homicídio, caso o mercado de trabalho apresente expansão ou ao menos estabilidade do número de vagas disponibilizadas. Desse modo, a equação esperada entre dinâmica demográfica, mercado de trabalho e melhorias nas condições de sobrevivência entre homens jovens não seria possível em todo e qualquer contexto social e econômico.

Perante o exposto, considera-se que além da dinâmica demográfica, da evolução das condições de ocupação e da variabilidade das vagas disponibilizadas pelo mercado laboral, outras variáveis, como a taxa de matrícula escolar, por exemplo, devem ser incluídas em suas relações com os processos de alterações nas taxas de desemprego e de inatividade e, conseqüentemente, com a tendência de alterações das taxas ocupação laboral e de homicídio.

Esse é um problema que deve ser analisado a partir de perspectivas atualizadas e complexas, avaliando-se as inter-relações entre mais diversos fatores e a variabilidade intrínseca de seus respectivos pesos em contextos sociais e econômicos específicos. Dessa maneira, conclui-se que a possibilidade de uma futura redução nas taxas de homicídio não está diretamente relacionada às tendências da dinâmica demográfica, como se fosse uma simples questão de tempo, já que a proporção e o volume absoluto de homens jovens tendem a diminuir durante as seguintes décadas no Brasil, tanto em nível nacional como em todas as RM brasileiras.

Referências

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, v. 4, n. 8, p. 84-135, 2002.

AIDAR, Tirza. **A face perversa da cidade**: configuração sócio-espacial das mortes violentas em Campinas nos anos 90. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003.

ARENDRT, Hannah (1985). **Da violência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

BERCOVICH, Alicia. **Onda jovem, mercado de trabalho e violência**: um enfoque demográfico. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2004.

BERCOVICH, Alicia; DELLASOPPA, Emilio; ARRIAGA, Eduardo. J'ad junte, mais je ne corrige pas: jovens, violência e demografia no Brasil. Algumas reflexões a partir dos indicadores de violência. In: BERQUÓ, Elza (Org.). **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: IPEA/CNPQ, 1998, p. 293-363.

BERCOVICH, Alicia; MADEIRA, Felícia. Descontinuidades demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1., 1990, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 1990.

BERCOVICH, Alicia; MASSÉ, Gladys. Descontinuidades demográficas, onda jovem e mercado de trabalho: uma comparação entre Brasil e Argentina. In: Congreso de la Asociación Latinoamericana de Estudios de Población, 1., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ALAP, 2004.

DOMENACH, Jean M. La violencia. In: Unesco. **La violencia y sus causas**, Nova York: Editorial de la Unesco, 1981, p 33-46.

EASTERLIN, R. **Birth and fortune**: the impact of numbers on personal welfare. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

FERREIRA, I. C. B.; VASCONCELOS, A. M. N.; PENNA, N. de A. Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2008.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. **Journal of peace research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

HIRATA, Helena. Salarizado, precariedade, exclusão. Trabalho e relações sociais de sexo-gênero: uma perspectiva internacional. In: OLIVEIRA, M. C. (Org.) **Demografia da exclusão social: temas e abordagens**. Campinas: Editora da Unicamp/Nepo, 2001, p. 105-118.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LIVI-BACCI, Massimo. 500 anos de demografia brasileira: uma resenha. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.1, p. 141-159, 2002.

MANETTA, A.; ALVES, J. E. D. Óbitos violentos e inflexão precoce na razão de sexo: Argentina e Brasil (2001-2011). **Revista Latinoamericana de Población**, n. 17, p. 83-106, 2015.

MATTA, Roberto da. As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: MATTA, Roberto da (Org.). **Violência brasileira**, 1982, p. 14-28.

MERRICK, T. W.; GRAHAM, D. H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil de 1800 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

MICHAUD, Yves (1986). La violence. Presses Universitaires de France. Paris (1986).

MINAYO, M. C. de S. Violência um problema para a saúde dos brasileiros. In: Brasil. Ministério da Saúde, **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005, p. 9-33, 2005.

MUNIZ, J. O. As descontinuidades demográficas exercem efeitos sobre o mercado de trabalho metropolitano de jovens? **Revista Brasileira de Estudos da População**, v.19, n.2, p. 65-98, 2002.

OLIVEIRA, M. C.; PINTO, L. G. Exclusão social e demografia: elementos para uma agenda. In: OLIVEIRA, M. C. (Org.) **Demografia da exclusão social: temas e abordagens**. Campinas: Editora da Unicamp/Nepo, 2001, 12-58 p.

SACHSIDA, A.; MENDONÇA; M. J. C. de. Combatendo os homicídios no Brasil: o que funciona em São Paulo funciona na Bahia. In: IPEA. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro: IPEA, n. 1979, 2014, p. 11-40.

SOUZA, Edinilsa R. de; LIMA, Maria L. C. de. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, 2006.

SWANSON, D.; SIEGEL, J. S. **The methods and materials of demography**. San Diego: Academic Press, 1976.

VELHO, Gilberto. O desafio da violência. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 39, p. 56-60, 2000.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil**. Brasília: FLACSO, 2014.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007.

A ambivalência do pensamento de José Leite Lopes sobre Desenvolvimento em “Ciência e Libertação”¹

*Alcides Eduardo dos Reis Peron*²

*Tildo Furlan*³

Resumo: Dotado de uma exuberante biografia, José Leite Lopes viveu e protagonizou o processo de institucionalização da ciência no Brasil e nos países latino-americanos. Assim, o objetivo desse artigo é realizar uma breve investigação acerca do pensamento em Ciência, Tecnologia e Sociedade desenvolvido pelo físico, atentando para o momento em que as suas observações se aproximam das realizadas pelo PLACTS (Pensamento Latino Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade). Para tanto, exploraremos as principais características do PLACTS, destacando a essência do pensamento de Leite Lopes. A partir disso, nos debruçaremos sobre as perspectivas de Celso Furtado acerca do desenvolvimento subordinado e subdesenvolvimento para analisarmos as posições de Leite Lopes.

Palavras-Chave: José Leite Lopes; Pensamento Latino Americano em Ciência Tecnologia e Sociedade; Desenvolvimento

The ambivalence of José Leite Lopes' thinking on development in the book “Ciência e Libertação”

Abstract: Endowed with an exuberant biography, José Leite Lopes lived and starred in the process of institutionalization of science in Brazil and Latin American countries.

¹ Recebido em 03/05/18 e aprovado em 13/06/18.

² Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp, pesquisador do Grupo de Análise de Políticas e Inovação DPCT-UNICAMP (GAPI) e do Grupo de Estudos em Tecnologias de Defesa e a Evolução do Pensamento Estratégico (GETED). E-mail: dudperon@gmail.com

³ Doutorando pelo Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp. E-mail: tildo.furlan@hotmail.com

Thus, the purpose of this article is to carry out a brief investigation about the thought in Science, Technology and Society developed by the physicist, considering the moment in which his observations are close to those realized by PLACTS (Latin American Thinking in Science, Technology and Society). To do so, we will explore the main characteristics of PLACTS, highlighting the essence of Leite Lopes' thinking. Based on this, we will focus on Celso Furtado's perspectives on subordinate development and underdevelopment to analyze Leite Lopes's positions.

Keywords: José Leite Lopes; Latin American Thinking in Science, Technology and Society; Development

La ambivalencia del pensamiento de José Leite Lopes sobre Desarrollo em “Ciência e Libertação”

Resumen: Dotado de una exuberante biografía, José Leite Lopes vivió y protagonizó el proceso de institucionalización de la ciencia en Brasil y en los países latinoamericanos. El objetivo de este artículo es realizar una breve investigación acerca del pensamiento en Ciencia, Tecnología y Sociedad desarrollado por el físico, atentando para el momento en que sus observaciones se aproximan a las realizadas por el PLACTS (Pensamiento Latinoamericano en Ciencia, Tecnología y Sociedad). Para ello, exploraremos las principales características del PLACTS, destacando la esencia del pensamiento de Leite Lopes. A partir de eso, nos ocuparemos sobre las perspectivas de Celso Furtado acerca del desarrollo subordinado y subdesarrollo para analizar las posiciones de Leite Lopes.

Palavras-Clave: José Leite Lopes; Pensamiento Latinoamericano en Ciencia, Tecnología y Sociedad; desarrollo.

Introdução

Em seu livro “Ciência com Consciência”, Edgar Morin (1982) se propõe a discutir o caráter ambivalente da ciência, a qual em sua gênese fundamenta-se como fenômeno libertador do pensamento humano, extirpando o obscurantismo e as formas de poder a ele relacionadas, e reposicionando a razão como centro das relações humanas. Contudo, observando-a em sua manifestação contemporânea após sua institucionalização como estandarte do moderno, Morin apresenta a sua faceta mais tenebrosa: uma cristalização das relações de poder e da ideologia de uma sociedade marcada por uma profunda divisão de classes. Travestida de razão

libertadora, e justificada por um método sanitizante de qualquer subjetivação política, a ciência e a razão positivista teriam sido responsáveis por diversas atrocidades do século XX, como o desenvolvimento de armamento nuclear, segregação racial e a falência da bioética.

A Morin interessava, então, explicitar a importância do cientista em investigar a trajetória histórica da ciência e da tecnologia, compreendendo as suas determinações políticas, o que conferiria consciência à ciência, seja de seus limites éticos, seja dos seus efeitos sobre a sociedade. Nesse espírito é que os trabalhos de José Leite Lopes tomam forma, como uma tentativa de conferir importância política à trajetória e aos rumos da ciência e da tecnologia produzida no contexto econômico dos países subdesenvolvidos. De modo geral, Leite Lopes acreditava em um potencial emancipador da ciência para os países periféricos, o qual governaria um processo de desenvolvimento econômico fundamental para a supressão das mazelas inerentes ao capitalismo periférico.

Sem perder de vista as peculiaridades históricas que balizaram os rumos econômicos dos países periféricos para uma condição de subdesenvolvimento, e ciente das características específicas da política de ciência e tecnologia que orientaram o desenvolvimento econômico dos países centrais, Leite Lopes afirma a necessidade em proceder com um processo modernizador que confira maior atenção à produção independente e a autonomia da ciência nesses países. Escrevendo em meados da década de 60, e protagonista dos projetos que ajudaram a consolidar as atividades de pesquisa científica no Brasil durante o auge do período desenvolvimentista militar, o físico Leite Lopes faz coro com uma série de outros cientistas de sua época que buscavam atentar para a importância em se consolidar instituições e condições mínimas para o desenvolvimento científico no Brasil.

Aproximando-se de uma visão idealista da ciência, que em muito se refere aos imperativos “mertonianos” de universalidade e socialismo, Leite Lopes afirma que um povo permanece subdesenvolvido no momento em que é incapaz de obter, adotar

e aplicar os resultados das pesquisas científicas em benefício próprio. De certo modo, ele fundamenta uma crítica ao processo de desenvolvimento econômico-industrial verificado no período, o qual, intensivo em exportações, e dependente dos resultados das pesquisas científicas realizadas no exterior, conformaria uma industrialização dependente, e subjugada aos métodos modernos de exploração e dominação colonial (LOPES, 1969:14).

Dotado de uma exuberante biografia, Leite Lopes viveu e protagonizou o processo de institucionalização da ciência no mundo e principalmente nos países latino-americanos. O que torna o seu pensamento um importante objeto de estudos para compreensão dos atuais rumos da Política Científica e Tecnológica no Brasil.

Nesse sentido, em muito suas observações sobre o desenvolvimento científico brasileiro se aproximam do denominado Pensamento Latino Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS), que ao longo da segunda metade do século XX conformou uma poderosa crítica ao modelo de desenvolvimento industrial pela região. Logo, o objetivo desse artigo é realizar uma breve investigação acerca do pensamento em Ciência, Tecnologia e Sociedade desenvolvido pelo físico Leite Lopes, atentando para o momento em que as suas observações se aproximam das realizadas pelo PLACTS. Todavia, tanto no pensamento de Leite Lopes, como no do próprio PLACTS, há limitações sobre a relação entre Ciência e Desenvolvimento, os quais pretendemos também investigar ao longo desse artigo. Para tanto, exploraremos as principais características do PLACTS, a partir dos trabalhos de Renato Dagnino e Rafael Dias, buscando nesse processo, destacar as características do pensamento de Leite Lopes a respeito das ideias de desenvolvimento, liberdade e autonomia. A partir dessas considerações, nos debruçaremos sobre as perspectivas de Celso Furtado a respeito da relação entre desenvolvimento subordinado e subdesenvolvimento para estabelecer um parâmetro crítico acerca das posições de Leite Lopes.

A identidade entre o Pensamento de Leite Lopes e o PLACTS

Um homem apaixonado. É assim que as pessoas mais próximas ligadas a Leite Lopes o definem. Suas paixões pela ciência e pela cultura fizeram com que se transformasse em um físico teórico de renome internacional, e também em uma pessoa bastante atenta aos problemas que a atividade científica enfrentava no Brasil.

O físico sempre lutou pela divulgação da ciência entre os jovens, de forma a estimular o surgimento de novos talentos no país. Foi um dos nomes mais importantes nos bastidores do processo de institucionalização da ciência no Brasil, por exemplo, ao desempenhar papel fundamental juntamente com César Lattes e com o apoio do Ministro João Alberto Lins de Barros, de Nelson Lins de Barros e de Henry British Lins de Barros, na criação, em janeiro de 1949, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e, em 1951, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Participou, a convite de Darcy Ribeiro, da criação do Instituto de Física da Universidade de Brasília. Foi responsável ainda pela fundação da Escola Latino Americana de Física (ELAF) e do Centro Latino Americano de Física (CLAF).

Leite Lopes formou-se em Química Industrial na Escola de Engenharia de Pernambuco em 1939 e no ano seguinte mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar Física na Faculdade Nacional de Filosofia. Em seguida recebeu uma bolsa para trabalhar na Universidade de São Paulo, onde assistiu aos cursos de professores como Gleb Wathagin e Mario Schenberg. Entre 1944 e 1945 doutorou-se na Universidade de Princeton sob a orientação de Wolfgang Pauli, ganhador do Prêmio Nobel de Física em 1945 e lá conheceu e manteve contato com Albert Einstein. Em seguida tornou-se catedrático em Física Teórica e Superior da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Exilou-se do país em 1969, após ser aposentado compulsoriamente pelo AI 5 e retornou definitivamente ao Brasil somente em 1986 ao ser nomeado diretor científico do CBFP, quando Renato Archer assumiu a pasta do ministério de C&T no contexto da redemocratização.

O trabalho de maior destaque de Leite Lopes é um artigo publicado em 1958 na revista *Nuclear Physics*, um periódico holandês, no qual o autor propõe a existência de um bóson vetorial neutro, uma partícula que somente foi detectada muitos anos mais tarde, o chamado Z^0 . Esse trabalho é considerado precursor da unificação das teorias da interação eletromagnética e da teoria da interação fraca que hoje fazem parte da teoria da interação eletrofraca.

César Lattes destacava que embora Leite Lopes tenha sido o primeiro a sugerir tal unificação, “passo da maior importância no esforço do conhecimento da matéria fundamental”, esse feito foi creditado a Steven Weinberg, Abdus Salam e Sheldon Glashow, lhes valendo em conjunto o Prêmio Nobel de Física de 1979. A descoberta de Leite Lopes foi brevemente mencionada no discurso na cerimônia de entrega do Prêmio, Weinberg apenas agradeceu o físico brasileiro, desculpando-se posteriormente ao dizer que não havia tomado conhecimento do artigo do brasileiro, o qual tinha sido publicado vinte anos antes (FREIRE JR e CLEMENTE, 2006).

O fato de Leite Lopes ter trabalhado com grandes nomes da ciência e ocupado postos de destaque em grandes centros universitários e de pesquisa ao redor do mundo, contribuiu para a sua formação não apenas como físico, mas também foi decisivo para moldar sua percepção sobre a relevância da ciência para o desenvolvimento dos países centrais e sobre a importância dos investimentos em ciência, na formação de cientistas, na institucionalização da atividade científica e na criação de infraestrutura para o seu funcionamento. Nesse sentido, concluiu que as trajetórias científicas e tecnológicas desses países eram elementos fundamentais na constituição do poder político, econômico e militar que detinham. Essa visão pode ser relacionada às ideias contidas no conhecido relatório *Science The Endless Frontier* de Vannevar Bush, cujo grande legado foi o fortalecimento da ideia de que os investimentos em pesquisa básica permitiriam descobertas que seriam objeto de pesquisas aplicadas, que gerariam inovações tecnológicas e que, por sua vez, gerariam desenvolvimento econômico (STOKES, 2005, p. 27).

Segundo Stokes (2005) Bush resumiu suas proposições em duas afirmações: a) “a pesquisa básica é realizada sem se pensar em fins práticos”; b) “a pesquisa básica é precursora do progresso tecnológico”. Dessa forma, se a pesquisa básica for feita livre de “considerações prematuras sobre sua utilidade”, se transformará em um poderoso instrumento criador de progresso tecnológico à medida que o conhecimento gerado por ela se transformar em inovação tecnológica capaz de atender às demandas da sociedade, sejam elas econômicas, de defesa, de saúde, ou sociais. A ideia de Bush continha também, segundo Stokes, um elemento adicional: para Bush, quem investisse em ciência básica obteria um retorno equivalente em tecnologia à medida que os avanços da ciência fossem convertidos em inovações tecnológicas pelos processos de transferência de tecnologia (STOKES, 2005, p.19).

O envolvimento de Leite Lopes nos processos políticos de criação das grandes instituições científicas brasileiras é ao mesmo tempo fruto da experiência que adquiriu nos anos de trabalho no exterior e resultado de sua personalidade perspicaz e diplomática, que o permitia nutrir bons relacionamentos com atores da esfera política e também ser respeitado pela burocracia. Ao participar desses processos Leite Lopes percebeu importantes singularidades da política científica e tecnológica brasileira e também latino-americana. Em suas palavras, o papel desempenhado pelo “[...] exercício da ciência é indispensável ao desenvolvimento econômico e este desenvolvimento é imprescindível à verdadeira independência e ao florescimento da cultura” (LOPES, 1958, p. 96).

Em 1963, quando discursou em Genebra na Conferência Internacional da ONU sobre as Aplicações da Ciência e da Tecnologia às Áreas menos Desenvolvidas, Leite Lopes defendeu que “países em via de desenvolvimento necessitam de uma tecnologia local”. Por tecnologia local queria dizer:

Uma rede de institutos, em número conveniente, equipados com homens treinados e com equipamento para assessorar a indústria nacional, resolver os seus problemas técnicos, vários dos quais são específicos

daquele país; institutos dotados de cientistas em contínuo trabalho de pesquisa pura e aplicada (LOPES, 1987, p. 142).

Essa visão se relaciona com a perspectiva progressista dos anos 1960 e 1970, segundo a qual o desenvolvimento econômico brasileiro só se concretizaria de forma plena com o estabelecimento de uma indústria de bens de capital nacional. Mais do que isso, tal perspectiva se identifica com a ideia de que o progresso científico e tecnológico nacional – a partir da institucionalização da ciência brasileira nos padrões e moldes internacionais, de forma que os projetos de pesquisa estivessem alinhados com os grandes temas da ciência mundial, respeitando os parâmetros da “Big Science” – seria capaz de emancipar o Brasil da dominação política dos países centrais.

Um exemplo marcante do ativismo político de Leite Lopes, no sentido de inserir na agenda de pesquisa brasileira temas que estavam sendo pesquisados nos centros de excelência ao redor do mundo, foi a sua luta pela implantação de programas voltados à energia nuclear no Brasil. Importantes descobertas nessa área permitiriam o desenvolvimento da ciência básica de modo a dar origem a aplicações práticas. Para justificar a necessidade de pesquisas no campo da energia nuclear, Leite Lopes afirma, ao discorrer sobre o esgotamento das fontes energéticas tradicionais em meados do século XX, que “não é sem razão que os países altamente desenvolvidos, dotados, em abundância, de fontes clássicas de energia, buscam atualmente, em tempo acelerado, desenvolver os trabalhos de investigação científica e de aplicação relativos à energia atômica”. Segundo sua visão, seria fundamental para os países em desenvolvimento considerar os efeitos positivos das descobertas nesse campo para a “sobrevivência do progresso industrial” (LOPES, 1958, p. 92).

Leite Lopes e o Placts

Esses e outros temas alinham-se sistematicamente com uma forma de pensar a relação entre ciência, tecnologia e sociedade que despontou na segunda metade do século XX e cujos autores integram um grupo denominado – PLACTS. Segundo Dias (2008) – em uma visão partilhada também por Dagnino (2015), e Auler e Delizoicov (2015) – o PLACTS é resultado de um duplo movimento: por um lado foi uma resposta a movimentos sociais que expressavam o descontentamento e a crescente desconfiança da sociedade em relação a distintos problemas, dentre os quais, aqueles ligados à ciência e a tecnologia; por outro lado foi uma resposta da comunidade de pesquisa latino-americana insatisfeita com as recomendações de organismos internacionais como a UNESCO, o BID e a OEA que “apresentavam uma estreita relação com a visão linear da relação entre ciência, tecnologia e desenvolvimento, presente no Relatório Bush” (DIAS, 2008).

Ao mesmo tempo em que se desenvolveu o PLACTS, surgiram outros dois grupos que tinham como objetivo analisar as relações CTS. Dias (2008) resgata essas vertentes:

Como resposta acadêmica à agitação social das décadas de 1960 e 1970 surge, na Europa, a corrente dos Estudos da Ciência e da Tecnologia. Nos EUA, fora da academia surge outra corrente, a CTS. Ambas essas correntes apresentavam como enfoque central uma perspectiva crítica em relação à visão clássica da ciência, essencialista e triunfalista (DIAS, 2008, p. 2).

As preocupações que estavam presentes nos EUA e na Europa também podiam ser encontradas na América Latina, porém com algumas especificidades que acabaram dando forma ao PLACTS. No entanto, a despeito de tais particularidades, “as três vertentes do campo CTS surgem simultaneamente e como resultado da percepção de que a concepção tradicional a respeito da ciência e da tecnologia era insuficiente” (DIAS, 2008).

Leite Lopes é considerado um dos nomes de destaque entre os autores envolvidos no PLACTS. Assim como ele, os principais autores que são considerados membros do deste grupo tem suas formações originárias nas ciências duras e nas engenharias: Amílcar Herrera, Jorge Sábato e Oscar Varsavsky.

Dias (2008) resgata Kreimer & Thomas (2004) que caracterizam o PLACTS como pertencentes à segunda de três grandes áreas temáticas existentes dentro dos estudos CTS na América Latina nos anos 1960 e 1970: a abordagem histórica; a abordagem política; e a abordagem sócioantropológica. Da mesma forma, este autor destaca Vaccarezza (2004) que afirma serem alguns dos traços mais marcantes do PLACTS: seu caráter original e autônomo e a sua coerência ao ressaltar a dinâmica estrutural do atraso da América Latina. Finalmente, tem-se a visão de Dagnino et al (1996) que busca destacar o conteúdo político das contribuições do PLACTS.

Algumas das características do pensamento de Leite Lopes que podem ser identificadas com os ideais do PLACTS, que mesmo que não tenha havido um reconhecimento de forma explícita por parte do autor, estão relacionados ao seu entendimento sobre o papel da produção científica na conquista da autonomia e da independência nacional. Conforme destacado, ao perceber a relevância da ciência para o desenvolvimento dos países centrais, Leite Lopes acreditava ser fundamental o fortalecimento da atividade científica nacional para o progresso econômico brasileiro. Essa leitura é fortemente relacionada à forma como o PLACTS entende o enfoque da cadeia linear de inovação, que implica a necessidade de um projeto nacional para a superação dos obstáculos histórico-estruturais impostos pelo subdesenvolvimento (DIAS, 2008).

Assim, para o PLACTS, os elementos relevantes são representados pelos obstáculos estruturais historicamente determinados, tais como a distribuição de renda e as relações de dependência, internas e externas. Dentro da concepção do PLACTS, portanto, para que o modelo da cadeia linear de inovação possa

se concretizar na prática seria necessária a superação dos obstáculos estruturais relacionados à condição periférica por parte dos países da América Latina (DIAS, 2008, p. 4).

Leite Lopes acreditava que os cientistas devem se preocupar “com o problema da educação básica e não devem ficar em seus castelos de marfim” (CARUSO, 1998, p. 47). Sustentava que era preciso fazer com que fosse despertado nos jovens o gosto pela ciência, por meio, por exemplo, da ida de cientistas e pesquisadores às escolas do ensino médio. Para Leite, essa também era uma missão da universidade pública.

Os Limites do Pensamento de Leite Lopes para o Placts

Apesar de toda importância que o trabalho de Leite Lopes teve para a construção das instituições para a difusão da ciência que hoje condicionam as estruturas de pesquisa nas universidades e em demais ambientes, é possível identificar em seu pensamento concepções pouco estruturadas acerca de determinados conceitos. Dentre eles, podemos destacar as suas ideias acerca de desenvolvimento econômico e autonomia política, bem como uma interpretação cravejada por uma ideologia “linearista” da ciência e da relação empresa-universidade e produção científica. Torna-se assim, fundamental discutir essas perspectivas, uma vez que, os apontamentos aqui realizados acerca do pensamento de Leite Lopes podem ser facilmente direcionados também ao PLACTS.

Ao longo de seu Livro, “Ciência e Libertação”, Leite Lopes defende a necessidade de estimular a produção de um modelo de pesquisa e ciência que respeite as particularidades locais – que busque responder a demandas e resolver problemas locais, característicos de economias subdesenvolvidas – em um momento de grande crescimento e diversificação tecnológica verificados nas décadas de 60 e 70. Ademais, o autor busca explicitar como o progresso científico não aconteceu de forma homogênea pelo mundo, intensificando as disparidades entre o progresso

econômico dos países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Em grande medida, o desenvolvimento científico e tecnológico dos países de terceiro mundo estaria em conflito com os interesses e privilégios das tradicionais elites dominantes (LOPES, 1969, p. 14).

A importância em atentar para esse problema naquele momento residia no fato de que, em grande medida, os anos do “Milagre Econômico” caracterizaram-se por uma intensa participação do Estado administrando os investimentos em grandes obras, mas principalmente pelo fato de que se buscava consolidar a indústria de bens de capital no país a partir de maciças importações de bens de elevada complexidade tecnológica. As tecnologias importadas, as quais Leite Lopes é consciente de que foram desenvolvidas em um contexto específico para atender a problemas locais, conformariam toda uma estruturação da indústria nacional e conseqüentemente poderiam se tornar incompatíveis com as técnicas e a organização socioeconômica regional, atenuando a dependência tecnológica, e a condição de passividade da produção nacional de conhecimento.

A grande maioria dos cientistas e admiradores das nações desenvolvidas, mesmo os mais liberais, continua a sustentar a tese de que aquilo que os países subdesenvolvidos devem fazer é comprar (como em um supermercado) as tecnologias e indústrias necessárias a seu desenvolvimento. Ignoram, assim, que sustentam a manutenção da dependência dos países do Terceiro Mundo em relação aos avançados, dessa vez não mais com vice-governadores ou tropas de ocupação, mas através da dependência mais sutil do conhecimento científico, das tecnologias aperfeiçoadas e, inclusive, de manuais de ensino e métodos de educação, elaborados nas universidades e laboratórios de grandes potências (LOPES, 1969, p. 25).

Em um momento muito específico da industrialização brasileira, Leite Lopes comunga com a ideia de desenvolvimento econômico a partir da consolidação de forças produtivas capitalistas

por meio da industrialização, um diagnóstico realizado pela CEPAL em meados dos anos 50, e que governou as políticas das economias regionais desde então. Subentende-se nessa visão, que o processo de globalização, e a vinda de empresas multinacionais aos países em desenvolvimento seria suficiente para alavancar a produção regional de conhecimento científico. Todavia, como os demais autores do PLACTS, ele consegue identificar a problemática inerente a esse processo industrializador, a construção de uma dependência tecnológica de longo prazo com os países desenvolvidos mascarada de progresso e crescimento econômico. Nesse caso ele observa que, ao longo desse processo houve uma reticência muito grande das empresas multinacionais em conferir a devida autonomia às subsidiárias nacionais a desenvolver pesquisas e novas tecnologias regionalmente – a partir, por exemplo, da abertura de laboratórios nos países que se estabeleceram – o que deslegitima um projeto industrializador para superar a condição de subdesenvolvimento que não se predisponha a mobilizar o aparato científico nacional.

Segundo o autor, a ciência e a tecnologia deveriam ser estimuladas a florescer dentro dos países subdesenvolvidos, em um processo mútuo de cooperação entre empresas multinacionais, universidades e institutos de pesquisa nacionais, mas sempre preservando a autonomia e o poder de decisão nacional. Isso preveniria, por exemplo, a emigração de cientistas e engenheiros nacionais para suprir as necessidades das universidades nas grandes potências. Portanto, para além do papel chave em conduzir o processo industrializador, o Estado teria como principal obrigação, formular e decidir sobre os programas educacionais e institutos científicos, o que garantiria o progresso e a manutenção da soberania nacional (LOPES, 1969, p. 22-25).

A preocupação de Leite Lopes era garantir que o projeto de desenvolvimento incorporasse a dinamização da Ciência e da Tecnologia nacionais, e ao apresentar essas recomendações acerca da organização da disposição da ciência nos países subdesenvolvidos, a todo o momento o autor estabelece uma comparação entre a trajetória de PCT dos países desenvolvidos e a dos países em desenvolvimento. Uma das suas afirmações

iniciais, o autor considera como principal elemento diferenciador entre países desenvolvidos e em desenvolvimento o fato de que esses primeiros teriam reconhecido de antemão a importância da pesquisa científica para a construção do desenvolvimento econômico e progresso da civilização, e isso teria sido determinante para que esses países se adiantassem na exploração das reservas e riquezas naturais mundiais.

Nesse mesmo espírito, Leite Lopes expõe categoricamente que o desejo dos países de Terceiro Mundo seria “de um desenvolvimento sem perda de identidade nacional, de um desenvolvimento sem perda nem abdicação do poder de decisão, de um desenvolvimento sem imposições, controles nem dominações de caráter neocolonialista” (LOPES, 1969, p. 18). O estímulo à produção científica nacional, seria uma forma de construir uma independência econômica e política nacional, e garantiria um ritmo de progresso tecnológico e civilizacional independente dos ditames das economias centrais, de certa forma, a ciência autônoma aqui, seria sinônimo de liberdade.

Diante dessas concepções de Leite Lopes, muitas das quais são extremamente próximas às do PLACTS – como a ideia de que assumpção de tecnologias importadas, e o não desenvolvimento autônomo da ciência, comprometerem os países latino americanos com uma aliança dependente dos países centrais – é fundamental destacar como elas são válidas para estabelecer uma compreensão crítica acerca dos projetos de desenvolvimento em um determinado período histórico, não dimensionando a complexidade da discussão acerca da relação entre Ciência, Tecnologia e subdesenvolvimento. A consequência disso é o entusiasmo do autor em sugerir projetos para a promoção da educação básica, ciência e tecnologia, os quais necessariamente se traduziriam em inovações que, apropriadas pelas grandes empresas as tornariam mais competitivas, e isso alavancaria o desenvolvimento econômico nacional. Isso ocorre, pois, em vários momentos o autor assume a ciência como um fenômeno neutro em nossa sociedade, além de aceitar uma ideia de “desenvolvimento econômico possível” dentro do engessamento político do capitalismo.

Assim, é possível estabelecer uma crítica ao pensamento sobre Ciência, Tecnologia e sociedade do autor, em três dimensões: a sua percepção acerca de Ciência, a sua defesa inconsciente de um projeto ofertista-linear acerca da ciência e do desenvolvimento, e finalmente acerca da sua crença em uma superação da condição de subdesenvolvimento dentro das estruturas do capitalismo.

No que concerne à visão de Leite Lopes sobre ciência, destaca-se o fato de ser profundamente arraigado a uma ideia de linearidade da trajetória e neutralidade de seus conteúdos e determinações, o que acaba por comprometer os diagnósticos e propostas de política. Segundo Leite Lopes:

(...) a ciência é neutra – ao menos as chamadas ciências exatas e da natureza – neste sentido que ela não impõe regras sobre como aplicarem-se os resultados encontrados nos laboratórios e gabinetes. A ciência busca a interpretação e correlação dos processos que ocorrem no Universo, em todas as escolas, desde a estrutura cosmológica do espaço físico até a descrição das partículas fundamentais da matéria. Ela procura compreender os mecanismos da vida, a constituição, a origem e a idade dos astros, ela edifica teoremas matemáticos sobre postulados que se bastam a si mesmos em sua coerência lógica e em seu poder de sugestões e intuição criadora (LOPES, 1969, p. 64).

Nesse sentido, Lopes expõe a ciência como um fenômeno alheio às pressões políticas, atentando para as características do seu método, a ciência seria uma espécie de prática meramente laboratorial, interpretativa e descritiva da natureza, revelando a sua coerência lógica. Essa visão da ciência como um esforço alheio à política e às relações humanas há muito tempo já foi colocada em xeque, uma vez que as diversas escolas dos estudos sociais da ciência têm cumprido um importante papel de reflexão sobre a forma como atuam os próprios cientistas e como se estrutura o campo científico. A “ousadia” em questionar a separação entre as ciências e a sociedade é uma forma de denunciar àqueles que

buscam afirmar o ideal de uma ciência pura, e mesmo de defini-la como um projeto social como todos os demais: não mais racional, universal, ou à parte dos problemas mundanos do que qualquer outro (STENGERS, 2002, p. 11). A partir das análises, o cientista estaria sujeito a pressões internas e externas que operam no campo científico, o que desmonta o discurso da blindagem ideológica e da promoção de uma única racionalidade, baseada no discurso da objetividade e do excepcionalismo científico.

A tendência de proclamar a ciência como “senhora da verdade”, inatingível pelas críticas, remonta ao século XVII, principalmente os trabalhos de René Descartes, com a consolidação do que pode ser chamado de ciência moderna, algo muito distinto daquela visão romântica da ciência que Lopes apresenta em “Ciência e Libertação”. Esse movimento intensificou-se ainda mais com a ascensão do positivismo científico, na primeira metade do século XIX, posição que ganha força especialmente no início do século XX. Segundo Mészáros (2004, p. 245),

Talvez a mais eficaz das maneiras pela qual os compromissos de valor são apresentados com a pretensão de neutralidade e incontestável objetividade seja o apelo à autoridade da ciência, em cujo nome a adoção de certas medidas e cursos de ação é recomendada.

Por um lado, a própria ciência assume diferentes funções de confrontação e rupturas intelectuais e ideológicas. A ascensão da ciência positivista foi essencial para romper com o controle ideológico obscurantista, numa tentativa de emancipação humana aliada ao progresso técnico, já que o controle exercido se mostrava como um freio real aos possíveis desenvolvimentos produtivos à própria razão. A ciência contribuiu enormemente para a prevalência do movimento do Iluminismo sobre os sistemas governamentais absolutistas e para seu próprio desenvolvimento posterior, simbolizado pelas Revoluções Industriais, o que resultou no nascimento de uma relação entre ciência, tecnologia e

indústria, base para a realização das potencialidades produtivas da sociedade numa escala anteriormente inimaginável (MÉSZÁROS, 2004, p. 246). Por outro lado, a promessa de que a ciência seria capaz de superar as contradições e as desigualdades através de sua disseminação na sociedade, mostrou-se uma falácia, pois a própria lógica do sistema capitalista, construído nas bases iluministas, das revoluções burguesas, é a de apropriação privada, de modo que a produção científica foi cooptada e a ela foram impostos os mesmos imperativos que guiam a busca por valorização do capital nessa lógica para a atividade científica.

Desse modo, não se pode afirmar que a ciência seja um fenômeno neutro. Como Dagnino (2008) e Bourdieu (2004) apresentam, a pesquisa e o “Campo Científico” são espaços profundamente influenciados pelas condições econômicas, pelas virtudes e valores de determinadas elites, pelas condições políticas de um determinado contexto histórico, o que afeta diretamente as orientações e os resultados científicos.

Como uma consequência da sua percepção acerca da neutralidade da ciência, Leite Lopes acredita em uma visão ofertista-linear da ciência, algo muito próximo da visão lúdica e oportuna de ciência que se desenvolveu no pós-guerra estadunidense. Com o fim dos conflitos em 1945, os cientistas têm a intenção de dar continuidade à atividade de pesquisa básica, em larga escala, preservando o seu *status*. Desse modo, fortalecendo essa ideia de promover a pesquisa básica nas universidades, desenvolve-se o relatório *Science the Endless Frontier*, elaborado pelo então diretor do *Office Defense Research Council*, Vannevar Bush, no qual se destaca a pesquisa científica como sendo a base para a edificação de uma economia e sociedade fortes e desenvolvidas e, portanto, à ciência deveria ser dada a mesma atenção durante os períodos de paz que nos períodos de guerra (DIAS & DAGNINO, 2006). É com base nessa percepção, extremamente conveniente aos interesses hegemônicos dos EUA que se desenvolve uma visão ofertista-linear da ciência, cujo investimento privado e estatal em educação e ciência básica necessariamente se traduziria em inovações tecnológicas, benefícios sociais, e se fortaleceria o projeto de nação.

Em muito é possível identificar essa percepção no trabalho de Leite Lopes:

(...) O reconhecimento do papel importante da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento econômico é recente e é a base da Revolução Científica que se processa nos países superdesenvolvidos; (...) as nações em desenvolvimento independente não podem deixar de adotar, com urgência, um programa de educação básica generalizada, de manutenção e estímulo às universidades e à pesquisa científica e tecnológica, integrado com os planos de expansão econômica e afirmação nacional (LOPES, 1969, p. 26).

Crer que a superação do subdesenvolvimento das nações do “Terceiro Mundo” seria possível, pelo investimento Estatal em educação e ciência, é acreditar que as consequências desse investimento seriam facilmente traduzidas em benefícios coletivos a toda sociedade: manifestos em melhora no nível de renda e homogeneidade do crescimento econômico. Em grande medida, isso não seria um efeito possível de ocorrer em países como os latino-americanos, não apenas por ser um tipo de fenômeno que é pouco observável mesmo nos EUA e em outros países centrais, mas principalmente, como expõem Dias e Dagnino (2006), por não haver uma “cultura de inovação” entre o empresariado nacional e muito menos entre as empresas multinacionais que aqui se estabelecem, como discute o próprio Leite Lopes:

(...) a recusa, por parte das grandes empresas industriais estrangeiras, de abrirem laboratórios de pesquisa nos países do Terceiro Mundo é uma evidência a mais contra qualquer política de ajuda e desenvolvimento desses países, com base na operação de tais companhias privadas (LOPES, 1969, p. 26).

A inexistência de uma cultura de inovação entre o empresariado nacional – algo inclusive verificável nos recentes relatórios da PINTEC-IBGE (Pesquisa de inovação e Tecnologia) –

contribui para inviabilizar o diagnóstico de que o mero investimento em pesquisa básica resultaria diretamente em um progresso tecnológico com ramificações para a renda e demais melhorias nacionais. No entanto, esse modelo linear-ofertista, como expõe Dias (2009), além de uma consequência do entendimento da ciência como uma prática neutra e dissociada dos seus determinantes políticos, é também uma derivação direta de uma racionalidade nacional-desenvolvimentista, cuja origem remonta à miscigenação entre as elites econômicas e intelectuais, em uma complexa rede de interesses indissociáveis.

Desse modo, os argumentos defendidos por Leite Lopes acerca da organização da PCT em países subdesenvolvidos, apesar de bastante lúcidos quando se trata da influência negativa das trajetórias tecnológicas apropriadas dos países centrais⁴ nos países subdesenvolvidos, fragilizam-se ao desconsiderar as particularidades históricas que inviabilizam o real progresso e desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo. Isso porque se ancora em uma visão pouco fundamentada acerca de conceitos de progresso e desenvolvimento, os quais Furtado (1978) ao longo do mesmo período desenvolvimentista discute, e fornece um parâmetro crítico à visão de Leite Lopes.

Como os cientistas, os institutos científicos e as universidades são apoiadas e estimuladas pelo real progresso econômico e social de um país, os resultados e benefícios de suas atividades revertem principalmente de modo natural, para o maior desenvolvimento de tais países (...). Incapazes de obter, adotar e aplicar os resultados das pesquisas científicas em benefício próprio – pois não as praticam – permanecem os

⁴ Em diversos momentos de “Ciência e Libertação”, Leite Lopes expõe a necessidade de endogenizar um processo de desenvolvimento científico e tecnológico em detrimento da simples importação de processos e dispositivos dos países centrais, algo que produziria, a seu ver uma subutilização dos engenheiros, cientistas e pesquisadores nacionais, algo que resultaria inclusive na “fuga” desses especialistas do país (pg. 30-31).

povos subdesenvolvidos, e as reservas e riquezas de seus países, à mercê dos povos desenvolvidos, até que forças e condições favoráveis surjam nos primeiros, capazes de estabelecer estruturas adaptadas a um desenvolvimento que tenha significação social e autonomia política, isto é, sem as características, antigas ou modernistas, de dominação e exploração colonial (LOPES, 1969, p 14).

Com isso, Leite Lopes sugere uma correlação entre a debilidade do investimento em pesquisa científica nos países de terceiro mundo, e o adensamento do subdesenvolvimento. Nesse sentido, o conceito de subdesenvolvimento se potencializa a partir da dependência dos países centrais, e a conseqüente situação de subserviência pelo não desenvolvimento de um aparato de pesquisa científica capaz de lançar-nos rumo ao progresso. Por sua vez, a sua interpretação de progresso em muito se relaciona à noção de modernização inerente ao avanço da civilização industrial, ou seja, uma virtual pujança e crescimento econômico que não necessariamente evolua para a distribuição de renda e participação política das massas.

Em Leite Lopes, subdesenvolvimento seria uma etapa econômica a ser superada meramente pelo avanço da ciência e da civilização industrial, cujas benesses se traduziriam em inovações, emprego e renda, novamente um diagnóstico muito próximo do explicitado pela CEPAL nos anos 50. Todavia, ao considerarmos os trabalhos de Celso Furtado, que discutem a fundo a noção de superação do subdesenvolvimento pelo progresso das forças capitalistas como uma ideologia, é possível observar a fragilidade dos argumentos de Leite Lopes acerca dessa percepção.

Buscando compreender as debilidades dos projetos que completariam o ciclo de industrialização no Brasil, Furtado (1978) inicia uma investigação acerca das características mais profundas que marcam o subdesenvolvimento das economias latino-americanas. De acordo com Furtado (1978), subdesenvolvimento é uma condição histórica aos países de colonização exploratória, e submetidos a um regime agrário exportador complementar ao da metrópole. Essa condição prevalece até hoje, sob aspectos

muito mais complexos de dominação internas e externas, as quais dificilmente seriam superadas a partir de uma mera política econômica que esteja alheia os determinantes políticos que a fundamentam. Assim, Furtado (1978) identifica, em paralelo a esse contexto um diagnóstico de superação do subdesenvolvimento pela industrialização, a profusão de uma ideologia acerca do progresso e do desenvolvimento, a qual convenientemente é marcada por uma crença na manutenção das estruturas sociais do capitalismo ao mesmo tempo em que supostamente se dissipariam as contradições sociais próprias desse sistema.

Nessa visão, o processo de industrialização e de avanço da civilização ocidental seriam suficientes para superar as contradições sociais, a desigualdade econômica, o atraso tecnológico, a heterogeneidade do crescimento econômico, a dependência estrutural dos países centrais, dentre outras mazelas. Contudo, como ele continua, esse discurso fundamenta-se como uma ideologia bastante sofisticada, no momento em que traveste de progresso o crescimento econômico (acumulação) com diversificação tecnológica, produtiva e do consumo sem, contudo, atentar contra a perpetuação do capitalismo, e de toda a sua estrutura já conhecida de antagonismos sociais: o que permitiria o avanço da acumulação, e apresentaria um horizonte de ascensão social.

Nessas sociedades estruturalmente instáveis, com contradições internas que pareciam condená-las a um fim catastrófico, a ideia de progresso iria constituir a célula mater de um tecido ideológico que serviria de ligadura entre grupos sociais antagônicos. (...) É necessário levá-los [os membros da coletividade] a preferir a estabilidade ao caos, razão pela qual o sufrágio censitário privilegiará por muito tempo aqueles que mais têm a perder com a instabilidade. (...) Acumular interessava, evidentemente, aos grupos que tutelavam a estrutura de poder, mas nem por isso deixava de ser fundamental para todos os grupos sociais que aspiravam aos frutos do progresso (FURTADO, 1978, pps. 100-101).

Ele continua:

Como não compreender que somente na acumulação poderia ser encontrada solução permanente para os problemas da grande massa da população? Toda tentativa de satisfazer as reivindicações das massas sem passar por uma intensa acumulação estaria necessariamente condenada a malogro: implicaria desarticulação do sistema econômico, baixa produtividade, desemprego. Acumular interessava, evidentemente, aos grupos que tutelavam a estrutura de poder, mas nem por isso deixava de ser fundamental para todos os grupos sociais que aspiravam aos frutos do progresso (FURTADO, 1978, p. 101).

Furtado (1978) estabelece uma profunda crítica à ideologia do progresso-acumulação, em que o crescimento econômico (ou acumulação) viabilizador de um ideal chulo de progresso, assumiria ares de um projeto econômico nacional fundamental e prioritário a todos, em que virtualmente seriam superados os antagonismos sociais característicos do capitalismo. Evidentemente, a superação não seria real e a ideologia de progresso prolongaria a situação de estabilidade na sociedade, configurando-se como um mecanismo de poder extremamente eficaz à manutenção do poder das elites industriais.

Essa eficácia se deve ao fato de que se mantêm intactos os privilégios das elites nacionais, não explicitados senão sob o aspecto de discursos de poder provenientes de centros hegemônicos, como a universidade. Devidamente legitimada como argumento racional, a ideologia do progresso-acumulação mascara a impossibilidade de um desenvolvimento econômico sem a destituição dos privilégios da elite, e sem a superação da estrutura do capitalismo que não prevê uma maior distribuição de renda.

Em uma breve mediação, a aproximação dessa ideologia de progresso-acumulação do pensamento de Leite Lopes é que reside a fragilidade dos seus argumentos. Pouco se encontra no

trabalho do autor referências às condições históricas de dominação de uma classe sobre a outra, como os projetos de industrialização nacional refletem os interesses de manutenção dos privilégios de uma classe. Consequentemente, a sua proposta em estimular o investimento nacional em Ciência e educação básica – com a intenção de promover o desenvolvimento industrial e econômico a partir das apropriações desses resultados – se não se fragiliza pelo argumento da passividade do empresariado nacional, desmorona ao ser contraposto à noção de que o subdesenvolvimento é insuperável sem antes se romper as amarras do capitalismo.

Considerações Finais

Os limites do pensamento de Leite Lopes sobre Ciência e Liberdade encontram-se em não compreender que tanto a ciência como a tecnologia são determinadas socialmente, e em sua gênese catalisam valores e interesses conscientes ou não de classe, que modificam seu uso, e orientam uma determinada conduta ao usuário. A resultante é a profusão em sua obra de argumentos em defesa do desenvolvimento da ciência e da tecnologia em ambiente nacional, acreditando que o rompimento com as amarras estrangeiras seria suficiente para permitir o desenvolvimento econômico e a superação da condição de subdesenvolvimento. Não só o subdesenvolvimento é insuperável dentro das condições do capitalismo e do imperialismo, como também a produção de ciência e tecnologia que de fato acarretaria em uma libertação em relação às formas mais veladas de dominação na sociedade contemporânea.

Apesar das críticas ao pensamento de Leite Lopes acerca da sua concepção de ciência neutra, e de um ofertismo-linear em que o investimento nessas variáveis promoveria inovações, desenvolvimento e libertação, não podemos deixar de admitir a importância de seu pensamento para a conscientização do papel do cientista e da sua responsabilidade para com a sociedade. Nesse sentido, é fundamental expor que mesmo sendo tão discrepante em relação aos demais pensadores do PLACTS, ele foi um

dos principais responsáveis pelos pilares da política científica e tecnológica em uma economia de industrialização tardia e autoritária, um esforço necessário e pouco destacado ao longo da história.

REFERÊNCIAS

AULER, D; DELIZOICOV, D. “Investigação de temas CTS no contexto do pensamento latino-americano”. *Linhas Críticas*. V. 21, N. 45, Mai/Ago, 2015.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia crítica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CARUSO, F. **José Leite Lopes: ideias e paixões**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF, 1999.

DAGNINO, R. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

DAGNINO, R. “O que é o PLACTS (Pensamento Latino-americano em Ciência Tecnologia e Sociedade)?”. *Ângulo*, N. 140, Jan/Mar, 2015.

DIAS, R. B. “Um tributo ao Pensamento Latino-Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS)”. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 90, Nov. 2008.

DIAS, R. B. *Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

DIAS, R. B.; DAGNINO, R. P. “**A política de C&T brasileira: três alternativas de explicação e orientação**”. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 6, p. 373-403, 2008.

FREIRE JR, O; CLEMENTE, J. E. **José Leite Lopes (28/10/1918-12/06/2006)**. 2006. Disponível em: <www.fmauriciograbois.org.br/cdm/colecao-principios/150934-44573/2006-06-01/jose-leite-lopes-28101918-12062006>. Acessado em: 11/06/2018.

FURTADO, C. **Criatividade e Dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOPES, J. L. **Ciência e Libertação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARCOLIN, N. “Movido a Paixões: José Leite Lopes, morto aos 87 anos, deixa vasto leque de realizações”. *Revista Pesquisa FAPESP*, Ed. 125, Jul. 2006.

MÉSZAROS, I. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

STENGERS, I. **A Invenção das Ciências Modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

STOKES, D.E. **O quadrante de Pasteur: a ciência básica e a inovação tecnológica**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2005.

Participação e projetos políticos: os horizontes da democracia brasileira - Entrevista com Evelina Dagnino¹

Ana Claudia Teixeira²

Thiago Aparecido Trindade³

Evelina Dagnino é professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), instituição a qual se encontra vinculada desde a década de 1970. No decorrer de sua carreira, coordenou e orientou projetos de pesquisas sobre movimentos sociais, cidadania, democracia, democratização, participação, sociedade civil e a relação entre cultura e política, contribuindo de forma ímpar para o debate teórico sobre democracia e participação na América Latina. Também ministrou cursos na Universidade da Costa Rica, na FLACSO e no IDES/UNGS (ambos em Buenos Aires), e nas Universidades de Yale (EUA) e Gothenburg (Suécia). Publicou livros e artigos em cerca de 20 países, o que demonstra

¹ As perguntas foram elaboradas e enviadas com antecedência. A entrevista foi realizada presencialmente na cidade de Campinas (dia 6 de fevereiro de 2018), gravada, transcrita e editada. A entrevistada reviu e autorizou sua publicação. A transcrição foi realizada por Fernanda Polidoro, graduanda em Ciências Sociais pelo IFCH/Unicamp e integrante do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC) da Unicamp.

² Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp e Pós-doutoranda (bolsista Capes) no mesmo programa. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC) da Unicamp. E-mail: anatex99@uol.com.br

³ Professor adjunto do IPOL/UnB, membro do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê). E-mail: th.trindade83@gmail.com

o alcance de suas teses e formulações teóricas ao redor do globo. Foi integrante do *Board of United Nations Research Institute for Social Development* (UNRISD), Genebra (2011-2016). No *Institute of Development Studies* (IDS) da Universidade de Sussex (UK), atua como membro do *Programme Advisory and Review Committee* (PARC), para um mandato de 2017 a 2019, e membro do *Advisory Group* do Projeto *Action for Empowerment & Accountability Programme* (A4EA), 2016-2019. É *Co-chair* do *Nominations Committee* da *Latin American Studies Association* (LASA), 2018-2019.

Uma das principais contribuições da discussão proposta por Dagnino consiste na sua visão ampliada de democracia e de cidadania, dois processos profundamente entrelaçados que jamais puderam ser satisfatoriamente compreendidos a partir da visão mais tradicional da ciência política. Destaca-se também sua contribuição ao pensar no que ela denominou de “confluência perversa” dos projetos políticos em disputa: de um lado, o neoliberal, e de outro, o democrático-participativo, leitura que influenciou profundamente a agenda de pesquisa sobre a luta pela construção da democracia no Brasil e em diversos países da América Latina. Dentre suas produções mais citadas estão *Cultures of Politics/politics of Culture*, lançado em 1998 em parceria com Sonia Alvarez e Arturo Escobar, e *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*, publicado pela Paz e Terra em 2002. Na condição de uma intelectual que sempre se manteve conectada aos debates políticos concretos, Dagnino optou por apostar na *agência*, isto é, no potencial transformador da ação humana, sem jamais ignorar os constrangimentos estruturais que condicionam essa ação.

Em nome do corpo editorial da *Idéias*, agradecemos imensamente à professora Evelina Dagnino por ter nos concedido esta entrevista, parte integrante do dossiê *Participação política e movimentos sociais no Brasil contemporâneo*, publicado nesta edição. Durante a conversa, foram abordados pontos relacionados tanto aos escritos passados da autora – o que mudou desde então no cenário político, o sentido das apostas nos espaços participativos que emergiram sobretudo a partir da década de 1990, as eventuais lacunas da análise feita naquele contexto – como também em

relação ao momento político atual da democracia brasileira e as perspectivas mais gerais no quadro da mobilização social. Por estas razões, a presente entrevista se constitui em leitura indispensável não apenas para (as)os estudiosas(os) da área de participação e movimentos sociais, mas para todas(os) que almejam compreender melhor e qualificar sua análise sobre a nossa turbulenta conjuntura política.

Ana Cláudia: Em 1998/1999 foi lançado na Revista Ideias o Dossiê de autoria do Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, da Unicamp. Como foi a experiência de escrita do dossiê? Na sua visão, qual a importância do grupo naquele momento?

Evelina Dagnino: Antes de falar do dossiê, eu gostaria de fazer duas observações preliminares, mais gerais, que eu acho que se relacionam com várias das perguntas. É sobre o que acho que caracteriza a dinâmica da produção de conhecimento, que talvez ajude a entender melhor as “lacunas” e os focos, as ênfases que se sucedem nas análises da ciência social. A primeira é lembrar um pouco o que normalmente se dá quando se escolhe um tema de pesquisa: focamos naquilo que achamos que não está sendo considerado de forma suficiente ou adequada, uma reflexão que está faltando, um problema pouco explorado. E aí, no processo, seguramente algo vai ficar de fora, a descoberto: as lacunas. No momento seguinte, as lacunas vão se tornar, por sua vez, novos focos de pesquisa e análise. Em aula, eu costumava, modestamente, comparar essa dinâmica à de um pêndulo, que se move entre dois pontos. Mas, se quisermos uma maneira mais sofisticada, a gente pode dizer que é o movimento dialético do pensamento social. Quer dizer, tem tese, tem antítese e espera-se a síntese, em nível mais alto da espiral. Agora, a síntese, com S maiúsculo, é para as grandes cabeças, e olhe lá.... Que autor conseguiu elaborar um pensamento que constituiu uma boa e ampla síntese dessas várias posições do pêndulo? Marx? Não creio. Gramsci? Tampouco, apesar das pontas soltas que ele conseguiu articular.

A outra observação, que se articula com a primeira, tem a ver com algo que é muito característico, embora não exclusivo, de um pensamento social brasileiro e latino-americano. O fato de que esse pensamento se constrói com uma contiguidade do debate político. Ou seja, a Ciência Social se debruça sobre aquilo que está sendo discutido no âmbito da política e guiada por ela. As minhas reflexões foram profundamente guiadas por ela. Eu estou interessada naquilo que a sociedade está interessada, que o debate político está interessado. É aí que eu vou depositar as minhas energias intelectuais. Se você compara esse tipo de “engajamento”- digamos assim entre aspas - com a Ciência Social americana, saxônica, europeia, você vê claramente essa diferença. É claro que essas escolhas não podem ser generalizadas, mas eu acho que há uma diferença visível na maneira como se escolhem os temas de pesquisa no Brasil e nos países latino-americanos e nos países do primeiro mundo. E é claro também que isso está relacionado com o maior ou menor grau de “colonização” da ciência social nativa...

Sobre o dossiê, eu acho que o processo de elaboração dele foi absolutamente maravilhoso. Foi um processo inovador para o momento em que ele foi realizado. Inovador por ser um processo bastante igualitário de escrita coletiva entre os participantes e que envolveu uma dose de energia, dedicação das pessoas e de entusiasmo, que não era comum naquele momento. E isso deixou frutos. O fato é que grande parte das pessoas que participaram do dossiê e do Grupo de Estudos da Construção Democrática continuaram investindo nesse caráter coletivo. Não coletivo no sentido mais forte do dossiê, que foi escrito em conjunto, mas no caráter coletivo de agrupar pessoas, de cultivar grupos, de cultivar debates. Isso era muito inovador no interior da universidade naquele momento e talvez continue sendo até hoje, mas muito menos, felizmente.

Tenho visto nas universidades na Europa, na Inglaterra nos Estados Unidos e mesmo no Brasil, o sofrimento dos pós-graduados. É uma realidade muito massacrante, que vejo nos orientandos que eu ainda recebo. Essa experiência do dossiê enfrentou o isolamento no trabalho intelectual. Acho, talvez, que

não é por acaso que as relações intelectuais que se estabeleceram no GECD permanecem até hoje, até porque eram permeadas por relações afetivas muito fortes.

Em termos de conteúdo, o dossiê está marcado pela contiguidade que mencionei no início. Fomos olhar aquilo que estava no debate. A gente conseguiu juntar um conjunto de questões que não estavam necessariamente na pauta dominante. E aqui estou falando da Ciência Social brasileira. Eu não estou falando da ideologia dominante na sociedade (risos).

O domínio institucionalista na Ciência Política era muito forte naquele momento. Toda a ideia da teoria da transição, da consolidação etc. estava marcada por este domínio. A gente tentou abrir espaço. O dossiê trouxe à tona uma temática que não era convencional, que não fazia parte do cardápio da ciência política. Por outro lado, a nossa discussão certamente foi marcada por uma euforia muito grande. Com a construção democrática, com os movimentos sociais, com os espaços públicos. E aí a gente não estava sozinha. Era uma dose de esperança absolutamente gigantesca. Tinha uma aposta ali. Mas acho que esta aposta, no nosso caso, sempre foi combinada com o olhar crítico. Ela não era uma euforia puramente celebratória.

Para compreender o momento, é preciso dizer que todos os termos utilizados no dossiê - sociedade civil, cidadania, participação - estavam sendo ressignificados. É muito difícil imaginar nos dias de hoje como era naquela época. Havia uma disputa com o projeto neoliberal, mas também com um certo tipo de marxismo, para o qual o que estudávamos era marginal, secundário.

AC: Uma das contribuições do seu trabalho intelectual foi sua reflexão sobre a construção democrática, na chave da relação entre cultura e política, com uma visão particular sobre o pensamento de Gramsci. Contra uma leitura de parte da literatura marxista, que tendia para um determinismo econômico nas análises dos conflitos sociais, e uma leitura da política muito voltada às institucionalidades e ao sistema político, seu enfoque foi na construção da cidadania pelos movimentos sociais e nas suas relações com o Estado. Muitos autores e alunos seus se inspiraram

nesta perspectiva e procuraram seguir esta pista. No seu modo de ver, quais são os ganhos possíveis de serem percebidos ao analisar os trabalhos influenciados por esta perspectiva? O que foi possível apreender do real? Qual você avalia que foi o ganho central para o debate teórico sobre a democracia no Brasil?

Por outro lado, no seu modo de ver, houve limites desta abordagem? Quais questões relevantes ficaram de fora ao não se aprofundar o papel da economia e do conjunto das instituições democráticas?

ED: Nunca tive vontade de investir no terreno da Economia. Meu negócio sempre foi outro. Desde “pequeninha” (risos). Eu fiz uma tese de mestrado sobre a relação entre valores e sistema político. Depois, a primeira coisa que publiquei na vida foi um artigo sobre dependência cultural. Minha tese de doutorado é sobre a produção ideológica do Estado nos anos 30 e 40. Ou seja, desde “pequena” eu estou nessa história.

Mesmo se eu tivesse me sentido atraída por aquele terreno, alguma coisa ia ficar de fora. Eu jamais poderia ter feito “a” síntese. Eu jamais poderia ter feito tudo, digamos assim. E esse é um ponto que eu acho que está obscurecido nessas perguntas. Por isso eu quis fazer aquela primeira observação. Porque se você pergunta “quais questões relevantes ficaram de fora?”, tem uma crítica aí de que a síntese não foi feita, de que a gente ocupou só um extremo do pêndulo. Acho que é fundamental identificar as lacunas, os vazios, porque apontam caminhos a seguir. Mas é importante, eu acho, reconhecer a dinâmica que as explica.

Thiago Trindade: Não acho que você deixou de fora a economia. Não era a prioridade analítica naquele momento, mas quando você fala de neoliberalismo e mercado... Bom, isso aí é economia.

ED: Ah, mas espera aí! Nós estamos falando de análise para valer. Eu não estou falando de uma referência contextual. O que eu faço é mais uma referência contextual.

Sobre os ganhos, eu acho que a gente tentou iluminar a complexidade do processo de construção democrática. O uso dessa expressão, ao invés de falar simplesmente sobre democracia, não é só um uso decorativo. Tem várias implicações. Essa ideia da construção da democracia a gente cultivou muito. Ela é parte da disputa. A democracia não é um regime político *stricto sensu*, é muito mais que isso. E aí eu acho que estavam se interpelando interlocutores identificáveis. A “construção democrática” contém também a ideia de processo gradual. E isso vem direto do Gramsci. Contém também a ideia do sujeito e da agência. No sentido de que, se é uma construção histórica, necessariamente, ela requer sujeitos. Isso se conecta com todo o debate sobre os movimentos sociais, sociedade civil e etc. Tratava-se também de afirmar o estatuto dos movimentos sociais como sujeitos legítimos e relevantes, num contexto onde parte da literatura ainda afirmava o contrário, privilegiando os partidos, e outra parte, a classe operária, no sentido estrito.

Numa concepção mais estreita, os sujeitos da democratização são quem? Os partidos. Quando perguntamos naquela pesquisa⁴ “o que é preciso para ter democracia?”, que lugar tinham os partidos na cabeça das pessoas quando se fala em democracia? Um lugar secundário, e a história depois demonstrou isso. Ao responderem esta pergunta, os entrevistados consideraram, entre as opções mencionadas, que o mais importante na democracia era que pobres e ricos, brancos e negros, homens e mulheres recebessem um tratamento igual.

Outro ganho é que na concepção de democracia falamos da natureza da relação Estado e sociedade. Isso foi elaborado teoricamente e explorado empiricamente. Aqui, de novo, há a contiguidade, porque essa relação Estado e sociedade estava sendo posta em xeque na realidade, entre outros motivos, pela “participação”.

⁴ Publicada em DAGNINO, E., FERLIM, U., SILVA, D.R., TEIXEIRA, A. C. C. Cultura democrática e cidadania. **Opinião Pública**, Campinas, vol. V, nº 1, novembro, 1998, p. 20-71.

E, por fim, um último ganho é a ênfase na chamada “construção da hegemonia”. E me refiro aqui à questão das relações entre cultura e política, uma ênfase que começamos a explorar com o livro com a Sonia Alvarez e o Arturo Escobar em 1998 (e antes disso, com a falecida área de Cultura e Política no Doutorado em Ciências Sociais no IFCH). O sucesso absurdo daquele livro (!) até hoje, 20 anos depois, acho que mostra que havia uma “lacuna” grande sobre o tema e a nossa tentativa de “síntese” até que funcionou direitinho!

AC: Quando eu perguntei o que ficou de fora ao não se olhar o conjunto das instituições democráticas estava me referindo à relação das instituições participativas com partidos, Congresso Nacional etc. Me parece que isso ficou em segundo plano e teria sido bem importante para entender as instituições participativas...

ED: Está correto. Agora que as razões para as “ênfases” estão mais claras, acho que dá talvez para entender melhor porque partidos e Congressos ficaram de fora? Já havia outros estudiosos fazendo isso, e bastante. Claro que com outra perspectiva. A “perspectiva da construção democrática” não deu conta dos partidos, embora sempre houvesse a consciência da importância da relação entre os partidos e os movimentos sociais. Eu acho que a tese da Kellen Gutierrez⁵ é um bom exemplo de “bom, finalmente se enfrentou essa questão”. E cada vez mais se enfrenta. O pêndulo se moveu um pouquinho, mas tem que entender o contexto da produção intelectual. Como eu sempre dizia em aula, qualquer texto que você lê, tem que fazer essa pergunta. Qual é o contexto em que esse texto foi produzido e o que isso implica, quais são os interlocutores com quem (ou contra quem) se está debatendo?

TT: Quando você fala do pêndulo... seria correto a gente pensar que talvez exista uma certa divisão do trabalho no âmbito analítico? Enquanto alguns estão mais preocupados em olhar, por

⁵ GUTIERRES, K. **Projetos políticos, trajetórias e estratégias:** a política de assistência social entre o partido e o Estado. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas, Unicamp, 2015.

exemplo, para a questão econômica e para a questão das instituições políticas no seu conjunto, vocês eram um grupo de pessoas que estavam preocupadas em olhar para a relação entre cultura e política e talvez para as questões mais vinculadas às instituições participativas. Mas para mim, faltou debater um pouco melhor a questão da dominação, do ponto de vista das questões de classe. Eu não estou falando de fazer uma análise macroeconômica, mas sim do debate sobre os conflitos materiais. Temos o orçamento participativo, mas as pessoas não estão discutindo o orçamento, os problemas orçamentários que afligem os municípios. Para onde vai essa renda? Por que o orçamento participativo tem essa limitação? O que os conselhos de políticas públicas podem fazer diante de um contexto de crise econômica? A gente está preocupado em discutir as relações ali no conselho, mas qual é o poder efetivo dessas instituições participativas diante desse cenário?

ED: Na verdade, o que eu acho que fazia falta era a questão do capitalismo, como ele funciona. Eu acho que a gente acabou substituindo o capitalismo pelo neoliberalismo. E isso facilitou as coisas, porque já não precisava mais explicar o neoliberalismo. Eu acho que o macro, o grande contexto, que é o capitalismo, como ele funciona, como ele se relaciona com essas questões todas, certamente ficou obscurecido.

Tinha uma tendência também que, certamente foi a minha desde sempre – por isso a situação atual da política nacional me afeta dessa maneira gigantesca - de pensar em coisas positivas. A aposta no futuro. “Olha, tem um projeto aí”. E aí, nesse sentido, se confrontar com a dureza do capitalismo não dava!

TT: Uma das características principais da sua abordagem é a centralidade do conflito. Entretanto, curiosamente a maioria dos estudos nessa linha, inclusive a sua própria construção analítica, permaneceu focada nos espaços participativos institucionais e falou pouco sobre as ações de protesto de caráter disruptivo (o que parece ter sido uma característica do debate sobre participação no Brasil em geral). Você concorda com essa leitura? Se sim, entende que essa foi uma lacuna importante na discussão? Por quais motivos

as ações de caráter mais conflitivas ficaram secundarizadas nesse debate?⁶

ED: Quando você diz que os espaços institucionalizados não são conflitivos, eu acho que aí tem um equívoco. Talvez você esteja reduzindo o conflito à disrupção -(seja lá o que for que você entende sobre isso; o dicionário diz que é “o ato de romper, ruptura, fratura”- , talvez esteja pensando no confronto que inclui elementos de violência?

Quando a gente falava de espaço público – e foi aí que o divisor de águas com o Habermas se estabeleceu com clareza - a ênfase sempre foi na ideia de que os espaços públicos são bons porque – isso está lá no dossiê com todas as letras – eles visibilizam o conflito. Eles conferem um espaço ao conflito em vez de alijarem esse conflito para outros lugares, não públicos. Primeiro, nessa pergunta, eu acho que tem uma redução da natureza do conflito. E, segundo, uma minimização do conflito no espaço institucionalizado.

Empiricamente, a realidade mostrou que, realmente, o conflito nesses espaços foi extremamente minimizado, mas a pretensão, o que se esperava, não era isso. E aí a gente pode pensar porque isso aconteceu. Não precisa ir muito longe, na verdade. Eu acho que o que a gente avaliou mal, minimizou, obscureceu, foi o tamanho da tarefa dos espaços de participação institucionalizados, o tamanho do desafio.

TT: Ou seja, a gente cobrou demais deles. É isso que você quer dizer?

ED: Não. A gente idealizou as suas possibilidades. O buraco era mais embaixo, alguém diria. Nesse sentido, eu diria que isso está no bojo da derrota. E eu estou chamando de derrota o que se passa hoje. Não é a única variável, certo? Mas certamente compõe esse conjunto de coisas que podem talvez chegar a explicar o que

⁶ TRINDADE, T. A. **Protesto e Democracia:** Ocupações Urbanas e Luta pelo Direito à Cidade. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

aconteceu. Eu acho que pensamos que o caminho seria mais fácil, que haveria um avanço, lento, mas um avanço. E não foi o que ocorreu.

TT: Será que isso não poderia, de certa forma, voltar para o ponto que a Ana Cláudia tinha destacado anteriormente, de que faltou talvez olhar um pouco mais para o conjunto das instituições? Ou seja, tentar entender os espaços participativos dentro de um contexto muito mais amplo e complexo que é essa coisa chamada “Estado”.

ED: E capitalismo também. Com certeza. Agora, nossa maneira de contribuir era apostar no que estava aparecendo de novo e o que estava aparecendo de novo era, sim, a participação institucionalizada. Era “a” grande novidade! Aliás, voltando, naquele período e na questão anterior, o que havia de práticas de ação direta nos anos 1990 na sociedade?

Sobre o conjunto das instituições do Estado, com certeza, o foco foi o Executivo, nos seus vários níveis. A importância do Legislativo, por exemplo, foi marginalizada e, de novo, a história mostrou a sua (no caso, infeliz) centralidade. Nos últimos anos, tenho dito que, ao invés da democracia participativa, devíamos estudar a representativa... Com a vantagem de poder, agora, partir de outra perspectiva.

TT: Acho que alguns movimentos sem teto espalhados pelo Brasil.

AC: MST também estava lá.

TT: Eu acho que a diferença em relação ao contexto da década de 80 é que não tinham as mobilizações de massa nas ruas, porque, como você mesma sempre explicou, não tinha mais aquela questão do “inimigo único”. Enfim, com a redemocratização, pulverizam-se as agendas, porque não tem mais o inimigo único que era o Estado autoritário. Então, obviamente, não haverá grandes manifestações massivas como tinha na década de 80. Mas, por outro lado, como vocês mesmas reconhecem no livro *Democracia, Sociedade Civil e*

*Participação*⁷, o trabalho do Gabriel Feltran teve o mérito de pensar o desafio da construção democrática num espaço completamente diferente do espaço participativo institucional.

ED: Com certeza! Mas Gabriel escreve já nos anos 2000. O que eu estava querendo apontar era que naquele contexto do final dos anos 1990 os chamados “movimentos disruptivos” tinham muito pouca visibilidade e, eu diria, tinham muito pouca importância. Todo mundo sabe que os movimentos sociais, com exceções – e o MST é uma delas – foram investir na participação institucionalizada. Então, o que eu estou tentando dizer é que não era um grande tema, porque não existia em dimensão significativa. Não dá para pensar o passado à luz do olhar de hoje.

Talvez outro exemplo dessas diferentes “ênfases” em diferentes temas, e pensando na contiguidade com a realidade, que mencionei no início, houve um determinado momento onde a ideia de “sociedade civil”, com a sua pluralidade, com a sua dimensão, passou a ser politicamente mais visível e, portanto, mais importante, do que os movimentos sociais individualizados, digamos assim.

Eu não acho, ao contrário do Adrian Gurza Lavalle⁸, que a ideia da sociedade civil significou um abandono dos movimentos sociais. Talvez tenha significado uma inflexão para ampliar o foco, e essa ampliação estava se dando no real. Acho que a preocupação com o papel da sociedade, com a participação, permaneceu a mesma. Tem que se pensar no contexto. Eu reconheço com muita clareza que essa visibilidade do tema da sociedade civil tem a ver com a influência de contextos nacionais outros. Ou seja, houve, claro, como sempre tem, uma importação do que se fazia lá fora e, por outro lado, o fato de que a própria ideia da sociedade civil já estava começando a ser ressignificada. Portanto, essa visibilidade

⁷ DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (orgs.) **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

⁸ GURZA LAVALLE, A. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**, n. 66, p. 91-109, 2003.

também tinha a ver com isso. Ou seja, em torno do conceito, da ideia de sociedade civil, havia interesses muito variados e era preciso entrar nessa disputa de significados.

E temos que voltar a falar do tamanho da tarefa da participação institucionalizada. Uma das coisas que a gente explicava no livro *Sociedade civil e espaços públicos*⁹, era o fato de que era muito complicado para os movimentos sociais enfrentarem as duas frentes - mobilizatória e institucional – de forma simultânea, que ambas precisavam ser complementares. Então, houve uma escolha por parte dos movimentos sociais, que o foco analítico foi lá acompanhar.

AC: Neste dossiê do fim dos anos 1990, o Grupo falava de experiências municipais importantes para refletir sobre como a sociedade poderia construir uma gestão democrática, muitas delas capitaneadas pelo PT. Qual seu balanço sobre o PT no governo federal, até que ponto é possível dizer que houve um aprofundamento da gestão pública democrática no governo federal? Ou não houve?

ED: No artigo com a Ana¹⁰, dizemos que o aprofundamento da gestão pública democrática no governo federal foi muito limitado. E mais limitado ainda no que tange à democracia participativa. Sim, houve um crescimento quantitativo. Houve uma coisa que eu acho importante e virtuosa, que também está no artigo, que é uma expansão da participação a áreas que ainda não estavam sendo contempladas. Agora, a dimensão da importância que a democracia participativa ocupava dentro do PT e, especialmente, dentro da corrente hegemônica do PT, era extremamente limitada. Será que não é possível pensar que houve uma confluência perversa entre, pelo menos, dois projetos que o

⁹ DAGNINO, E. (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹⁰ DAGNINO, E.; TEIXEIRA, A. C. C. The participation of civil society in Lula's Government. **Journal of Politics in Latin America**, v. 6, n. 3, p. 39–66, 2014.

PT tinha? Sendo um o chamado “projeto de poder”: “Queremos chegar lá e lá queremos permanecer”. E esse é um projeto que tinha uma importância - todos sabemos - gigantesca. E o outro projeto era aquilo que levou o PT para lá: combater a pobreza e a desigualdade, em defesa da participação etc.

A confluência perversa dos dois projetos - de poder e do PT - aparece com muita clareza não só com relação à questão da participação, mas também em relação à política social, que era bífida, digamos assim. Ela tem dois lados, duas faces. E eu acho que cada uma dessas faces está atrelada a um dos projetos. Quer dizer, de um lado sim, ela tinha boas intenções: combater a pobreza, construir a igualdade. De outro lado, ela fornecia votos e solidificava essa figura do grande líder. E aí você tem o que você tem. Um jogo perverso, que faz a gente se perguntar, enfim, que alternativas havia...

AC: Mas por que toda experiência prévia no nível local não conseguiu ganhar nenhum tipo de tradução no nível nacional quando o PT chegou ao poder?

ED: É curiosa essa coisa dos ganhos da participação no governo Lula. Eu acho muito irônico que a visibilidade da chamada arquitetura participativa se revelou mínima na sociedade. Mínima! Quais são as evidências disso? O monumental desastre da proposta do Sistema Nacional de Participação Social¹¹. Por quê? Porque as pessoas nem sabiam do que se tratava. Em 2013, nos protestos, o Lula reage aos protestos, com um artigo no New York Times, e nem menciona a “realmente existente” arquitetura participativa. O Lewandowski tem um artigo, no fim do ano passado, na Folha (coluna Tendências/Debates), que chama Democracia Participativa Já¹². Ele fala como se fosse preciso inventá-la! Eu me pergunto: os

¹¹ O Decreto 8343/2014, que versava sobre a Política Nacional de Participação Social, foi rejeitado pelo Congresso Nacional.

¹² LEWANDOWSKI. L. **Democracia participava já**. Folha de São Paulo, 4 de março/2017. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/09/1915276-democracia-participativa-ja.shtml?loggedpaywall> >. Acesso em: 10 de março de 2018.

milhões que foram para a rua em 2013 teriam alguma noção de canais possíveis de participação? Ou, se tinham, eventualmente – o que eu duvido muito – como eles avaliavam esses canais? Porque, evidentemente, o que 2013 mostra para mim, antes de qualquer coisa, é o ápice da crise de representação.

E o mais irônico de tudo é que essa crise de representação só se agrava. Eu acho que hoje, a gente tem que arranjar outra expressão para falar disso, porque “crise de representação” é muito trivial. E a alternativa disponível, que é ampliar essa representação, para atingir a sociedade, enfim, está totalmente derrotada e ignorada.

Me surpreendi com o Vladimir Safatle, que eu li fielmente, mencionando há uns meses atrás a participação. Fora isso, nada, ou quase nada.

Com certeza, isso reflete o pouco empenho e o compromisso do PT como um partido no governo nessa questão. Não é? E, se você for ver, as forças efetivamente comprometidas com a participação e, a rigor, com a construção democrática, foram marginalizadas dentro do partido. Bons exemplos são o Tarso Genro e o Olívio Dutra, não casualmente os responsáveis pelas experiências de participação mais inovadoras e bem sucedidas em níveis locais.

AC: A sua visão dos anos 1990 de que haveria uma confluência perversa entre dois projetos-político, um neoliberal e outro democrático-participativo foi muito disseminada no Brasil. Foi uma ideia que forneceu uma chave de leitura que fez muito sentido para acadêmicos e militantes, pois apontava como, em torno da ideia da participação ativa da sociedade, havia um consenso só aparente. A impressão hoje parece ser que a ideia de uma sociedade participativa sumiu do mapa político. Você concorda? E se sim, como foi possível que isso tenha ocorrido? Há outros projetos hegemonzando o debate político?

ED: A ideia de confluência perversa tem sido muito utilizada. E eu fico me perguntando, como disse antes, se não houve uma confluência perversa entre o projeto de poder e o projeto original do PT. O que eu vejo é que algo que era constitutivo do projeto do PT que sempre foi a mobilização e a organização, e, portanto, a

construção hegemônica na sociedade, foi para o espaço totalmente. Fico nostálgica da época em que se falava de “educação popular”, formação política. A não ênfase nessa questão pelo PT foi um dos maiores pecados do PT. Eu estou falando daquilo que o Gabriel Feltran fala na tese de mestrado dele¹³, da tela do cinema.

AC: É. Talvez a única tela foi tematizar a pobreza. É uma tela que tem seus limites, mas para o tamanho da desigualdade brasileira, não é tão banal assim.

ED: Eu acho que você tem inteira razão ao lembrar isso. Eu fui excessivamente negativista. Mas não é à toa que a questão da pobreza acabou servindo ao projeto de poder. Então, não é à toa que ela é que tenha sido privilegiada. Além do que, houve uma apologia ao consumo (que era o que o “mercado” precisava, para vender mais carros, etc., etc.) que não foi acompanhada, como poderia ter sido, de um estímulo ao avanço dos direitos e da cidadania, ou à organização coletiva, participação, etc.

O trabalho de formiguinha que implica a mobilização dançou. Dançou. E aí eu não estou falando só do governo até porque o papel do governo talvez deva ser restrito a oferecer condições propícias. Mas é papel principalmente do partido, da esquerda em geral e dos movimentos sociais. E as consequências disso são o que a gente está vendo agora, esse vazio sendo ocupado pelo conservadorismo, especialmente o conservadorismo desinformado, para dizer o mínimo.

TT: Você sempre teve muitas ressalvas em relação ao termo “cooptação” quando ele era utilizado para analisar a inserção institucional dos movimentos sociais junto ao sistema político. Poderia falar um pouco melhor sobre isso? E após a experiência petista no governo federal, você ainda considera que o termo seja totalmente inadequado para analisar essas relações?

¹³ FELTRAN, G. **Desvelar a política na periferia:** histórias de movimentos sociais em São Paulo. Tese (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003.

ED: Nunca disse que o termo seja totalmente inadequado para analisar essas relações. Meu primeiro problema com esse termo – cooptação – é que ele, em geral, é usado como se fosse autoexplicativo. Parece ser desnecessário explicar o que a constitui e, muito menos, analisar o conteúdo dessa relação. Nesse sentido, é um “conceito”(?) simplificador, superficial, que muito frequentemente se ampara nas aparências. O segundo problema é que parece haver um pressuposto nessa noção sobre os sujeitos que são objetos de cooptação. No caso, os movimentos sociais, que seriam, portanto, inocentes, inconscientes, massa de manobra, incapazes de agência, de fazerem as suas próprias escolhas políticas. Aliás, eu nunca ouvi falarem de cooptação em relação a políticos e partidos de direita. É sempre a esquerda que coopta, né? E, por último, eu acho que houve várias situações que poderiam ter sido analisadas de outra maneira, se o seu conteúdo e não a sua mera aparência tivessem sido investigados de fato. Aquilo que muitas vezes aparece como cooptação pode ser algo distinto: pode se tratar de alianças, compartilhamentos de um mesmo projeto, convergências entre sujeitos de estatutos diferentes. Quando os movimentos sociais nos governos Lula, por exemplo, diminuem a pressão sobre o governo porque acreditam que é mais importante, num determinado momento, assegurar a viabilidade desse governo porque isso faz mais sentido com os interesses do movimento a médio prazo, eles foram cooptados? Quando aceitam participar do governo assumindo cargos no aparato de estado, foram cooptados? Que há essa diferença empírica na relação de poder, com certeza. Que peso têm essas lógicas de poder? Tem um artigo que eu gosto muito da Wendy Wolford sobre o MST (apresentado num Congresso da LASA em Toronto, em 2004) em que a ideia central é que o MST cooptou o Estado. O Incra, no caso, que defendia as demandas do movimento. Para mim, a coisa mais ilustrativa dessa história toda sobre cooptação é a famosa citação da tese do Gustavo Cavalcanti¹⁴ sobre a relação do movimento

¹⁴ CAVALCANTI, G. C. V. **Uma concessão ao passado:** trajetória da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Tese (mestrado), Universidade de São

de moradia com o governo Marta Suplicy (2001-2004), quando a militante do movimento diz:“(...) nós acabamos pecando talvez por não exigir mais da Marta, pressionando mais. E, por outro lado, pecando porque não conseguimos reeleger ela (...)”. Foi um dilema para os movimentos sociais. Foi uma decisão correta? Com o que tinha se passado com os governos anteriores (Maluf e Pitta) acho que os movimentos tinham muita clareza sobre a importância da reeleição do PT, não?

Ou seja, há outras possibilidades de pensar essas relações muito além da questão mera e simples da cooptação. O que não significa que ela não tenha ocorrido enquanto subordinação, tutela, perda de autonomia. Tem que ter rigor teórico, mas também empírico. Tem que ver do que se trata.

Essa questão também rebate sobre a (ainda não resolvida) questão da autonomia dos movimentos sociais, que insistentemente ainda é pensada como ausência de relações entre eles e a sociedade política, o Estado, partidos, etc. Quando essas relações existem, sejam quais forem, são recorrentemente pensadas no registro da cooptação. Eu acho que uma chave não explorada nessa questão é pensar a autonomia em relação aos projetos que defendem e animam os respectivos movimentos sociais: o quanto as relações com o Estado contribuíram ou não para a sua implementação? Que recuos ou avanços essas relações trouxeram a esses projetos?

TT: Quando eu elaborei essa pergunta, estava pensando na questão do pacto lulista. Eu não sei se cooptação é o melhor termo, mas, você consegue enxergar que, em alguma medida, o pacto lulista (pensado nos termos do André Singer¹⁵) teve um impacto negativo nos movimentos sociais?

ED: É o que eu acabei de dizer: tem que ver caso a caso. Em termos gerais, a gente vivia se perguntando: “Dos males o

Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006, p.125.

¹⁵ SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

menor? Valeu a pena?” Eu acho que essa questão se colocou, evidentemente, para os movimentos sociais também. E eles fizeram a sua avaliação. Certamente aqueles que esperavam transformações estruturais, rupturas substantivas, se frustraram. Agora, tem uma coisa estranha na argumentação do André Singer, que é “o povo brasileiro não gosta de bagunça”. Então, também o lulismo funcionou, porque se fez as coisas sem bagunça, ou seja, sem rupturas. Eu não sei de onde ele tirou essa ideia. No limite, ela questiona a própria possibilidade de mobilização e organização política. Como é possível afirmar uma coisa dessas? Baseado em que pesquisa? Porque se é assim, aquilo que cobro que o PT não fez e que deveria ter feito, teria sido impossível, ou muito difícil.

TT: De qualquer forma, você acredita que o poder de mobilização dos movimentos populares foi afetado pela sua intensa inserção institucional junto ao Estado no período dos governos do PT? Alguns estudiosos alegam que isso (a perda da capacidade mobilizatória) foi uma consequência inevitável do pacto lulista. Como você enxerga esta questão?

ED: Têm várias dimensões. Não vamos simplificar. Eu acho que a figura do Lula, que hoje está sendo examinada de cima para baixo, de baixo para cima, com intenções as mais perversas, tem um peso aí. Não é, digamos, um simples candidato de esquerda que foi eleito. Do ponto de vista do povo, do ponto de vista dos movimentos sociais, eu acho que tem aí dimensões que impactam as pessoas, impactam os movimentos sociais. Acho que as promessas de futuro que o Lula encarnava tinham um impacto muito forte nas pessoas, forte o suficiente para que se fizesse uma aposta, colocando as fichas nessa figura e no seu governo, que abria janelas como nunca havia ocorrido antes. Agora, sem dúvida o poder de mobilização foi afetado pela legitimidade que o Lula tinha. E também pela inserção institucional dos movimentos. Por várias razões, a começar pelo fato de que não houve fôlego para manter as duas frentes de luta. A sedução da promessa de uma participação efetiva no poder decisório e as novas exigências que esse novo papel colocou foram muito fortes. E o PT, enquanto

partido, abandonou de vez seu projeto de construção hegemônica na sociedade e se concentrou nas tarefas de ocupação do Estado.

AC: E tem um contexto de desmobilização que é para além da relação do PT com a sociedade brasileira. Se você pensa nos anos 80, quando, com todos os problemas, havia uma perspectiva de estar empregado, e imaginar hoje, que é uma sociedade que já desistiu do trabalho... Qual é a capacidade de mobilização dessa sociedade? Se pensar no MST, qual é a alternativa no campo se o que domina é o agronegócio? Que discurso mobilizador conseguiria ser mais forte do que o agronegócio?

ED: Isso tem a ver com o movimento do capitalismo. Um bom gancho para chegar na história do capitalismo é pensar a dificuldade de mobilização e organização. Como mobilização tem sido impactada pelas modificações estruturais do capitalismo. Por exemplo, é absolutamente impressionante o mundo que essa nova lei trabalhista constrói. Como ela muda, transforma as condições. Aqui tem evidentemente, o compromisso e o empenho dos governos para enfrentar isso, que falhou. Mas tem também a correlação de forças. E aí eu lembrei do Jessé de Souza. No fundo, essa polêmica toda do seu último livro¹⁶, eu acho que é uma “não questão”. Separar, isolar a herança da escravidão de outras coisas, que ele aponta, não faz o menor sentido. Por que separar? Mas de qualquer maneira, uma das coisas que ele afirma, é o tamanho dessa correlação de forças. Com o que a gente está lidando? É aí o que eu disse antes, que eu acho que, lá atrás, a gente subestimou o tamanho dos obstáculos. Mas, de novo, não fazia sentido dar peso ao obstáculo naquele momento.

AC: Pensando mais internacionalmente (não somente no Brasil), há experiências hoje que te chamam a atenção em termos de construção e aprofundamento da democracia? Quais e por quê?

¹⁶ Souza, J. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

ED: Tudo é muito confuso ainda. Para além do Jeremy Corbyn, o novo líder do Labour Party na Inglaterra, que está conseguindo mobilizar os jovens, eu poderia mencionar Barcelona. O que eu vi, com os meus olhos? Uma relação muito íntima e muito próxima entre movimentos sociais e sociedade política.

Eu assisti uma reunião em que três deputados, eleitos no parlamento espanhol, da Espanha, pela Catalunha, discutiram sobre os cem primeiros dias de mandato. Nos confins do inferno, lá vou eu. Cheguei lá e era em catalão, mas foi fascinante. Eu pensei: é capaz de ser uma coisa só celebratória e tal. Coisa nenhuma! Um auditório lotado de gente e uma quantidade de perguntas absolutamente sérias, algumas embaraçosas. Cobrança e um diálogo de ida e volta absolutamente fascinante. Então, é isso que me impressionou. Ou seja, eles estão efetivamente construindo um projeto compartilhado.

Então, como eu trago isso para cá? Isso eu acho que isso foi verdade durante parte da história do PT e eu acho que se acabou.

No caso do Corbyn, do Labour Party, eu também estive em um comício dele, e foi outra experiência fascinante. Porque comício inglês não tem nada a ver com o que a gente faz aqui! O Corbyn é um cara metido em um partido secular, protagonizado por aquilo que na França se chamava de elefantes do Partido Socialista, incapazes de se renovar e de ouvir vozes que não as suas. Mas ele tem uma base de juventude absolutamente impressionante e um diálogo muito próximo com ela. Não é tão impressionante quanto Barcelona, mas me impressiona o nível de proximidade que ele tem com a sua base, porque é disso que eu estou falando. Essa proximidade, essa capacidade de interinfluências, de compartilhamento.

TT: Desde 2013 pelo menos, vemos que novos atores (para recuperar os termos do Eder Sader) entraram em cena à direita e à esquerda: jovens feministas, ocupações secundaristas, MBL, apoiadores de Bolsonaro... Do seu ponto de vista, que nova cena é esta? Que novos atores são esses?

ED: Sim, há novos atores e novas atrizes, felizmente! Com uma nova história, novos temas e novas formas de organização e mobilização. E não é fácil pensar esse novo cenário, especialmente porque ainda estamos presos a categorias antigas, talvez? Para não demonizar totalmente o governo petista, eu acho que houve avanços interessantes na questão racial e de gênero. Aí sim, houve uma tela, com um conteúdo nítido e mobilizador, claro que não isento de contradições. E eu acho que se vê claramente o quanto isso foi importante. O resultado está aí. Quer dizer, o que hoje se tem de positivo, no meio dessa desgraça fascista, são essas questões. Com certeza, mal ou bem, a questão racial e a questão do gênero, foram tocadas para frente o tempo todo nos governos petistas.

TT: Que tipo de luta estamos travando hoje e por que há tanta dificuldade em se construir resistências na sociedade?

ED: Eu ainda acho que estão faltando forças articulatórias. É um pouco repetir o óbvio, mas de novo, a tela. Para articular é preciso ter tela, oferecer um espelho, referências comuns nas quais as pessoas possam se enxergar, se identificar, sem que as suas próprias referências sejam recusadas, mas, ao contrário, se somem, ocupem o seu espaço nessa tela. Eu apostava muito na ideia dos direitos, da cidadania, como uma possibilidade de guarda-chuva articulatório, especialmente pela sua plasticidade e uma capacidade integradora das diferenças, e acho que isso funcionou durante algum tempo. Mas essa linguagem se esvaiu... As próximas eleições poderiam oferecer uma possibilidade de articulação, a emergência de um novo projeto. Mas tenho sérias dúvidas de que isso vá ocorrer e de que a gente vai ter algum tipo de debate real sobre questões de fundo. Agora, acho que os modelos de participação/representação existentes (e derrotados) têm que ser repensados. É desanimador pensar que aquilo que escrevíamos em 2002 sobre os limites e as dificuldades encontrados permanece até hoje, tal qual... A chamada "inclusão/participação digital", que tem aparecido com frequência como alternativa, me parece extremamente mitificada. Há estudos que apontam alguns

desses mitos e limites: um projeto de pesquisa na Inglaterra que se chamou “Making all voices count” é uma referência interessante.¹⁷

AC: Ao escrever sobre os projetos políticos em disputa, você mencionava existirem outros projetos como o autoritário/conservador. Seu trabalho também apontou para o autoritarismo social, contra os quais os movimentos sociais se insurgiam. Com o desenrolar do golpe contra Dilma e os subsequentes golpes contra os direitos sociais, ficou evidente que o autoritarismo social está firme e forte. Como entender o momento atual? É possível dizer que os movimentos estão perdendo a batalha para o autoritarismo? Em que ponto exatamente estamos na “construção democrática” brasileira?

ED: Primeiro, é evidente que a construção democrática está sofrendo um retrocesso gigantesco, com uma dimensão e um alcance avassaladores. Agora, o autoritarismo social baseado em critérios de raça, gênero, eu acho que foi encarado pelos governos petistas. Então, quando a gente avalia o governo do PT e tudo o que se passou nesse tempo, inclusive a lacuna da organização da formação política, eu acho que a gente tem que ter cuidado, porque houve áreas onde certamente houve avanço, que hoje querem destruir. Nesse sentido, o retrocesso e o novo ativismo da direita conservadora é, seguramente, uma reação a esses avanços. Incluído aí a reação à ampliação do consumo dos mais pobres. Compartilho o diagnóstico de que o “ódio de classe” é um componente central do antipetismo e da rejeição da esquerda. É claro que, se o PT não tivesse fornecido motivos para os argumentos mais legítimos, como a recusa da corrupção, esse ódio permaneceria menos visível e explícito do que é hoje. Nesse sentido, a ironia é que o avanço e a agressividade da direita nos dá a medida dos relativos avanços que tivemos...

¹⁷ Um exemplo é o texto de Herringshaw, V. **Increasing citizen voice and government responsiveness:** What does success really look like, and who decides? Making All Voices Count Programme Learning Report, Brighton: IDS, 2018.

AC: Ainda sobre o PT no governo federal, em texto recente você escreveu que o neodesenvolvimentismo é um retorno a uma concepção de estado forte e autossuficiente e a uma centralização das práticas políticas que acabam por esvaziar as práticas de experimentação democráticas. De que formas este modelo neodesenvolvimentista afetou as experimentações democráticas?

ED: O neodesenvolvimentismo aparece como contraponto e combate ao neoliberalismo. É a ideia de que é preciso um Estado forte, interventor pró desenvolvimento. O problema é que, no bojo disso, a concepção de Estado não foi alterada. O novo desenvolvimentismo defende uma concepção **velha** de estado. É impressionante a coincidência de termos que o senhor Bresser Pereira e seus colegas utilizam com a concepção de Estado da origem do velho desenvolvimentismo, das décadas de 30 e 40. Ou seja, o Estado novamente atuando como “o agente fundamental da transformação social”, com exercício monopólico do poder decisório, dominado pelo saber tecnocrático e fundado numa democracia elitista. O que significa isso? Que a participação da sociedade, a “partilha do poder”, todas as experiências democratizantes, toda a reflexão democratizante que ocorreu nesse país desde os anos 80, foram totalmente ignoradas. Ou seja, a reconfiguração do Estado, que até supostamente ocorreu ou deveria ter ocorrido, arquitetura participativa, etc., inexistente, silêncio total e completo sobre isso. Quando há referências à participação/representação, elas se limitam – acriticamente - à democracia representativa ou então às OSCIPS, como na reforma do estado de 1995 do Bresser. Então, realmente, o pecado maior do neodesenvolvimentismo é não ter pensado a reconfiguração do Estado no sentido do aprofundamento democrático, o que seria efetivamente “novo”. Este “paradoxo” não é restrito ao Brasil; os governos de esquerda que se elegeram com um compromisso com a participação e com a construção democrática adotaram também o modelo neodesenvolvimentista. E vejam o que aconteceu no Equador, o que está acontecendo com o Evo. Não vou nem falar da Venezuela, com Chavez e Maduro. No caso brasileiro, o que é absolutamente desanimador e frustrante, é o fato de que houve,

sim, construção. Não é como se não tivesse havido e nós, por este motivo, estivéssemos forçados a manter a mesma coisa. Houve experiências, houve inovações e isso não penetrou essa concepção neodesenvolvimentista. Não é à toa que, muito mais do que o Lula, a grande defensora disso foi a Dilma, para quem a participação, enquanto bela tecnocrata e como (supostamente) boa gestora, nunca teve a menor importância. Muito pelo contrário, eu acho que ela sabotou a ideia, veja-se o encaminhamento desastroso do decreto do Sistema Nacional de Participação.... Nada mais longe dos governos dela do que a “participação como método de governo”, como pretendia esse decreto.

Evidentemente, não se trata de por em questão a ênfase no papel proativo do Estado para confrontar o predomínio neoliberal do mercado e suas várias implicações perversas. Mas qualquer proposta de reconfiguração do Estado que não incorpore e aprofunde a participação da sociedade no poder decisório só reforçará o retrocesso democrático.

O(s) lugar(es) dos oprimidos no teatro brasileiro¹

Mariana Rosell²

OLIVEIRA, Marina de. **Os miseráveis entram em cena: Brasil, 1950-1970**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

Em seu livro, Marina de Oliveira se propõe a investigar como os miseráveis foram representados no teatro brasileiro do período entre as décadas de 1950 e 1970, pautando-se por questões como a falta de posses e de condições dignas de existência, a violência a que esse grupo está submetido, as suas estratégias de sobrevivência e sua relação com outros grupos sociais. Publicado em 2016 pela editora paulista Perspectiva, o livro consiste numa ampliação da tese de doutoramento em Teoria Literária, obtida pela autora em 2010 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Se em sua tese Oliveira se debruçou apenas sobre peças dos anos 1950 e 1960, no livro incluiu também a análise de duas peças dos anos 1970: *Gota d'água* (Chico Buarque e Paulo Pontes) e *O abajur lilás* (Plínio Marcos), ambas de 1975. Tal alargamento ampliou seu escopo documental, que, na tese, consistia nas seguintes peças: *Orfeu da Conceição* (Vinicius de Moraes, 1954), *O auto da compadecida* (Ariano Suassuna, 1955), *Morte e vida severina* (João Cabral de Melo Neto, 1956), *Vereda da Salvação* (Jorge de Andrade, 1957), *Pedro Mico* (Antonio Callado, 1957), *Quarto de*

¹ Recebido em 23/04/17 e aprovado em 05/10/17.

² Mestra em História Social (2018) pela FFLCH/USP, sob a orientação do prof. Dr. Marcos Napolitano e com financiamento da FAPESP. Desenvolve pesquisas relacionadas às interfaces entre história, teatro e política. Contato: rosell.mariana@gmail.com.

empregada (Roberto Freire, 1958), *Gimba* (Gianfrancesco Guarnieri, 1959) e *A invasão* (Dias Gomes, 1962), sendo o critério principal de seleção das peças o protagonismo assumido por representantes do grupo dos miseráveis.

Por miseráveis, a autora entende aqueles indivíduos muito pobres, excluídos e marginalizados socialmente, que estão na base da pirâmide social apresentada pelo sociólogo Darcy Ribeiro em *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995), que se estrutura da seguinte maneira: 1) dominantes; 2) intermediários; 3) subalternos e 4) oprimidos. Os miseráveis são os destituídos de qualquer posse como, por exemplo, os “boias-frias, os enxadeiros, os pedreiros, os empregados da limpeza, as empregadas domésticas, as prostitutas pobres, os delinquentes, os biscateiros, os mendigos, etc.” (OLIVEIRA, 2016, p. 8).

Outras referências teóricas importantes para o trabalho de Oliveira são o antropólogo Roberto DaMatta e a socióloga Heleieth Saffioti. Note-se, portanto, que a pesquisa está embasada em matrizes teóricas de diferentes naturezas, que vão além da teoria literária, da qual incorpora as reflexões de Edward Said, discutindo também questões concernentes às Ciências Sociais e outras áreas das humanidades, como história e arquitetura³.

É importante ressaltar que, como destaca João Roberto de Faria no prefácio, o trabalho de Oliveira se insere num campo de pesquisa ainda lacunar, especialmente quando se pensa o recorte feito pela autora, de análise do protagonismo dos oprimidos. Condição adensada pelo fato de que, apesar de incluir em seu primeiro recorte a década de 1960, Oliveira analisou uma única peça escrita nesse período, deixando de fora da tese todo o teatro produzido após o golpe de 1964, abordado somente no livro e já

³ Além dos trabalhos de outros sociólogos, como Pierre Bourdieu, e antropólogos, como Alain Gheerbrant e Jean Chevalier, Oliveira também se pauta em trabalhos de historiadores, como Isabel Guillen, pessoas ligadas ao mundo do teatro, como os críticos Yan Michalski, Sábado Magaldi e Décio de Almeida Prado e o artista Abdias do Nascimento, e arquitetos, como Francisco Veríssimo e William Bittar.

num período avançado, quando o regime militar já completara mais de dez anos. Peças consagradas do processo de politização do teatro brasileiro também estão de fora, provavelmente por terem se debruçado, majoritariamente, sobre a vida da classe operária.

Contudo, o escopo do trabalho denota que a tendência de trazer para o centro dos palcos personagens marginalizados social e dramaturgicamente não foi privilégio do teatro considerado engajado. Oliveira nos mostra que a representação da realidade dos miseráveis se deu através da obra de autores de diferentes origens e filiações políticas, desde artistas mais próximos às tendências de esquerda, como Gianfrancesco Guarnieri e Roberto Freire, até artistas vinculados com as tradições populares e regionais, como Ariano Suassuna e João Cabral de Melo Neto.

Sua análise está organizada de maneira comparada entre peças divididas em subgrupos de acordo com o espaço geográfico em que se desenrolam: campo e cidade, este, por sua vez, subdividido entre periferia e centro. Do total de cinco capítulos que compõem o livro, os três intermediários estão respectivamente dedicados à análise das peças que representam esses três grupos.

A grande questão que perpassa as três peças concernentes ao mundo rural (*O auto da compadecida*, *Morte e vida severina* e *Vereda da salvação*) é a não posse da terra, que implica nas demais dificuldades de sobrevivência encontradas pelos personagens, como a falta de trabalho e de condições de sustento que, por sua vez, levam ao abandono de seu local de origem e/ou à submissão à violência, e a relação com a religiosidade. Tais temas, que também são discutidos neste capítulo, estão subjugados, porém, à temática do latifúndio, cujo questionamento estava muito em voga no período de escrita das peças.

No mundo da periferia, a autora agrupa quatro peças subdivididas de acordo com a condição de seus protagonistas: *Orfeu da conceição* e *Gota d'água*, protagonizadas por “malandros poetas” cujas companheiras são trabalhadoras ligadas ao mundo dos afazeres domésticos, e *Pedro Mico* e *Gimba*, protagonizadas por “malandros bandidos” cujas companheiras são trabalhadoras ligadas à prostituição. O que se assemelha em todas elas é a

construção estereotipada dos personagens, a violência de gênero e a falta de profundidade na abordagem da questão negra, materializada no tratamento superficial dos cultos de origem africana. Também aqui se trabalha a dicotomia entre o morro e a cidade, o deslocamento dos moradores da periferia para a metrópole e as distintas abordagens do “outro mundo”, o sobrenatural.

A condição dos excluídos nos centros urbanos é analisada a partir de *Quarto de empregada*, *A invasão* e *O abajur lilás*, com ênfase na aparente contradição entre a claustrofobia dos ambientes diminutos em que os personagens estão enclausurados e a ausência do sentimento de pertencimento deles em relação aos ambientes que ocupam. Para a autora, isso se dá em razão de uma confusão entre o espaço de trabalho e o espaço do lar dos personagens que trabalham e dormem no mesmo lugar ou dividem seu espaço com pessoas que não constituem seu núcleo familiar, não podendo haver, portanto, uma diferenciação nítida entre os espaços público e privado.

Ao final das análises, a autora sintetiza os modelos de atuação dos diferentes grupos de miseráveis representados, agrupando-os em estacionários ou migrantes. Ela assim os define:

[...] a principal característica do grupo dos *estacionários* é que ele não representa uma ameaça aos demais setores da sociedade, mas, ao contrário, tende a realizar tarefas necessárias à manutenção do *status quo*. A turma dos *migrantes*, em oposição, é perturbadora da ordem, espécie de escória da sociedade, sempre a apontar os equívocos e as injustiças sociais (OLIVEIRA, 2016, p. 119).

Para a autora, os dois grupos se distinguem, basicamente, por serem ou não aceitos pela sociedade de acordo com a ameaça que representam para o *status quo*. Segundo Oliveira, os estacionários são aqueles que exercem algum tipo de atividade fixa e/ou legal, e os migrantes aqueles que precisam abandonar seus locais de origem ou fugir e se esconder. Oliveira também reconhece em todas

as peças a regência do código da rua sobre a vida dos personagens, mesmo quando eles estão em ambientes supostamente privados; a condição subalterna da mulher; a ausência de representação de personagens homossexuais. Outro elemento presente em maior ou menor grau é a denúncia social que, embora apareça de diferentes maneiras e seja, em algumas peças, justificada, não deixa de ser uma constante.

É importante dizer que a autora alerta o leitor que seu trabalho se concentra na análise da dramaturgia das peças, ou seja, no texto dramático que baseou as montagens. Contudo, o trabalho carece de uma maior reflexão sobre as diferenças entre dramaturgia e encenação e sobre o percurso, muitas vezes controverso, que há da escrita à montagem. Isso porque, em determinados momentos, questões relacionadas à encenação são consideradas por Oliveira a fim de destacar determinada condição necessária à reiteração de seus argumentos.

A confusão entre encenação e dramaturgia é bastante comum no processo da análise teatral, fazendo-se necessário atentar sobre a especificidade de cada um dos conceitos. Segundo Patrice Pavis, após mudanças na definição do termo ao longo dos séculos, atualmente a *dramaturgia* é entendida como a atividade do dramaturgo, o “conjunto das escolhas estéticas e ideológicas que a equipe de realização, desde o encenador até o ator, foi levada a fazer” (PAVIS, 2011, p. 113) com base nas instruções e sugestões apontadas pelo dramaturgo no texto dramático. A *encenação*, por sua vez, consiste no “arranjo, num certo tempo e num certo espaço de atuação, dos diferentes elementos de interpretação cênica de uma obra dramática” (André Veinstein, *apud* PAVIS, 2011, p. 122).

Em virtude da efemeridade da encenação, a qual o pesquisador consegue acessar somente através de vestígios (cf. BRANDÃO, 2009), é fundamental que o pesquisador esteja atento a essas diferenciações entre escrita dramática e escrita cênica, a fim de evitar a possível confusão entre os elementos a serem analisados. Quando nos debruçamos sobre o texto dramático, que é de mais fácil acesso, especialmente quando circula em edição impressa em livro, devemos nos ater às suas características,

desconsiderando aspectos específicos de determinada encenação como elementos de análise.

Vale apontar também que, segundo a autora, *Gota d'água* e *Orfeu da Conceição* são peças que idealizam a favela, especialmente em função das canções que compõem a trilha sonora e da existência de protagonistas poetas. Contudo, acreditamos que se é possível pensar assim em relação a *Orfeu*, em *Gota d'água* a situação é mais complexa. Embora algumas canções possam remeter a certa idealização, como “Flor da idade” (Chico Buarque), a maioria delas apontam para o *leitmotiv* da peça, qual seja, a desmistificação da visão acerca das classes populares construída num período anterior, característica da arte nacional-popular. Canções como “Basta um dia” (Chico Buarque) e o samba que nomeia a peça, “Gota d'água” (Chico Buarque), denunciam como a Vila do Meio-Dia é o lugar da traição amorosa e de classe; não há a vocação para a transformação social que outrora caracterizara os moradores das favelas; a organização da coletividade em nome do bem comum se desfaz em nome da sobrevivência imediata e individual.

Além disso, a linguagem estruturada em versos que compõe os diálogos da peça, que denotaria certa erudição para os personagens, parece ter mais a ver com um tipo de teatro que se buscou fazer nos anos 1970 – de valorização da palavra – do que com uma visão enaltecida do popular, como considerou Oliveira. Conforme os autores informam no prefácio da peça,

Nós escrevemos a peça em versos, intensificando poeticamente um diálogo que podia ser realista, um pouco porque a poesia exprime melhor a densidade de sentimentos que move os personagens, mas quisemos, sobretudo, com os versos, tentar revalorizar a palavra. Porque um teatro que ambiciona readquirir sua capacidade de compreender, tem que entregar, novamente, à múltipla eloquência da palavra, o centro do fenômeno dramático (BUARQUE; PONTES, 1975, p. 16).

Como Oliveira mesmo identificou, nos anos 1970, o amor romântico é substituído pelas questões de ordem socioeconômica. Orfeu e Jasão deslocam-se para a cidade por motivos distintos: o primeiro mobiliza-se em nome do amor, o segundo o trai e mobiliza-se em busca de ascensão social. A dramaturgia dos anos 1970 buscou romper com a idealização que marcou a maneira como as classes populares vinham sendo representadas desde o advento do teatro político brasileiro a partir de 1958 (cf. CARDENUTO, 2012). A existência concreta do personagem opressor (Creonte), a traição de dupla natureza de Jasão – amorosa e de classe – e a ineficácia da liderança de Egeu diante do coletivo são elementos que corroboram uma representação não idealizada da periferia em *Gota d'água*.

Por fim, outra questão a se destacar é uma ausência significativa no *corpus* documental. A peça *O último carro* (João das Neves, 1964-1967), poderia contribuir sobremaneira para a análise conjuntural de Oliveira, por tematizar a condição ultrajante em que vivem diferentes tipos de marginalizados, que precisam se deslocar diariamente da periferia para seus locais de trabalho (quando o têm). Ambientada num trem desgovernado e sem freios, os passageiros vão desde mendigos até um beato, passando por prostitutas, assaltantes, menores abandonados, camponeses, pedreiros e um pequeno grupo de operários.

Embora se entenda que em função das diferentes origens de seus personagens não seja possível encaixá-los exclusivamente em nenhum dos grupos propostos pela autora, a menção dessa peça é fundamental porque ela conjuga diversos elementos analisados por Oliveira, como a marginalidade geográfica e social e o massacrante deslocamento. Sua consideração talvez pudesse apontar para novos caminhos, podendo atentar melhor para a complexidade que marcou o teatro moderno brasileiro e as questões artísticas e políticas que estiveram bastante entrelaçadas no recorte temporal estabelecido.

De todo modo, a pesquisa de Marina de Oliveira é importante por adensar o campo dos estudos teatrais da dramaturgia brasileira do período em questão, mas se destaca ainda mais por se dedicar à análise da representação do *lumpemproletariado*,

aparentemente negligenciado no teatro político brasileiro, desenvolvido especialmente a partir do marco de *Eles não usam black-tie* (Gianfrancesco Guarnieri, 1958) e adensado após o golpe de 1964. Ademais, destaca-se o olhar cuidadoso com as minorias que integram esse grupo de desvalidos, as mulheres e os negros, cuja condição especialmente excludente é contemplada como um dos eixos da pesquisa.

Referências

BRANDÃO, Tânia. **Uma empresa e seus segredos**: Companhia Maria Della Costa. São Paulo: Perspectiva/ Rio de Janeiro: Petrobrás, 2009.

BUARQUE, Chico; PONTES, Paulo. Prefácio. In: **Gota d'água**. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

CARDENUTO, Reinaldo. Dramaturgia de avaliação: o teatro político dos anos 1970, **Estudos Avançados**, v. 26, p. 311-332, 2012.

OLIVEIRA, Marina de. **Os miseráveis entram em cena**: Brasil, 1950-1970. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

A desteologização da bioética e o nascimento da ética como nova instituição específica¹

Maurizio Mori²

Tradução de Erick Araujo³ e Fermin Roland Schramm⁴

Resumo: A desteologização da bioética é uma das maiores transformações do imaginário social já ocorridas, análoga à ocorrida com o Romantismo. A interdisciplinaridade é seu maior efeito em nível institucional. A demanda por justificativas racionais é seu efeito em nível metodológico. Em um nível mais profundo, seu efeito é sobre seu próprio objeto de reflexão: a vida humana, que passa a ser percebida de uma maneira radicalmente nova.

Palavras-chave: bioética; interdisciplinaridade; ética tradicional; revolução biomédica.

La Deteologización de la bioética y el nacimiento de la ética como nueva institución específica

Resumen: La deteologización es una de las mayores transformaciones del imaginario social ya ocurridas, análoga a la ocurrida con el Romanticismo. La interdisciplinaridad es su mayor efecto a nivel institucional. La demanda por justificaciones racionales es su efecto a nivel metodológico. En un nivel más profundo, su efecto es sobre su propio objeto de reflexión: la vida humana, que pasa a ser percibida de una manera radicalmente nueva.

Palabras clave: bioética; interdisciplinariedad; ética tradicional; revolución biomédica.

¹ Publicado originalmente em Quaderni di Diritto e Politica Ecclesiastica, n.01, aprile 2015. Tradução autorizada pelo autor e pela revista, recebido em 08/01/18 e aprovado em 01/07/18.

² Professor do departamento de Filosofia e Ciência da Educação da Universidade de Turim, Itália, e-mail: maurizio.mori@unito.it

³ Bolsa CAPES/PDSE, Santarém, Pará, Brasil, e-mail: ericklaraujo@gmail.com

⁴ Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, e-mail: roland@ensp.fiocruz.br

The de-theologization of bioethics and the birth of ethics as a new specific institution

Abstract: Detheologization of bioethics is one of the greatest transformations of social consciousness to have occurred, analogous to that which occurred with Romanticism. Its major effect at the institutional level is interdisciplinary. At the methodological level detheologization supported rational justification, while at the deepest level it was about bioethics' object of reflection: human life, which is now perceived in a radically new way.

Keywords: bioethics; interdisciplinary; traditional ethics; biomedical revolution.

Introdução

Explicação terminológica preliminar

O termo “desteologização” (*de-teologizzazione*) não aparece nem no *Lessico universale italiano* (1970) nem no *Vocabolario della lingua italiana* (1987); não se encontra, tampouco, nos vários dicionários disponíveis, hoje, em rede. Parece não haver uma definição codificada na linguagem comum. Pode-se dizer que se trata de um termo técnico ligado, majoritariamente, a dois contextos: os estudos de (e sobre) Carl Schmitt, nos quais se procura mostrar o processo de formação do poder político estatal típico da modernidade⁵; os estudos de direito canônico, onde ressalta-se o esforço em evitar a tentação formalística que priva a norma da versatilidade necessária ao contexto histórico e ao sopro do Espírito⁶. O termo reaparece em outros contextos (na geografia,

⁵ Para C. Schmitt, a desteologização está ligada à racionalização da vida social e pertence ao grande movimento histórico que, do século XVI ao XIX, levou ao poder estatal.

⁶ No direito canônico, o termo foi usado por URRESTI (1967) para indicar a tarefa do canônico empenhado em evitar o erro de imobilizar a norma com o rigor absoluto da verdade teológica: “uma vez que parece que esse pecado foi cometido mais de uma vez, não é estranho que, nesse sentido, se fala de ‘desteologização’ do direito canônico, não para privá-lo de seu núcleo

por exemplo). Por vezes, se fala de “desteologização da religião” para relevar o ato com o qual ela é reconhecida “como fato antropológicamente necessário” que por meio de ritos, símbolos e instituições opera funções sociais estabilizantes, ao ponto de ser vista “como ‘estrutura que sustenta o estado’ a partir da perda de uma singular e autêntica religiosidade através da teoria política e do poder” (LEINKAULF, 2011, p.08).

É difícil estabelecer um mínimo denominador comum considerada a variedade de acepções; por isso usamos o termo *desteologização* em lugar de *secularização*, entendida não em seu significado (jurídico) de redução do clérigo ao estado laico ou de passagem de uma instituição religiosa ao Estado, mas naquele (sociológico) que indica o processo cultural que leva ao desencanto do mundo e à consequente perda do senso de fascínio e de temor, origem da dependência e da subordinação ao divino. Percebe-se que o termo *secularização* permanece controverso⁷; por isso pode ser oportuno substituí-lo pelo termo *desteologização* que, em princípio,

teológico, mas para extrair, sem adição, seu autêntico conteúdo teológico”.

⁷ A controvérsia depende do fato de que, para alguns, “secularização” indica o processo que no Ocidente, pela influência do cristianismo, levou à autonomia do mundano em relação ao divino, consentindo a formação de linguagens e saberes (científicos) distintos da religião, e o controle de âmbitos da vida prescindindo de um referimento direto ao religioso. Entendida assim, a secularização liberaria a religião de eventuais elementos mágicos e evitaria que se tornasse uma ideologia política específica, sem, contudo, invalidá-la de algum modo. De fato, a distinção do secular em relação ao divino é compatível com a fé e, mesmo, favoreceria uma fé no Transcendente mais autêntica pois purificada dos resíduos da religiosidade natural. Nesse sentido, a secularização seria boa porque aberta à fé.

Para outros, de forma inversa, a secularização implicaria apenas a proclamação da total independência do secular em relação ao religioso, ao ponto de se considerar a religião como algo supérfluo ou danoso. O horizonte secular se torna o único capaz de uma existência real, porque o horizonte religioso seria fruto de ilusões ou de sentimentos distorcidos a serem superados. Esta posição, por vezes, vem indicada com o termo “secularismo” para sublinhar que o secular é exaustivo e exclui a religião.

apresenta-se como mais asséptico e neutro. Talvez não seja o suficiente para evitar eventuais mal-entendidos, mas podemos, ao menos, prosseguir com nossa análise e adiar uma reflexão mais aprofundada sobre o tema.

Desenvolvimento

A desteologização da bioética no plano institucional

A bioética nasce entre os anos 1960 e os primeiros anos 1970, quando pessoas estudiosas de diversas disciplinas começaram a refletir de modo sistemático e coordenado sobre problemas éticos e sociais emersos do extraordinário aumento dos conhecimentos e da capacidade de controle relativos aos processos viventes. Existem hipóteses variadas sobre a data exata de nascimento da bioética⁸, mas esta disputa é aqui irrelevante, pois um processo histórico-cultural vasto e imponente como tal não nasce em um dia ou em um ano precisos, mas de forças que atravessam um longo período. A escolha de uma data em detrimento a outra possui um inevitável aspecto de convencionalidade, e sua adequação depende da perspectiva teórica da qual descendem as razões que a justificam.

A perspectiva que posiciona esse nascimento em 1971 é sustentada pela fundação, nesta data, do *Kennedy Institute*, na *Georgetown University* em Washington (D.C), e pela publicação do livro de John Rawls (1971), *A Theory of Justice*, que na filosofia moral de língua inglesa marcou a guinada em direção à ética normativa,

⁸ Há quem o data junto ao processo de *Nuremberg* de 1946/47, de onde teria emergido o problema de instauração de barreiras éticas em relação à ciência para frear atrocidades como aquelas praticadas pelos nazistas; há quem o delimita ao ano de 1962, com a formação da chamada "God Commission" para decidir quem poderia ingressar na diálise, recém colocada à disposição; outras pessoas ao ano de 1967, com a publicação de um célebre artigo de H. Beecher sobre experimentações impróprias; assim como, ao de 1971, com a formação do "*Kennedy Institute for the study of human reproduction and bioethics*".

afastando-se da metaética, e estabelecendo, assim, as bases para a passagem às éticas aplicadas. De fato, a publicação de um livro, por si só, não produz uma transformação tão importante, e talvez seria melhor dizer que o ambiente cultural estava pronto e o sucesso de *A Theory of Justice* não fez outra coisa senão acender a pólvora. Algo similar vale também em relação ao *Kennedy Institute*, que foi precedido por instituições análogas (como o *Hastings Center* em Nova York): sua importância está no fato de que, ao instituir-se em uma grande universidade, teve o papel de impulsionar outras universidades e instituições. Além disso, o *Kennedy Institute* logo promoveu a *Encyclopedia of Bioethics*, o que lançou a nova disciplina no plano cultural.

Estas recordações são ótimas razões para sustentar a escolha de 1971 como data do nascimento da bioética, mas há outra relativa à estrutura do recém-fundado *Kennedy Institute*. O instituto é expressão de uma universidade dirigida por jesuítas e tem como escopo específico o aprofundamento de temas éticos: não obstante a direção do instituto é atribuída a um laico, o ginecólogo E. André Hellergers. Um fato que, por si só, indica de forma direta a estrutura *desteologizante* da nascente bioética: há alguns anos, seria impensável que uma universidade dirigida por religiosos fundasse um instituto dedicado ao aprofundamento de temas éticos essenciais e controversos, e que atribuísse sua direção a um laico e não a um clérigo. Eis um sentido no qual a *desteologização* está na base da bioética já em sua fase inicial.

Mas há outro aspecto implícito em tal escolha: atribuindo a direção do *Kennedy Institute* a um médico laico é sancionada a *interdisciplinaridade* da reflexão bioética e tem-se, com essa, a superação da tradição hierárquica das ciências que via a teologia no vértice da pirâmide. Em outras palavras, a pesquisa bioética foi também *desteologizada* por meio de algo como uma democratização das ciências: anteriormente, a teologia se encontrava em posição de guiar a pesquisa intelectual, enquanto que agora se encontrará a disciplina que, com relação a um tema específico, se revelar capaz de chegar a contribuições significativas para a própria pesquisa.

A desteologização da bioética no plano cultural: a “trindade dos teólogos” e seu legado

A desteologização estrutural da nascente bioética em seu plano institucional, por si só, não exclui que, no plano cultural, permaneçam fortes ligações com a teologia. Não só a bioética nasce em uma universidade dirigida por religiosos, mas ressalta-se que “três teólogos guiaram a criação da bioética: Joseph Fletcher, um bispo episcopal, Paul Ramsey, um professor metodista, e Richard McCormick, um teólogo moral jesuíta” (JONSEN, 1998, p.41). Todavia, como prossegue Jonsen, “essa trindade [de teólogos], de forma diferente à divina trindade da teologia cristão, não era ‘uma e indivisa’, mas, antes, formava um espectro de opiniões que variava do liberal Fletcher, ao conservador Ramsey, com McCormick se posicionando no centro moderado” (Ibidem, p. 41-2).

Três importantes tradições teológicas cristãs influenciaram o nascimento da reflexão bioética, fazendo emergir, nitidamente, o difuso *pluralismo ético* que caracteriza a disciplina. Entretanto, aqui também há um traço radicalmente novo que distingue o debate bioético daqueles precedentes. A pluralidade das confissões religiosas (cristãs e não) era conhecida há bastante tempo e sabia-se que a tarefa de uma tradição moral era aquele de moldar e dirigir as pessoas fiéis que nela nascem, crescem, vivem e morrem. Que havia religiões e tradições morais diversas, e que cada uma dessas determinasse a orientação existencial das pessoas fiéis era um fato evidente e nada surpreendente.

A novidade trazida pelo pluralismo ético que dá forma a bioética está no fato de que agora a pessoa interessada pode escolher a tradição moral que parece mais adequada à própria orientação ou modo de vida. Anteriormente, a pluralidade era um dado no qual cada pessoa se encontrava a viver, enquanto que, agora, a pluralidade é o dado que está na base de escolha da tradição na qual se quer viver. É verdade que na origem da bioética estão três tradições morais religiosas, mas o pluralismo ético que essas manifestam é suscetível de implicar uma mudança radical em relação ao modo de entender a religião e a sua função. Antes,

o indivíduo nascia em uma religião e era determinado por essa; agora, é o indivíduo que escolhe a própria religião.

Dentre as muitas razões que podem ter influenciado o novo modo de compreender o pluralismo ético está a necessidade de dar uma resposta à dita *exigência teórico-justificativa* dos juízos morais, herdada da reflexão metaética. Por quase um século essa última havia habituado a procurar as razões que poderiam justificar os juízos morais e a sublinhar que nem o costume social, a autoridade (inclusive teológica) ou, ainda menos, as asserções metafísicas poderiam ser boas razões. A “navalha de Hume”, com a distinção entre “fatos” e “valores”, passou a demandar tanto a pesquisa sobre as “boas razões” quanto a elaboração de teorias éticas normativas de amplo alcance (como o utilitarismo) capazes de fornecer essas razões de modo sistemático e coerente. Em um sentido, a difusão da exigência teórico-justificativa também acarretou uma outra novidade em relação à tradição, já que tal exigência possui a pretensão de submeter à exame crítico a opinião recebida das tradições morais para, assim, verificar se são efetivamente sustentáveis ou não.

Enquanto, em precedência, era dado como fato que uma tradição moral se auto sustentasse e que a antiguidade de uma opinião derivada dessa tradição, por si só, comprovasse seu valor; agora, a situação se inverte e, se há a pretensão de reformar as opiniões recebidas e a moral de senso comum, isso se dá tendo por base teorias éticas de referência⁹. Anteriormente, a tradição moral era o critério de referência para julgar as várias posições internas a ela; contemporaneamente, a própria tradição é objeto de valoração, tendo como base para tal processo critérios fornecidos pelas teorias éticas. Fletcher, Ramsey e McCormick respondem a essa nova exigência teórico-justificativa, suas obras visam demonstrar a validade e a fecundidade da

⁹ Pode-se dizer que, em âmbito moral, foi retomado um programa análogo àquele proposto pelo neopositivismo, que incluía uma reforma e um afinamento da linguagem como meio dos resultados obtidos da nova lógica simbólica.

própria tradição teológica moral, e não, ao contrário, dar por certa sua bondade.

Não apenas essa nova abordagem visando reformar a moral de senso comum envolveu legislações e a opinião pública, mas, no plano cultural, proporcionou um salto relativo à reflexão, que se torna mais “racional” e atenta às justificações. Isso acarretou a desteologização da reflexão moral, tendo em vista que já não bastava o chamado a uma autoridade divina para sustentar a validade de um juízo. Ao contrário, essa atitude é colocada “fora de jogo” desde o começo, já que as razões apresentáveis são “públicas” enquanto o referimento a uma religião passa ao “privado”. Assim, apresenta-se outro sentido segundo o qual a bioética é radicalmente desteologizada.

A desteologização da bioética no plano do objeto da reflexão

A desteologização da bioética abrangeu também outro aspecto cuja explanação faz com que se recorde que a teologia tem como objeto a religião, termo com o qual se entende “uma crença em, e uma atitude deferente em relação a um ser sobrenatural em confronto ao qual o homem se sente dependente e ao qual se apela em atos de culto. [...] A crença em seres sobrenaturais é sem dúvida baseada em um sentimento de desconhecimento (*uncanniness*) ou de mistério” (WESTERMARCK, 1939, p.01)¹⁰. A teologia, então, se refere à realidade adscrita ao sobrenatural e, por isso, a ciência moderna foi (e continua a ser) um dos fatores propulsores da desteologização: a ciência fornece uma explicação naturalística dos fenômenos cuja ocorrência era atribuída, em

¹⁰ “I take religion in the abstract [...] to be belief in and a regardful attitude towards a supernatural being, on whom man feels himself dependent and to whom he makes an appeal in his worship. [...] The belief in supernatural beings is undoubtedly based on a feeling of uncanniness or mystery. Men distinguish between phenomena that they are familiar with and consequently ascribe to ‘natural’ causes, and other phenomena that seem to them unfamiliar and mysterious and are looked upon as ‘supernatural’, or are supposed to spring from ‘supernatural’ causes” (WESTERMARCK, 1939, p.01).

precedência, a causas sobrenaturais. Nos últimos quatro séculos, esse processo envolveu, sobretudo, o mundo inorgânico, por meio dos avanços da astronomia e da físico-química. O mundo orgânico estava apenas contornado pela influência desses avanços, de modo que permaneceu, mais longamente, a ideia de que nele operariam causas sobrenaturais.

Para apreender esse aspecto é suficiente ler as palavras do cardeal Giuseppe Siri, pronunciadas no discurso de abertura da XXVI Semana dos Católicos da Itália, dedicada aos problemas populacionais e à crítica ao controle de natalidade proposto pelas doutrinas neomaltusianas. Era setembro de 1953, e, tendo como tema específico “o direito à vida”, o cardeal iniciava observando que “a vida, eu não devo defini-la, devo convidar somente a observá-la; todos a conhecem e a identificam. [...] Posso falar da ‘vida’ como de *um fato universal*, que por toda parte pulsa, que por toda parte [...] abre e fecha ciclos” (SIRI, 1954, p.20. Grifo nosso). O cardeal passava, então, à questão central: “este ‘fato’ do universal, infalível e misterioso movimento da vida, é um sujeito de ‘direito’, portanto, faz com que eu possa falar em ‘direito à vida’?” (Ibidem, p.20). A resposta é um enfático Não!, porque “o direito tem por sujeito a pessoa física e – por extensão – a pessoa moral. *Não tem por sujeito um fato*. Mas aqui o fato persiste e conclama. É claro então que devo usar a palavra ‘direito’ em um significado analógico e não em sentido estrito. Essa palavra, em realidade, é utilizada aqui para indicar que o fato da vida é vetor e revelador de uma vontade divina, aquela que os homens são obrigados a respeitar, ‘que o percurso da vida’ do mundo é mantido em tal lugar e em tais termos segundo a disposição do Criador. Que se deva esforçar-se pela vida; que nada seja mortificado indevidamente; que ninguém seja autorizado a diminuir, de nenhum modo, o direito do Senhor da vida” (Idem)¹¹. Nesse sentido, continua Siri, “se se trata do fato

¹¹ A expressão “o percurso da vida”, que Siri reporta entre aspas, parece ser tirada da longa *Lettera della Segreteria di Stato di Sua Santità* enviada pelo então *Pro-Segretario*, G.B. Montini, ao Congresso da *Settimana Sociali dei Cattolici d'Italia*, de 1953, na qual afirma que “É crime, então, [...] qualquer atentado

‘vida’, o direito, no sentido analógico dito anteriormente, exige-se que não se impeça que essa mesma vida siga o percurso a ela dada por Deus. Isto em todos os sentidos e em todos os campos, do respeito à fertilidade conjugal à defesa do otimismo sensato no mundo. Somente a negação de Deus e de uma Providência, mesmo contra todas as evidências da ordem e da teleologia na Criação, pode permitir a alguns homens considerar planos e projetos com objetivo de corrigir as vias atribuídas por um arquiteto desconhecido, também entendidas como insensatas. De fato, atrás do fato vida está Deus, e a ele é que se deve respeitar, respeitando a vida” (Idem).

Não é esse o momento de considerar a distinção entre o direito à vida *em sentido estrito* (reservado apenas à pessoa: física e moral) e o direito à vida *em sentido analógico* (atribuível a todo o *percurso da vida, dos genitores ao berço*). O ponto que nos interessa é a atitude de fundo revelada das palavras reportadas acima que deixam transparecer uma natural e imediata reverência relativa ao processo vital humano visto como diretamente dependente de Deus. Ao cardinal e a seus ouvintes parece normal e óbvio afirmar que “o fato da vida é vetor e revelador de uma vontade divina” ou que “o percurso da vida do mundo é mantido em tal lugar e em tais termos segundo a disposição do Criador”. Para eles é fácil observar que a pretensão de negar Deus se coloca “contra todas as evidências da ordem e da teleologia na Criação” e depende somente da vã tentativa de impedir que a “vida siga o percurso a ela dada por Deus” ou de diminuir “o direito do Senhor da vida”.

Desperta surpresa aos nossos olhos ver como para Siri e seus ouvintes era de todo óbvio a ideia que o “percurso da vida, dos genitores ao berço” compreendesse uma direta intervenção da divindade. Hoje, essas palavras soam, no mínimo, estranhas senão incompreensíveis. Sinal de que a atitude difundida ou “modo de

à vida em seu percurso dos genitores ao berço, e com isso não está incluso apenas a morte direta do inocente, mas também a fraude contra as intenções da natureza que, enquanto tais, exprimem a vontade do Criador” (MONTINI, 1954, p. 13).

ver” adotado se transformou completamente: o sobrenatural foi expulso do processo reprodutivo, e Deus não mais o habita ou é bem-vindo. O “desencantamento do mundo” foi estendido para essa porção da realidade. A desteologização da bioética refere-se, assim, ao *objeto mesmo* da reflexão, que é hoje observado com novos olhos e de um ponto de vista novo. Pode-se dizer que a Revolução científica, primeiramente, e, posteriormente, a industrial trouxeram a desteologização das relações econômicas, jurídicas e políticas; por sua vez, a Revolução biomédica (MORI, 2013) em curso está desteologizando as relações acerca da vida (humana e não humana)¹².

O efeito abrangente da desteologização da bioética: a afirmação de uma nova “forma de vida” ou de uma “orientação fundamental” da civilização

Ao apreender em conjunto os aspectos aqui relevados pode-se dizer que a desteologização da reflexão acarretou uma transformação da vida, do pensamento e das atitudes difusas tão fundamental que torna possível comparar a Bioética ao Romantismo, do qual se disse que representou “a maior mutação singular ocorrida na consciência do Ocidente” (BERLIN, 2001, p.24). A bioética também modificou, de maneira substancial e permanente, o “modelo dominante” que dá forma ao nosso modo de viver: “a história, não somente do pensamento, mas também da consciência, das opiniões, das ações, da política e da estética é, em grande medida, uma história de modelos dominantes. Cada vez que olhamos para uma determinada civilização, qualquer que

¹² Com “Revolução biomédica” entendo o processo histórico caracterizado pelo extraordinário aumento do conhecimento biomédico e da capacidade de controle da vida (humana ou não humana). Como a Revolução Industrial difundiu a primeira secularização (ou secularização primária) em relação ao mundo astronômico e inorgânico, assim a Revolução biomédica está difundindo uma segunda secularização (secularização secundária) em relação ao mundo orgânico. Para um desenvolvimento dessa noção ver MORI, 2013.

seja, encontramos que o mais característico de seus escritos e de seus outros produtos culturais reflete uma particular forma de vida, que domina aqueles que escreveram tais textos, ou pintaram tais quadros, ou composto tais obras musicais. E para identificar uma civilização, para explicar de qual tipo de civilização se trata, para entender o mundo no qual essas pessoas pensaram, sentiram e agiram, é importante buscar, no limite do possível, isolar a forma dominante que aquela cultura obedece” (Idem). Pode-se acrescentar que um “modelo dominante” é aquele que caracteriza os modos de categorizar a realidade, de posicionar-se em relação a essa e de prospectar o futuro, imprimindo, assim, direção ao modo de viver, mesmo que não se tematize ou conceitue os vários elementos implicados.

Embora não seja fácil individuar seu núcleo, ainda pode-se dizer que o Romantismo “criou uma grande revolução da consciência” (BERLIN, 2001, p.48). Algo análogo vale também para a Bioética: mesmo que seja difícil individuar seu núcleo, ela explicitamente transformou o “modelo dominante” da civilização e imprimiu uma nova orientação fundamental em correspondência à nova “forma de vida”. Quase como por mágica, em poucas décadas, deus saiu (ou foi expulso) do âmbito da vida física (humana e não humana) e, hoje, pouquíssimas pessoas pensariam dizer publicamente que é Deus que marca o percurso da vida e que “atrás do fato vida está Deus, e a ele é que se deve respeitar, respeitando a vida” (SIRI, 1924, p.20) . Ao contrário, a desteologização da bioética posiciona ao centro do discurso o *consentimento informado*, ou seja, a base teórica que justifica a soberania sobre o corpo e sobre a transmissão da vida. Do qual descende a ideia de que aborto e eutanásia sejam “direitos fundamentais”: enunciado que mostra quão revolucionária é tal nova forma de vida.

Em um sentido, a afirmação do consentimento informado no âmbito bioético tem um papel análogo àquele que a afirmação da soberania popular teve em âmbito político. Essa última suscitou, nos séculos passados, grandes controvérsias, e para apreendê-las basta ler as duras palavras com as quais Stefano De BOULOGNE (1825), bispo de Troyes, condenava a ideia “que os Reis tenham

do povo a sua autoridade” (p.13). Esta é “a imunda quimera da turva demagogia, [...] a mentira mais cruel [...] para seduzir a multidão” e que leva a uma “doutrina anárquica e antissocial” oposta ao direito natural e “destrutiva em relação à autoridade do Rei não menos do que a de Deus” (Ibidem, p.14). Concluindo, afirma: “Não, não é verdade que o povo seja soberano, nem que os Reis sejam seus mandatários; não mais que os pais sejam os mandatários de seus filhos, ou os tutores de seus pupilos” (Ibidem, p.13). Hoje, também assistimos um debate semelhante acerca do consentimento informado: aspecto que confirma a profundidade da transformação e a plausibilidade da analogia proposta.

Para completar o quadro pode-se observar que o processo da desteologização da forma de vida não abrange apenas as margens da vida física, onde estão os temas de início e fim de vida, privilegiados pela bioética (aborto e eutanásia). O processo envolve, cada vez mais, a parte central da vida, ou seja, aquela que se refere à alimentação e os chamados “estilos de vida”. Para compreender a profundidade da transformação em foco, basta lembrar que as religiões mantinham uma regulação da alimentação e da dieta¹³. Graças a essas regras dietéticas, as religiões podiam reafirmar com frequência a soberania de deus sobre a vida, enquanto que agora, esse âmbito torna-se amplamente regulado pela dietética científica. A cozinha, que já foi uma espécie de sacristia na qual se preparava a celebração do alimento, agora é governada pelo(a) cozinheiro(a) ou *chef*: um técnico que busca equilibrar as exigências dietéticas com os prazeres do paladar. Dietas científicas e exercícios físicos em academias são as atividades de uma nova “forma de vida” centrada no corpo: atividades que tomam o lugar dos ritos tradicionais de oração e celebração dos alimentos. O sucesso atingido por cursos de culinária, dietas, academias e centros de bem-estar, confirma a afirmação de um novo “modelo cultural” que prevê critérios similares àqueles que acarretaram a desteologização da bioética.

¹³ Devo esta observação a uma conversa com Maria Teresa Busca, coordenadora da seção de *Turim da Consulta di Bioetica Onlus*.

Conclusão

Um efeito da desteologização da bioética: o nascimento de uma nova ética independente da religião.

Sustentei que, longe de ser uma disciplina particular respectiva a um setor específico, a bioética é um movimento cultural revolucionário que, como o Romantismo, modificou a orientação fundamental da civilização e afirmou uma nova forma de vida. O aspecto central dessa transformação está na desteologização da reflexão bioética: a vida humana, que até poucos anos era vista como misteriosa e sujeita à intervenção divina, ingressa no âmbito naturalístico com a consequente perda do sentido de dependência em relação ao transcendente.

Muitos falam de “colapso da moralidade” ou de “morte da ética”, como já feito no passado com o advento de novas instituições, como o direito ou a política. Contra essa prospectiva apocalíptica, pode-se observar que a desteologização da bioética possibilita a superação da ética tradicional, pautada em proibições absolutas, criando assim espaço para uma nova ética com novas prioridades. O outono de uma civilização não abre as portas para o abismo do nada (como defendido pelos conservadores), mas abre a estrada para a primavera de uma civilização nova e renovada, que se espera melhor que a precedente. Já assistimos, na civilização ocidental, a emergência de novas instituições, nascidas a partir da desteologização de setores específicos. Após o nascimento da ciência moderna no século XVII, deu-se, no século seguinte, a afirmação da economia. No século XIX, foi a vez do direito e no século XX, a da política. A ética tem sua vez no fim do século XX e início do XXI. O nascimento de cada uma dessas instituições complexificou a vida social por meio de processos grandiosos. O nascimento da ética é, talvez, ainda mais grandioso, pois envolve os ideais e os interstícios da existência, como também as convenções profundas que se mantiveram inalteradas por milênios. Nasceram centros de ética e comitês de bioética, fatos que testemunham que, no plano prático e organizativo, a ética está se institucionalizando.

Algumas pessoas observam que a bioética possui uma especificidade que a distingue dos casos precedentes, porque aqueles abrangiam a vida *social* enquanto que, agora, se atinge o nível da vida *biológica*. A diversidade do tema deveria trazer uma reflexão sobre a importância do novo passo dado. Todavia, preocupações análogas emergiram no passado e, seguramente, a desteologização da bioética é portadora de uma profunda transformação de valores, como já sublinhamos. Mas isso pode trazer um enriquecimento da civilização e uma forma de vida melhor em relação à precedente. Como parece exemplificar o caso dos movimentos por maior igualdade, que buscam superar antigas discriminações de raça, sexo e de gênero. Busca-se, também, a igualdade a todos os sencientes, por meio da superação do tradicional modelo antropocêntrico.

Estamos a percorrer um longo caminho, assim não é possível dizer como será o futuro. Pode-se notar que a desteologização se impôs fortemente nas primeiras décadas da bioética até aquela de 1990. Nessa primeira fase, a reflexão formou-se a partir do impulso reformador dos movimentos pelos direitos civis e da utopia acerca da possibilidade de uma rápida transformação da sociedade. A bioética parecia animada pela esperança de poder modificar a opinião pública e chegar rapidamente a novas leis e formas de organização social. A partir dos anos 90 do século passado, a situação muda rapidamente e se verifica uma desaceleração do processo com um retorno a alguns registros tradicionais. Mesmo na bioética foi possível sentir a influência da chamada “revanche de Deus” e o conseqüente gosto pelas ditas origens e tradições. Na Itália, esse processo foi explícito, considerando-se que nos anos de 1970 foram aprovadas leis progressistas (divórcio, novos direitos familiares, aborto), enquanto que nos anos 1990 foi reforçado o movimento conservador, que na década seguinte é bem sucedido ao aprovar a lei 40/2004¹⁴ e a fazer falir o referendo revogativo de 2005.

¹⁴ NT: Lei italiana que restringe o acesso aos métodos de reprodução assistida.

Por vezes, lamenta-se disso dizendo que a Itália sofre a influência negativa do Vaticano. Há verdade em tal lamentação, pois nesse país o tom da situação é mais agudo do que alhures. Entretanto, o fenômeno é generalizado, exemplificado pela dificuldade de mudanças legislativas relativas à bioética: mudanças aconteceram em pequenos países, como a Holanda e a Bélgica, mas as democracias das grandes nações costumam a produzir as reformas preconizadas pelo “modelo dominante” estabelecido com a bioética. Isso parece ocorrer devido ao que é exposto em um verso de Yeats¹⁵ (ligeiramente modificado): “aos inovadores faltam fortes convicções, enquanto que os conservadores são plenos de intensa paixão”. Os conservadores apresentam-se em bloco e conseguem impedir ou atrasar as transformações. Registra-se, como forma de desbloquear essas situações, uma maior intervenção das Cortes supremas, que, apelando diretamente às constituições, dão respostas a temas bioéticos. Assim, nos Estados Unidos, em 2013, a Corte suprema interveio para sancionar o casamento gay; na Itália, em 2014, o Tribunal constitucional desmantelou parte da lei 40; no Canadá, em 6 de fevereiro de 2015, foi declarada inconstitucional a lei que proibia a eutanásia e foi estabelecido o prazo de um ano para apresentação de uma nova lei. É difícil fazer previsões acerca dos desenvolvimentos futuros, mas, por agora, apontamos as dificuldades encontradas pelos movimentos reformadores: a desteologização da bioética encontra amplas forças contrárias. E, talvez, esse seja um outro sinal de quão profunda seja a guinada impressa por esse processo.

Referências

BERLIN, I. **Le radici del romanticismo**. Milano: Adelphi, 2001.

De BOULOGNE, SA. **Istruzion pastorale di Monsignor De Boulogne vescovo di Troyes sull'amore e sulla fedeltà che**

¹⁵ O verso está em *The Second Coming*: “The best lack all conviction, while the worst/Are full of passionate intensity” (YEATS, 1996, p.107).

francesi devono al Re, e sul ristabilimento del cattolismo in Francia. Memorie di Religione, Morale e Letteratura. Moderna: Eredi Soliano. Tomo VIII, 1825.

JONSEN, A. **The Birth of Bioethics.** Oxford: Oxford University Press, 1998.

LEINKAULF, T. Giordano Bruno Werke. Intervista a Thomas Leinkauf. **Lo sguardo**, Rivista di Filosofia. n.2, v.6, 2011.

MONTINI, GB. Lettera della Segreteria di Stato di Sua Santità. **Settimana Sociali dei Cattolici d'Italia.** I problemi della popolazione. XXVI settimana sociale, Palermo, 27 settembre – 3 ottobre 1953. Roma: ICAS, 1954.

MORI, M. **Manuale di Bioetica.** Verso una civiltà biomedica secolarizzata. Firenze: Le Lettere, 2013.

RAWLS, J. **A theory of justice.** Cambridge: Harvard University Press, 1971.

SIRI, G. Prolusione. **Settimana Sociali dei Cattolici d'Italia.** I problemi della popolazione. XXVI settimana sociale, Palermo, 27 settembre – 3 ottobre 1953. Roma: ICAS, 1954.

URRESTI, TJ. **Diritto canonico e teologia due scienze diverse.** Concilium, III, n. 8, 1967. Disponível em: <<http://canonistica.org/urresti1.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

WESTERMARCK, E. **Christianity and Morals.** London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co, 1939.

YEATS, WB. The second coming. In: _____. **The Collected Poems of W.B. Yeats.** New York: Simon & Schuster. p. 107-8.

